

Democrator

DEMOCRACIA PARA A COMPLEXIDADE

Das sociedades do conhecimento



Instituto de Ciência, Tecnologia e
de Inovação Sustentável Global

DEMOCRATOR

Democracia para a Complexidade: Das sociedades do conhecimento

1ª Edição

Rio de Janeiro - Brasil

2024



Editora ICT Sustentável Global

Democracia para a Complexidade: Das sociedades do conhecimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, RJ, Brasil)

P389r Parreira, Artur; Moura, Rui Duarte; Marujo, Marcelo Pereira; Galdino, Mary Neuza Dias; Ballardin, Graça; Parreira, Frederico; Colaço, Inês; Brandão, Marcelle Rossi; Santos, Priscila; Lourenço, Rui. Democracia para a Complexidade: Das sociedades do conhecimento. 1ª edição. Rio de Janeiro- Brasil: ICT Sustentável Global, 2024. 231 p.; il.; 24 cm.

ISBN: 978-65-01-07211-1

Inclui Bibliografia.

1. Educação. 2. Democracia. 3. Complexidade.

I. Título. II. Parreira, Artur.

CDD 331.11

Ficha Catalográfica elaborada por Anna Karla S. da Silva (CRB7/6298)

Todos os direitos reservados

Copyright © 2024, ICT Sustentável Global

Proibida cópia, distribuição e incorporação de códigos sem prévia autorização.



Editora ICT Sustentável Global

Democrator

DEMOCRACIA PARA A COMPLEXIDADE
das sociedades do conhecimento

(Diálogos ao jeito de Platão)

“Conhece-te a ti mesmo”

EQUIPA DEMOCRATOR

Artur Parreira, Investigador, capitão da equipa, responsável pelos textos

Por ordem alfabética, a equipe que com suas ideias, apoios e sugestões ajudou a chegar a bom porto

Frederico Parreira, escritor, filósofo libertário

Graça Ballardin, Psicóloga, exploradora curiosa

Inês Colaço, técnica de design e pensadora pensativa

Marcelle Rossi Brandão, investigadora em ciências da educação

Marcelo Pereira Marujo, Docente universitário, Diretor Presidente do Instituto de Ciência, Tecnologia e de Inovação Sustentável Global, Acadêmico da Academia Brasileira de Ciência da Administração

Mary Neuza Dias Galdino, Docente universitária, Diretora Vice-Presidente do Instituto de Ciência, Tecnologia e de Inovação Sustentável Global (Designer)

Priscila Santos, enfermeira e técnica de gestão (crítica atilada)

Rui Duarte Moura, Sociólogo, Investigador na área da Socioeconomia

Rui Lourenço, Professor da Universidade Católica do Porto, explorador de inovações

SUMÁRIO

Prefácio	10
----------	----

PRIMEIRA PARTE – TODA A TEORIA

PRIMEIRO ENCONTRO

Diálogos

TEXTOS DO PRIMEIRO ENCONTRO

Os dois motores da construção e mudança das sociedades humanas

Texto 1	Das sociedades tradicionais às sociedades complexas da atualidade	18
Texto 2	O passado <i>à vol d’oiseau</i> : o poder e a informação na construção das sociedades do passado	23
Texto 3	O papel do poder e da informação como instrumentos de construção e mudança social	27
Referências		34

SEGUNDO ENCONTRO

Diálogos

TEXTOS DO SEGUNDO ENCONTRO

A ação dos dois motores e as sociedades do conhecimento

Texto 1	A ação dos dois motores, à luz dos estudos de Prigogine e do Paradigma do Raciocínio Complexo (PARC)	39
Texto 2	O conceito de sociedade, no pensamento complexo	44
Texto 3	O Paradigma do Raciocínio Complexo e as respostas políticas atuais aos desafios da complexidade	48
Texto 4	Crise da democracia?	59
Referências		63

TERCEIRO ENCONTRO

Diálogos

TEXTOS DO TERCEIRO ENCONTRO **A democracia complexa e as suas condições**

Texto 1	Para sociedades complexas, a democracia tem de ser complexa	68
Texto 2	A essência de uma democracia complexa	73
Referências		78

SEGUNDA PARTE – PASSAR DO ABSTRATO AO CONCRETO

QUARTO ENCONTRO

Diálogos

TEXTOS DO QUARTO ENCONTRO

Sobre a missão das instituições nas democracias complexas e avaliação dos candidatos políticos

Texto 1	Os órgãos gestores do poder do povo e a escolha de seus integrantes	80
Texto 2	Avaliação do potencial dos candidatos aos órgãos integrativo, executivo e legislativo	92
Texto 3	Avaliação do desempenho dos eleitos para os vários órgãos de soberania	99
Referências		103

QUINTO ENCONTRO

Diálogos

TEXTOS DO QUINTO ENCONTRO

À procura da estrutura e dimensão e funcionamento do órgão legislativo numa democracia complexa

Texto 1	Definir a estrutura e dimensão da assembleia legislativa	111
Texto 2	Fundamentos tecnocientíficos da proposta sobre dimensão, estrutura e funcionamento do órgão legislativo	116
Texto 3	Aprender a tomar decisões com base na informação e não no poder	121
Referências		126

SEXTO ENCONTRO

Diálogos

TEXTOS DO SEXTO ENCONTRO

Para uma democracia complexa: a procura de soluções para a área socioeconômica

Texto 1	Como conseguir uma regulação inteligente dos mercados, respeitando os critérios da democracia complexa?	130
Texto 2	O construto ‘qualidade de vida’ como critério regulador da Economia	135
Texto 3	Qualidade de vida e crescimento da economia como meta	140
Texto 4	O critério da qualidade de vida e o papel do lucro como objetivo do mercado	142
Texto 5	A ‘mão invisível’ e a regulação do preço de mercado de bens e serviços	147
Texto 6	Qualidade de vida e habitação: sugestões para habitação condigna para todos em cada município	152
Texto 7	O critério ‘qualidade de vida’ e o problema da desigualdade e da pobreza	161
Texto 8	Para o controle do desperdício: uma economia circular	166
Referências		172

SÉTIMO ENCONTRO

Diálogos

À procura de soluções para a área da saúde, numa democracia complexa

Texto 1	Respostas atuais à problemática da saúde	176
Texto 2	Princípios assentes no PARC: primeiro princípio, um Serviço Nacional de Saúde universal e inclusivo	185
Texto 3	Segundo princípio: um financiamento consciente e personalizado, os cidadãos como sócios e parceiros	188
Texto 4	Terceiro princípio: aposta na regionalização e na proximidade dos utentes	191
Texto 5	Quarto princípio: aposta na qualidade científica e técnica	194
Texto 6	Quinto princípio: aposta na prevenção	196
Referências		198

OITAVO ENCONTRO

Diálogos

Para uma democracia complexa: a procura de soluções para a área da educação e do futuro

Texto 1	As sociedades do conhecimento são sociedades aprendentes	201
Texto 2	Como pôr em prática generalizada nas sociedades do conhecimento um ensino inovador, eficaz para o futuro?	204
Texto 3	O desafio das inovações que irão moldar o nosso futuro	211
Texto 4	Uma cultura de confiança e seu papel num mundo exyensamente assente em sistemas de IA	218
CODA	“Caminante no hay camino, se hace camino al andar”	227
Referências		228

Prefácio

A obra “Democracia para a Complexidade das sociedades do conhecimento” dialoga estrategicamente com vários ramos do saber, em especial as temáticas contemporâneas emergentes nas áreas das Ciências Sociais e do Comportamento, especificamente em tópicos tão importantes nas sociedades atuais como a Organização Política, a Economia, a Saúde, a Educação e o futuro. Além de uma sólida fundamentação científica no Paradigma do Raciocínio Complexo (Gödel; Prigogine; Morin) visa um objetivo muito prático: apresentar alternativas exequíveis para o desenvolvimento sustentável das sociedades, tanto ao nível global quanto local.

Democrator, o nome de autor proposto, foi uma escolha do Prof. Dr. Artur Parreira - Diretor Científico do Instituto de Ciência, Tecnologia e de Inovação Sustentável Global - idealizador, incentivador, mentor e empreendedor desta obra, enquanto coordenador do projeto e autor dos textos dos oito encontros que a constituem - como forma de agradecer e prestigiar a equipe que de uma forma ou de outra com ele dialogou, crítica e reflexivamente, na construção do projeto que esta obra concretiza.

A obra, organizada na forma de Encontros “ao jeito dos diálogos de Platão”, apresenta, na primeira parte, os conceitos fundamentais com que aborda a evolução das sociedades humanas ao longo da História; na segunda parte, que visa passar do abstrato ao concreto, apresenta sugestões guiadas pelo Paradigma da Complexidade, sobre os problemas mais prementes para a qualidade de vida humana, que a complexidade das sociedades do conhecimento nos obriga a enfrentar para melhor vivenciar e conviver em comunidade.

Iniciando a primeira parte, o primeiro encontro proporciona uma reflexão transcendental sobre as sociedades complexas e seus potenciais intrínsecos ao Poder e a Informação, condições que evidenciam a dialogia suscetível para o seu empreendimento na era da informação e suas necessidades para lidar com as intensas demandas e incertezas.

O segundo encontro versa sobre as necessárias ações estratégicas que se convertem nos motores que as sociedades do conhecimento necessitam para prever e conseqüentemente prover toda a sua ascensão diante de tamanha instabilidade global. Daí a interação com o paradigma do pensamento complexo, em busca de respostas

fundamentadas na complexidade, para construir uma visão de mundo favorável e melhor para todos.

O terceiro encontro se fundamenta nas sociedades e democracias complexas, as quais sugerem a promoção integradora de ações fundamentadas, reorientadas e redimensionadas pelo pensamento complexo, com a intenção de demandar uma democracia nessa mesma perspectiva, capaz de prover diálogos mais expressivos para o bem comum.

Em continuação, na segunda parte, o quarto encontro apresenta sugestões sobre as missões institucionais nas democracias complexas, e sua avaliação, enquanto cultura necessária para o desenvolvimento, propondo a avaliação de desempenho como aliada para o desenvolvimento pessoal, social e profissional. em prol de políticas de Estado, sustentáveis, inovadoras, responsáveis e comprometidas com os cidadãos e com a sociedade em sua plenitude.

O quinto encontro segue imerso na busca de proposições alternativas sobre infraestrutura e funcionamento político; para esta sociedade complexa, alicerçada nos fundamentos tecno-científicos do Modelo de Complexidade; complementarmente visa ajudar a desenvolver a potencialidade da tomada de decisões com base na informação e não no poder, condição indispensável para melhor integrar as variáveis complexas comuns na contemporaneidade.

O sexto encontro fundamenta-se na economia, tanto micro quanto macro, justamente com o intuito de dialogar com as vulneráveis variáveis e suas condicionantes, como: regulação inteligente dos mercados, qualidade de vida, habitação e economia circular. Por certo, são situações problematizadoras nas sociedade atuais que podem obstaculizar o seu desenvolvimento em prol da melhoria da dignidade cidadã e toda a sua indispensável evolução.

O sétimo encontro vislumbra na qualidade da saúde e de suas atividades o equilíbrio necessário para o desenvolvimento humano integral; defende, por isso, que a saúde deve incondicionalmente promover a qualidade científica e técnica, para empreender diversas ações com foco na prevenção, como fator primordial e estratégico para a melhoria da saúde integral.

O oitavo encontro se remete ao eixo motriz das sociedades, a educação enquanto cultura imprescindível para o desenvolvimento humano integral, assente em instituições

aprendentes, na incansável busca de sociedades mais justas, mais dignas e melhores para tudo e para todos.

O nono encontro... este breve prefácio me lembrou que a obra só tem oito encontros visíveis; mas foi um pouco premonitório, o nono e demais encontros poderão ser protagonizados consigo leitor, a equipe *Democrator* quer que a obra seja um verdadeiro encontro consigo, orientado pelo Paradigma do Raciocínio Complexo, pela sustentabilidade e inovação em que a obra se fundamenta: acredita-se que a sua capacidade de pensar e agir, fundamentada nesta dimensão, que consideramos um imperativo estratégico, fará de si um aliado importante para todos nós lidarmos juntos, responsável e proativamente, com os imensuráveis desafios das sociedades contemporâneas.

Portanto, a equipe *Democrator* espera e deseja que inspirados nos diálogos ao jeito de Platão e orientados pela perspectiva da complexidade, supranatural, possam desfrutar de uma leitura e reflexão empreendedora na busca de contínuas ações sustentáveis inovadoras, exequíveis e, sobretudo, capazes de serem convertidas e efetivadas em ações e/ou atividades que favoreceram a melhoria constante de todos e de tudo.

Marcelo Pereira Marujo

Instituto de Ciência, Tecnologia e de Inovação Sustentável Global

Diretor Presidente



PRIMEIRA PARTE

TODA A TEORIA

The background features a dark silhouette of a human head in profile, facing right. The interior of the head and the surrounding space are filled with vibrant, swirling, and layered colors, including shades of orange, yellow, green, blue, and purple. The overall effect is dynamic and suggests a complex, interconnected network of ideas or neural activity.

PRIMEIRO ENCONTRO

Diálogos

Textos do Primeiro Encontro

**Os dois motores da construção e
mudança das sociedades humanas**

PRIMEIRO ENCONTRO

Uma ideia nos reuniu na pequena casa de colina e praia de Duarte, nosso antigo companheiro de estudos e desde sempre amigo, Duarte, o sabedor, como carinhosamente o apelidávamos nesse tempo de boa memória: ‘um povo precisa de liderança, e de uma liderança capaz, principalmente para enfrentar situações de crise como a que vivemos nos tempos que correm’.

A consciência dessa necessidade era fortemente sentida por todos nós e foi o que nos levou a discutir o tema, sem paixões, mas talvez apaixonadamente. A paisagem tranquila e de grande beleza, em que se mistura o verde das árvores, a sombra dos vales e a vastidão azul do mar, um pouco ao longe, mas ainda com voz, pareceu-nos o cenário apropriado a essa reflexão sobre o que poderá ser uma nova configuração das democracias, um modo de organizar os poderes de governação que ainda nos parece o mais aceitável.

A todos se afigura que a ausência de líderes à altura dos desafios a enfrentar pelos povos é uma fraqueza importante, conduz à dispersão de esforços, cria tendência à anomia, gera um sentimento pesado de abatimento e desamparo. E todos temos a noção de que esta ausência de liderança, quando se prolonga no tempo, dá origem a comportamentos pouco racionais, como aconteceu entre nós com o chamado sebastianismo: em vez de agir, o país consome-se na esperança do líder providencial, um líder-salvador que o retire do pântano dos sentimentos depressivos, a “apagada e vil tristeza” sentida por Luís de Camões, ou o nevoeiro que Fernando Pessoa exprimiu, com o seu “ó Portugal, hoje és nevoeiro!”.

Fomos chegando a pouco e pouco, os convivas que se propuseram este encontro, que jovialmente considerámos o nosso banquete de Platão, com o devido respeito pelo Mestre. Somos oito, e nenhum de nós aprecia o tom depressivo dos analistas de ocasião, que se limitam a perorar sobre as coisas, porque não são capazes de enfrentar o esforço de agir. Não queremos ser desses que pensam que fica bem dizer mal de tudo e todos, lavando as mãos como se fôssemos vítimas sem nenhuma responsabilidade e isso nos livrasse de consequências adversas. Nenhum de nós dá a tal atitude foros de bom tom. E todos no grupo sabemos que o importante para as sociedades é responder aos desafios; cada um à sua maneira, queremos ser mais do que meros analistas, queremos refletir,

mas também agir tanto quanto possível. Os nossos debates são o primeiro passo dessa ação.

O dono da casa fez as honras da recepção, assessorado harmoniosamente pela Irene, uma governanta ainda jovem, mas com a discricção e suavidade dos modos antigos.

Não tenho a arte de um Eça para descrever a bela refeição que foi o nosso intróito, direi apenas que a boa comida portuguesa, aligeirada e cheia de sabor, os vinhos gostosos apenas levemente provados para não turvarem o pensamento, constituíram a base para as vivas discussões que se sucederam ao café, tomado na mesma sala, para dar continuidade à descontração, conseguida com o nosso pequeno banquete à moda de Platão, como lhe chamámos.

“Vocês sabem”, começou Fernando, o mais jovem do grupo, “o bom governo das nações é aspiração desde tempos imemoriais. É um sonho que muitas vezes se tem diluído na “apagada e vil tristeza” de frustrações continuadas, que levaram o meu homónimo Fernando Pessoa a exclamar “ó Portugal, hoje és nevoeiro! E vamos lá, o que estamos aqui a fazer? Não é escrutinar sonhos?”

“Achas isso?”, questionou Filipa, uma conviva super-afirmativa do grupo.

“Claro, na verdade, a primeira coisa que apetece gritar é isso mesmo, tudo é nevoeiro, um nevoeiro que teima em tapar soluções”.

“A verdade, meu caro, é que o nevoeiro é feito das nossas confusões, talvez da nossa ligeireza em aceitar as medidas que se impõem, por causa da nossa preguiça, do medo de nos expormos”, retorquiu Filipa.

Fernando defendeu-se com um “eu sei, eu sei... isso já vem de longe, é cultural...mas sim, nós podemos sair deste colete de forças”.

É para encontrar caminhos que aqui nos reunimos”, fechou o nosso anfitrião

”E a primeira inquirição que proponho é a de uma questão que me preocupa e tem muita ligação com o que o Fernando acaba de afirmar: também penso que nós é que temos de nos libertar desta espécie de atavismo, desta prisão cultural que nos faz escolher para líderes quem tantas vezes nos governa tão mal e tão ineficientemente”.

“Bom, eu nem me atrevo a dizer que nos governam mal, agora o que é certo é que temos muitas razões de queixa”, acrescentou Diana, atenuando a avaliação negativa do colega.

“Claro, não há dúvida que temos muitas razões de queixa”, continuou Duarte, “mas o que convém é organizarmos o debate por temas, não os misturarmos à deriva,

darmos tempo a explorar um e só depois passarmos a outro. Para não cairmos naquilo que o Fernando criticou”

“Os dois interlocutores aquiesceram, e Filipa aproveitou esse momento para entrar: “já ouviram falar na crise das democracias? Pois eu proponho que comecemos o nosso debate sobre os mecanismos de organização da sociedade, porque é que umas são ditaduras e outras democracias, podemos até dar a esta parte do nosso debate um título sonoro

TODA A TEORIA!”

*“É um título pomposo, mas está bem, não se resolvem problemas sem termos uma teoria que nos oriente” - assentiu Duarte - “se estiverem de acordo podemos começar por este ponto: **motores da construção das sociedades humanas**”.*

Estava apontado o caminho. Duarte organizou as equipas de trabalho para o apoiarem na organização dos textos que tratariam do tema escolhido e todos lançaram mãos à obra. No dia seguinte, os textos estavam mais ou menos prontos para o debate que os havia de apurar e tornar legíveis para os leitores interessados em aprofundar e consolidar ideias sobre o tema.

Caro leitor, apresentamos a seguir os textos deste primeiro encontro. O desafio que lhe lançamos é que os leia com atenção e registe as suas próprias impressões:

- *Em que medida concorda com o que se diz em cada texto?*
- *Que dúvidas permanecem no seu espírito? Quais os pontos que despertaram essas dúvidas?*
- *Tem objeções em relação a algumas ideias expressas? Quais?*
- *Quer acrescentar algumas ideias?*

No final dos textos deste primeiro encontro, terá uma síntese das ideias aceites pelos que participaram ao vivo na escolha dos textos e na sua análise: pode comparar com essa síntese as conclusões a que chegar. E se você e mais alguns amigos acharem útil fazer conosco um debate ao vivo, maravilha!, a nossa equipa está aberta para planificar esse debate e a trocar ideias com os grupos que estejam interessados em cada tema. E só enviar-nos um email para se agendar o que for do vosso interesse.

Texto 1

Das sociedades tradicionais até às sociedades complexas da atualidade

A organização e mudança das estruturas das sociedades humanas suscitou desde sempre a atenção dos cientistas sociais. Antropólogos, sociólogos, psicólogos e economistas de várias correntes têm dedicado a sua atenção aos motores da organização da sociedade e de mudança das estruturas sociais. Vários deles, a começar por Comte (1798-1857) e Spencer (1897) defenderam a ideia de que há uma evolução linear, inevitável, das sociedades humanas, em direção a maior progresso e complexidade, tanto nas atividades produtivas como no comportamento social. Essa ideia evolucionista deu sequência a visões filosófico-religiosas como a de S. Agostinho, embora sem a conotação religiosa desse doutor da Igreja, já que na linguagem própria das ciências do tempo o fenómeno era entendido como um processo de evolução linear do imperfeito para o mais perfeito, com aumento sistemático de padrões mais avançados. Essa ideia foi partilhada por autores como Durkheim (1894) e Tonnies (1887) e tem-se mantido mais ou menos presente num conjunto de sociólogos, entre os quais se destacam Steward (1955), Lenski (1974), e em certa medida o próprio Parsons (1951). A diferença entre estes e os primeiros evolucionistas reside principalmente na visão multilinear e multicausal, com maior atenção a eventuais retrocessos em períodos de crise e turbulência. A explicação da evolução e mudança das sociedades tornou-se menos linear, mas continuou focada num processo evolutivo contínuo e seus estádios, sem aprofundar a pesquisa dos fatores explicativos da criação e mudança das estruturas sociais.

Em contraste com estes, outros sociólogos e filósofos da História conceberam os movimentos de mudança das sociedades humanas como desprovidos de uma finalidade definida, entendendo a organização, mudança e reorganização das sociedades como cíclica. Já diversos poetas e prosadores da Grécia antiga, como Hesíodo e Heródoto, pensavam o movimento das sociedades como a ‘passagem do mesmo ao mesmo através do diverso’, o que em última análise elimina qualquer evolução real (Jaeger, 1986). Essa mesma ideia de repetição cíclica tem sido atribuída a Gianbattista Vico (1669-1774) com a visão da história humana proposta em sua *Scienza Nuova*. Não só a história humana seguiria um ciclo imutável de três idades - idade dos deuses, dos heróis e dos homens - como o movimento das sociedades através da História repetiria avanços e retrocessos

(*corsi e ricorsi*) em tudo similares aos já vividos. Diga-se, no entanto, que, segundo, Vico o ciclo de mudança não se repete pura e simplesmente: os avanços e retrocessos não são cópia exata uns dos outros, nos vários estádios do ciclo. Mesmo que numa população o ciclo se repita, as três idades terão configurações diferentes, porque o decorrer da história segue uma espiral e não uma mera repetição: os estádios são estruturalmente iguais, mas processualmente diferentes, sobem de nível ontológico, desenvolvem uma visão mais ampla da realidade. E Vico propõe ainda outras ideias, singularmente interessantes, sobre a construção da história humana:

- a primeira é a noção de que a História da humanidade é obra do próprio homem (foi preparado para isso pelo seu Criador, que com certeza acompanha a sua caminhada histórica, mas fá-lo através de uma atenção não interferente, a Providência Divina);
- a segunda é a identificação dos motores que movem o homem na construção das sociedades: a satisfação de suas necessidades de sobrevivência, movidos pelo medo do desconhecido ou de potenciais inimigos (na primeira idade, a idade dos deuses), e por não querer nunca abandonar os ganhos obtidos pela força armada (a partir da segunda idade, a idade dos heróis) e cedê-los o menos que for possível (Vico, 2005, p.146). Vico abre assim o caminho para futuras explicações da organização e mudança do tecido das sociedades, mais atentas ao papel dos grupos sociais como os verdadeiros responsáveis por essas mudanças.

Marx também assumiu nos seus escritos a ideia de que é o ator humano quem está no centro da mudança das estruturas sociais. Mas, ao salientar o papel do conflito de classes no desencadeamento das mudanças sociais, Marx não se prende à visão linear da mudança das estruturas sociais; aponta claramente o tipo de processo que, na sua perspectiva, provoca essa mudança, a luta de classes, o conflito entre grupos sociais bem identificados: os proprietários dos meios de produção, de um lado; e os proletários, trabalhadores que apenas têm de seu a capacidade de trabalho, e que só a podem vender ao proprietário, do outro.

Ao definir o conflito como explicação da organização e mudança das estruturais sociais, Marx (1988) identificou o primeiro e mais notório motor dos movimentos sociais: o poder. E considerou a propriedade dos meios de produção a matriz desse poder, dado que os instrumentos do poder lhe estão intrinsecamente ligados. Na sua visão, é a posse desses instrumentos de poder que suporta o processo de dominação exercido sobre as

classes trabalhadoras e a sociedade em geral. O próprio Estado, com suas leis e instrumentos de coação é um sistema estruturado para manter a dominação da classe dirigente. A coação - nomeadamente a coação legitimada - é o tipo de interação social utilizado pela classe detentora dos meios de produção de riqueza para estabelecer o seu processo de dominação sobre as estruturas sociais e através delas, sobre a classe dominada. Por isso se tornou determinante para ele a divisão da sociedade em duas classes fundamentais: os donos dos meios de produção, os capitalistas; e os proletários, obrigados a alugar a sua força de trabalho aos donos do capital. Nesta visão, é perfeitamente lógico deduzir que os movimentos sociais têm todos um eixo comum: a competição pelo poder de governar os meios de produção. Só que esta competição é para os donos do capital a luta pela expansão do seu poder e manutenção do seu estilo de vida, enquanto para os proletários é a luta pela sobrevivência individual e de grupo.

Obviamente, na época de Marx, era esta a configuração mais notória que as sociedades ofereciam; não admira, por isso, que o poder fosse a ferramenta de organização que lhe saltasse aos olhos, ofuscando a ação do conhecimento, para além do seu uso como instrumento de poder. O legado do pensamento de Marx tornou-se objeto de idiferentes tendências explicativas dos fenómenos sociais. Na esfera política, estas tendências incluem o marxismo-leninismo, trotskismo, maoismo, luxemburguismo e o marxismo libertário. Várias correntes também se desenvolveram no marxismo académico, marxismo estruturalista, marxismo histórico, fenomenologia marxista, marxismo analítico, evidenciando Marx como um dos três principais arquitetos da ciência social moderna, juntamente com Émile Durkheim e Max Weber.

Max Weber foi outro autor que adotou a divisão da sociedade em classes e grupos associados, como os partidos, como fenómeno explicativo da distribuição social do poder e, conseqüentemente, a sua utilização como instrumento de organização da sociedade:

“Falamos de uma "classe" quando uma pluralidade de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que este componente está representado, exclusivamente, por interesses económicos, de posse de bens e aquisitivos, e isto em condições determinadas pelo mercado de bens ou de trabalho (Weber, 2004, p. 176).

E continua, citando Trotsky:

todo o Estado fundamenta-se na coação. Isto é de facto correto: se existissem apenas complexos sociais que desconhecêssem o meio da coação, teria sido dispensado o conceito de 'Estado': ter-se-ia produzido aquilo a que caberia o nome de "anarquia", neste sentido específico do termo. E embora "a coação não seja o meio normal ou o único do Estado - não se cogita isso - é seu meio específico (Weber, 2004, p. 177).

Weber acentua, como Marx, que o processo de dominação resulta da possibilidade de as classes dominantes usarem o poder de que dispõem, o qual inclui também o poder do Estado. Porque este, do mesmo modo que as associações políticas historicamente precedentes, é uma relação de dominação de homens sobre homens, apoiada no meio da coação legítima (quer dizer, considerada tal, porque instituída no Estado). Assim, tanto Marx como Weber consideram o poder como o principal motor da organização das sociedades; por isso, a competição para o obter e gerir tem sido um padrão nas sociedades até hoje. O uso do poder conduz à organização de sociedades hierarquizadas, e a busca de posição de privilégio nessas sociedades leva à competição pelo controle das fontes de poder.

E quais são as fontes de poder que os indivíduos de cada classe procuram? Também nisto há uma diferença visível; mas comecemos por visualizar um elenco das fontes de poder, da autoria de French e Raven (1958):

- *A força física;*
- *A posição que se tem na sociedade e no grupo;*
- *A autoridade legítima, o poder de posição formalizado;*
- *A atratividade, o carisma pessoal;*
- *O conhecimento, o saber útil ao grupo.*

Para garantirem a acumulação da riqueza que lhes assegura a sua posição de poder, os detentores dos meios de produção lançam mão da posição social que lhes advém da riqueza; da atratividade pessoal que o luxo em que vivem e os tratamentos de saúde lhes conferem; da coação legalizada do Estado; e do conhecimento que obtêm nas melhores escolas que mantêm para os servir. Os proletários não têm, obviamente, acesso a estas facilidades; as suas ferramentas são essencialmente, segundo Marx, a recusa de trabalho e a revolução armada. Weber, no entanto, reconheceu que o "poder de coação não é o meio normal ou único do Estado, mas apenas o seu meio específico"; e salientou

igualmente o papel do conhecimento especializado, quando tratou da burocracia como forma de dominação racional (Weber, 2004, p.230).

Na sequência de Weber, sociólogos como Giddens (1984) e Bourdieu (1978; 1997) reconheceram à informação circulante um papel significativo como motor de organização das sociedades. Bourdieu, nomeadamente, com a sua visão das múltiplas dimensões do capital (relacionáveis, aliás, com as fontes de poder de French e Raven), mostra que ele não é exclusivo dos capitalistas. Podemos, então, partir das referências mais ou menos explícitas destes autores aos dois motores da estruturação e mudança das sociedades para os enquadrar num modelo explicativo, em que a utilização do seu papel organizativo e transformador pelos atores humanos seja explicado com maior precisão e abrangência. Para tanto, a nossa reflexão terá como suporte conceitual o Paradigma do Raciocínio Complexo, que nos vem de Gödel, 1916/1986); Morin, 1967-2011; Prigogine e Stengers, 1997), na convicção de que esse paradigma será um guia seguro para a compreensão do processo evolutivo das sociedades humanas.

Texto 2

O passado *à vol d’oiseau*: o poder e a informação na construção das sociedades do passado

Na natureza, os dois motores que estão na origem dos movimentos de organização e mudança, nomeadamente os sistemas químicos e os sistemas vivos em particular, são claramente a energia (força) e a informação: a energia que, ao acumular-se em excesso, impulsiona o sistema para dissipar a energia excedente e criar novas estruturas para a regular, dando cumprimento à ideia de Lavoisier (1743-1794) de que “na natureza nada se cria e nada se perde, tudo se transforma”; e a informação (ínsita nesses sistemas naturais), que orienta a modelagem das estruturas e guia os processos de organização e reorganização desses sistemas bioquímicos e físicos.

Nos sistemas humanos, o poder é a energia que movimenta as ações e relações, e a informação é o significado que os atores humanos atribuem aos objetos em seus contextos: toda a intervenção humana de organização de coisas e pessoas é guiada pela visão que os interventores fazem da realidade e impulsionada pelo poder que têm sobre as condições e pessoas do contexto em que atuam. A informação guia o comportamento tanto dos que são principalmente gestores do poder, como dos que principalmente sofrem a sua ação; e quanto mais elevado for o nível de informação transformada em conhecimento numa sociedade, maior será a probabilidade de escolha de uma via que conduza a estruturas e processos capazes de assegurar melhor qualidade de vida aos diferentes atores sociais. Vejamos agora mais de perto o papel específico de cada um dos dois motores das sociedades.

No alvorecer da história

No período histórico em que os instrumentos de poder e a informação eram usados pelos humanos apenas para manter a sua existência individual e assegurar a sua sobrevivência como grupo, as posições de dominação concretizavam-se intermitentemente, pelo controle dos comportamentos dos outros e imposição do direito de decidir em questões pontuais, ainda que repetitivas. Isto acontecia, porque não tinham maneira de acumular riqueza, ou por serem essencialmente coletores ou porque os recursos obtidos não podiam ser duravelmente acumulados e utilizados como valor. Eram condições que não ofereciam bases estáveis para uma distinção de classes, já que as

fronteiras entre grupos só tinham como suporte esses comportamentos pontuais. Nestes casos, a fonte de poder só podia ser a força física (corpos mais fortes, número maior de combatentes grupais, armas melhores ou melhor manejadas). Eram instrumentos essencialmente de manejo intermitente e duração ligada à condição de cada indivíduo, cujo contexto de vida tinha três motivadores essenciais: *a busca de segurança pessoal e do grupo, a procura de comida e bem estar físico para si e os seus, a consecução de posição pessoal* na comunidade. Dado que o conhecimento do mundo era precário e muito limitado, a aprendizagem e o uso da informação estavam igualmente direcionados para o desenvolvimento dos instrumentos capazes de responder positivamente aos motivadores nucleares da sobrevivência referidos.

O poder era extensamente a base de toda a organização social, porque o conhecimento das estruturas sociais era mínimo (provavelmente apenas baseado na experiência relacional das famílias); e as estruturas organizativas da sociedade tribal eram relativamente precárias, em termos de duração e diferenciação, dada a relativa exiguidade dos recursos envolvidos, tanto em termos de informação como de poder.

Nos primórdios da capacidade de acumular riqueza, até às sociedades mercantis

Quando as comunidades humanas adquiriram a capacidade de acumular riqueza, o contexto de vida sofreu uma alteração significativa da sua configuração motivacional e, conseqüentemente, dos hábitos de vida em sociedade: a acumulação de riqueza em termos de património pessoal e familiar criou fatores motivacionais permanentes, de significativa intensidade e de mais amplo espectro. As pessoas passaram a ser movidas não apenas pela busca de segurança, sobrevivência e posição no grupo (motivadores S, F e R descritos a seguir), mas também pela maior facilidade em obter respostas consolidadas não só para eles como também para os outros motivadores (P, C e A):

- **Motivador F:** regulador da dimensão fisiológica do sistema: busca de bem estar físico; fuga à dor; garantia de boa comida e ambientes confortáveis.
- **Motivador S:** regulador da segurança do sistema: busca de um nível adequado de proteção contra ameaças e perigos; detenção de posições socialmente protegidas.
- **Motivador R:** regulador do impacto contextual da pessoa: busca de valorização social; fuga da desvalorização e insignificância; melhoria da imagem pessoal pelo uso de bens de adorno; busca de poder pessoal.

- **Motivador P:** regulador da aceitação da pessoa; fuga da solidão; busca de amor e companhia; relações pessoais atrativas (manter uma família unida e saudável, por exemplo); redes de contacto social.
- **Motivador C:** regulador da busca de informação, para entender o mundo real, e a si próprio; curiosidade, esforço para aprender e aumentar os conhecimentos úteis.
- **Motivador A:** regulador da auto-realização, autonomia, afirmação de identidade, racionalidade e capacidade de ação (Parreira, 2021).

A maior facilidade de encontrar no contexto fatores de resposta aos seis motivadores criou, para quem o conseguia, estilos de vida de maior qualidade e riqueza psicológica. Por promoverem estes motivadores, os contextos de valorização da riqueza e de seu uso (baseado em sua posse ou no direito político de a gerir) fomentaram uma competição mais ou menos acirrada pelo acesso às fontes de poder que permitem obter resultados positivos para estes motivadores: a competição pelo sucesso tornou-se padrão dos comportamentos em sociedade. Não foi por acaso que estudiosos da economia, como Adam Smith (1776), viram na competição pelo lucro o motor principal de toda a produção de riqueza e relação económica nestas sociedades.

Essa competição pelo maior ganho nas trocas económicas tinha como motor principal o uso do poder, porque o conhecimento existente sobre o funcionamento dessas sociedades ainda se situava mais no plano da simples informação e não no do conhecimento operacional. Isso, conduziu inevitavelmente, a prazo, à hierarquização da sociedade, que se segmentaria em classes economicamente definidas; e como as pessoas que iam conseguindo essas posições de riqueza tendiam a comunicar mais entre si e a distanciar-se dos que ficavam em posições menos favoráveis - *similis similem quaerit* (cada um procura quem é seu semelhante, como reza a conhecida expressão latina) - e esse adensamento da comunicação consolidou, no plano económico, as estruturas de classe

A relação entre poder e informação, enquanto motores da construção social, manteve claramente o predomínio do poder na configuração e reconfiguração das sociedades; e transformou esse predomínio em supremacia, com a durabilidade da posse das fontes de riqueza (uma das fontes de poder, como salientaram French e Raven (1958).

Na sociedade industrial

A revolução comercial no renascimento e a industrial do sec. XVIII na Europa, com a acumulação rápida de riqueza e poder que proporcionou, tornaram ainda mais evidente para os estudiosos o fenómeno das classes sociais, e conduziu os pensadores da época e seguintes - particularmente Marx e Engels - a teorizar a construção e mudança das sociedades em termos de luta de classes: dum lado, detentores dos meios de produção, os donos do capital; do lado oposto, os proletários, obrigados a vender o seu trabalho aos primeiros, enriquecendo-os com as mais valias por eles retiradas do trabalho produzido. Na perspectiva destes autores, as classes dominantes não ficavam apenas com a maior fatia da riqueza produzida; tinham os meios necessários para irem expandindo o seu poder de organizar os recursos da sociedade em seu proveito, de modo a consolidar e manter o processo de dominação, controlando para isso não só os instrumentos diretos de poder (exército, polícia, órgãos de administração), como também os contextos educativos (Emery, J., Powell, R., & Crookes, L. 2023).

As sociedades industriais até o sec. XX consolidaram a diferenciação das classes, com base no critério de acesso e no uso quase exclusivo dos instrumentos de poder, mas também os processos culturais e educativos em geral, assegurando por este meio a legitimação jurídica e social da estrutura hierárquica da sociedade e a manutenção de seu lugar privilegiado. Por isso, os autores que procuraram explicar as transformações observadas nessas sociedades atribuíram naturalmente ao poder o papel de principal instrumento a que os promotores das transformações teriam de lançar mão, para as conseguir concretizar.

Mas importa assinalar que a manutenção da liberdade de debate nas sociedades democraticamente organizadas da segunda metade do sec. XX presenciou o paulatino avançar de um novo paradigma: a informação como um importante recurso na configuração e reconfiguração das sociedades. Não há dúvida que, à luz da História, o poder foi indubitavelmente o principal motor de organização das sociedades; por isso, a competição para o obter e gerir tem sido o comportamento mais visível até hoje. No entanto, essa competição foi sempre acompanhada pela ação de grupos que têm defendido a informação/conhecimento como o instrumento mais desejável para a reorganização das sociedades. Assim, em paralelo com a luta de classes pelo poder, tem sido manifesta uma confrontação de ideias quanto à prevalência da informação ou do poder, como o instrumento mais positivo para a melhoria das sociedades.

Texto 3

O papel do poder e da informação como instrumentos de construção e mudança social

Uma resposta a esta questão pode ser encontrada pela inquirição da natureza e efeitos de cada um dos instrumentos de mudança, como faremos a seguir.

O poder é energia, força, é um instrumento que serve para controlar; por isso a regulação da sociedade com base no poder é, no fundo, um mero controle dos comportamentos. Sendo os poderosos da sociedade quem maneja os instrumentos do poder, são eles que organizam a sociedade e usam os seus recursos em benefício próprio. Portanto, quanto mais uma sociedade for governada pelas classes dirigentes com base no uso do poder (nomeadamente o poder coercivo¹) mais rigidamente hierarquizada se tornará e maior será a expansão do padrão competitivo de interação: individualismo, redução do nível de confiança, luta pelas fontes de riqueza e poder, reforço de fronteiras entre pessoas e grupos sociais, com aumento do desnível entre as classes dirigentes e as classes sujeitas à direção das primeiras.

Esta sociedade apresentará lacunas importantes, no plano do conhecimento: os segmentos da base da pirâmide social encontrarão fortes barreiras no acesso a uma educação de maior qualidade e nível tecnológico, ficando sujeitos principalmente à difusão de informação pouco operacionalizável como conhecimento e, por isso, menos capaz de os ajudar a subir de nível na hierarquia social. Portanto, quanto mais a sociedade se organiza com base no uso do poder, maior é a probabilidade de nela se consolidarem grandes desníveis de rendimento, educação, saúde e qualidade de vida.

A informação é um instrumento que serve essencialmente para dinamizar; diferentemente da energia e da matéria, que se consomem com o uso e precisam de ciclos mais ou menos longos de transformação para voltarem a estar disponíveis, a informação é por natureza indestrutível, não podendo sequer ser diminuída, mas apenas restringido o acesso a ela. Em termos de organização da sociedade, embora a informação sirva antes

¹ Seguimos aqui a lição de Amitai Etzioni (1966) que define três tipos de poder: *poder coercivo*, o poder de usar a força, concretizado sob a forma de *ameaça* ou *punição* (quanto mais grave e credível esta for, maior é o poder demonstrado); *poder manipulativo* (também designado como *remuneracional* ou de *recompensa* por Etzioni), o poder de seduzir pelas *promessas* feitas. A intensidade de expectativa criada indica o nível de poder exercido; *poder assertivo* (também designado de *construtivo*, *normativo* ou *cultural*, por Etzioni), ou seja, ser positivo a afirmar a sua autonomia, e ajudar outros a atingir objetivos, a resolver problemas, a agir sobre o meio.

de mais para dinamizar, não deixa complementarmente de servir também para controlar. Mas o controle por meio da informação é muito diferente do controle pelo poder, que tem como base um choque de energias, com imposição da mais poderosa; o controle pela informação **não pode ser imposto**, resulta da aprendizagem, da aquisição de saberes que o cidadão pode utilizar para se ajustar melhor à realidade que o cerca. É mais lento a obter resultados, mas é mais eficaz e mais resiliente

O uso da informação conduz à organização de sociedades dialógico/confrontativas mais abertas, com discussão sobre as alternativas de organização mais apropriadas². E quanto maior é o nível e a interdisciplinaridade da informação circulante nos grupos sociais, maior é a liberdade de movimentos dos cidadãos entre grupos e níveis hierárquicos, assim como é também maior a probabilidade de as divergências e conflitos se resolverem por exploração da informação existente e por negociação.

No âmbito do paradigma da complexidade, vê-se como natural que as guerras civis e as revoluções, que destronam as classes dirigentes que existem e as substituem por outras, tenham sido o processo de mudança mais comum no passado, dada a limitação informacional das sociedades anteriores. Mas hoje temos modelos de raciocínio mais complexos, como o esquema das estruturas dissipativas da energia e das bifurcações, de Prigogine, e outros esquemas conceituais do Paradigma da Complexidade, para explicar e gerir os fenómenos de mudança nas atuais sociedades do conhecimento.

Como acima foi colocado em evidência, estes dois motores são utilizados pelos atores humanos: atores que **principalmente gerem** os motores; e atores que **principalmente respondem** adaptativamente à sua ação. Na concepção de autores como Karl Marx e os anarquistas, por exemplo, o movimento de transformação das sociedades resultava de um conflito de classes, com foco nas respetivas posições de acesso ao poder, assim privilegiando a importância desse motor. Mas o modelo de análise complexa que orienta este trabalho complementa esta ideia com as novas descobertas da ciência atual: os atores que principalmente manejam os instrumentos de poder (as classes e indivíduos dominantes), apesar de terem em suas mãos os dois instrumentos de organização social, não deixam de ser afetados também pelos efeitos da sua aplicação na sociedade; e os

² Diversas sociedades atuais exemplificam extensamente como os dirigentes políticos de esquerda e de direita têm dificuldade em aceitar a regulação com base na informação, adotando em geral medidas repressivas (poder coercivo) sobre os discordantes, adornando-as com várias justificações.

indivíduos de classes sujeitas principalmente à dominação dos detentores do poder não ficam completamente subjugados, já que podem reagir, quer no plano cognitivo quer no da ação. Uma outra ideia de Marx - o condicionamento da representação da realidade e de seus princípios normativos pela posição do sujeito numa das classes - também é tida em conta na explicação dos movimentos de organização e mudança das sociedades pelo Paradigma do Raciocínio Complexo (PARC). O Modelo aceita a ideia de que a condição socioeconómica do grupo de inserção condiciona fortemente a construção das ideias sobre a realidade, pelo que os sujeitos não podem sair facilmente desse espartilho ideológico; e defende ainda que os que detêm um poder significativo sobre o contexto social assumem como verdadeira a igualdade *poder=saber*: quem tem poder convence-se que sabe como agir, uma ideia quase automática orientadora da ação. Isso foi posto em evidência pelos estudiosos da arte de governar, começando por Maquiavel, que em *O Príncipe* defendeu com entusiasmo o papel do poder:

O Príncipe sabe que ninguém consegue ser universalmente amado, ninguém pode obrigar os outros a amá-lo. Mas o Príncipe sabe que o temor gerado pelo uso do poder tem um alcance maior e está inteiramente em suas mãos (Maquiavel, (1532/2008).

E esse mesmo relevo lhe é dado pelos estudiosos da liderança, a começar pelo criador desses estudos, no seu célebre modelo sobre o impacto do comportamento do líder:

Quadro 1 - Modelo Tripartido de Lewin

Liderança Autoritária (uso elevado do poder)	Liderança Democrática (uso mediano do poder)	Liderança Laissez-Faire (uso reduzido do poder)
---	---	--

Na sequência de Lewin, diversos autores utilizaram a variável poder para medir os efeitos de diferentes modos de liderar os grupos sociais e de trabalho. Apresentamos a seguir os dois mais conhecidos (Likert, 1961; e Tannenbaum, 1981):

Quadro 2 - Sistema 4 de Likert

Uso elevado do poder	Liderança autoritária explorativa	Liderança autoritária benevolente	Liderança consultiva	Liderança participativa	Uso mínimo do poder

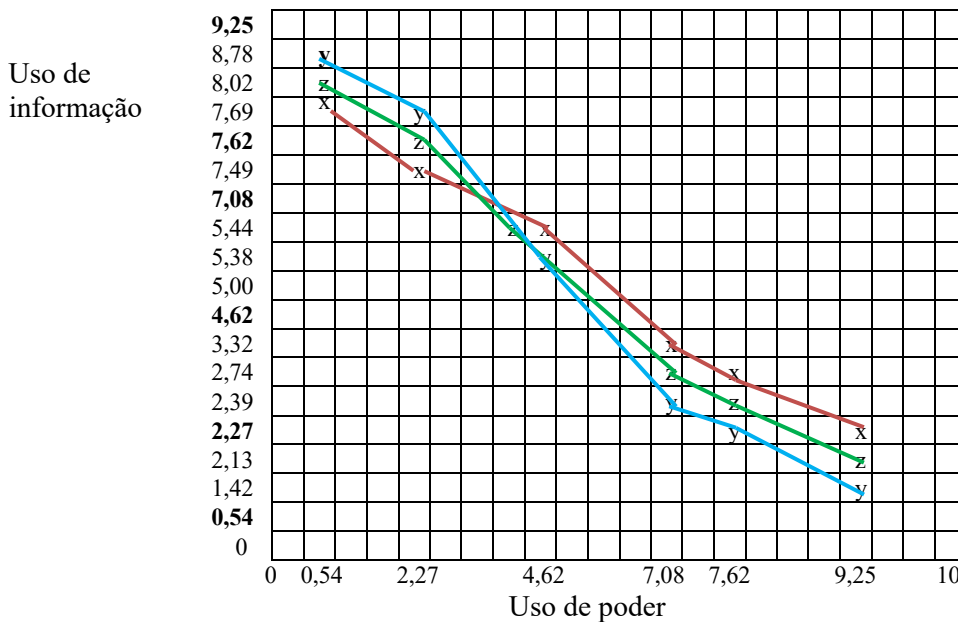
Tannenbaum e Schmidt (1958), num artigo que ficou célebre, situaram o comportamento do líder num *continuo do poder*, com sete posições, correspondentes a sete padrões típicos de comportamentos de liderança.

Quadro 3 - Contínuo das posições de Liderança (Tannenbaum e Schmidt, 1958)

1	2	3	4	5	6	7
O líder toma a decisão e comunica-a ao grupo	O líder vende a decisão, persuade o grupo	O líder responde às perguntas do grupo sobre a decisão que vai tomar	O líder apresenta a proposta de decisão e aceita alterá-la	O líder apresenta o problema a resolver e inclui sugestões na decisão	O líder conduz o grupo a decidir, dentro dos limites que define com o grupo	O líder conduz o grupo a decidir, dentro dos limites definidos pela organização para o contexto
mais poder menos informação						menos poder mais informação

Estes quadros mostram que quanto mais poder usam os membros das classes dirigentes para organizar e conduzir as sociedade tanto menos recorrem à informação existente nos grupos e classes dirigidas e sujeitas a processos de dominação, como os assinalados pelos estudiosos da evolução histórica das sociedades. Mas os próprios quadros mostram que o outro motor - a informação - não deixa de estar presente, quando o poder não é tão extensamente usado pelo líder (gráfico 1).

Gráfico 1 Uso do poder e da informação, em grupos de resolução de problemas



Legenda: Y - respostas femininas; X - respostas masculinas; Z - Total de respostas
 Fonte: Parreira e Lorga da Silva (2021)

Como o gráfico mostra, quanto mais for utilizado o poder para conduzir as operações de organização ou mudança das estruturas e processos sociais (posições à

direita no eixo das abcissas) tanto menor será o aproveitamento da informação: as estruturas criadas e os processos implementados correm o risco de ter um nível de qualidade relativamente baixo, nomeadamente se o poder mais utilizado for o coercivo, porque é aquele que mais impede a circulação da informação e, portanto, a utilização do conhecimento existente³.

Inversamente, quanto menos poder os construtores da nova configuração social utilizarem, mais facilmente podem recorrerem ao uso da informação para resolução dos problemas da sociedade: como a sua ação é movida sobretudo pelo conhecimento e a troca de ideias, inclinam-se a criar estruturas mais flexíveis e adaptativas, capazes de regular os processos de forma menos autoritária e restritiva e mais dialogante e democrática (posições na secção esquerda, no eixo das abcissas). Mas tanto os indivíduos das classes dirigentes como os das classes dirigidas não são inteiramente prisioneiros de representações sociais e valores comandados pela estrutura das classes económicas: têm momentos mais ou menos repetidos de aprendizagem experiencial, que lhes abrem sobre a realidade perspectivas diversas e mesmo claramente divergentes das que constituem o espantilho ideológico em que foram cognitivamente enquadrados.

Os resultados do gráfico 1 oferecem diretrizes interessantes para a intervenção sobre as estruturas e problemas de sociedades tão complexas como as atuais. Para se aproveitar o conhecimento existente e a criatividade social para realizar mudanças positivas nas estruturas sociais, é fundamental promover uma cultura valorizadora da informação verdadeira e do conhecimento objetivo da realidade. Ela será o guia mais seguro para a construção de estruturas e processos que sejam o suporte de decisões bem informadas e eficazes. Mais: se a população tiver um nível de conhecimento limitado e atuar essencialmente numa base emocional, propensa a adesões populistas, é decisiva a ação de líderes motivados e capazes de usar tanto poder quanto necessário para liderar, mas com o discernimento necessário para ir reduzindo, passo a passo, as práticas de poder (é claro que também podem ser obrigados a isso pelas resistências encontradas na sociedade, mas é um caminho indubitavelmente menos interessante). Como se viu acima (gráfico 1) as práticas de poder baixam o nível de verdade nas interações; reduzem a objetividade e relevância das informações prestadas ao grupo; diminuem o número de

³ A este propósito, é interessante observar como a obtenção de uma maioria absoluta nas democracias é muitas vezes o demonstrativo da *ilusão poder=saber*. A maioria absoluta do Partido Socialista português nas eleições de 2022, pode ser um exemplo desse fenómeno e da dificuldade de se defender dele.

iniciativas para informar os governantes; distorcem a percepção do real. Portanto, quanto mais acima no eixo da informação os construtores da nova configuração social se situarem, menos precisarão de usar o poder na resolução dos problemas da sociedade; e como toda a sua ação é movida mais pela troca de ideias e pela informação transformada em conhecimento⁴, estarão muito melhor informados sobre modos de resolver os problemas. Encontrarão mais facilmente soluções para criar estruturas flexíveis e adaptativas, capazes de regular os processos de forma menos autoritária e restritiva e mais dialogante e democrática, algo que se espera numa sociedade do conhecimento.

Assim, a proposta do PARC para o uso dos dois instrumentos de organização e mudança das sociedades humanas não é a opção por um dos motores, com exclusão do outro, mas sim encontrar para cada momento histórico a combinatória adequada dos dois. E como sabemos que as sociedades atuais já se podem considerar sociedades do conhecimento, essa combinatória deve privilegiar a informação tanto quanto possível, só usando o poder na medida do necessário. Além disso, o Paradigma recomenda que os tipos de poder postos em prática sejam preferencialmente o assertivo e o manipulativo com base nas três fontes que melhor permitem o uso da informação: *A autoridade legítima, o poder de posição formalizado; a atratividade, o carisma pessoal; e o conhecimento, o saber útil ao grupo.*

Os participantes no simpósio propõem algumas ideias chave de cada texto, para você, amigo leitor, analisar criticamente e verificar a sua posição acerca delas

A – Texto 1

1. No texto 1, defende-se a ideia de que os movimentos de organização e mudança das sociedades são desencadeados pela combinação de dois motores: o poder (que os energiza) e a informação (o conhecimento que os orienta).
2. O texto indica também as cinco fontes do poder utilizado pelos agentes sociais propostas por French e Raven.

O que lhe parece da ideia expressa em 1? Verifique em que medida ela lhe parece interessante e objetiva.

⁴ Davenport e Prusak (1998) distinguem dado, informação e conhecimento: dados são fenômenos, acontecimentos ou estímulo, que não têm significado em si, mas servem para construir informação; informação são dados significados para o indivíduo: moldam a sua visão sobre o real; orientam o seu comportamento; conhecimento é estrutura para avaliar e incorporar novas experiências e informações; é informação aplicada para agir sobre a realidade (Lehmann e Parreira, 2016).

B – Texto 2

1. Apresenta-se a ideia de que no alvorecer da História humana, o conhecimento sobre a organização das estruturas sociais era mínimo, por isso o caminho para organizar a sociedade era essencialmente o uso do poder. Mas a fonte de poder era sobretudo a força física, pelo que o processo de dominação social era precário, não propiciando a estratificação da sociedade em classes diferenciadas estáveis.
2. Foi a capacidade de acumular riqueza que gerou estabilidade e consolidou as diferenças de classe social. A motivação das pessoas não era só sobreviver, mas também ter mais riqueza e melhor posição social, com mais fácil acesso aos recursos existentes na sociedade. Isso levou à construção de uma hierarquia social, baseada na riqueza possuída.
3. A revolução industrial do sec. XVIII na Europa tornou evidente para os estudiosos as diferenças entre duas classes estruturais: os detentores dos meios de produzir riqueza (capital) e assim satisfazer o seu leque alargado de motivações; e os que essencialmente só podiam alugar a sua capacidade de trabalho, ficando por isso dependentes dos primeiros, os donos do capital.
4. A maneira como esta diferenciação de poder foi percebida por Marx moldou o seu pensamento e levou-o a sobrevalorizar a luta de classes como motor da História.

Reveja estas afirmações do texto 2 e verifique em que medida lhe parecem corretas e capazes de explicarem a diferenciação de classes observada nas sociedades.

C - Texto 3

Ideias chave do texto 3 que os convivas do encontro valorizaram:

- 1. O poder serve essencialmente para controlar, a informação serve essencialmente para dinamizar.**

Analise o que se diz no texto e verifique em que medida está de acordo com as ideias propostas.

- 2. Os dois motores são movidos pelos atores humanos: os que principalmente gerem os motores; e os que principalmente respondem à sua ação.**

Faça a sua análise crítica sobre o que no texto se diz sobre este tema.

- 3. Observe o gráfico 1 e avalie em que medida são objetivas as conclusões que se tiram no texto sobre o uso do poder pelos líderes.**

Referências

- Adam Smith (2022) *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Edipro - Edições Profissionais Lda. (Publicado originalmente em 1776, sob o título *Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, pelos editores Strahan e Caldwell).
- Bourdieu, Pierre (1978) *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Lisboa: Editorial Vega, Bourdieu, Pierre *Razões Práticas: sobre a teoria da acção*, Oeiras: Celta Editora, 1997.
- Castells, Manuel. (2002). *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Comte (1798-1857) *Œuvres d'Auguste Comte*, 10 vol., Paris, Anthropos, 1970;
- Coutinho, Clara e Lisboa, Eliana (2011). Sociedade da Informação e da Aprendizagem: Desafios para a Educação no Séc.XXI. *Revista de Educação*, vol. XVIII, nº1, 5–22.
- Davenport, Th. & Prusak. L. (1998) *Working Knowledge: How Organizations Manage What They Know*. Harvard Business Press
- Durkheim, Émile (2004) *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Editorial Presença (Edição original.- *Les Règles de la Méthode Sociologique – Revue philosophique*
- Dziekaniak, G. & Rover, A. (2011). Sociedade do conhecimento: características, demandas e requisitos. *DataGramZero – Revista de Ciência da Informação*, Vol.12, Nº.5, Brasília.
- Emery, J., Powell, R., & Crookes, L. (2023). Class, affect, margins. *The Sociological Review*, 71(2), 283–295. <https://doi.org/10.1177/00380261221150076>
- Etzioni, A. (1966; 1984, ed. brasileira) *Análise Comparativa das Organizações Complexas*. Rio de Janeiro: Zahar
- French, & Raven, B. (1958) The Bases of Social Power. In: Cartwright, D.(ED.) *Studies in Social Power*. Ann Harbor: Univ. Michigan Press.
- Giddens Anthony (1984) *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration* John Wiley & Sons, 2013
- Gödel, K. (1931) *Über formal unentscheidbare Sätze der Principia Mathematica und verwandter Systeme*; (English version by Solomon Feferman, (ed. 1986) *On formally undecidable propositions of Principia Mathematica and related systems* in *Kurt Gödel Collected works, Vol. I*. Oxford University Press:144-95.
- Gomes, Elisabeth (2015). Gestão do conhecimento: definição conceitual, múltiplos usos e interpretações. In: *Prospecção Tecnológica e Gestão do Conhecimento: contextos de Sociedade da Informação, gestão do conhecimento e Prospecção tecnológica – uma tentativa de visão sistêmica*, 1, 2002, Disponível em <http://www.cgee.org.br/arquivos/pro0202.pdf>

- Gurvitch (1959) "Les Cadres Sociaux de la Connaissance Sociologique", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, XXVI.
- Hakapaa, Jyrki (2002) *The Knowledge Society in: Kazimierz Musiał (ed.) Approaching Knowledge Society in the Baltic Sea Region* Wydawnictwo Uniwersytetu Gdańskiego Nordeuropa-Institut der Humboldt-Universität zu Berlin, Gdańsk-Berlin
- Hargreaves, Andy (2003). *O Ensino na Sociedade do Conhecimento: a educação na era da insegurança*. Porto: Porto Editora.
- Jaeger, 1986 (tradução de A. Parreira) *Paideia: a formação do homem grego*. Lisboa: Aster / Rio de Janeiro: Martins fontes
- Kumpikaitė, V. (2007) Human Resource Development in the Knowledge Society *Ekonomika ir vadyba: aktualijos ir perspektyvos*. 2007. 2 (9). 122–127. Kaunas University of Technology.
- Lehmann, L. & Parreira, A.: Instrumentos inovadores de aprendizagem: uma experiência com o WhatsApp *Revista Lusófona de Educação*, 43, 75-89
- Lenski G. E. (1974), *Human societies*, McGraw-Hill,
- Lewin, K., Lippitt, R. e White, R.K. (1939) Patterns of Agression Behavior in Experimentally Created Climates. *Journal of Social Psychology*, 10.
- Likert, R. (1961). *New Patterns of Management*. N. Iorque: McGraw-Hill.
- Machlup, Fritz (1962) *The Production and Distribution of Knowledge in the United States*, Princeton.
- Maquiavel, Niccoló (1532) *O Príncipe* (apresentado por J. A. Barreiros, 2008). Lisboa: Editorial Presença.
- Marx, Karl (1988) *O capital* S. Paulo: Abril Cultural, (edição original - *Das Kapital. Kritik der politischen Oekonomie*, 1867, Hamburg: Meissner)
- Morin, (2001) *L'Humanité de l'humanité* (t. 5), *L'identité humaine*, Paris: Le Seuil.
- Parreira, A. (2021) *A Fórmula da Motivação: Tecnologia da inteligência emocional e motivação em contextos empresariais, educacionais e políticos*. Rio de Janeiro: Edições Autografia.
- Parreira, A. & Lorga da Silva, A. (2021) The Complexity Paradigm: towards a Model for the Analysis of Social Systems and Problems. *Facta Universitatis, Serie Economics and Organizations*, Vol. 18, Nº 5, Belgrade University.
- Parsons, T. (1951) *The Social System*. New York: Free Press.
- Prigogine, I. e Stengers, (1997) *A nova aliança: metamorfose da ciência*. (*The New Alliance: Science Metamorphosis*) Brasília: Editora UnB.
- Spencer, H. (1874-1896) *Os Princípios da Sociologia* em 3 volumes.

Stehr, Nico. (1994) *Knowledge Societies*. London.

Steward, J. H. (1955). *Theory of Culture Change: The Methodology of Multilinear Evolution* (244 p). Urbana, IL: University of Illinois Press.

Tannenbaum, R. E Schmidt, W.H. (1958) How to Choose a Leadership Pattern. *Harvard Business Review*, 36, 95-191

Teichler, Ulrich (2002) “The Knowledge Society. Concepts and Implications”. In: *The Knowledge-based Society in the Baltic Sea Region*. Berlin,

Tönnies, F. 1988 (original 1887). *Gemeinschaft und Gesellschaft (Community and Society)*. Michigan State University Press.

Vico, Giambattista (1725), *Principi di una Scienza Nuova Intorno alla Natdelle Nazioni*. Nápoles: Felice Mosca. Tradução portuguesa de Jorge Vaz de Carvalho: Giambattista Vico, *Ciência nova* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

Weber, Max, (2004) *Economia e Sociedade* Edição da UnB, Brasília (do original *Wirtschaft und Gesellschaft. Grundriss der verstehenden Soziologie*, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), Tübingen

White, Leslie A. (1949), *The Science of Culture: A study of man and civilization*. Farrar, Straus and Giroux, 1949.



SEGUNDO ENCONTRO
Diálogos

Textos do Segundo Encontro

**A ação dos dois motores
e as sociedades do
conhecimento**

SEGUNDO ENCONTRO

O segundo encontro seguiu os passos do primeiro, talvez com mais à vontade e ligeireza, porque todos se sentiram um pouco aliviados da natural onda de tensão que pesou sobre a primeira tentativa de explorar caminhos ainda mal conhecidos de cada um. Temos também de reconhecer que esse alívio resultou de neste segundo encontro se enveredar claramente por veredas ajardinadas pela teoria, facilitando a entrega do trabalho de pesquisa de textos aos três convivas mais envolvidos com os campos teóricos. Os outros, claro, ficaram disponíveis para opinar quando chamados, mas quem os impediu de relaxar e usufruírem da boa liberdade que sempre colhemos, quando somos realmente senhores do nosso tempo?

*Veja leitor, a seguir, os textos que os nossos teóricos prepararam para fazer frutificar a nossa reflexão e nossas discussões, sempre amirrtosas, mesmo quando vivazes. Versam sobre **a ação dos dois motores na sociedades do conhecimento**.*

Repetimos aqui o desafio que já conhece do primeiro encontro:

- *Em que medida concorda com o que se diz em cada texto?*
- *Que dúvidas permanecem no seu espírito? Que pontos despertaram essas dúvidas?*
- *Tem objeções em relação a algumas ideias expressas? Quais?*

Texto 1

A ação dos dois motores, à luz dos estudos de Prigogine e do Paradigma do Raciocínio Complexo (PARC)

A escolha das combinatórias de poder e de informação no comportamento humano é, assim, fundamental para a sociedade enfrentar as bifurcações estudadas por Prigogine. Ele considerou a bifurcação a mais importante característica dos sistemas complexos, porque “são o ponto crítico por meio do qual um novo estado se torna possível na natureza” (Prigogine & Stengers, 1979, p. 122). Quando as estruturas e processos começam a dar mostras de não serem capazes de regular as pressões de energia existentes - traduzidas em movimentos desordenados e turbulentos, devidos a forças que causam um estado de desequilíbrio no sistema e o empurram para a fronteira do caos - começam a desenhar-se estruturas dissipativas dessa energia e a fazer-se sentir a necessidade de novas estruturas capazes de voltar a regular as energias em jogo. O sistema enfrenta uma bifurcação e é impulsionado para avançar por um de seus braços, o que possibilita a emergência da ordem acima dos movimentos entrópicos, com a construção de novas estruturas. Mas não de qualquer maneira: nas sociedades intencionais, como as humanas, o Paradigma da Complexidade mostra como é decisiva a atuação dos atores que manejam o poder e a informação, ao optarem por um dos dois braços da bifurcação (condições A e B):

Condição A - Se, ao decidir por um dos braços da bifurcação, o nível de informação dos atores envolvidos for igual ou inferior ao da compreensão das estruturas e processos sociais existente na sociedade, a sua ação terá como motor o poder; e o caminho escolhido tenderá a ser a repetição de estruturas de poder de qualidade igual ou inferior às das antigas, com a mera substituição dos detentores do poder, um efeito perverso geralmente não previsto pelos fatores da mudança.

Condição B - Se o nível de informação dos atores envolvidos subir acima do existente na sociedade sujeita à pressão da energia a dissipar, o caminho escolhido será o braço B da bifurcação que leva a explorar nova informação, usando esse conhecimento para implementar estruturas sociais mais flexíveis, abertas a novas atitudes, valores e modos de representar sociedade.

A revolução bolchevique, na Rússia do início do sec. XX é exemplo da primeira situação⁵: as mudanças confinaram-se essencialmente à substituição da nobreza e seus mandatários no uso dos instrumentos de poder, mantendo-se o mesmo tipo de estruturas e processos produtivos e padrões de comportamento similares. Mudaram os donos do poder, que se tornaram os novos dominadores, mas as estruturas e processos de dominação não mudaram; apenas se alteraram alguns processos de acesso a posições de poder. Pode concluir-se que seus líderes revolucionários não tinham o nível cognitivo requerido para a construção de estruturas e processos sociais realmente novos.

A revolução francesa é um exemplo do segundo caso: substituiu as estruturas de poder da monarquia absolutista, mas difundiu ideias mais abertas e integrativas, de que é exemplo a trilogia *liberdade, igualdade, fraternidade*. Essas ideias (que até foram inscritas na Constituição americana), levaram a novos padrões de relação entre os diferentes segmentos da sociedade e a uma cultura em que o conhecimento, o diálogo mais aberto e a aprendizagem de novas ideias foram valorizados.

Um terceiro exemplo do efeito perverso de decisões baseadas principalmente na vantagem dada pelo uso do poder foi, no início do sec. XX, a opção amplamente dominante pela energia obtida de fontes fósseis: ganhos mais fáceis e imediatos e correspondente acumulação de riqueza e poder; resultados que dispensavam os recursos exigidos por uma análise profunda dos efeitos colaterais dessa aposta linear. Mas hoje sabemos que essa opção, baseada num conhecimento monodisciplinar, sem avaliação de potenciais efeitos negativos nem análise comparativa de fontes de energia alternativas, contribuiu extensamente para criar os problemas climáticos atuais. Estes requerem hoje soluções bem mais difíceis, mas inadiáveis, atendendo à gravidade das ameaças que acarretam. Foi claramente um efeito perverso de uma decisão aparentemente muito racional, mas, de facto, de racionalidade limitada, que Herbert Simon (1987) mostrou ser habitual nas organizações.

⁵ O próprio Marx considerava que a evolução das estruturas sociais para o socialismo era mais natural na Inglaterra do seu tempo, já que ele defendia que as novas estruturas nunca partiam do zero, tinha de aproveitar o positivo das já existentes.

As sociedades complexas atuais como sociedades do conhecimento, fomentadoras do uso da informação

A efetiva disseminação do conhecimento nas sociedades atuais acaba por consolidar o entendimento e a vontade de que esse futuro seja de uma forma ou de outra assegurado pela aprendizagem, a informação e o conhecimento (Hakapää, 2002), construindo dessa forma uma verdadeira sociedade do conhecimento, na linha do que propõe Amaral (2006, p. 9, citado em Dziekaniak e Rover, 2011, p.2):

(...) o conceito de ‘sociedades do conhecimento’ é preferível ao da ‘Sociedade da Informação’ já que expressa melhor a complexidade e o dinamismo das mudanças que estão ocorrendo... o conhecimento em questão não é só importante para o crescimento econômico, mas também para fortalecer e desenvolver todos os setores da sociedade.

E mais explicitamente ainda, Kumpikaité (2007, p.123):

As sociedades do conhecimento não são uma coisa nova. A informação e o conhecimento são componentes vitais da formação de qualquer sociedade, pois todas são constituídas com base em conceitos partilhados. Numa sociedade do conhecimento, podem assinalar-se os aspectos que são novos :

- Com as tecnologias atuais, as sociedades do conhecimento não ficam limitadas pela proximidade geográfica;
- As tecnologias atuais oferecem muitas mais oportunidades de partilhar, arquivar e buscar conhecimento;
- O conhecimento tornou-se o capital mais importante da era atual, pelo qual o seu aumento se constitui como a chave do sucesso de qualquer sociedade.
- As sociedades do conhecimento são as primeiras reconhecer a importância da produção e adequada distribuição do conhecimento.

O conhecimento científico passa nessas sociedades a ter especial relevância para construção de novas estruturas sociais (Robert Lane, citado em Stehr 1994, p. 5), porque o ‘conhecimento’ é cada vez mais o motor da organização e da identidade da sociedade moderna (Stehr 1994, p. 6; Teichler 2002). Criou-se, no entanto, a imagem de um enraizamento quase exclusivo dessa sociedade no conhecimento científico de orientação tecnológica, relegando para um plano secundário os conhecimentos do senso comum, culturais, religiosos e mesmo das ciências humanas, como apontam Gurvitch (1957) e Machlup (1962). Essa imagem desencadeou uma forte crítica a um iluminismo totalitário que os críticos consideravam camuflado no conceito e a que atribuíam o papel de instrumento da exploração capitalista.

Como já vimos, porém, são vários os autores para quem esta visão é reducionista e parcial, na análise dos dados que estão à disposição dos estudiosos: além de não existir uma configuração única de sociedade do conhecimento, as várias configurações podem apresentar diferenças consideráveis, sem que isso as impeça de cumprir os critérios essenciais que as definem. Hakapää (2002). chama por isso a atenção para a necessidade de ser cauteloso, quando se faz um plano para a sociedade inteira: não se trata de uma sociedade-modelo criada por acadêmicos, as equipas de planeamento vêm de diferentes segmentos da sociedade e incluem gente da política, da economia e outras áreas do saber (*Science and Governance in a Knowledge Society*, relatório de 2000).

Hargreaves (2003) sublinha igualmente que a sociedade do conhecimento é uma sociedade de aprendizagem e que a produção do conhecimento é uma atividade nuclear nessa sociedade: o conhecimento é produzido em centros diversos, a começar pelas universidades e seus centros de investigação, mas também nas empresas e nas escolas de todos os níveis. As inovações tecnológicas passam a integrar a proposta pedagógica, e a disseminação do conhecimento acaba por acarretar transformações sociais de maior ou menor envergadura.

Uma sociedade do conhecimento utiliza extensamente instrumentos tecnológicos baseados na informação; e utiliza sistematicamente o estudo e a aprendizagem para aumentar a componente informação e reduzir proporcionalmente as componentes matéria e energia, nas tecnologias que utiliza (Coutinho e Lisboa, 2011). Ora, ao utilizarem as tecnologias baseadas na informação, aumentam a sua variedade interna, o leque dos seus comportamentos e opções de ação; ao aumentarem a sua variedade externa, abrem o leque de interações com os existentes no meio; e integram a um nível mais alto a informação e conhecimento que possuem. São por isso um contexto favorável à utilização da informação (em vez do poder) na construção e mudança das estruturas e processos sociais (Parreira e Lorga da Silva, 2021).

Os cidadãos como atores competentes

Um outro indicador desta mudança é a convicção generalizada de que, para usar a tecnologia de forma adequada, uma condição é imprescindível: a aquisição da competência pelos utilizadores. É uma convicção convergente com o valor dado à aprendizagem na sociedade do conhecimento e conducente à subida de nível cognitivo e suas potencialidades para a maior parte dos segmentos da população. Apesar de as

definições de competência serem muito variadas, todas convergem para uma definição essencial: *competência é o manejo eficaz do conhecimento do real e dos instrumentos que permitem aplicar sobre ele esse conhecimento, nas condições concretas de um contexto definido*. Portanto, uma pessoa ou grupo é competente quando:

- consegue criar ou adquirir conhecimento sobre o real;
- organiza, armazena e cria formas eficazes de acesso a esse conhecimento;
- tem forma de distribuir e fazer chegar esse conhecimento aos atores que o vão aplicar;
- tem modo de aplicar eficazmente esse conhecimento, usando para isso as tecnologias adequadas no seu presente e ao contexto em que atua (Gomes, 2015).

Estes desenvolvimentos criaram em muitos estudiosos (Castells, 2002; Fischer, 2000; Teichler, 2002) a convicção de que estamos perante uma revolução extremamente positiva, de que um dos sintomas é o valor atualmente atribuído ao estudo científico e suas aplicações tecnológicas. As sociedades do conhecimento têm condições para se estruturarem extensamente baseadas na informação, tornando-se sociedades conectadas de modo quase pleno em todas as dimensões do seu funcionamento, assegurando uma vivência profunda da democracia e cumprindo o ditame de Péricles “do povo com o povo e para o povo”. Essa caminhada será tanto mais segura quanto mais os líderes e decisores políticos se guiarem pelo Paradigma do Raciocínio Complexo no manejo dos dois motores da organização da sociedade, tomando, antes de mais, consciência da complexidade das democracias atuais.

Os autores deste trabalho partilham esse otimismo cauteloso, acreditando que as sociedades do conhecimento, cujo embrião se vai atualmente desenvolvendo, são o terreno histórico propício para encontrar as combinatórias de poder/informação favoráveis a uma abordagem interdisciplinar dos seus problemas organizativos. Têm condições para ser a matriz de uma organização social capaz de enfrentar objetivamente a complexidade desses problemas, com base no seu estudo científico aprofundado e não enviesado por interesses de classe ou ideológicos. Isso derivará do papel relativo dos dois motores da organização social, apontados no início desta reflexão: o *poder* e a *informação*. Os estudos realizados no âmbito do Paradigma da Complexidade apontam indubitavelmente para modelos de ação guiados decisivamente pela informação e não pelo poder.

Texto 2

O conceito de sociedade, no pensamento complexo

Clarificar o conceito de sociedade será um primeiro passo necessário para entender os passos necessários à construção de uma democracia complexa. Elliot & Turner (2012, p. 229) ressaltam que o conceito de sociedade se tem tornado cada vez mais problemático, citando autores (Beck, 1997; Lemert, 2004; Urry, 2000) que o afirmam em expressões como “morte da sociedade”, “fim do social”, “fragmentação do sistema social”, “implosão de formas de sociabilidade”, entre outras. Mas retomam o conceito, argumentando que tanto no plano teórico quanto no vivido ele se concretiza em três dimensões: sociedade como ‘estrutura’, como ‘relações de solidariedade’ e como ‘criação’, uma ideia que já vem do sec. XIX.

A ideia de estrutura dá relevo a fenômenos como conflito, rivalidade, competição entre os atores, assim como aos conceitos de autoridade, sagrado, comunidade, além do importância dada às normas estabelecidas e a estruturas como a divisão do trabalho e a divisão do poder (Weber, 2004). Em relação à dimensão ‘relações de solidariedade’, Habermas (2001) salienta que ela foi concebida no âmbito do estado nação, mas que tem de se adaptar a um contexto cosmopolita, em que se criam relações de solidariedade transnacionais, cujo multiculturalismo, longe de ser um fator destrutivo, pode ser uma oportunidade de consolidação de valores mais universalistas (Alexander, 2006).

A concepção de sociedade como criação ressalta da emergência de questões como: transformar as estruturas de poder, promover a construção da identidade pessoal. Estas questões remetem para Simmel (1908/1968), que concebia a sociedade como uma trama complexa de relações entre os indivíduos, o que cria espaço para a iniciativa e a criatividade nos processos interacionais. Essa criatividade exalta um conjunto de valores, como a curiosidade, a inovação, a alegria de participar da vida social, a busca de comunicação e uma atitude de tolerância nas relações sociais. Elliot e Turner (*ob.cit.*) colocam a ideia de criatividade num espaço de tensão entre a busca de horizonte de maior liberdade e as restrições criadas pelas diferentes formas de dominação existentes na sociedade. Mas essa criatividade tanto pode ter efeitos positivos como negativos, dependendo disso de outros fatores em jogo na multiplicidade das interações sociais, quer de nível físico, quer mediadas pelas mais diversas tecnologias de comunicação, nos planos social e político. Nesta perspectiva, propõem a noção de ‘sociedades elásticas’,

como conceito capaz de integrar esta enorme multiplicidade de movimentos e interações, novas configurações sociais, a emergência de um espaço transnacional, com uma acentuada mobilidade de pessoas e ondas migratórias, um intenso fluxo de capital financeiro, a eclosão de valores cosmopolitas e novas tecnologias de comunicação e acesso à informação.

O trabalho destes autores permite-nos elaborar uma definição operacional, atualizada, de sociedade:

Um agregado humano, complexo, integrando todos os segmentos da população que o compõem (definidos por critérios de idade, género, etnia, grupo social, religioso, linguístico, económico ou político); sem exclusão ou marginalização de nenhum dos grupos por razões ligadas a qualquer dos critérios, sendo todos os indivíduos de todos segmentos considerados cidadãos iguais perante a lei socialmente estabelecida que de todos deriva.

Esta definição é compatível com a ideia de sociedades elásticas, de Elliot e Turner (2012) e abre a porta à ideia de ‘sociedade do conhecimento’, que consideramos a configuração em que as sociedades atuais estão atualmente avançando. Para a sua análise, o paradigma da complexidade recomenda, não uma visão genérica do conjunto, mas a atenção tanto ao global como ao particular, na linha do que diz Morin:

é evidente que uma realidade que se organiza de forma complexa requer, para sua compreensão, um pensamento complexo, que ... deve ir além das entidades fechadas, objetos isolados, ideias claras e distintas, mas também não se prender no confuso, no vapor, na ambigüidade, na contradição: deve ser um jogo / trabalhar com / contra a incerteza, a imprecisão, a contradição (Morin, 2001, p. 87)

A ideia de complexidade não pretende substituir conceitos como clareza, certeza, determinação e coerência pelos de ambigüidade, incerteza e contradição: baseia-se na interação e trabalho mútuo entre tais princípios (Morin, 2001, p.88); e requer uma visão estratégica, que Morin definiu como a arte de "utilizar a informação que surge durante a ação, integrando-a, formulando planos de ação e reunindo o máximo de certezas possível, para enfrentar o incerto " (Morin, 2001, p.90).

A complexidade estrutural das sociedades do conhecimento resulta, em primeiro lugar, da grande diversidade de seus componentes (o quadro 4 tem um apanhado desses componentes e das dimensões de análise para cada um deles).

Quadro 4 Componentes das sociedades complexas e dimensões para sua análise

Componentes das sociedades do conhecimento	Análise interdisciplinar de cada componente
Os indivíduos , nos múltiplos papéis que desempenham na sociedade, com maior ou menor consciência de si e de sua identidade como pessoas e cidadãos.	Dimensões de análise interdisciplinar de cada um dos componentes da coluna à esquerda, na medida em que sejam aplicáveis:
As famílias , isoladas ou agrupadas de acordo com seus modos de viver, sentir e interpretar a realidade, as quais têm desempenhado o papel fundamental de reprodução da vida e da sociedade humana.	- Socioeconómica , integrando os níveis micro, meso e macro dos processos económicos;
Os grupos sociais , definíveis por vários ângulos <i>classes económicas, grupos étnicos, geracionais, de género, profissionais</i> (de todas as profissões que assim se organizem).	- Política : verificar em que medida a organização dos poderes e competências decisórias, na sociedade, afeta a solução do problema e é afetada por ela;
As associações religiosas (igrejas e comunidades a elas vinculadas) e grupos socioculturais de múltiplas áreas e níveis da expressão artística, com influência maior ou menor na definição das ideias que norteiam as populações e seus governantes.	- De saúde : verificar em que medida o problema a enfrentar tem implicações de saúde biopsicossocial;
Os grupos políticos , partidos e movimentos vocacionados para a intervenção na área política e sua influência sobre o governo da sociedade.	- Ambiental : implicações desta dimensão para os diversos componentes, interação com a qualidade de vida de cada um;
As empresas de todas as áreas de atividade produtiva.	- Educacional : impacto sobre os processos educativos e de desenvolvimento das competências que permitem aos cidadãos integrar-se de forma sustentável na sociedade;
As organizações de saúde dos mais variados portes e especialidades, mais ou menos articuladas num serviço de saúde nacional.	- Socio-cultural : avaliar em que medida o problema interfere com a cultura vivida e facilita ou entrava uma visão positiva, crítica e criativa da realidade social.
As organizações escolares , públicas e privadas, de todos os níveis de ensino.	
As estruturas e processos organizativos enraizados na História da sociedade: leis, cultura, práticas tradicionais de relação, gastronomia, hábitos de vida em geral.	
Finalmente, o espaço geográfico de suporte da sociedade, seu tamanho com sua configuração, organização das cidades e do campo, clima, recursos naturais, povos vizinhos.	

Fonte: os autores

Salvo as dois últimos itens, que são contexto, todos os componentes são atores que visam objetivos próprios, muitas vezes divergentes e em diversos casos mesmo antagônicos dos de outros grupos, incluindo grupos geracionais e de género, hoje muito mais intervenientes sobre um maior número de questões e de forma mais insistente que no passado. Essas interações são demonstrativas de lógicas diversas de pensamento e

ação, com abordagens não concertadas e muitas vezes extraordinariamente difíceis de conjugar, o que as torna grandemente imprevisíveis e, portanto, mais difíceis de regular. Acontece ainda que as ideias vigentes nos vários segmentos da população tendem a ganhar novos contornos, à medida que novas tecnologias, novos acontecimentos e novos contactos com outras expressões culturais vão acontecendo. Finalmente, é crucial perceber a proliferação de notícias falsas e distorções de interpretação do real que, dadas as facilidades de difusão nas redes de comunicação existentes, são veiculadas para o quotidiano dos cidadãos, eventualmente de forma intencional, com o apoio de técnicas como o ‘gatilho emocional’, criteriosamente aplicadas.

É para lidar com esta complexidade que as antigas ideologias políticas e seus aderentes parecem não estar preparados, como afirma Innerarity: “os principais grupos ...da nossa paisagem política - esquerda socialista, direita conservadora, liberais individualistas - mantêm em geral uma estrutura ideológica que não está em consonância com a complexidade social”. E Innerarity acrescenta: “Entender a lógica das matérias complexas não garante que sejamos capazes de as governar, mas podemos adivinhar que, sem uma teoria adequada à sua complexidade, cometeremos muitos erros práticos“ (Innerarity, 2020, pp.18, 20 e 22).

Texto 3

O Paradigma do Raciocínio Complexo e as respostas políticas atuais aos desafios da complexidade

Do ponto de vista da nossa equipa, o problema fundamental da gestão política da sociedade é garantir que as decisões políticas, aos vários níveis, obedeçam, na sua generalidade, ao proposto nos postulados do paradigma do raciocínio complexo, nomeadamente ao postulado 4, que requer uma visão interdisciplinar dos problemas, a integração das informações divergentes, a procura sistemática da informação que permita elevar o nível de raciocínio, a fundamentação das decisões e soluções mais no conhecimento existente que na autoridade instituída.

A questão epistemológica e prática que neste caso se coloca é saber em que medida os decisores das sociedades atuais, nomeadamente as democracias, serão capazes de um raciocínio próximo do que é pedido pelo Paradigma do Raciocínio Complexo (PARC). Tentaremos esclarecer o leitor sobre essa possibilidade, apresentando sucintamente os critérios do PARC e em seguida passando em revista três modos de organização política da sociedade, para avaliar em que medida cada uma delas se consegue ajustar aos critérios propostos pelo PARC.

Critérios do Paradigma do Raciocínio Complexo (PARC)

Os critérios do PARC orientadores das análises e intervenções a realizar têm como base os quatro postulados do paradigma do Raciocínio Complexo, estruturado a partir das propostas de Gödel (1931), Prigogine (1979), Morin (1985):

- O primeiro postulado do PARC assenta na conjugação dos contributos de Morin e Kaufmann (1995) e afirma: *Quanto maior o número de partes diversas de um sistema, a partir do qual a identidade global emerge, maior é a sua complexidade.*
- O segundo postulado completa o primeiro acrescentando: *o contributo dos movimentos internos e externos do sistema que definem a sua história, no tempo, sejam eles movimentos entrópicos ou negentrópicos. Quanto maior a variedade desses movimentos, tanto maior será, ceteris paribus, a complexidade do sistema.*
- O terceiro postulado introduz o modo de construção da complexidade do sistema: *Quanto mais a emergência da identidade de um sistema a partir de seus componentes for orientada por níveis mais altos de informação, tanto maior será sua variedade interna, o seu nível informacional e de interação e, conseqüentemente, a sua complexidade óptica total.*

- O quarto postulado do PARC trata da resposta prática às condições definidas nos três anteriores: *Para entender um sistema ou resolver um problema com um certo nível de complexidade informacional, é necessária uma complexidade cognitiva de nível igual ou superior à complexidade informacional desse sistema ou problema* (caixa 1).

Caixa 1. Modelo PARC – a fórmula do quarto postulado

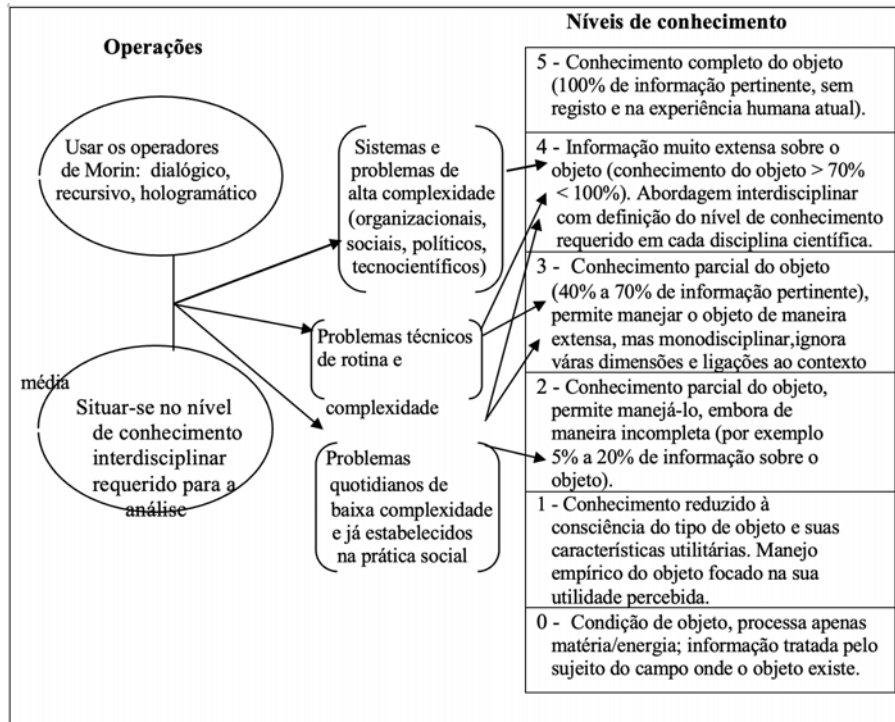
$CCR \geq NcogInt(S,P)$ - *Nível cognitivo requerido para uma análise e intervenção eficaz sobre um sistema ou problema*

em que: CCR = complexidade cognitiva requerida

NcogInt(S,P) - nível cognitivo interdisciplinar das operações de um sistema ou problema.

Os postulados acima enunciados apontam o nível cognitivo em que temos de nos situar, se quisermos explicar cabalmente e com a devida precisão um sistema complexo ou resolver eficazmente, sem efeitos perversos, os problemas desse sistema. O Quadro 5 mostra os vários níveis de complexidade cognitiva possíveis e as condições do nível 4, próprio da ciência atual.

Quadro 5- Modelo PARC – Garantir o nível cognitivo requerido para análise de um sistema ou resolução dum problema complexo



Fonte: os autores

Sistemas em análise com base nos critérios do PARC

- a condição de *'autoridade concentrada'*, vulgo ditadura, ou governo de partido único, com uso relativamente extenso do poder, para impedir a transformação da diversidade ideológica em partidos com capacidade de intervenção política;
- uma distribuição do *poder de tipo anárquico*, sem concentração estabelecida do poder;
- autoridade *outorgada pelo povo* a grupos políticos, para governo da sociedade durante um prazo definido em eleições, nas chamadas democracias.

Uma *'autoridade concentrada'* será capaz de um comportamento político compatível com os critérios do PARC?

A primeira fundamentação racional da *'autoridade concentrada'* é a aceitação pelos concidadãos de que a autoridade tem uma origem reconhecidamente superior à da sociedade e que o nível e complexidade do seu saber estão significativamente acima da capacidade cognitiva dos cidadãos. E esta aceitação tem de ser uma atitude natural, não imposta pelo medo de ameaças ou por atos punitivos, mas por considerarem que as decisões dos dirigentes satisfazem, de forma pelo menos razoável, as necessidades e aspirações presentes dos vários segmentos da população.

Esta condição corresponde *ao direito divino dos reis*, em eras passadas; *ao direito conquistado de grupos* que se impuseram pela força das armas e consolidaram o seu papel de elite governativa (Partido Comunista na União Soviética; ditadores de direita no sec. XX, como Franco e Salazar; ditadores anti-direita na América Latina, como Maduro e Ortega; Partido Comunista Chinês, etc.). Mas é uma condição hoje não aceitável na maioria das sociedades desenvolvidas.

De facto, o primeiro problema desta condição é o reconhecimento social de que os líderes políticos não têm nem um conhecimento nem um modo de raciocínio efetivamente muito acima da capacidade cognitiva dos cidadãos. E a razão é simples: cada vez há mais cidadãos a perceber que o conhecimento humano é socialmente produzido; que o acesso a ele nas sociedades atuais é fácil para a maior parte; que há muitos concidadãos com nível de saber e competência governativa equivalente ao dos detentores da *'autoridade concentrada'*. Aumenta paulatinamente, por isso, a parte da população mais informada, que não aceita a ideia de um saber dos dirigentes de nível superior inalcançável pelos cidadãos. Este facto torna inviável o recurso a esta condição,

para fundamentar a *'autoridade concentrada'* como organizador natural da sociedade. A dificuldade dos dirigentes da *'autoridade concentrada'* em aceitar esta realidade e interagirem com quem deles diverge, com base na informação e não no poder, manifesta-se nos comportamentos expressos em a), b) e c) que constituem o primeiro obstáculo significativo em relação às recomendações do PARC:

- a) tendem a usar o conhecimento como fonte de poder, mais que instrumento de compreensão da realidade;
- b) tendem a acreditar que *'poder = saber'*, isto é, quem tem o poder de decidir, sabe como decidir;
- c) tendem a considerar o divergente como erro.

A segunda condição de racionalidade é os líderes políticos estarem bem informados sobre a vida das populações, suas diferentes necessidades e aspirações, terem os recursos para as ir satisfazendo e agirem para isso.

Na condição de *'autoridade concentrada'*, é possível os dirigentes desenvolverem um conhecimento profundo das necessidades e aspirações da população, se recorrerem aos instrumentos de coleta e tratamento de dados hoje disponíveis; darem resposta às necessidades e aspirações dos vários segmentos da população já é mais difícil: não só tem de haver recursos para isso, como também esses dirigentes têm de estar motivados para o fazer. Para isso, é necessária não só a demonstração de conhecimentos sólidos e competências nas áreas que assumem, mas também de uma mente aberta, preparada para responder com objetividade aos pedidos dos cidadãos.

O maior obstáculo é a motivação desses líderes, que os induz a privilegiar os seus segmentos de apoio - *contemporizar com falhas do próprio grupo, sobrevalorizar a ordem definida pela autoridade, definir como bem comum o que coincide com seus interesses pessoais e grupais*, por exemplo. Em casos mais graves, estes comportamentos até se restringem aos apoios nucleares para a manutenção do poder, como exército e polícias, em detrimento dos outros segmentos populacionais. Outro padrão que se observa é a tendência desses líderes a manter a população num estado de conformismo, de modo a que as pessoas interpretem como dádiva dos dirigentes quaisquer benefícios recebidos.

A terceira condição de racionalidade implica que os líderes usem a informação como conhecimento e não como fonte de poder para decidir. É, talvez, a condição mais difícil de praticar pelos líderes da *'autoridade concentrada'*. Usar a informação como instrumento de regulação das divergências sociais implica o correspondente não uso de

poder. Aceitarem que não é preciso terem o saber total e que é preferível acolher a participação ativa de todos os grupos na solução dos problemas seria o caminho para a prática do PARC, na esfera política; mas esta consciência e a correspondente prática encontram barreiras extremamente difíceis de transpor na situação de ‘*autoridade concentrada*’. Seguir as condições definidas pelo PARC não só contradiz profundamente as crenças dos defensores da ‘*autoridade concentrada*’⁶ sobre o indivíduo humano e seu nível de auto-regulação (tendem a representá-lo como incapaz de decisões racionais equilibradas), como tem um efeito prático ainda mais temível: acarreta inevitavelmente exigências progressivas de distribuição do poder pelos vários segmentos populacionais, com o abandono, a um prazo mais ou menos longo, da aceitação social da concentração da autoridade num grupo privilegiado. Em alternativa, a tentação será manter extensos segmentos da população presos a necessidades de sobrevivência e organização do seu quotidiano e, portanto, alheios à possibilidade de conceber e criar autonomamente condições de vida mais positivas, uma opção que contraria claramente as recomendações do PARC.

Podemos então concluir que embora se possam verificar sociedades organizadas com base num esquema de *autoridade concentrada* (num líder populista ou numa burocracia oligárquica militarmente apoiados⁷) este tipo de organização dificilmente será compatível com a sociedade do conhecimento. Quando se mantém, tende a concentrar o desenvolvimento científico em feitos tecnológicos, com desinteresse pelas áreas de saber mais vocacionadas para o estudo do comportamento humano, excepto nas que podem gerar instrumentos de controle social.

É possível uma distribuição social do poder de tipo anárquico, sem nenhuma concentração estabelecida do poder de interpretar e controlar?

Etimologicamente, *anarquia* é ausência de *arquia*, (*αρχία*) ou seja, de posição

⁶ A fiscalização sistemática do comportamento e modos de pensar dos habitantes, praticada na China atual, mostra como o abandono dos instrumentos de poder é difícil, mesmo para líderes eventualmente convictos de ‘boas intenções’; e o recente congresso do Partido Comunista Chinês (2022), para definir quem terá nas mãos o governo da China, reforça esta conclusão.

⁷ Embora a estrutura policial e militar seja o suporte de fundo dos sistemas de autoridade concentrada, ele não precisa de ser movimentado sempre: há outros instrumentos de controle muito utilizados nas atuais sociedades do conhecimento (com esta característica em emergência ou já bem visível). Korotayev, Zhdanov e Krivenko (2024, p.99) mostram como medidas não violentas e eleições de ar democrático são instrumentalizadas (manipulação de resultados; controle dos *media*, notícias distorcidas na direção desejada, etc.) para legitimar a autoridade instituída.

privilegiada para *emitir opiniões, instruções, obtenção de recursos, emissão de ordens*, no fundo, usar símbolos e instrumentos de poder. A inexistência desta posição privilegiada nas interações numa população tem como consequência que a troca de informações é quase o único instrumento utilizável para ordenar essas interações e o comportamento dos indivíduos em relação aos recursos acessíveis. É uma condição expressamente contrária ao tipo de organização anterior e, se posta em prática, seria a concretização plena do terceiro e quarto postulados do PARC, pois configura um sistema em que a regulação dos comportamentos é completamente alcançada por meio da informação, com quase total exclusão das práticas de poder.

O percurso histórico do conceito

Vários historiadores anotam a existência de ideias de tipo anarquista em filósofos e escritores do passado, como Lao Tse, Zenão e outros estóicos e cínicos da Grécia e, mais perto de nós, Rabelais (1491-1552), Étienne de la Boétie (1530-1563), William Godwin (1793 / 1794) e Max Stirner (1845). Mas o movimento anarquista, estruturado em redor de algumas ideias fundamentais, pode dizer-se que nasceu na Associação Internacional dos Trabalhadores (1864), mais tarde designada de Primeira Internacional, na qual se fez sentir fortemente a radicalização do mutualismo de Proudhon. O papel dos anarquistas foi determinante na criação da CGT em França e na elaboração da Carta de Amiens, assim como da Industrial Workers of the World (IWW) em 1905 nos EUA.

Ideias fundamentais do pensamento anarquista

“Podemos dizer que o anarquismo é uma ideologia socialista e revolucionária, cujas bases se definem a partir de uma crítica da dominação e de uma defesa da autogestão; em termos estruturais, o anarquismo defende uma transformação social ... que permita a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão” (Correa e Viana da Silva, 2015, p. 25). Caracteriza-se por um conjunto de dez princípios (Correa e Viana da Silva, 2015, pp. 25-26) de que referimos aqui os principais:

- *Proposta de liberdade individual e coletiva*, protegida pela propriedade de cada um e pelo princípio da não agressão; igualdade em termos económicos, políticos e sociais; solidariedade e apoio mútuo; estímulo à felicidade, e à motivação para agir.

- *Crítica dos vários tipos de dominação*: dominação de classe e dominações político- burocrática e cultural-ideológica.
- *Luta de classes*: as dominações de classe permitem conceber a divisão fundamental da sociedade em duas grandes categorias universais, com interesses inconciliáveis: as classes dominantes e as classes dominadas, entre as quais o conflito é de raiz.
- *Defesa do internacionalismo* e da necessidade de ampliar a mobilização das classes dominadas para além das fronteiras nacionais.
- *Criação de sujeitos revolucionários*, aumento de força social das classes dominadas, de maneira a permitir o processo revolucionário de transformação social; construção da luta de baixo para cima. A violência, como expressão de um nível acirrado do confronto, é aceite em todos os casos em que é considerada inevitável.
- *Transformação social do sistema e do modelo de poder*: substituição do poder vigente - um poder dominador - por um poder autogestionário. A defesa da autogestão fundamenta a prática política e a estratégia anarquista e constitui a base para a sociedade futura.

Qual a possibilidade de uma sociedade de tipo anarquista, à luz do PARC?

A ideia central de abolição de todo o controle por autoridade (*poder*) e sua substituição pela regulação com base na informação (*feita conhecimento*) é compatível com o terceiro postulado do PARC:

Quanto mais a emergência da identidade de um sistema a partir de seus componentes for realizada por meio de processos de informação e não de poder, tanto maior será sua variedade interna, mais elevado o nível cognitivo de suas interações e atividades, maior a diversidade espacial e temporal de seus focos de interesse no contexto e, conseqüentemente, a sua complexidade ôntica.

O terceiro postulado do paradigma da complexidade, no entanto, não tem como suporte a crença de que a recusa de usar o poder permitirá que a racionalidade das pessoas gere uma organização natural da sociedade, como se o princípio da não agressão dos direitos do outro fosse um condicionante indefectível do comportamento humano. O que no postulado se afirma é que os organizadores da sociedade podem usar dois instrumentos - poder e informação - e que o uso da informação conduz a resultados de melhor

qualidade: *maior variedade de componentes internos do sistema, nível de processamento da informação mais elevado (ou seja mais inteligência nas atividades realizadas) e maior número de focos de interesse em relação ao contexto.*

Uma organização baseada nos pressupostos anarquistas teria como instrumento essencial e quase único de regulação a informação partilhada entre todos; ora, de acordo com o PARC, essa forma de organização só tem possibilidade de funcionar, se estiverem reunidas as condições que permitem uma regulação dos comportamentos sociais essencialmente através do instrumento informação:

- saber que tipo de organização seria natural na sociedade, e no qual se integrassem, sem choques irreconciliáveis, os modos diferentes de ser e agir;
- todos os cidadãos saberem as finalidades da sociedade em que estão integrados, conhecerem a sua articulação com as suas próprias e aceitarem livremente como racional essa articulação;
- a sociedade dispor de recursos suficientes para todos poderem satisfazer as necessidades que entendem ter, sem que isso gere escassez de satisfação para ninguém ou, em alternativa, que toda a escassez gerada seja livremente aceite por quem a sofre; para isso, a sociedade teria de criar recursos físicos, relacionais, culturais e espirituais, capazes de evitar qualquer situação inaceitável de escassez individual ou coletiva;
- haver uma partilha sistemática de informação entre todos os cidadãos, de modo que todas as decisões organizativas da sociedade tivessem elevada eficácia para a geração dos recursos necessários, para a sua distribuição pelos segmentos populacionais adequados, rápida resolução dos problemas apresentados e sustentabilidade das estruturas e processos instituídos.

Nas sociedades atuais, estas capacidades ainda não estão criadas; e não se vislumbra a sua criação num futuro previsível, o que inibe a aplicação integral do modo de organização anarquista nas sociedades complexas atuais. Mas as novas tecnologias de recolha e tratamento da informação vão permitir com certeza uma maior intervenção dos cidadãos⁸ na elaboração das políticas que os afetam, o que aumentará o papel da

⁸ Existem aplicativos em que as pessoas podem votar e mesmo editar questões de texto, de modo transparente e que consolida a redação final considerando todas as sugestões. Uma experiência levada a cabo em Viena com utilização de uma plataforma utilizável pela população para o debate de políticas a implementar - <https://www.discuto.io/en/features> - faz pensar que as inovações tecnológicas podem oferecer respostas a um maior uso da informação e uma mais direta intervenção dos cidadãos.

informação na condução da sociedade e acentuará os traços que nos aproximam da democracia direta. A visão anarquista tem, por isso, o mérito de ser um desafio à inteligência dos estudiosos da ciência política e, ao mesmo tempo, acervo de sugestões para uma prática cada vez mais orientada para a equidade nas relações sociais.

O modo de funcionar da democracia - autoridade outorgada pelo povo e entregue aos eleitos dos segmentos políticos da sociedade - responde aos critérios do PARC?

Pelas suas características fundamentais, a democracia é a forma de organização que parece adaptar-se melhor às atuais sociedades do conhecimento:

- tem como fundamento da sua racionalidade o princípio de que em qualquer sociedade o poder pertence ao povo que a constitui e que outorga o exercício desse poder a agentes governativos, através de um processo fidedigno (voto, por exemplo);
- os governantes aceitam a responsabilidade de prestar contas ao povo, de forma objetiva, sobre o seu desempenho nos cargos em que foram empossados.

Nas democracias atuais, mesmo as mais avançadas, vê-se que a prática do poder pelo povo acaba por ser indireta, através de intermediários, geralmente referidos como representantes do povo, mas cuja prática é sempre pessoal; conseqüentemente, o povo não é o sujeito do uso do poder nem da informação, pelo que mesmo o controle dos atos dos governantes só é feito diretamente através do voto ou de manifestações de rua (com as limitações inerentes a esses procedimentos).

Para além da diversidade das formas: a essência da democracia

A democracia apresenta-se em diversos formatos, desde que Clístenes a criou em Atenas, no sec.VI antes de Cristo. Não vamos entrar em pormenores relativamente a essas formas, dado que para o objetivo deste trabalho o que importa é identificar o que no conjunto desses vários formatos constitui o núcleo do conceito. Mas registremos esses formatos para depois nos concentrarmos na análise do seu núcleo comum:

Democracia direta

Era a forma da democracia ateniense, que tinha três características distintas: **igualdade de todos os cidadãos atenienses perante a lei da cidade**; **seleção aleatória de cidadãos comuns para preencher os cargos administrativos e judiciais de governo da cidade**; **todos os cidadãos tinham direito de participar na tomada de decisões da assembleia legislativa (εκκλησία)**; **todos os cidadãos elegíveis eram autorizados a falar e fazer a defesa de suas propostas, e votar na assembleia que estabelecia as leis da cidade**.

Esta participação direta governo da cidade só se revela possível em comunidades relativamente pequenas e com problemas de governo acessíveis ao conhecimento do cidadão comum. À medida que os Estados alargaram suas fronteiras para além da cidade-estado ou os problemas da sociedade se tornaram mais complexos, a democracia direta foi-se tornando impraticável. O filósofo empirista e liberal John Locke (1632-1704), propôs a ideia de que o direito a exercer o poder é legitimado apenas pela vontade dos cidadãos, expressa no voto; mas nesse início da democracia moderna, o direito de voto não era para todos: abrangia somente os grupos sociais mais favorecidos, devido, por exemplo, ao voto censitário, que dependia de um censo - imposto pago para se obter a condição de eleitor.

Perante esta situação, surgiram filósofos e teóricos que discutiam o *propósito* de um governo constituído pelos representantes políticos dos cidadãos e propuseram em resposta a ideia de *bem comum*, como fundamento de toda a governação; e esse debate foi definindo os requisitos fundamentais da democracia representativa.

Democracia representativa

A democracia representativa define-se como o exercício do poder político por um conjunto de cidadãos escolhidos por um processo eleitoral, em quem os cidadãos delegam o poder de atuar em seu nome e por sua autoridade. É essa delegação de poder que legitima as decisões dos representantes, que nas democracias se distribuem por órgãos legislativos, executivos e judiciais de governação. Foram-se assim definindo alguns requisitos fundamentais para a prática da democracia, como a existência de uma matriz legal fundamentadora, a Constituição, que nas democracias atuais constitui a trave mestra, o arcaboço de todas as leis e estruturas formais que vão sendo criadas para regular o normal funcionamento da sociedade. Devido a este fundamento constitucional, estas

democracias costumam ser designadas de democracias constitucionais. As democracias representativas seguem a regra da separação de poderes, no sentido de evitar a acumulação de poder por qualquer órgão governativo e assim impedir a destruição do ambiente democrático e a queda na autocracia. Essa separação de ramos ou áreas de poder conduziu em geral ao estabelecimento de três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Uma forma de eleição de representantes em cascata tem sido usada em alguns países sob a designação de ‘centralismo democrático’, que pode ser considerado uma forma minimalista de democracia representativa: os cidadãos elegem representantes locais, estes, por sua vez, elegem representantes regionais, estes elegem a assembleia nacional, no seio da qual são finalmente eleitos os que irão governar o país. Mas este modelo ainda é alvo de maiores críticas que a organização das democracias liberais, não só por estabelecer uma grande distância dos cidadãos em relação às políticas globais, mas principalmente porque no processo em cascata, os conluíus de poder se tornam facilmente incontroláveis.

Sem que seja uma resposta direta a estas críticas, a democracia semidireta da Suíça é um regime em que a representação política se combina com formas de democracia direta (Benevides, 1991, p. 129; Bobbio, 1987, p. 459). A Democracia semidireta possibilita uma prática mais bem sucedida de democracia, em comparação com as democracias representativas, ao permitir um certo equilíbrio operacional entre a representação política e a soberania popular direta. A prática desta ação equilibrante limita a “alienação política da vontade popular”, onde “a soberania está com o povo, que a exerce nas matérias mais importantes para o seu contexto de vida pública” (Bonavides, 2008, p. 275).

Texto 4

Crise da democracia?

A ideia de ‘crise da democracia’ vem ganhando repercussão na Teoria Política Contemporânea, desde a década de 1970, por todo um conjunto de problemas de maior ou menor envergadura. Além do desencanto generalizado com os atores políticos, uma das críticas mais frequentes é devida ao facto de, na democracia representativa, o povo só ser consultado formalmente de quatro em quatro anos: depois de eleitos, os políticos tradicionais agem como muito bem entendem até a eleição seguinte, esvaziando quase por completo o seu papel de representantes. Por outro lado, os partidos políticos a que os eleitos pertencem tornaram-se organizações burocráticas que se fundamentam muito mais na ideologia política e em interesses de grupo do que no papel de representantes dos eleitores. Neste contexto, podemos identificar alguns padrões de comportamento que contribuem especificamente para a referida crise da democracia:

- **Mantém a crença de que o poder é o instrumento principal** para controlar os acontecimentos e comportamentos sociais, inclusive tratando o conhecimento mais como fonte de poder que fonte de inteligência das situações; uma consequência desta atitude é consolidar nos eleitos a tendência a agir, mesmo que inconscientemente, como donos do poder.
- **Atribui algum valor ao conhecimento** manifestado pelas populações e aceita, em princípio, que o divergente pode não ser erro e sim informação útil; **mas tem óbvia dificuldade em aproveitá-lo efetivamente.**
- **Acredita que as maiorias expressam eficientemente o pensamento da sociedade**, e, conseqüentemente, consideram as decisões acertadas (Innerarity (p. 108 e 125), assumindo como certo o que pode ser apenas moda, por ser mais numeroso.
- **Dificuldade em representar e integrar efetivamente** os vários segmentos da população, nomeadamente em integrar na norma global, por um lado, o comportamento dos mais poderosos, mantendo-lhes privilégios processuais que lhes permitem criar obstáculos à adoção de medidas que não os priorizem; por outro lado, aos mais desprotegidos e de menor *status* não lhes dá voz e mantém um contexto que deprecia as suas intervenções.

- Devido à conjugação das características anteriores, **tem dificuldade em agir com prontidão, protelando muitas vezes soluções urgentes**; e tem igualmente dificuldade em resolver os conflitos com base na inteligência das soluções adotando muitas vezes soluções de compromisso meramente processual, sem a visão interdisciplinar necessária ao suporte da decisão.

Estes traços dão razão aos autores da corrente participacionista, que acentuam que a crise da democracia demonstra a necessidade de uma atuação mais efetiva da população na elaboração das políticas públicas. Essa exigência levaria a enraizar a legitimidade dos regimes democráticos em fatores que vão além da mera possibilidade de exercício livre do voto; mas consideram que isso despertará uma resistência sensível nos representantes eleitos, avessos a compartilhar o poder que o desenho institucional moderno lhes conferiu. Tal como atualmente é praticada, a representação política tende a convencer as pessoas de que não estão preparadas para participar no governo efetivo da sociedade, e que o melhor é deixar esse trabalho nas mãos de quem está investido com a capacidade específica de governar, como se ela fosse apanágio de uma classe especial de pessoas⁹. Na ótica destes autores, a superação da crise das democracias precisa de soluções de alguma radicalidade, de modo a conseguir-se uma definição abrangente do que designamos de democracia:

- os cidadãos serem politicamente ativos, com razoável preparação e consciência política, saberem o que querem, o que precisam e que propostas são mais favoráveis ao desenvolvimento da sociedade;
- a existência de um Estado de Direito, que se baseie em leis aprovadas pela sociedade, respeitadas e cumpridas por todos, com efetiva igualdade jurídica e política de todos os cidadãos;
- exercício do poder político de modo institucional e não pessoal, com respeito à *res publica*, não a sujeitando a interesses particulares de qualquer espécie;
- consciência de que quem está no poder é apenas representante do povo e não dono do poder que lhe está delegado: aceita por isso que o confronto de ideias e a divergência de opiniões é uma característica essencial da democracia, pelo que todas devem ser incluídas no debate político;

⁹ Ficou célebre em Portugal a atitude de um primeiro ministro (Cavaco Silva), quando exprimiu esta ideia na TV, com a frase “deixem-nos trabalhar!”

- promoção de uma vida de qualidade suficiente, sem privações materiais e culturais que obstruam a sua capacidade de raciocínio político, como condição necessária para que todos os cidadãos desenvolvam uma mais profunda consciência política;
- multiplicação de associações representativas de grupos sociais diversos, como meios de distribuição dos poderes político e social e instrumento de intervenção na vida pública;
- nas atuais sociedades do conhecimento, todas as medidas propostas com base e pressupostos ideológicos serão avaliadas à luz do conhecimento científico interdisciplinar atualizado sobre a matéria, para evitar efeitos perversos resultantes de insuficiências e ilusões de conhecimento.

Se olharmos com atenção os padrões de funcionamento acima enunciados, torna-se evidente que há todo um conjunto de pontos a que tem de se prestar mais atenção, ainda que a autoridade democrática pareça ter um modo de funcionamento que facilita a adoção do raciocínio complexo no enfrentamento dos problemas políticos e sociais.

Ideias chave propostas pela equipa do segundo encontro para o leitor explorar e analisar a seu gosto

Texto 1 –

1. Releia com alguma atenção o que se diz sobre as condições A e B.

Verifique em que medida está de acordo com o que se afirma sobre os seus efeitos, nomeadamente sobre a relação entre nível de conhecimento e qualidade da organização político-social.

2. As sociedades complexas atuais como sociedades do conhecimento, fomentadoras do uso da informação.

Concorda que já vivemos em sociedades do conhecimento? Que dados o levam a pensar que sim ou que não?

3. Em que medida cidadãos competentes são um pilar da sociedade do conhecimento?

Como conseguir ser um cidadão competente, no mundo atual?

Pense um pouco sobre o assunto, e registe as suas conclusões e dúvidas se as tiver, para poder esclarecê-las.

O texto 2 trata de um modelo de raciocínio que é atualmente aceite na ciência, como um guia eficaz para a abordagem dos complexos desafios que hoje enfrentamos.

Em que medida sente que a prática deste modo de raciocinar é positivo, elevando o nível da nossa racionalidade, e melhorando a nossa análise de situações e problemas? Consegue visualizar para si próprio a prática deste modo de raciocínio científico?

O texto 3 reflete sobre questões relativas ao governo da sociedade.

1. Verifique se ficou bem claro para si o conceito de ‘*autoridade concentrada*’.
2. Veja se quer fazer alguma observação às conclusões dos autores acerca desse modo de organizar e governar as sociedades, particularmente estes dois pontos:
 - a) “O maior obstáculo é a motivação desses líderes é *contemporizar com falhas do próprio grupo, sobrevalorizar a ordem definida pela autoridade, e definir como bem comum o que coincide com seus interesses* .
 - b) A condição mais difícil de praticar pelos líderes da ‘*autoridade concentrada*’ é usar a informação como conhecimento e não como fonte de poder.

A equipa do segundo encontro tem sobre a ideologia anarquista a ideia que está expressa no ponto 1.

1. Os princípios e valores da visão anarquistas são contraditórios entre si; por isso não são praticáveis em sociedades que não tenham recursos ilimitados.

Pense na questão, reveja o que se diz no texto 3 sobre o anarquismo e decida em que medida está de acordo ou discorda do que se afirma no texto.

O texto 4 explica o que se tem designado de crise da democracia.

1. Verifique se considera válidas as deficiências apontadas à democracia pelos intervenientes no segundo simpósio e forme a sua própria ideia sobre o assunto (que pode coincidir ou afastar-se em menor ou maior grau da apresentada pelo nosso grupo).
2. Em que medida as ideias e práticas propostas na p. 48 serão capazes de vencer a crise da democracia, de cuja existência tantos estão convencidos?

Referências

- Alexander, Jeffrey (2006) *The civil sphere*, Oxford: OxfordUniversity Press.
- Beck, Ulrich (1997) *The reinvention of politics*, Cambridge, Polity.
- Benevides, M. V. (1991). A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Atica.
- Bobbio, Norberto (1996). *Liberalismo y Democracia*. Breviarios Fondo de Cultura Económica, 476. México.
- Bobbio, Norberto, Matteucci, Nicola y GIANFRANCO, Pasquino (1998). *Diccionario de Política, A-J, L-Z*. Siglo XXI Editores. 11ª edición en español. España.
- Bonavides, P. (2008) *Teoria Constitucional da Democracia Participativa*. São Paulo, Editora Malheiros, (1ª. ed.: 2001).
- Correa, F., Viana da Silva, R. Anarquismo, Teoria e História (2015) in Correa, F., Viana da Silva, R. e Soares da Silva (Orgs.) *Teoria e História do Anarquismo* (pp.16-57), Curitiba: Editora Prismas.
- Elliot, Anthony & Turner, Bryan (2012) *On society*. Cambridge, Polity Press
- Étienne de la Boétie (1530-83) (*The politics of obedience: The Discourse of Voluntary Servitude* Introdução e notas por Murray N. Rothbard (1975)
- Habermas, Jürgen (2001) *The postnational constellation: political essays*, Cambridge: Polity.
- Godwin William (1793 /1794) *Inquérito acerca da justiça política*, (1793)
- As coisas como elas são ou as aventuras de Caleb Williams* (1794)
- Hawking, Stephen (2003) *On the Shoulders of Giants: The Great Works Of Physics and Astronomy*. London: Penguin Books
- Innerarity, D. (2021) , *Uma Teoria da Democracia Complexa*. Porto: Ideias de Ler.
- Kaufmann, S. (1993). *The Origins of Order*. NY, Oxford University Press
- Kropotkin (1886, P.) *Law and Authority* Londres: Freedom Press
- Lemert, Charles (2004) *Sociology after crises*, Boulder: Paradigm,
- Morin, (2001) *L'Humanité de l'humanité* (t. 5), L'identité humaine, Paris: Le Seuil.
- Rabelais (1491-1552): principais obras: *Pantagruel* (1532); *Gargantua* (1534); *O Terceiro Livro dos fatos e ditos heroicos do bom Pantagruel* (1546); *O Quarto Livro dos fatos e ditos heroicos do bom Pantagruel* (1552).
- Simmel, Georg. (1968 [1908]). *Soziologie: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung* Berlin: Duncker & Humblot .

Stirner, Max (1845) *Der Einzige und sein Eigentum*, (*O único e sua propriedade*), Wigand, Leipzig (Internet Archive)

Urry, John (2000) *Sociology beyond societies*, Londres: Routledge, Fischer, 2000

Wagensberg, J. (2000). Complexity versus Uncertainty: The Question of Staying Alive. *Biology & Philosophy* **15**, 493–508

The background features a dark silhouette of a human head in profile, facing right. The interior of the head and the surrounding space are filled with vibrant, swirling patterns of orange, yellow, green, and purple, resembling a complex network or a dynamic system. The overall effect is one of depth and complexity.

TERCEIRO ENCONTRO
Diálogos

Textos do Terceiro Encontro

**A democracia complexa
e as suas condições**

TERCEIRO ENCONTRO

“A minha proposta para o nosso debate de agora” assim começou o nosso anfitrião neste encontro, “é que o balizemos por dois conceitos: **os fatores que definem a democracia**, já que todos aceitámos que o povo, no seu todo, é o detentor de todo o poder; para depois nos interrogarmos sobre **qual será o instrumento mais adequado para escolha dos dirigentes da sociedade**. Como sempre, um debate aberto, sem nada inquestionável, mas continuamente à procura de respostas racionais. Concordam?”

A concordância foi geral e a primeira ideia veio do Dinis: “penso que o melhor é começarmos por definir bem a democracia, para depois avaliarmos em que medida cada instrumento decisório a promove ou não.”

“Acho bem”, entrou logo Filipa, “embora devamos ter a noção de que a democracia é o tema mais de fundo e vai ocupar a tarde inteira ou talvez mais”

“Isso não será problema, amanhã também é dia”, asseverou Duarte, “se ninguém tiver objeções, podemos avançar”.

Não surgiram objeções e foi apenas preciso um pequeno lago de silêncio para Duarte centrar o debate. “Então este primeiro ponto pode resumir-se assim: governo do povo significa a inclusão de todos na aceitação das normas a que todos estarão sujeitos; sem exceções, nem territoriais nem por fugas com base em artifícios legais. Estão todos de acordo?”

“Bem visto”, sublinhou Fernando, “mas o que é importante para nós é que nas sociedades atuais ainda há um outro grande problema”.

Os convivas fitaram-no, esperando. “É que a maior parte dos cidadãos não faz ideia da complexidade dos problemas a enfrentar em muitas áreas da governação...e não falo só de pessoas com pouca escolaridade”

“Isso é muito verdade”, apoiou Cristina,

“Também acho”, tonitroou Afonso, “lembro que neste momento o que pensamos discutir é ‘o que é e como se concretiza a democracia, essencialmente nas sociedades atuais... quer dizer ‘quais são as formas que consideramos aceitáveis e eventualmente descobriremos e propormos a melhor”

“Ena, propor a melhor é obra!”, exclamou Diana.

“Se formos capazes, é para isso que entrámos nesta discussão”, rematou Afonso.

“Vamos a isso”, decidiu Pedro, “mas o obstáculo intransponível que vejo é saber como

lidar com a complexidade dos problemas que as sociedades atuais têm, a maioria das pessoas não tem preparação para os analisar com objetividade”

“Claro, é um problema importante na questão da democracia.”

Duarte levantou a mão esquerda, fazendo os convivas aguardar. “Proponho que estudemos esse assunto definindo duas linhas de debate: a primeira é tomarmos consciência de que as sociedades atuais são complexas e de que é a essa complexidade que a democracia tem de se adaptar”. Duarte percorreu o nosso pequeno grupo com um olhar atento e prescrutador, antes de prposseguir: “depois será interessante aprofundarmos o que realmente consideramos uma democracia adaptada a essas sociedades, ou seja, o que podemos definir como democracia complexa”. Um novo silêncio se fez, que Duarte deixou estender-se por segundos que pareceram minutos.

“A mim parece-me bem esse caminho” assentiu Filipa, a decidida, é só fazermos grupos e começar o trabalho”.

“Então se todos estiverem de acordo podemos realmente avançar”, formulou Duarte, “porque a seguir podemos entrar nos problemas mais específicos do funcionamento da sociedade”

*Ninguém apresentou objeções, todos se dispersaram, um movimento aparentemente desordenado, mas que era afinal o juntar das peças para o trabalho. O resultado desse trabalho, caro leitor, são os textos que o nosso grupo coloca a seguir à sua consideração **sobre a democracia complexa e suas condições.***

Texto 1

Para sociedades complexas, a democracia tem de ser complexa

Relembremos que, de acordo com o Modelo PARC, as sociedades se organizam e reorganizam por ação de dois motores: o **poder** e a **informação**, com aplicação dos instrumentos de intervenção próprios de cada um, descritos nos textos dos dois encontros anteriores. Também salientámos que ao longo da História o papel da informação na organização e transformação das sociedades se tem expandido, reduzindo lentamente o uso relativo do poder (no plano qualitativo, no quantitativo ou ambos), na vida das sociedades. Na sequência deste raciocínio, consideramos que as sociedades complexas atuais, utilizadoras sistemáticas do conhecimento para a resposta a seus desafios e resolução de seus problemas, tenderão a usar cada vez mais o motor informação, nas diferentes áreas em que surgirem desafios. A configuração democrática das estruturas e processos governativos dessas sociedades parece ser a opção mais ajustada, tendo, no entanto, pela frente o desafio de encontrar respostas para o aumento de complexidade dos problemas que enfrentam em áreas fundamentais. Para se avançar com segurança na busca de uma democracia própria para a complexidade, parece prioritário identificar os pontos fracos das democracias atuais.

Innerarity, 2020, p. 25) começa por salientar que “A política já não tem de lidar com os problemas do sec. XIX ou XX, mas sim com os do sec. XXI, que exigem capacidade para gerir a complexidade social, as interdependências e externalidades negativas”. Por sua vez, Wagensberg (1985, p. 48) já explorara a ideia de que “o aumento da incerteza do ambiente exige um incremento da complexidade do sistema, em termos de capacidade de antecipação e resposta”. Mas, na opinião dos autores, as fórmulas da democracia que vêm do passado não respondem eficazmente à complexidade atual. Innerarity (2021, p. 20-22) explicita este ponto, com alguma contundência:

- Um erro grave das ideologias que nos vêm do passado é a simplificação excessiva da realidade, vêm sobrevalorizando o ponto de vista interpretativo limitado a que se agarram: mantêm em geral uma estrutura ideológica que não está em consonância com a complexidade social;
- A perspectiva conservadora ... conta com a dinâmica própria do sistema, sobre o qual - na sua ideia - pouco se pode intervir...Apela a um tipo de homogeneidade social e a valores que não correspondem à heterogeneidade e pluralismo das sociedades contemporâneas;

- Os liberais têm um conceito de indivíduo, de mercado e de escolha racional que parece desconhecer dimensões da complexidade social, como a inserção dos indivíduos nos sistemas, os condicionamentos estruturais das nossas decisões, ou a grande quantidade de intervenções que é preciso levar a cabo, para que a instituição do mercado (da qual têm uma concepção redutora) funcione;
- O socialismo é mais ambicioso na sua intervenção, mas frequentemente menos consciente dos seus limites... A esquerda usa a metáfora da transformação social para superar o capitalismo...costuma supor que é possível descrever o mundo com objetividade e que a atuação sobre ele é regida por causalidades diretas que ligam as ações a seus efeitos.

Na opinião de Innerarity, estas ideologias não têm em conta o fenómeno das estruturas de dissipação de energia (Prigogine e Stengers, 1979), não percebem os falsos movimentos nem prestam atenção às lógicas inerentes ao pluralismo e às condições de exclusão. Estão, por isso, prisioneiras da sua insuficiência de observação e análise, sendo obrigadas a recorrer a atitudes normativas que só um poder coercivo (Etzioni, 1984) poderia impor, dado o seu desajustamento face à complexidade do mundo atual.

Estas observações podem ser associadas a outras críticas apontadas às democracias atuais:

- A decisão de escolha dos eleitos para todos os órgãos governativos (nas instituições cujos lugares são preenchidos por votação popular) é tomada com base em um nível baixo de informação, quando comparado com o nível requerido a decisores sobre assuntos complexos e importantes para os sistemas empresariais. O desempenho dos cargos por agentes menos bem preparados é sempre propenso a falhas graves.
- Muitas decisões tomadas pelos representantes eleitos têm como componente essencial (embora eventualmente oculto) o interesse próprio dos decisores e não apenas a solução efetiva dos problemas. Sabe-se que isto é um fenómeno próprio da racionalidade limitada (posta em evidência por Herbert Simon, 1987), pelo que tem de ser posta em causa a não consciência e o não enfrentamento dessa limitação.
- Muitas decisões sobre a utilização e aplicação de recursos seguem o ciclo das eleições, visando agradar aos votantes e ignorando por vezes até o prazo certo da decisão. O resultado é muitas vezes a insuficiência das soluções, efeitos perversos na consciencialização dos cidadãos (deseducam em vez de educar), e mesmo a hipoteca de recursos, desviados de um uso mais eficaz.

- O processo de representação dos eleitores é relativamente frágil: seu fortalecimento exigiria uma troca de ideias e um debate mais profundo dos desafios e problemas, que geralmente é dificultado pela própria estrutura do sistema político, hierarquizada e com múltiplos níveis de controle; em resultado, o debate é extensamente substituído pela propaganda das ideias propostas pelos candidatos, numa perspectiva de marketing: *diga aos eleitores o que eles gostam de ouvir e os pode convencer*. Os eleitores deixam de ser cidadãos intervenientes e são empurrados para a posição de consumidores do que os atrai. É um comportamento que inibe, sem dúvida,

...a capacidade de introduzir no processo de formação da vontade política toda a riqueza de ideias, experiências, perspectivas e inovações duma sociedade descentralizada... porque não existe alta intensidade democrática quando o cidadão tem uma atitude de consumidor passivo, como um público de *voyeurs*, a quem se arenga para satisfazer desejos imediatos, sem nenhum horizonte de responsabilidade (Innerarity, 2021, p. 40).

Os pontos que acabamos de enumerar têm sua raiz na crença, ainda dominante entre a classe política, de que o poder é o instrumento adequado para controlar os acontecimentos e comportamentos sociais. Mas seria avisado tomarem consciência do aviso de Innerarity (2021, p. 100):

Deveríamos aceitar que o poder produz menos mudanças que os seus detentores e teóricos costumam admitir. Em sistemas altamente complexos, a aplicação do poder é paradoxal. Poderíamos sintetizar esse paradoxo na constatação de que quanto mais doseadamente se aplica o poder mais efetivo ele resulta.

Finalmente, a dificuldade em elevar o nível conceitual da análise, em situações complexas que exigem rapidez de decisão, como recomenda o Modelo PARC, impede os políticos de agir com a prontidão requerida pela urgência e importância dos problemas. Os atrasos no enfrentamento das ameaças climáticas são um bom indicador desta dificuldade.

Iniciemos este pequeno capítulo pelo precioso contributo de Innerarity, como fizemos na secção anterior. Innerarity começa por sinalizar que

falta elaborar uma teoria da democracia complexa, o que não é um mero desafio intelectual, mas um contributo que poderia resolver grande parte dos dilemas de nossas sociedades democráticas. Entender a lógica

das matérias complexas não garante que sejamos capazes de as governar, mas podemos adivinhar que, sem uma teoria adequada à sua complexidade, cometeremos muitos erros práticos (Innerarity, 2020, p.18).

E Innerarity (2021, p.125) continua: “numa concepção da democracia que se limitaria ao poder dos mais numerosos... a dominação maioritária não se distinguiria da ditadura de uma pessoa”. Nesse caso, o instrumento de poder seria privilegiado por quem o assume legalmente, mas o processo e os resultados não se distinguiriam dos praticados no regime de ‘*autoridade concentrada*’: Portanto, para que a ‘*autoridade democrática*’ se distinga claramente da ‘*autoridade concentrada*’, é fundamental que se mantenham duas condições: uma maior inteligência, um entendimento acrescido da complexidade do real; e a compreensão de que o uso da informação supera os resultados do uso do poder. È por isso que é essencial aprender quais são as *combinatórias adequadas de poder-informação*, em todas as situações, assegurando a prevalência sistemática da componente informação.

Os autores citados reiteram a ideia de que a democracia é o tipo de organização mais adequado à complexidade das sociedades do conhecimento; por isso nos vemos obrigados “a renunciar à configuração de qualquer coisa como uma instância central, que coordene o funcionamento das diversas lógicas que intervêm na sociedade” (Innerarity, 2021, p.21). Na ideia de Innerarity, “O mundo não pode ser governado por um Comitê Central, pelo Google, pelos especialistas ou pelo Exército de Libertação Popular” (Innerarity, 2021, p.21). E a razão para isso não é uma opção ideológica ou moral, por pensarmos que têm uma visão desonesta das coisas ou são eticamente reprováveis; a razão é mais objetiva, senão mais profunda: é “porque sua estrutura para processar a informação e governar não está preparada para lidar com a riqueza dos elementos, valores, informação e inteligência distribuída de uma sociedade complexa” (Innerarity, *ob.cit.*, p.21).

Mas não se trata de desmontar as instituições do Estado e avaliar o modelo neoliberal: o que é preciso fazer é “procurar equivalentes funcionais das atuais instituições do Estado”, renová-las e torná-las “compatíveis com os novos cenários de interdependência e policentralidade” (Innerarity, *ob.cit.*, p. 138). É preciso modificar o Estado, construindo conceitos na linha do que Giddens (1984) chamou ‘governo do contexto’, (citado em Wilke, 1991; Wit e Wilke, 1992) e Schuppert (2010) denominou ‘Estado ativador’ e ‘Estado cooperativo’.

Concretizar a complexidade, no entanto, não é fácil, já que exige muito mais do que visões metafóricas das situações: requer a construção de estruturas complexas, assentes em soluções desenhadas com base nos conhecimentos científicos atualmente disponíveis e nas ideias inovadoras que deles possam derivar. E essa construção só acontecerá pela escolha do braço da bifurcação onde as soluções derivem de um nível de conhecimento capaz de inventar configurações estruturais e de processo que consigam moldar as estruturas dissipativas reguladoras da energia libertada pelas tensões existentes.

Na primeira parte deste estudo, já nos debruçámos sobre os dois motores da organização e mudança das estruturas e processos sociais; vamos agora focar-nos nas atuais sociedades do conhecimento e refletir sobre o impacto desses dois motores nos processos da democracia, enquanto modo organizativo que parece ajustar-se melhor a essas sociedades.

Os autores atentos aos sintomas de crise e correspondentes tensões das democracias atuais, apontaram a necessidade de encontrar soluções capazes de responder às falhas organizativas e de resposta aos problemas que já de há algum tempo se começaram a verificar. Estão exaradas acima e têm a ver com o arcaboço teórico, mas também com os aspetos práticos, das várias concretizações atuais da democracia.

Retomando a análise com base no modelo do PARC, o primeiro passo será prestar atenção cientificamente orientada aos componentes da sociedade e relembrar que a análise dos problemas e procura de soluções nas diferentes áreas de atuação tem de ser guiada por uma visão científica interdisciplinar.

Texto 2

A essência de uma democracia complexa

A primeira condição de análise baseada no paradigma da complexidade é obter o conhecimento completo e objetivo do sistema analisado, na multiplicidade de seus componentes, como destacámos acima no texto sobre o Modelo PARC. E se na sua essência a democracia é ‘do povo, para o povo, com o povo’, como afirmou Péricles, torna-se fundamental que na procura de uma resposta sólida para as preocupações participacionistas se defina com clareza o conceito de povo. Propõe-se, para isso, a definição já dada acima para sociedade (*Segundo Encontro, Texto 2, p. 34*).

Totalidade da população existente num espaço definido por fronteiras (Estado), integrando todos os segmentos dessa população, sem exclusão ou marginalização de nenhum dos grupos por razões ligadas a qualquer dos critérios semográficos. Todos os indivíduos de todos os segmentos são considerados cidadãos iguais perante a lei que de todos deriva e é socialmente aceite.

De acordo com o PARC, todos os componentes da população têm que ser incluídos em qualquer definição de povo como sujeito do poder em democracia. Como exemplo da necessidade desta postura, pode citar-se aqui o constrangimento causado pela ascensão de partidos da extrema direita nas eleições europeias: segundo o Modelo PARC, essa ascensão deveu-se à falta de atenção prestada às preocupações de vários dos segmentos populacionais que compõem o povo. Por isso o Modelo recomenda que nenhum grupo seja excluído do debate: isso apenas conduz ao efeito perverso de sua ascensão, pois sem a confrontação de seus pressupostos não é possível discriminar o que têm de negativo e de positivo. Uma sociedade do conhecimento não perde informação necessária ao seu autoconhecimento.

A segunda condição de uma análise complexa da democracia obriga a observar e entender como suas estruturas políticas lidam com todos os seus componentes e a avaliar a sua positividade e seus resultados ao longo do tempo. Entram aqui duas recomendações: interdisciplinaridade no raciocínio e adequação do nível cognitivo da análise, sem os quais a compreensão da complexidade não é possível. Todas as vertentes importantes para a sua solução devem ser analisadas ao nível requerido pela complexidade do problema; nenhuma pode ser descartada como menor.

De acordo com o Paradigma do Raciocínio Complexo, o quadro societário dos

problemas enfrentados nas democracias atuais é definido pelos componentes acima enunciados; e a análise e resolução dos problemas a enfrentar tem de ser interdisciplinar e de se situar ao nível cognitivo requerido por esses problemas. Assim, a primeira questão a esclarecer é o conceito de democracia complexa, que é própria das sociedades do conhecimento, como se infere a partir dos postulados do modelo PARC.

CrITÉRIOS DEFINIDORES DE UMA DEMOCRACIA COMPLEXA, À LUZ DO PARC:

- a) Decisões e ações governativas guiadas por um saber científico interdisciplinar, continuamente atualizado. Este padrão tornou-se nas sociedades atuais um modo normal de pensar aplicado à maior parte das atividades; tenderá, salvo qualquer tipo de catástrofe dinossáurica (Thom, 1975; Zeeman, 1977) a estender-se a todas as atividades organizativas da sociedade.
- b) Liberdade de expressão, de movimentos e atividades para todos os cidadãos, no âmbito das normas legais adotadas na sociedade. Este padrão concretiza a ideia universalmente aceite e exarada no texto aprovado pela Assembleia da ONU, em 1948; inclui: a liberdade de opinião, de participação na atividade política, o direito de concorrer a cargos políticos, de qualquer nível, por iniciativa individual ou enquadrado num partido ou movimento político em que livremente se tenha inscrito, dentro de normas iguais para todos.
- c) Decisões governativas orientadas para garantir um ambiente agradável de tranquilidade e segurança, e o direito a ser tratado com respeito e cortesia pelos outros e por todo e qualquer representante das autoridades constituídas.
- d) Decisões governativas orientadas para construir e consolidar uma cultura de confiança entre todos os cidadãos e na relação com as instituições da sociedade. Para isso, será promovida uma cultura de transparência em todas as atividades existentes, desde as interpessoais às socioeconómicas e às políticas. Criar-se-ão meios para responder às dúvidas e objeções dos diversos grupos de cidadãos.
- e) Direito a usufruir dos bens que cada um consiga obter por atividades exercidas com honestidade e respeito pelas leis instituídas na sociedade. Não será aceitável violar as leis, mas todos os cidadãos as podem questionar e as instituições governativas devem estar prontas a esclarecê-las e, se se justificar, alterá-las.
- f) Decisões governativas orientadas no sentido da oferta de serviços de saúde de boa qualidade e com garantia de acessibilidade para todos os cidadãos. Este devem,

por sua vez, contribuir, dentro de sua capacidade, para a sua sustentabilidade, a fim de que todos, sem exclusão, possam usufruir desse bem essencial.

- g) Decisões governativas orientadas no sentido de assegurar o acesso a habitação de qualidade suficiente para todos. Também neste caso, devem ser promovidos padrões ativos de colaboração entre os diversos atores públicos e civis relacionados com a resolução do problema.
- h) Decisões governativas orientadas para a criação de condições de acesso aos vários níveis de educação para todos os cidadãos, de modo a evitar a marginalização e exclusão de ninguém, por motivos alheios aos critérios específicos de acesso ao grau de ensino a que se candidate.
- i) Estabelecer uma configuração estrutural e definir processos de relação com os cidadãos que concretizem a definição de democracia complexa, visando uma qualidade de vida aceitável para todos os cidadãos, de acordo com os critérios aqui enunciados.

É extremamente importante que a democracia seja capaz de “introduzir no processo de formação da vontade política toda a riqueza de ideias, experiências, perspectivas e inovações distribuídas da sociedade civil”, em especial “uma capacidade estratégica aplicada ao aproveitamento dessas competências” (Innerarity, *ob.cit.*, p 25).

Para obedecer a estes critérios, a democracia concretizada em qualquer das suas modalidades, precisará de garantir a prática de comportamentos, processos e soluções que tenham em conta os seguintes pontos:

- ter a consciência de que a informação, se for criteriosamente usada, gera resultados mais positivos e sustentáveis que o exercício da autoridade, para a regulação dos comportamentos sociais;
- ter a noção de que a democracia será tanto mais perfeita quanto mais se desenvolver em todos os segmentos da sociedade uma cultura de busca de soluções científicas interdisciplinares para os problemas;
- fazer com que os ocupantes das instituições governativas efetivamente cumpram a sua condição de agentes *ao serviço de todo o povo* e não apenas dos segmentos sociais a que estejam mais ligados;
- em todas as combinações de *poder-informação* que se escolham para agir em situação, privilegiar o uso da informação e usar o poder apenas na medida estritamente necessária.

Innerarity parte desta observação, para sugerir que o ajustamento da democracia à complexidade ambiente poderia encontrar resposta numa atualização do conceito de *poliarquia* de Dahl (1989, citado em Innerarity, 2021) “uma autoridade dispersa por áreas, sendo escolhidos governantes para cada área, através de um processo seletivo de tipo eleitoral ou outro - qualquer deles definido por decisão do povo” (configurando *uma democracia gestonária*):

Este aumento da complexidade seria entendido de modo mais radical para integrar os diversos planos e enquadramentos em que esses poderes multiplicados (*poliarquia*) se situam. Poderia assim pensar-se a ordem e a representação nessa nova volta do parafuso da pluralização a que aludem termos como ‘sociedade do conhecimento’, ‘inteligência distribuída’, ‘sociedade das redes’, ‘cidadania empoderada’ ou ‘sociedade civil ativa’ (termos já hoje presentes, uns na linguagem da esquerda outros da direita). Esta nova linguagem significa na prática ... (*que um*) programa eleitoral é designado de *contrato com os cidadãos*, com novas reivindicações sociais e possibilidades inéditas de auto-organização, num mundo de multilateralidade e interdependências” (Innerarity, 2021, p. 108)

Uma outra questão primordial para uma democracia complexa será enunciar os problemas sociais mais suscetíveis de criar tensões que levem à emergência de estruturas dissipativas na sociedade que se define como democracia complexa. Serão problemas a resolver todos os que afetarem qualquer das áreas desse tipo de sociedade e não apenas das atividades políticas e governativas: problemas na área socioeconómica; nas áreas da saúde, ambiente e vida quotidiana; e, finalmente, nas áreas da educação, da cultura e da produção e acesso ao conhecimento. Considera-se que estas áreas fazem parte do próprio conceito de democracia, pela sua inclusão no conceito de cidadania plena: se o governo é do povo e para o povo, os problemas em qualquer dessas áreas são problemas do povo. Têm por isso de ser resolvidos pelo recurso sistemático dos governantes a todas as áreas do conhecimento científico mais atualizado.

Enfrentar os problemas nas áreas da sociedade onde as tensões têm mais probabilidade de atingir níveis que tornem problemática a sua regulação, e por isso façam emergir a necessidade de estruturas dissipativas dessa energia, é um passo fundamental na construção de uma democracia para a complexidade, nas atuais sociedades do conhecimento. Enunciam-se a seguir os problemas que são desafios atuais para as democracias complexas, e para os quais se tentará esboçar respostas, guiadas pelo Paradigma do Raciocínio Complexo, na terceira parte deste trabalho.

A nossa equipa tentou neste texto caracterizar em profundidade a essência de uma democracia complexa.

O pequeno desafio que lhe propomos será, primeiro, verificar se está de acordo com a caracterização que fizemos; em segundo lugar, pedimos-lhe que acrescente alguma sugestão aos critérios defidores que elaborámos, se se lembrar de alguma, e que corrija alguma afirmação que não lhe pareça correta. Está motivado para fazer esse esforço?

Referências

- Dahl, R. (1989) *Democracy and its critics*. Editora: Orient Longman.
- Etzioni, A. (1966; 1984, ed. brasileira) *Análise Comparativa das Organizações Complexas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Schuppert, G. F. (2012) “New Modes of Governance and the Rule of Law: The Case of Transnational Rule Making”, in *Rule of Law Dynamics* (Michael Zürn, André Nollkaemper, and Randall Peerenboom eds.) Cambridge University Press, 90–107 at 104.
- Simon, H.(1987) Bounded rationality. In J. Eatwell, M. Milgate, and P. Newman (Eds.), *The New Palgrave Dictionary of Economics* (Vol. 1, pp. 266-268). London, England: Macmillan.
- Thom, R. (1975) *Structural Stability and Morphogenesis*. Reading, Massachussets: W.A.Benjamin Inc.
- Wagensberg, J. (2000). Complexity versus Uncertainty: The Question of Staying Alive *Biology & Philosophy* **15**, 493–508 <https://doi.org/10.1023/A:1006611022472>.
- Wilke, H. A. M. (1991). Greed, efficiency and fairness in resource management situations. In Stroebe, W., and Hewstone, M. (eds.), *European Review of Social Psychology*, Wiley, New York, Vol. 2, pp. 165-187.
- Wit Arjaan P. e Wilke Henk A. M. (1992) The effect of social categorization on cooperation in three types of social dilemmas *Journal of Economic Psychology*, vol. 13, n^o1, pp. 135-151.
- Zeeman, E.C. *Catastrophe Papers 1972-1977*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1977.



SEGUNDA PARTE

DO ABSTRATO AO CONCRETO

Sugestões do PARC para problemas específicos

A consrução de uma democracia complexa na sociedade do conhecimento enfrenta, na resolução dos problemas, a mesma bifurcação que as sociedades sempre têm enfrentado na sua estruturação ou mudança: cada grupo social prepara, com maior ou menor esmero, soluções que acredita serem as melhores para o futuro da sociedade; e tenderá, como explicitámos na primeira parte, a valorizar um ou outro dos motores de mudança, consoante a sua visão do problema e do mundo:

- ou usará principalmente o poder, para manter na sociedade o estilo de vida que considera desejável, convencido de que tem a melhor resposta;
- ou optará por usar principalmente a informação, para construir uma sociedade aprendente, fundamentada numa ciência mais complexa, interdisciplinar, em busca de níveis cognitivos mais altos e interligados, num esboço de campo unificado do saber.

As atuais sociedades do conhecimento têm condições favoráveis (*tanto mais favoráveis quanto mais elas se configurarem efetivamente como sociedades do conhecimento*) para que as intervenções em prol de uma democracia complexa, sejam orientadas pela ciência, como se prevê no modelo defendido neste trabalho. Com efeito, o nível de conhecimento existente e a motivação para a aprendizagem nessas sociedades é de molde a impor-se aos meros interesses de poder, pelo menos nas sociedades democraticamente organizadas.



QUARTO ENCONTRO
Diálogos

Textos do Quarto Encontro
Sobre a missão das instituições
nas democracias complexas e
avaliação dos candidatos políticos

QUARTO ENCONTRO

Duarte ergueu-se quando alguns de nós entraram na sala; esse movimento criou um instante de espera, que levou Fernando, o primeiro a chegar, a fazer a costumeira pergunta, “ queres dizer alguma coisa?”

“Não, ainda nem bem cheguei... “mas, já agora...sempre vamos discutir os modos de escolher os que nos hão-de governar, não é? E já tínhamos concordado que salvo os reis, todos atualmente são escolhidos através de eleições, diretas ou indiretas, foi o que assentámos, não?”

“Atualmente são todas diretas, que eu saiba”, continuou Filipa, entrando.

“Nem todas”, avançou Pedro, “mas é claro que de uma ou de outra forma o acesso à liderança por meio de eleições é hoje o caminho mais aceite em todo o mundo instruído.”

“Sim, em todo o mundo que teve influência ocidental”, acentuou Duarte.

“Claro, não estamos a falar de tribos nem de países muito periféricos”, interferiu Dinis, “aliás, mesmo em povos bem primitivos, é muito possível que o acesso a cargos resulte de uma espécie de eleição, naturalmente com regras próprias deles”.

“Uma eleição parece ser um instrumento em que é visível o papel da população no acesso dos líderes ao poder”, ponderou Filipe.

“Por isso os Gregos lhe chamaram democracia”, assentiu Dinis.

“Mas mesmo em relação aos processos eleitorais eu tenho dúvidas, acredito que existe sempre uma componente de poder no acesso à liderança dos povos e que isso diminui a racionalidade do processo, entrou o Fernando com o seu ar meio ausente meio pragmático. “Não estou convencido da sua eficácia...aliás, acho que a sua eficácia deixa muito a desejar!”

“Desembucha, explica-te lá!”, atirou Pedro, “também nós não defendemos cegamente as eleições como base da democracia, mas vamos lá verificar quais são os processos mais racionais”

A atribuição de menor racionalidade foi simples: no fundo da escala ficou o acesso com base nas armas ou similar, logo seguido pela nomeação ou aclamação; o acesso por herança foi creditado um pouco melhor, porque se supôs a preparação longa do herdeiro; no topo ficou o processo de competição em eleições, porque o grupo

concordou que um debate prolongado e socialmente exposto de ideias é uma fonte de informação e portanto de racionalidade na escolha. Com isto, a Filipa respirou fundo.

“Pelo menos já podemos dizer que temos uma base de escolha, o primeiro a rejeitar será o uso da força bruta, o mais defensável será a escolha com base numa panóplia de candidatos”

“Não te convenças que isso elimina todas as irracionalidades”, atirou Pedro.

“Claro que sei isso, Pedro, mas é um assunto a discutir depois”.

Para que todos pudessem preparar o espírito para um debate mais pesado, o nosso anfitrião propôs um momento de relaxe, apreciar vista do mar e o sabor do ar lavado. Fez-se acordo geral.

Quando retomámos a conversa, todos pareciam com vontade de esclarecer em profundidade a questão, tanto mais que tínhamos a consciência das várias deficiências assinaladas às democracias. Mas a nossa atenção iria concentrar-se na qualidade das escolhas que fazemos dos que hão-de governar nossas vidas. E foi a Filipa que iniciou o debate.

“O que me choca mais no processo eleitoral é o modo como a escolha é feita: muitas vezes parece mais uma adesão clubística do que uma análise da capacidade de governar dos candidatos”.

“Concordo bastante com isso, a maneira como os eleitores votam parece-me também muito descuidada, pouco informada”, acrescentou Fernando.”E não é só em países com reduzida história de democracia ou populações impreparadas”.

“Então com a força que ganharam as mensagens em redes sociais na internet”, adiantou Filipa, “e com a utilização de robôs a criar mensagens...”

“Exato, Filipa, pode ter pouco a ver com a preparação das populações... o que sabemos é que os candidatos não dão informações seguras sobre si e seus programas, tudo se passa ao nível da propaganda”, contrapôs o Afonso, sempre difícil em romper o silêncio que geralmente o acompanha.

“Esse é com certeza um problema complicado, retomou o Duarte, “e tem muito a ver com o modo como se encara a atividade política. Ou como exercício de persuasão e propaganda para obter uma boa posição...ou como proposta de trabalho para ajudar o país a criar riqueza e qualidade de vida”.

“Infelizmente, temos caído muito na primeira alternativa”, retornou Dinis, “e

tem havido estudiosos bem conhecidos a chamar a atenção para um facto alarmante: nas democracias atuais, os políticos estão mais interessados em convencer os eleitores a elegê-los do que em trabalhar para o bem do país, o tempo das eleições tornou-se o ponto fulcral de toda a vida política”.

“É talvez a postura mais fácil, aliás as redes sociais mostram bem o declínio de uma literacia mais profunda... nós próprios somos muito passivos, aceitamos essa postura com excessiva naturalidade” , foi a vez de Pedro marcar posição; “o que seria interessante seria pensarmos alternativas, estudarmos a maneira de pôr as eleições a garantir uma escolha melhor dos nossos governantes”

“Isso seria um contributo formidável a uma boa governação!”, exclamou Cristina.

“Pois falando de contributo, atirou Filipa, “eu coloco uma questão: será que as eleições devem ser um meio para escolher os pretensos representantes da população?”

“Bom, tens de concordar”, interveio Duarte, “que o acesso a governante ou a representante dos cidadãos faz-se atualmente por meio de eleição, nos países mais desenvolvidos em termos de cidadania, não é?”

“Sim, embora possamos dizer que os atos eleitorais não têm todos a mesma qualidade”, interferiu Fernando, “teríamos que melhorar o modo de os fazer ou mesmo alterar a forma de acesso à governação”.

“É essa indagação que eu proponho”, concluiu Filipa.”E proponho mais, que cada um de nós reflita um pouco no assunto e voltemos a ele mais tarde, já com algumas ideias mais assentes. Para não andarmos a patinhar, não é tema que se deva tratar a correr, tem de se aprofundar pela reflexão”.

Duarte, o sabedor, aproveitou a sugestão da Filipa sobre evitar patinharmos numa lama de ideias confusas, para pedir um pouco de atenção de todos os convivas. O seu tom quase solene fez-me pensar que iríamos ouvir um pequeno discurso.

“Prestei anenção ao desejo da Filipa e, se me autorizam, gostaria de lembrar algumas ideias que todos partilhamos, mas que às vezes ficam na penumbra das nossas discussões. A primeira é a de que as atuais sociedades do conhecimento têm condições favoráveis a que as intervenções em prol de uma democracia complexa, sejam orientadas pela ciência. Sei que estamos de acordo nisto”.

As cabeças abanaram em concordância, numa inclinação mais ou menos acentuada.

“A segunda ideia que gostaria de focar é uma que já afluímos... mas que me fez lembrar de uma frase de Innerarity, de que não existe democracia a sério, quando os cidadãos têm uma atitude de consumidores passivos, como um público de mirões, a ver o que vai dar e a quem se arenga com promessas de satisfazer desejos imediatos.

Duarte fez uma pausa, como se pesasse em que medida a frase de Innerarity nos teria tocado. Ai entrou Filipa, que nunca se inibiu excessivamente de interromper discursos mais prolongados.

“Dizes bem, Duarte, desculpa lá a interrupção, é claro que o que temos de fazer é propor soluções a sério para os problemas das nossas sociedades: na área da política na área socioeconómica, na da saúde, do ambiente, da educação e desenvolvimento cultural e científico das populações.É isso, não é?”

“Com certeza, Filipa, cobriste bem o meu pensamento. Então o que proponho é que nos debrucemos sobre a organização política da sociedade e suas instituições começando pelo reflexão sobre os órgãos de poder:

- como escolher os seus integrantes;*
- qual a dimensão mais desejável para os órgãos legislativos e de governo;*
- como avaliar o seu desempenho a favor da qualidade de vida doos cidadãos.”*

*Com a concordância de todos às palavras de Duarte, o grupo dispersou-se e formaram-se díades e tríades, prontas a elaborar, ou pelo menos a pesquisar, textos acerca de **missão das instituições na democracia e avaliação da competência política dos candidatos**. Não foi icurto esse trabalho de pequeno grupo, ou porque o assunto era difícil ou porque algumas distrações fizeram passar o tempo mais lentamente. Mas finalmente puderam discutir-se os textos que a seguir apresetamos ao leitor.*

Texto 1

Os órgãos gestores do poder do povo e a escolha de seus integrantes

A tradição das democracias é a separação dos poderes de governar, geralmente três: legislativo, executivo, judiciário. Em relação ao conceito de separação destes poderes, proposto por Montesquieu em 1748¹⁰, parece não haver controvérsia; a única questão que se pode colocar é se numa sociedade complexa como as atuais deveria ou não ser revisto o papel e o funcionamento desses órgãos de poder¹¹:

- Legislativo, com uma ou duas câmaras (deputados / senadores);
- Executivo, constituído pelo primeiro ministro e seus ministros, ou sob comando do presidente, nos regimes presidencialistas, que asseguram a função de governar;
- Judiciário, constituído pelo sistema de instâncias judiciais, hierarquicamente organizadas.

Nas democracias parlamentares atuais há, na realidade, ainda um outro poder, que tende a ser tratado como se fizesse parte do poder executivo, pelo facto de em vários países o ser. Dada, porém, a complexidade das suas funções na organização da sociedade, esse órgão pode ser considerado um órgão distinto dos outros três, devido ao seu papel integrativo ou moderador¹²: integrador da variedade interna através de uma função de moderador de potenciais conflitos entre as partes e promoção de acordos positivos; e representante da identidade do povo ou nação, uma vez que é ele o que mais diretamente assume e promove essa identidade. A equipa de participantes no encontro optou por lhe dar a atenção que considerou ser-lhe devida.

O órgão de Poder Integrativo

O órgão integrativo pode considerar-se o poder decisório supremo, que tem como missão operativa aprovar ou questionar as decisões dos órgãos legislativo e executivo,

¹⁰ Montesquieu (Charles de Secondat, Baron de), *O Espírito das Leis*. Paulo, Martins Fontes, 1996.

¹¹ Para um bom funcionamento destes poderes, é fundamental que os seus papéis sejam definidos com precisão e cada um se confine à sua área de atuação. Se isso não se traduzir num comportamento prático sistemático, pode acontecer que um órgão invada a área de atividade de outro.

¹² No caso do Brasil, este poder foi designado de Poder Moderador, tendo vigorado no período do Império (1824-1889). Era um dos poderes constituintes do Brasil, juntamente com o legislativo, o executivo e o judiciário. Era, portanto, um quarto poder, considerado por seus ideólogos, como o Visconde do Uruguai, responsável pela articulação harmoniosa dos outros poderes. Nessa qualidade, era atributo exclusivo do imperador, como base da legitimidade política e da soberania brasileira.

com o objetivo de garantir a sua qualidade em prol da população; e tem como missão estratégica assegurar a integridade e sobrevivência do povo enquanto nação, em casos de crise profunda e incapacidade operativa das outras instituições governativas.

Sua missão: construir uma imagem positiva, valorizar a identidade sociocultural e histórica, apontar o futuro.

Nas democracias atuais esse órgão de poder pode ser ocupado por dois tipos de atores diferentes:

- Um rei, no caso de uma monarquia constitucional, como é o caso de vários países europeus e da Ásia. Neste caso, o cargo não é preenchido por eleição, mas por uma norma sucessória, em que o herdeiro do rei vai sendo preparado para servir a nação, através do cargo que lhe será entregue quando for coroado.
- Um presidente escolhido pela população em eleição direta para o cargo; ou, em alternativa, escolhido pelos deputados de uma Assembleia legislativa, entretanto eleitos diretamente pela população.

Os presidentes eleitos diretamente pela população têm exercido o cargo, através de um de três papéis: presidente regulador / integrador, acima da execução governativa, como nas democracias parlamentares; presidencialismo, em que assume claramente a chefia do executivo; ou semipresidencialismo, em que pode combinar de forma diversa a chefia do executivo e o papel de integrador / regulador dos outros órgãos governativos.

Do ponto de vista do Paradigma da Complexidade, qualquer das alternativas é aceitável, embora no presidencialismo e semipresidencialismo possa haver alguma confusão no exercício dos dois papéis concentrados no mesmo órgão - o papel de integrador / regulador e o de chefe do executivo. Esta conjunção de papéis pode, em situações de crise, originar conflitos de papel internos ao incumbente do órgão ou ambiguidades de percepção entre órgãos e na própria população. A recomendação que parece mais racional será a de uma separação clara do órgão integrativo e do executivo.

Na prática, porém, será na história do povo/nação que se pode buscar a fundamentação da opção instituída, ainda que as opções possam ser comparadas à luz do critério acima exposto ou de outros critérios correntes de avaliação do desempenho destes cargos:

- custo para o país;
- acerto das decisões tomadas ao longo do tempo;
- impacto no contexto interno e nos contextos externos;

- fomento da estabilidade institucional;
- capacidade de modelo e referência para a população, ou outros mais que se podem adicionar.

Obviamente, numa sociedade do conhecimento esta avaliação será tratada como componente técnico do candidato, de modo a ser aproveitável para o próprio processo de escolha para o cargo; se o órgão integrador for ocupado por um herdeiro do trono, ele deverá ser naturalmente preparado para o exercício da sua missão; e nas monarquias modernas há muito tempo dedicado a essa formação.

O órgão de Poder Legislativo

O poder legislativo é tradicionalmente atribuído a candidatos geralmente definidos como representantes do povo, eleitos com base na confiança que conseguem obter dos cidadãos que se propõem representar.

Sua missão: conhecer as necessidades, aspirações e capacidades dos cidadãos; coletar sugestões, dinamizar debates construtivos, avaliar as propostas do executivo.

A primeira questão acerca deste poder será definir com clareza o papel de seus integrantes:

- a) Como representantes das pessoas que os elegem;
- b) Como artífices de propostas legislativas, ao serviço da população das regiões pelas quais foram eleitos;
- c) Como avaliadores da qualidade das propostas apresentadas pelo executivo.

Nas sociedades complexas atuais, as funções “b” e “c” são fáceis de definir e caracterizar, por serem bem conhecidas dos estudiosos das ciências do comportamento. Além disso, integram-se perfeitamente nos conceitos de cidadania e na atitude de ‘servir a população’. É também relativamente fácil avaliar o desempenho dos seus integrantes, já que é bem visível o seu trabalho como proponentes de leis, regulamentos e projetos organizativos, ao serviço do bom funcionamento da sociedade. O seu papel de representantes é mais ambíguo, porque o seu contacto com as populações é menos frequente do que seria desejável para o ato de representar e porque a atitude é mais a de propor ideias para serem postas em prática do que apresentar as ideias que a população lhes transmitiu.

O Órgão de Poder Executivo

O poder executivo é o encarregado de fazer a gestão efetiva dos recursos materiais e informacionais, incluindo humanos, da sociedade. Aplicam-se aos seus incumbentes os requisitos da tripla competência e desempenho explanados nas fichas apresentadas no terceiro problema como orientação do processo avaliativo dos seus integrantes e dos integrantes do legislativo.

Sua missão: gerir eficazmente a sociedade, estabelecer planos, enfrentar e resolver problemas, criar facilidades de ação, desenvolver a capacidade do país, colher recursos, criar boas condições de vida para todos, dinamizar as pessoas e grupos para criarem riqueza, criar formas de assegurar acesso equilibrado da população à riqueza produzida.

O seu papel, em relação à sociedade, é o de um Conselho de Administração Executivo, similar ao das empresas.

Nas democracias atuais, o poder executivo pode ser desempenhado sob duas condições estruturais:

- por um primeiro ministro, pertencente ao partido ou coligação de partidos vencedores das eleições, nas democracias parlamentares;
- pelo presidente eleito, em que o Presidente assume diretamente a chefia do governo, desempenhando ao mesmo tempo o papel de primeiro ministro; ou então combina de formas diversas a chefia do executivo e o papel de integrador / regulador no formato do semipresidencialismo.

Do ponto de vista de uma racionalidade assente no Paradigma da Complexidade, qualquer das alternativas é aceitável, embora no presidencialismo e semipresidencialismo tenda a existir alguma confusão no exercício dos dois papéis concentrados no mesmo órgão - o papel de integrador / regulador e o de chefe do executivo. É um tipo de estrutura eventualmente dificultadora da clara distinção dos dois papéis, mais susceptível a conflitos de papel e, por isso, menos ajustada ao modelo de racionalidade complexa, que aqui temos defendido.

O Órgão Poder Judiciário

O Poder Judiciário é uma das três instâncias do poder que existem na maior parte das democracias, devendo a sua atuação ser pautada pelas normas constitucionais, que

delimitam às suas atividades de aplicação da justiça. A sua independência em relação aos outros órgãos de poder e sua autonomia de operações costumam também estar garantidas na Constituição de cada país.

Missão: garantir o respeito dos direitos da população, tanto individuais como coletivos, assim como assegurar a resolução judicial de conflitos que possam existir entre os cidadãos, entre os cidadãos e o Estado ou entre integrantes dos órgãos de poder.

Além da resolução dos conflitos e execução da lei, compete ao determinar a punição pelos delitos transitados em julgado. O Poder Judiciário pode ser acionado pelos cidadãos sempre que estes entenderem que os seus direitos estão sendo violados, sendo papel do Judiciário investigar essas reclamações na instância judicial adequada para isso, sendo que o sistema de poder judiciário está habitualmente organizado em vários níveis ou instâncias, mas também por áreas de especialidade.

Uma diferença importante em relação aos outros órgãos de poder está no acesso às diversas instâncias do poder judiciário. Esses lugares não são preenchidos por eleições, geralmente o seu acesso está integrado num processo de promoção de carreira e a maior parte das vezes por concurso, em que os candidatos são sujeitos a avaliação. Em alguns países, como no Brasil, por exemplo, podem ser escolhidos pelo presidente eleito, preferencialmente a partir de uma lista entregue por dirigentes da Magistratura ou eventualmente de um Conselho Superior de Justiça.

Conversas de intervalo

Terminada a redação deste texto, definidor da missão ne funções de cada órgão governativo, uma boa parte dos convivas deste encontro resolveu fazer uma pausa no trabalho a que chamaram de partir pedra, ou seja, procurar textos que fornecessem ideias sobre modos de avaliar os candidatos ao exercício da missão socialmente atribuída aos órgãos de governação acabados de descrever; nem todos, porque o poder judiciário tem as suas regras próprias e não está habitualmente sujeito a critérios eleitorais. Os escolhidos foram os três já sacrificados, aquando da elaboração do texto sobre o paradigma do raciocínio complexo, com base em dois argumentos irrespondíveis: serem mais dados a trabalhos orientados por normas 91écnico-científicas e o bom trabalho feito na mencionada tarefa: a Filipa e o Dinis... e o Duarte, que se ofereceu espontaneamente para colaborar na liberdade dos restantes.

O texto 2 resultou do esforço dos nossos “cientistas” e do debate a que foi submetido o seu trabalho.

Texto 2

Avaliação do potencial dos candidatos dos órgãos integrativo, executivo e legislativo

O Paradigma da Complexidade recomenda que na democracia complexa a escolha dos líderes se baseie na avaliação pormenorizada do seu currículo e na utilização de processos comparáveis aos que se utilizam na escolha de líderes em contexto produtivo. Mas conseguir que cidadãos competentes selecionem dirigentes com o nível de competência e motivação requeridos para desempenhar eficientemente a missão dos órgãos governativos a que concorrem, tomarem decisões ao serviço dos cidadãos, sem as contaminar com a busca de vantagens pessoais... não é nada fácil.

A escolha de líderes competentes é particularmente importante no caso do poder executivo, mas é igualmente importante no caso do legislativo. Para a escolha de líderes por um processo eleitoral ser eficaz, duas condições são necessárias:

- A primeira é as competências dos candidatos serem previamente avaliadas no seio dos partidos a que pertencem;
- A segunda é os próprios eleitores aprenderem a observar, interpretar e avaliar as desses candidatos. Esta aprendizagem pode requerer a participação dos eleitores em eventos de preparação filosófica, atitudinal, ética e de raciocínio político, levados a cabo por associações de cidadania - científicas, filosóficas, religiosas, artísticas, desportivas e pelos próprios partidos¹³.
- Isso ajudará os eleitores a criar as condições que evitem escolhas emocionais quase como paixão clubista, muito incentivados por candidatos populistas de esquerda e de direita, como ainda hoje se vê em muitos atos eleitorais. O que é fundamental é, em vez disso, aprender a avaliar os candidatos com objetividade acrescida.

Candidatos do Órgão Integrativo

As principais atividades a desempenhar pelo órgão de integração e moderação são essencialmente, como se referiu acima (p.73):

¹³ Os problemas levantados no final de 2022 e início de 2023 ao governo português, por déficits de avaliação de ministros e secretários de Estado convidados a integrar o Governo, levaram o Partido Socialista a elaborar uma lista de critérios de competência, lisura curricular e padrões de ética que vão na direção do que aqui se propõe, embora aqui de âmbito mais aprofundado e tecnicamente escorado.

- *Representação do País e o Povo enquanto Nação com História;*
- *Conselho, estratégia negocial, mediação de divergências e conflitos;*
- *Visão objetiva da diversidade e do seu significado;*
- *Articulação das dimensões positivas na diversidade das opções;*
- *Visão de futuro.*

Um exercício de qualidade nestas atividades exige que o candidato ao órgão integrador tenha em grau extremamente elevado as competências estratégica e interpessoal do Modelo de Katz; e seja assessorado por especialistas de alto nível nas competências técnicas de cada assunto ou problema que tenha de ajudar os órgãos do legislativo e do executivo a enfrentar. O seu perfil nessas competências é similar aos candidatos ao executivo e ao legislativo; difere deles principalmente nas competências técnicas, operativas, uma vez que o seu papel não é de executante. Para avaliar candidatos a este Órgão Governativo, os eleitores podem, conseqüentemente, guiar-se pelas fichas de avaliação do legislativo, apresentadas a seguir: *questões sobre competência estratégica e interpessoal; Ficha Cidadania (Ficha CID); Ficha Sociedade (Ficha SOC).*

Candidatos ao Executivo e ao Legislativo

Uma resposta eficaz a esta questão não é fácil, até porque se aplica cargos nos diferentes órgãos governativos da sociedade; mas podem definir-se alguns parâmetros que ajudam a avaliar o nível de competência dos líderes políticos, pois se podem transferir para eles o conhecimento adquirido na apreciação dos gestores empresariais, tanto mais que algumas empresas têm orçamentos e complexidade organizativa tão grandes como alguns Estados.

Competências fundamentais requeridas aos candidatos (Katz, 1974):

Competência conceitual e estratégica

- Os objetivos que define para governar são os importantes para o desenvolvimento da qualidade de vida dos cidadãos? Ou são guiados por critérios populistas, emocionais?
- O seu diagnóstico dos problemas é preciso e bem fundamentado? Distingue com clareza o essencial do acessório?

- As decisões propostas têm como base a melhor informação e não a mera influência de interesses particulares?

Competência interpessoal

- Tem atuações orientadas para o crescimento de relações positivas e verdadeiras na sociedade?
- Tem um comportamento ético nas diferentes situações?
- Vê-se a sua vinculação à sociedade no seu todo e não a interesses meramente pessoais e particulares?
- Tem credibilidade como negociador em situações de divergência e conflito?
- Pode ser apontado como modelo de racionalidade das decisões e da ação, equilíbrio e transparência das atitudes pessoais, de promoção de ideais e valores universais?

Competência técnica

- O seu passado demonstra que é uma pessoa criteriosa e empenhada no desempenho cuidado das funções que exerce?
- Aquilo que fez no passado fê-lo bem feito, com qualidade?
- Não se poupa a esforços para que os trabalhos que executa sejam bem acabados?
- Não contemporiza com atitudes de descuido e desprezo dos pormenores que dão qualidade às coisas?

Mas avaliar as competências dos candidatos não se confina ao plano da eficácia técnica e estratégica; avaliar a sua atitude de serviço (que é uma expressão da competência interpessoal) é outra das recomendações do Paradigma do Raciocínio Complexo. É o que as fichas CID, SOC e INI ajudam a conseguir.

A atitude de serviço em vez da busca de vantagens pessoais no exercício de cargos públicos tem muito a ver com os comportamentos de cidadania demonstrados pelos candidatos. Os eleitores podem verificar se as atitudes passadas e presentes do candidato mostram esses comportamentos ou não, avaliando em que medida cada candidato pratica os comportamentos desejados. As fichas seguintes contêm alguns tópicos que podem ajudar a fazer uma avaliação objetiva dos candidatos a cargos de decisão e influência

política. O Paradigma do Raciocínio Complexo recomendaria aos partidos políticos que inserissem na sua cultura os critérios nelas enunciados:

- Os critérios da Ficha Cidadania seriam discutidos e assumidos pelos candidatos, como promotores e indicadores de uma atitude autêntica de serviço; seriam também divulgados entre os eleitores, nomeadamente nas campanhas eleitorais, aumentando assim a sua agudeza de raciocínio e, conseqüentemente, a qualidade das suas escolhas.
- O debate dos critérios da Ficha Sociedade ajudaria os candidatos a perceber com clareza que modelo de sociedade realmente defendem e propõem aos cidadãos; mas ajudá-los-iam também a avaliar em que medida as suas propostas concretas contribuiriam para o modelo que defendem ou para qualquer outro. A sua divulgação pelos cidadãos contribuiria, sem dúvida para os tornar eleitores mais esclarecidos e por isso mais objetivos na sua decisão.
- As indicações da Ficha Iniciativa permitem uma avaliação refletida do modo como os candidatos enfrentam os problemas da sociedade e da sua atitude mais ou menos dinâmica e inteligente no seu enfrentamento.

A generalização de debates dentro dos partidos dinamizaria a sua faceta de escolas de cidadania; e a conjugação dessa aprendizagem com a sua divulgação na cultura das sociedades complexas consolidaria naturalmente a sua dimensão de sociedades do conhecimento também na esfera política. Por outro lado, a participação dos candidatos em debates com agentes da sociedade civil, nomeadamente em programas de estudo geridos por empresas de consultoria em administração, poderia fazer parte do currículo de cada candidato, analisável pelos cidadãos eleitores.

Ficha Cidadania (Ficha CID) - Em que medida o comportamento do candidato está de acordo com os critérios enunciados?

Comportamentos de cidadania	Sempre	Muitas vezes	Mais ou menos vezes	Raras vezes	Ñunca
1. Demonstra disponibilidade para ajudar os outros					
2. Está pronto a socorrer outros em dificuldade					
3. É uma pessoa generosa, capaz de abrir mão do que é seu para bem dos outros					
4. É uma pessoa compreensiva, capaz de relevar e perdoar					
5. É respeitador das pessoas e seus direitos					
6. Cumpre as normas e procedimentos estabelecidos					
7. É cuidadoso a aplicar de forma económica os recursos que recebe					
8. Esforça-se por combater qualquer desigualdade de tratamento					
9. É uma pessoa íntegra, mantém a sua atitude, mesmo em circunstâncias difíceis					
10. Rejeita qualquer vantagem pessoal que não seja ética					
11. Defende a verdade, sejam quais forem os interesses em jogo					
12. O partido a que o candidato pertence é realmente defensor destes comportamentos de cidadania e exige isso de seus candidatos?				Sim	Ñão

Ficha Sociedade (Ficha SOC) – Que tipo de sociedade defendem os candidatos?

	Totalmente	Muito	Mais ou menos	Pouco	Nada
1. Uma sociedade em que a educação e a aprendizagem são promovidas e valorizadas pelos governantes					
2. Uma sociedade que promove a livre circulação da informação					
3. Uma sociedade que aceita a diversidade de pessoas e situações e procura o aproveitamento sistemático dessa diversidade					
4. Uma sociedade com dirigentes empenhados em					
5. tomar decisões eficazes e sustentáveis em todas as áreas					
6. Uma sociedade com dirigentes preocupados em prestar atenção a todos os fatores, de modo a articular todos					
7. Uma sociedade com muitos meios disponíveis para um acesso extremamente fácil ao conhecimento					
8. Uma sociedade em que a transparência dos atos decisões seja a prática habitual dos governantes					
9. Uma sociedade em que os cidadãos dão grande valor à integridade e responsabilidade social dos dirigentes					
10. Uma sociedade com padrões culturais e atitudes incompatíveis com práticas de corrupção					
11. Uma sociedade com menos desigualdade que as atuais e com menores barreiras entre as classes sociais					

Ficha Iniciativa (Ficha INI) - Em que medida o candidato tem os comportamentos enunciados nesta ficha?

Espírito de iniciativa, inovação e decisão	Totalmente	Muito	Mais ou menos	Pouco	Nada
1. Quando encontra dificuldades, não se limita a criticar, procura resolvê-las.					
2. Promove a adaptação às mudanças e abertura à discussão de novas ideias.					
3. Está atento às prioridades e atua em função delas.					
4. Procura sistematicamente melhorar o seu nível de competência no trabalho que faz.					
5. Procura encontrar soluções novas e melhores para os problemas .					
6. Consegue improvisar boas soluções quando não se sabe bem o que fazer.					

Escalas como estas ajudarão os cidadãos a saber com mais clareza o tipo de pessoa que desejam no desempenho dos cargos governativos.

Outra pequena conversa de intervalo

Nós, os tais sacrificados para organizar os textos que apresentariam formas e instrumentos de avaliação do nível de competência dos candidatos dos órgãos de governação da sociedade, até estávamos convencidos de que o trabalho feito era meritório e nos seria outorgado o pequeno prémio da despreocupação e do descanso. Puro engano, esclareceu-nos o Afonso.

“Meus amigos, porque não arrumamos este ponto da avaliação das competências dos políticos encarando também a avaliação do seu desempenho depois de eleitos?

Fomos obrigados a concordar que a ideia tinha a sua lógica e o assunto poderia ser levado ao fim; mas nem tivemos tempo de sugerr outra equipa para desbravar esse terreno, o Afonso barrou logo essa via.

“E já que vocês fizeram um bom trabalho, nada mais apropriado que lhe darem continuidade e depois todos discutirmos e ficarmos sintonizados”.

Aqui foi o Duarte que matou qualquer lance de fuga.

“Está bem, podemos dar continuidade ao trabalho e arrumar de facto o tema da avaliação da ação política”.

Nem a Filipa se levantou, provavelmente por estar de acordo com a proposta. E assim lá nos enfiámos de novo no trabalho, arrumar um texto sobre o tema, de modo a cumprir um objetivo que todos considerámos importante: ter manira de avaliar a ‘atitude de serviço’, integridade e transparência dos eleitos; saber em que medida estão dispostos a servir os cidadãos e a aprender com eles, nomeadamente os mais conhecedores dos problemas.

Texto 3

Avaliação do desempenho dos eleitos para os vários Órgãos de Soberania

Avaliar do desempenho do órgão de Poder Integrativo

Como ficou exarado acima, as principais atividades atribuídas ao órgão de integração e moderação dos outros órgãos governativos são essencialmente:

- *Representação do País e o Povo enquanto Nação com História;*
- *Conselho, estratégia negocial, mediação de divergências e conflitos;*
- *Visão objetiva da diversidade e do seu significado;*
- *Articulação das dimensões positivas na diversidade das opções;*
- *Visão e construção do futuro.*

A avaliação do seu desempenho nestas atividades essenciais pode utilizar a escala avaliativa apresentada a seguir. Para realizar a avaliação, coloca-se **x** na casa em frente do advérbio que corresponde à avaliação que se faz em cada item:

Ficha AVALINT – Avaliação do desempenho do incumbente do órgão integrativo¹⁴

<i>Extremamene eficaz</i>		1. Representação do País	<i>Medianamente eficaz</i>
<i>Muito eficaz</i>			<i>Pouco eficaz</i>
<i>Bastante eficaz</i>			<i>Nada eficaz</i>
<i>Extremamene eficaz</i>		2. Conselho, estratégia negocial, mediação de	<i>Medianamente eficaz</i>
<i>Muito eficaz</i>			<i>Pouco eficaz</i>
<i>Bastante eficaz</i>			<i>Nada eficaz</i>
<i>Extremamene eficaz</i>		3. divergências e conflitos	<i>Medianamente eficaz</i>
<i>Muito eficaz</i>			<i>Pouco eficaz</i>
<i>Bastante eficaz</i>			<i>Nada eficaz</i>
<i>Extremamene eficaz</i>		4. Articulação das dimensões positivas das diversas opções	<i>Medianamente eficaz</i>
<i>Muito eficaz</i>			<i>Pouco eficaz</i>
<i>Bastante eficaz</i>			<i>Nada eficaz</i>
<i>Extremamene eficaz</i>		5. Visão objetiva da diversidade e do seu significado	<i>Medianamente eficaz</i>
<i>Muito eficaz</i>			<i>Pouco eficaz</i>
<i>Bastante eficaz</i>			<i>Nada eficaz</i>
<i>Extremamene valiosa</i>		6. Visão do futuro e da inovação desejável	<i>Medianamente valiosa</i>
<i>Muito valiosa</i>			<i>Pouco valiosa</i>
<i>Bastante valiosa</i>			<i>Nada valiosa</i>

Legislativo: avaliação do desempenho

O seu desempenho pode ser avaliado pelos cidadãos com base nos critérios essenciais das avaliações de desempenho:

- quantidade da produção realizada e discutida;

¹⁴ Especificamente nas suas atividades de integrador e mediador nas relações entre os diversos órgãos de soberania.

- qualidade das propostas apresentadas, medida pela sua pertinência e nível de fundamentação;
- pelo grau de aceitação após debate.

Qualquer destes critérios pode ser medido numa escala, por exemplo:

Produção

Percentagem relativa de propostas: $\frac{\text{Propostas apresentadas pelo deputado}}{\text{Total de propostas apresentadas}}$

Qualidade média das avaliações obtidas nas propostas apresentadas

<i>Extremamente elevada</i>	<i>Muito elevada</i>	<i>Medianamente elevada</i>	<i>Pouco elevada</i>	<i>Nenhuma qualidade</i>

Grau de aceitação das propostas de um deputado: % de propostas aceites: _____%

Avaliação do desempenho de integrantes do Executivo:

Como os integrantes do legislativo, também os do executivo são avaliáveis pelos critérios das fichas acima apresentadas. Complementarmente, a sua atividade pode ser também avaliada num conjunto de critérios, nomeadamente os que se enumeram a seguir, aplicando-se-lhes o mesmo tipo de escala:

Previsão de problemas potenciais

<i>Extremamente eficaz</i>	<i>Muito eficaz</i>	<i>Medianamente eficaz</i>	<i>Pouco eficaz</i>	<i>Nada eficaz</i>

Qualidade do planeamento e cumprimento das soluções planeadas

<i>Extremamente eficaz</i>	<i>Muito eficaz</i>	<i>Medianamente eficaz</i>	<i>Pouco eficaz</i>	<i>Nada eficaz</i>

Transparência da ação e qualidade do relacionamento

<i>Extremamente elevada</i>	<i>Muito elevada</i>	<i>Medianamente elevada</i>	<i>Pouco elevada</i>	<i>Nenhuma</i>

Escuta dos cidadãos, atenção aos problemas e reclamações

<i>Extremamente elevada</i>	<i>Muito elevada</i>	<i>Medianamente elevada</i>	<i>Pouco elevada</i>	<i>Nenhuma escuta e atenção</i>

Enfrentamento de problemas emergenciais a tempo e horas

<i>Extremamene eficaz</i>	<i>Muito eficaz</i>	<i>Medianamente eficaz</i>	<i>Pouco eficaz</i>	<i>Nada eficaz</i>

Diálogo e debate informado sobre os problemas e as propostas de solução

<i>Extremamente eficaz</i>	<i>Muito eficaz</i>	<i>Medianamente eficaz</i>	<i>Pouco eficaz</i>	<i>Nada eficaz</i>

Contributo global para a melhoria da qualidade de vida na sociedade em geral

<i>Extremamene elevado</i>	<i>Muito elevado</i>	<i>Medianamente elevado</i>	<i>Pouco elevado</i>	<i>Nenhum</i>

Avaliação política do desempenho dos integrantes do poder judiciário

A avaliação do desempenho dos integrantes deste órgão assentará nos critérios de avaliação próprios das instituições judiciárias e da própria Ordem, como é habitual nas instituições sujeitas a critérios técnicos de operação e normas de deontologia profissional. Não as abordamos, por isso, neste trabalho. A única observação que numa perspectiva política o Paradigma da Complexidade recomenda é a ação judiciária não se deixar contaminar por vieses políticos, como por vezes parece acontecer, principalmente nos escalões mais elevados desta área, dada a sua maior proximidade com os integrantes dos outros órgãos da cupula política das sociedades.

A independência e a objetividade da ação dos juízes precisa de se manter imune às ambiguidades em que a área de ação política é fértil. Nstes critérios, o desempenho do judiciário pode e deve ser objetivamente avaliado pelos cidadãos

Transparência de atuação

<i>Extremamene elevada</i>	<i>Muito elevada</i>	<i>Medianamente elevada</i>	<i>Pouco elevada</i>	<i>Nenhuma</i>

Independência e autonomia na relação com os outros órgãos de poder

<i>Extremamene elevada</i>	<i>Muito elevada</i>	<i>Medianamente elevada</i>	<i>Pouco elevada</i>	<i>Nenhuma</i>

Cumprimento das normas de verdade e justiça no julgamento de factos e pessoas

<i>Extremamente eficaz</i>	<i>Muito eficaz</i>	<i>Medianamente eficaz</i>	<i>Pouco eficaz</i>	<i>Nada eficaz</i>

Mas para todos os órgãos de poder instituídos, e independentemente dos instrumentos de medida utilizados, o que importa é compreender claramente estes conceitos e usá-los para responder com fundamento às questões colocadas pelo funcionamento político das sociedades complexas.

Caro leitor

Tem algumas observações a fazer ou sugestões que possam melhorar as propostas feitas neste texto?

Registre-as para não as esquecer; pode também enviá-las para a nossa equipa, que lhes prestará a devida atenção. Email: arturmparreira@gmail.com

Referências

- Corcoran, John (1981). "Ockham's Syllogistic Semantics", *Journal of Symbolic Logic*, 46: 197–198.
- Katz, R. L. (1974). *Skills of an effective administrator*. Harvard Business Review. Vol. 52, n.5, pg. 90-102.
- Montesquieu Charles de Secondat, Baron de (1748), *L'Esprit des Lois*, S. Paulo: Marins Fontes, 2000.
- Parreira, Artur e Lorga da Silva, Ana (2016). Educação para a sociedade do conhecimento: Dois paradigmas pedagógicos em confronto. *Atas do Primeiro Congresso Internacional SPCE-SEC*, Lisboa 25-27 de janeiro
- Pina e Cunha, M., Rego, A., Pina e Cunha, R. e Cabral Cardoso, C. (2007) *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão*, Lisboa: Edições RH.
- Sherif, M. (1958). Superordinate goals in the reduction of intergroup conflict. *American Journal of Sociology*, 63, 349–356. <https://doi.org/10.1086/222258>

The background features a dark silhouette of a human head in profile, facing right. The interior of the head and the surrounding space are filled with vibrant, swirling, and layered colors, including shades of orange, yellow, green, blue, and purple. The overall effect is dynamic and artistic, suggesting a complex or multi-layered theme.

QUINTO ENCONTRO

Diálogos

Textos do Quinto Encontro

**À procura da estrutura e
dimensão do órgão legislativo
numa democracia complexa**

QUINTO ENCONTRO

Os trabalhos reabriram lentamente em redor do café com torradas, saboreadas ao som da orquestra das ondas que subia encosta acima. Foi Duarte que deu o pontapé de saída.

“Partamos da hipótese de que a ideia proposta por vários no terceiro encontro permite deixar em segundo plano a função de representantes dos cidadãos, já que os próprios cidadãos se podem organizar para fazer chegar as suas propostas diretamente perante os governantes. Será que haverá outras funções justificativas de uma assembleia de parlamentares?”

“Acho que sim, é questão de nos pormos a pensar”, entrou Dinis. “Uma de que me lembro é serem a primeira linha de avaliadores das medidas do governo... é claro que os grandes avaliadores do governo são os cidadãos, mas é uma avaliação muito espaçada, podemos torná-la mais permanente, se os parlamentares assumirem essa função”

“Essa é boa”, exclamou Filipa, “e até me veio à cabeça uma ideia que acho interessante.”

“Qual é ela?”, interessou-se Pedro.

“Voltem um pouquinho atrás, vejam as pessoas a enviar ideias, pedidos, propostas aos governantes...os parlamentares podem ter a função de auscultar e receber essas ideias como serviço aos cidadãos; prepará-las e entregá-las aos governantes que as irão pôr em prática.”

“Mas isso é a democracia representativa, os parlamentares representam os cidadãos”, espantou-se Afonso.

“Não seriam propriamente representantes, teriam a função de receptores e porta-vozes das propostas dos cidadãos, com quem dialogariam antes de mais”, precisou Filipa, “e prestariam contas sobre o seu trabalho, que é bem definido”

“E se eles quisessem também fazer propostas?”, questionou Diana; Filipa ia para responder, mas Fernando saiu do silêncio, adiantando-se. “Nada impede, fá-lo-iam como qualquer cidadão, mas podem conjugar as suas propostas com as que recebem dos cidadãos.”

“Terá de haver uma boa organização dessa coleta de ideias cidadãs, senão a bagunça será grande”, ponderou Cristina.

“Pois, ainda teremos que discutir melhor esse tópico da organização”, colaborou Dinis, “mas eu concordo com a Filipa, uma das tarefas bem definidas que esses parlamentares podem desempenhar é realmente receber, preparar e fazer chegar aos governantes a vontade expressa dos cidadãos... com achegas, mas sem as desvirtuar.”

“Então, complementar dessa tarefa será verificar se os governantes estão a dar seguimento aos anseios da população”, reentrou Fernando.

“Então vamos lá ver”, rematou Afonso, “A nossa opinião é que se justificará a existência de um certo número de parlamentares e que eles terão pelo menos duas tarefas: a primeira, tratar de receber as propostas, reclamações e sugestões dos cidadãos, a segunda de fazê-las chegar de forma ordenada aos governantes.”

“Deixa-me dizer que isso dispensaria criar uma estrutura de recepção e tratamento das informações, que pode tornar-se pesada”, alvitrou Dinis, “mas com os novos sistemas de inteligência artificial a tratar os dados não seria grande problema”.

“Sim e essa avaliação das ações do governo seria expressamente comparável com o que os cidadãos proponham diretamente”, concluiu Filipa.

“Espera”, intrometeu-se Fernando, os parlamentares teriam um papel centrado em receber as ideias dos cidadãos, organizá-las sem as deturpar e fazê-las chegar ao governo... e estariam atentos a avaliar, em primeira instância, se o governo está a tomar as medidas que a sociedade precisa, muitas das quais terão sido sugeridas pelos próprios cidadãos...é isto?”

Duarte tomou a palavra: “grosso modo acho que sim, mas o papel dos parlamentares pode não se esgotar nessas duas atividades, apesar de que não lhes há-de faltar trabalho, se as pessoas forem ativas”

“Passam a preparar realmente os projetos de utilidade para as pessoas e o país”, voltou a acentuar Pedro.

“Então”, apontou Duarte, “nesta discussão dos parlamentares, vejam se podemos dizer que chegámos a uma primeira formulação de democracia quase direta: um sistema de incentivação e recolha de ideias e propostas dos cidadãos ao governo... esse sistema de incentivo e recolha tem dois possíveis pontos de entrega – gabinetes técnicos de recolha nos municípios e órgãos de recolha diretamente para o possível parlamento... os parlamentares teriam como uma de suas funções essenciais a organização dos contributos dos cidadãos e sua preparação para os fazer chegar ao governo...”

“Podemos dizer que fizeste uma boa síntese de dois pontos”, entrou Dinis, “mas duas coisas: mesmo que se aceite esta primeira síntese, é bom pensar em discutir isto mais a fundo; e além disso, há a questão de incentivar os cidadãos a fazer propostas, queixas, reclamações, ideias e por aí fora...”

“E convém definir o papel fiscalizador dos parlamentares, que já foi referido”, foi a vez de Cristina se fazer ouvir.

“Bom, está-se a ver que para uma coisa destas funcionar, os vários intervenientes têm que interagir muito uns com os outros, a começar pelo contacto intenso entre os parlamentares e os cidadãos”, lembrou Diana.

“Os parlamentares podem mesmo ser os grandes incentivadores da participação dos cidadãos”, sugeriu Fernando.

“Isso tem lógica, estarão naturalmente ligados a partidos e movimentos políticos ou serão líderes desses movimentos, e nesse papel serão dinamizadores”, acrescentou Dinis.

“E aqui entra uma ideia em que eu faria força”, alertou Afonso, retomando a seu esforço, “é mesmo necessário que se difunda na sociedade uma cultura cidadã, de busca de boas soluções governativas e não de busca de acesso ao poder.”

“É isso que ainda me parece um trabalho de Hércules”, avançou Filipa, “embora numa sociedade do conhecimento isso possa não ser impossível.”

“Sim”, entrou Diana com ar feliz, “não achas que esta pandemia do coronavirus até veio dar um empurrão nesse sentido? Passamos a ouvir sistematicamente falar nas soluções baseadas em ciência... ora o que vale para a resposta à pandemia também vale para a política.”

“Uma boa lembrança, Diana”, assentiu Dinis, pegando outra vez no discurso, “um outro ponto importante é esse, as questões políticas precisam de ser tratadas com base científica, o enfrentamento dos problemas tem de se basear num raciocínio científico e no conhecimento que as ciências nos dão.”

“E como vamos conseguir isso?”, atirou-lhe Pedro?”

“Tem de se consolidar uma cultura em que a ciência seja a base das decisões em vez de posições pessoais ou ideológicas”, sugeriu Cristina.

“Não é que cada um não possa ter as suas posições ideológicas”, lembrou Fernando.

“Com certeza, isso é livre”, entrou Filipa, “sem dúvida será útil as ideologias ficarem como orientações para cada um ou cada grupo, mas a construção de soluções tem de se basear em estudos científicos.”

“Até porque as sociedades atuais, que são bem complexas, precisam de soluções complexas e só a ciência é capaz de as construir.”

“Dizes bem”, sublinhou Afonso, “construir é o verbo, porque têm de sair do contributo de varios saberes, não pode ser um a impor-se aos outros.”

“Isso mesmo” assentiu Dinis, “escutar os vários saberes, com a tentativa de ver quais são as respostas mais cabais para os problemas, não o que ideias pré-concebidas nos queiram ditar.”

“Aproveitar todos os contributos, mesmo os da população mais simples e avaliar em que podem ajudar”, continuou Diana.

“Lembremo-nos que colocámos um pilar fundamental neste sistema, a escuta sistemática das populações, que vai alimentar a reflexão, o debate e a ação dos políticos e governantes”, recordou Duarte. “Com esse pilar fundamental, com parlamentares a receber esses contributos dos cidadãos e a prepará-los para que o governo os tenha em atenção e os integre nas decisões, com as pessoas a valorizarem o raciocínio científico na análise das situações, temos a base de uma cultura política adequada a uma sociedade do conhecimento” “pelo menos isso já nos dá uma ideia integrativa”, reentrou Filipa, “mas não esqueçamos que os tais parlamentares e governantes terão que dar mostras que o raciocínio científico também é o seu guião.”

“Verificar isso pode ser um critério para a sua escolha pelas pessoas”, ponderou Fernando.

“Um entre outros, mas com certeza fundamental, o que nos faz voltar à questão da sua utilidade e do seu processo de escolha”, retomou Dinis.

“Que também tem de ser tratado com base no que a ciência nos ensina”, voltou a acentuar Fernando, “aliás, nas empresas tem-se uma boa experiência em buscar gente competente para as funções importantes... e a função de governar é mesmo a mais importante.”

Duarte entrou no debate com uma tranquila pergunta “se acham que já ficou assente a questão da forma quase direta de participação da sociedade, podemos, sim, avançar para a análise os processos de escolha de dirigentes políticos...”

“Talvez”, concordou Afonso, “e sempre se pode voltar ao assunto, se for o caso, a questão da escolha já foi afluada também anteriormente, podemos avançar.”

“É, pode ser”, assentiu Duarte.

Não demorou talvez um minuto para todos manifestarem o seu acordo, tendo Cristina quebrado o relativo silêncio. “Gostaria de começar com uma proposta, se os parlamentares são essencialmente analisadores e elaboradores de propostas baseadas no coletam dos cidadãos, assim como avaliadores das medidas governamentais, o seu número pode ser bastante reduzido, é uma forma de poupar custos ao povo.”

“Sobre isso não podia estar mais de acordo”, vibrou Pedro.

“Temos só que garantir a manutenção da diversidade de orientações, cuidado com a unanimidade”, alertou Dinis.

“Só podemos concordar com os dois pontos de vista”, apoiou Fernando.

“Então podemos começar por refletir sobre quantos e quais parlamentares precisamos, para responder aos dois critérios, o menor número possível e o respeito da pluralidade de visões”, assentou Duarte, ideia a que Filipa se apressou a dar assentimento.

“Dinis, o essencial na minha ideia é que, se os parlamentares representam essencialmente o que o seu partido defende, não interessa o número de votantes favoráveis, basta que aquela visão dos problemas esteja bem representada, isto é, por gente de qualidade.”

“Esperas que eles saibam defender bem os seus pontos de vista na análise dos problemas”, entrou Afonso.

“Sem dúvida, porque o essencial é a informação e não a autoridade do número.”

“Assim, pensas que basta um pequeno número de parlamentares para cada visão política distinta”, concluiu Diana, como quem pergunta.

“Não é essa a ideia, reduzir tanto quanto possível o número absoluto de parlamentares, para tornar menor o peso financeiro do Estado?”

“Sim, também procuramos isso”, retomou Afonso, “mas como sabemos quais os grupos políticos relevantes?”

“Essa é uma boa questão”, reentrou Duarte, “esses grupos podem ser os partidos ou até associações políticas, mas a meu ver devem ser registados como concorrentes a indicar parlamentares.”

“Mas, Duarte, a questão para mim é como sabemos que são relevantes”, questionou Afonso novamente.

“Bom, o mais simples é por meio de eleições, ou sondagens eleitorais, cujo formato se pode discutir”, respondeu o visado, “mas, claro, o objetivo dessas eleições seria mostrar aos cidadãos os projetos e soluções em concurso, com seus pontos fortes e fracos, de modo a poderem avaliar em que medida cada um contribui para a qualidade de vida na sociedade e não a obtenção de um passaporte para uma posição de mando.”

“Talvez não seja tão diferente do que se faz hoje para as eleições”, acometeu Pedro, “afinal podem sempre insistir que de algum modo são eles que vão acolher e organizar os contributos dos cidadãos.”

“Terá de ser um trabalho bastante permanente, mas isso até é bom”, acrescentou Filipa, “sem trabalho continuado não há política sólida.”

“A ideia de os partidos funcionarem como agentes de educação política merece todo o meu acordo”, pontuou Pedro.

“Esse trabalho educativo será ótimo, desde que seja aberto a encontrar soluções e não uma guerrilha pela supremacia”, lembrou Cristina.

“Do nosso ponto de vista, que é a busca de soluções informadas, só o debate aberto faz sentido”, apoiou Filipa, “aliás esse trabalho dará o seu fruto, fará os cidadãos verem a utilidade dos líderes políticos e seus grupos.”

“Acredito que esse trabalho pode ser uma garantia de termos um parlamento de uma qualidade bastante elevada”, ponderou Fernando, “até porque a discussão política deixa de se prender a jogadas pessoais e se orientará mesmo para os problemas e as soluções mais eficazes.”

“Seria muito desejável”, murmurou Diana. Duarte aproveitou o suave tom da última intervenção para cumprir o seu papel. “Parece-me que estamos a caminhar para um certo consenso, podemos pedir a uma pequena equipa que preapare textos para esse debate sobre a **estrutura, dimensão e funcionamento da assembleia legislativa**.

Foi com este espírito positivo que o Pedro e a Cristina se ofereceram para encontrar os textos que serviriam de suporte ao debate sobre a estrutura e dimensão do órgão legislativo.

Texto 1

Definir a estrutura e dimensão da assembleia legislativa

As capacidades tecnocientíficas das sociedades do conhecimento parecem permitir a redução significativa do número de integrantes dessas assembleias, com a correspondente redução do seu custo para a sociedade, nomeadamente se o seu papel for redefinido na linha do que se propôs na conversa introdutória deste encontro. Pode-se aplicar em relação a elas a famosa rasoira de Occam (1285-1347): *non sunt creanda entia sine necessitate*¹⁵ (Corcoran, 1981). Se nos guiarmos por este princípio e pela salvaguarda da diversidade, será possível construir assembleias legislativas com um número pouco elevado de deputados, o que naturalmente pode reduzir substancialmente o seu custo. O que o Paradigma do Raciocínio Complexo defende é que o órgão legislativo inclua integrantes de todas as grandes linhas políticas existentes na sociedade, desde que operem dentro das normas da democracia complexa.

Posições do contínuo ideológico aceitantes da democracia

- a) **Direita radical:** defensores intransigentes das ideias de valor da autoridade instituída, organização hierárquica tradicional dos poderes de decisão social; defesa da ordem e das hierarquias, evitando mudanças de estruturas e processos; defesa verbal de valores vindos da tradição, nomeadamente as relacionadas com a família, o papel dos géneros, moralidade e religião tradicionais (embora possam não ser praticantes); defesa do nacionalismo e etnocentrismo, baseados, consciente ou inconscientemente, na crença da superioridade do povo ou raça a que pertencem ou acreditam pertencer.
- b) **Direita flexível, centro-direita:** integrantes que defendem os valores nucleares vindos da tradição; mas em vez da intransigência radical adotam uma atitude abertura a outros valores, aceitando debater a sua racionalidade e abertos em maior menor grau a incorporá-los nas normas da sociedade. Abertura maior ou menor à expressões vitais e culturais de outros grupos e povos e à sua valorização, com a consequente disponibilidade maior ou menor para os aceitar como cidadãos.
- c) **Esquerda flexível, liberal, centro-esquerda:** integrantes que defendem causas sociais, apoiam os mais pobres e promovem lutas contra a desigualdade social e

¹⁵ Não se devem arranjar explicações (ou chamar gente) além das necessárias.

económica; defendem a aceitação social dos diversos grupos; dão mais importância à permeabilidade interclasses do que à ordem e segmentação nítida entre elas; são mais sensíveis às questões ambientais e dão menos valor à competitividade económica; defendem a inclusão social e educacional, assim como a existência de um setor económico público significativo.

- d) **Esquerda radical**, defensores intransigentes e bastante rígidos dos valores indicados na esquerda flexível; tem fortes barreiras a dialogar com os grupos políticos que consideram de direita; promovem mais ostensivamente o confronto com práticas e valores mais tradicionais, no campo da moralidade, padrões de género, costumes tradicionais; desconfiam dos ricos, nomeadamente os que designam de capitalistas e, por extensão, dos gestores de suas empresas e instituições, quando estes não manifestam adesão expressa ao ideário que o seu grupo defende.

Além destas linhas de pensamento, são de introduzir nas duas extremidades desse contínuo duas linhas de pensamento eventualmente existentes na sociedade, que designaremos de *extrema direita* e *extrema esquerda*. Estas linhas de pensamento defendem um conteúdo ideológico afim das posições dos grupos à esquerda e direita, mas os seus defensores assumem atitudes e práticas que rejeitam em maior ou menor escala os processos fundamentais da democracia. Não as incluímos logo no contínuo para salientar essa rejeição mais ou menos visível da atitude e prática democráticas. Com a sua inclusão, considera-se completo o contínuo ideológico:

- **Extrema Direita:** pessoas que são intransigentes na afirmação de valores tradicionais como a direita radical, mas que além disso se consideram os únicos verdadeiros defensores desses valores, não aceitando os processos democráticos de discussão desses valores nem admitindo a validade de atitudes e critérios diferentes dos seus. Tendem a desvalorizar, marginalizar ou até perseguir quem não esteja alinhado com suas próprias ideias. Por sua postura de não aceitação, afastam-se das instituições democráticas e só aceitam temporariamente o que nelas os favoreça. Quando não se organizam como partido ou movimento, tendem a formar alas extremas nos partidos da direita radical.
- **Extrema Esquerda:** pessoas intransigentes no ataque a valores tradicionais de autoridade e organização hierárquica da sociedade, defendendo que são os seus valores e processos o único modo válido de estar em sociedade. São tão rígidos

como as pessoas do grupo de direita extrema, embora verbalmente sejam a expressão antagónica dessas pessoas. Relativizam os processos da democracia, definindo-a de acordo com a sua própria visão, negando definitivamente a sua validade, quando não obedece ao seu modo de pensar. Têm comportamento político muito parecido com o grupo da direita extrema, embora sejam antagónicos no conteúdo do discurso; como eles também, se não formam partido ou movimento, tendem a ser a ala extrema de partidos da esquerda radical.

Este contínuo merece duas observações:

- **Primeira:** à direita como à esquerda dos grupos nucleares do espectro ideológico situámos no contínuo os que denominámos extremas (direita e esquerda), designando dessa forma os grupos que não aceitam expressamente os processos democráticos de funcionamento. Essa atitude retirá-los-ia naturalmente da Assembleia, que pressupõe a aceitação da democracia. Isso não impede, no entanto, que as ideias desses grupos sejam ouvidas, competindo aos partidos democráticos prestar-lhes a atenção que considerem útil. Para tanto, podem incluir-se 2 lugares (1 para cada grupo desses extremos do contínuo político) na Assembleia Legislativa, para esses grupos poderem ser ouvidos e participarem no debate dos problemas em análise, embora sem voto para a decisão¹⁶.
- **Segunda:** porque defende o PARC que na assembleia estejam representadas as várias linhas ideológicas? Não bastaria que os deputados seguissem as recomendações de equipas científicas interdisciplinares, uma vez que as sociedades do conhecimento, e portanto as democracias complexas, procuram fundamento científico para as suas decisões?

É sabido que os cientistas, mesmo organizados interdisciplinarmente, não estão especialmente preparados para decisões de gestão: há inúmeros exemplos da história das instituições que alertam para isso. Por outro lado, são os deputados que fazem parte da cadeia de comunicação com os cidadãos, o que os incita a estar expressamente sensíveis às suas necessidades e pedidos. Finalmente, a aplicação das conclusões da ciência à realidade não é direta, faz-se através da leitura de quem decide, a ciência não impõe uma

¹⁶ Pressupomos que os defensores dos dois grupos catalogados como extremos e não aceitantes da democracia não obtêm votos que os elejam. Se conseguirem que os elejam farão naturalmente parte dos deputados com direito a voto e a assembleia terá de aprender a lidar com eles nessa qualidade. Este modo de os tratar é essencialmente um processo de regulação pela informação e não só pelo poder.

solução única aos problemas complexos: a visão que desses problemas se tem na sociedade, mesmo nas sociedades do conhecimento, é tingida pelas imagens que cada um constrói sobre ela na sua experiência. É o debate informado que permitirá à Assembleia ajustar as diferentes visões, pelo recurso aos dados científicos sobre os problemas.

É por isso que a assembleia deve integrar representantes de todo o espectro ideológico, que, no entanto, devem estar preparados e motivados para a construção de decisões de ordem superior¹⁷, ou seja, integrativas da maior informação possível.

Neste modelo, é natural que em cada uma das linhas políticas haja mais que um partido a integrar cada uma das correntes acima enunciadas, por exemplo com o número de deputados estabelecido com base no seu resultado eleitoral.

Apresentam-se a seguir dois exemplos, que representam dois modos de organizar o poder legislativo, para ilustrar esta proposta de redução do número de integrantes da Assembleia Legislativa e, portanto, do seu custo para a sociedade.

Quadro 6. O exemplo português: Assembleia da República

Número de deputados em 2024	% na assembleia	Número numa redução possível
Total de deputados - 230	100	100 (+2)
AD(PSD+CDS+PPM) - 79	29,49	31
PS - 77	28,66	30
CH - 48	18,6	19
IL - 8	5,08	6
BE - 5	4,46	5
CDU (PCP+PV) - 4	3,3	4
L - 4	3,26	3
Pan - 1	1,93	2
Total 230	100	+ 2 (1 para cada grupo da extremidade, se existirem)

O exemplo brasileiro

No Brasil, o poder legislativo federal distribui-se **por dois órgãos**: o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. Ao nível dos Estados, porém, está concentrado em uma só câmara: a Assembleia Legislativa, como no caso português.

¹⁷ Decisões de ordem superior são decisões que resultam da elevação do nível de análise levado a efeito pelos intervenientes, algo semelhante ao que foi mostrado por Sherif no seu estudo sobre resolução de conflitos (Sherif, 1967)

Quadro 7. O exemplo brasileiro: as duas câmaras do legislativo (a nível federal)

Número de senadores em 2022	Sugestão	Número de deputados em 2022	Número de deputados numa redução possível
81 Critério: 3 por Estado e DF	Manter os 81 senadores e o critério seguido	513 Critério: 8 a 70, por Estado e DF	334 Critério: 12, por Estado; 6 pelo DF + 2 (1 por cada grupo da extremidade, se existirem)

Estas sugestões levariam a uma redução significativa do número de deputados: no caso do Brasil, atingiriam essencialmente as assembleias legislativas (federal e estaduais); no caso de Portugal, aplicar-se-iam à Assembleia da República e às assembleias legislativas das regiões autónomas de Açores e Madeira (que teriam uma redução proporcional, passando de 57 para 40 deputados, nos Açores, e de 47 para 33, na Madeira). A população aceitá-las-ia bem, com certeza, pela redução da carga financeira sobre o cidadão e a libertação de recursos para enfrentar problemas importantes do País.

Texto 2

Fundamentos científicos da proposta sobre estrutura e funcionamento do órgão legislativo

Esta proposta de reorganização do órgão legislativo tem dois fundamentos, ambos relacionados com o conceito de racionalidade do PARC: o primeiro, já referido, é a redução do custo do órgão, beneficiando os cidadãos pela redução dos seus gastos com os órgãos do Estado; o segundo é a redefinição do papel dos deputados eleitos, que deixa de ser o de representantes de um partido que se assume como intérprete das necessidades do povo, para assumirem o papel de técnicos operacionais que sob a bandeira do seu partido se colocam ao serviço do povo. Porque nas sociedades do conhecimento existem meios diretos e relativamente operacionais de os deputados, enquanto servidores dos cidadãos, identificarem e responderem às solicitações, e ideias expressas por quem os elegeu.

Mas além de reduzir o custo das assembleias, a redefinição do papel dos deputados pode facilitar a reorientação dos debates para a análise substantiva dos problemas, eliminando ou pelo menos reduzindo, a retórica de dominação dos argumentos adversários, um estilo baseado no poder e, portanto, obstáculo à discussão informada dos assuntos. Voltamos a lembrar, a propósito, que, de acordo com o paradigma do raciocínio complexo, a tomada de decisões não se deve basear no poder de um grupo sobre os outros, mas sim na descoberta de soluções mais vantajosas para cada um dos problemas que a sociedade enfrenta. E essas soluções só podem sair do contributo de todos; o que se requer para isso é uma cultura política que fomente nos deputados a motivação para o debate informado.

Modo de funcionamento da assembleia legislativa, de acordo com o Paradigma do Raciocínio Complexo

Já se referiu acima que os atos e intervenções que têm como base o uso do poder se expressam num estilo que Morton Deutsch (1973) designou de *competitivo*, enquanto os atos e interações focados no uso da informação constroem um estilo que Deutsch denominou cooperativo (*resolutivo* na designação de Parreira, 2010). Também podemos afirmar que os dirigentes políticos atuais têm dificuldade em distinguir os seus atos baseados no uso do poder dos baseados no uso da informação. Apresentam-se a seguir as condições adequadas para um debate baseado no uso da informação e não do poder.

Primeira condição: aprofundar os processos de relação com os cidadãos

Para aprofundar a democracia nas sociedades complexas atuais, é imprescindível a articulação e a comunicação sistemática entre os níveis micro, meso e macro das estruturas sociais, nas suas várias dimensões: política, socioeconómica, educacional, de saúde e de organização do espaço e ambiente. As sociedades do conhecimento dispõem dos instrumentos tecnológicos capazes de assegurar eficazmente essa comunicação. O importante é os grupos dirigentes perceberem que uma democracia promotora da qualidade de vida tem de colocar em operação esses processos de troca de informações, eficazmente orientados para a manutenção e potencial melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

Ao nível micro, encontramos os municípios e os seus vereadores, cuja missão fundamental é dialogar com os cidadãos, identificando seus problemas e necessidades e desenhando com eles propostas a apresentar nas assembleias municipais, que as discutirão e aperfeiçoarão, para lhes dar o seguimento adequado.

Ao nível meso, temos as regiões, essencialmente constituídas por agrupamentos de municípios com características similares, cujo nível de decisão pode ser assegurado por integrantes escolhidos dos eleitos municipais, nomeadamente os presidentes de câmara (prefeitos).

A nível macro, temos o país, com os seus órgãos governativos: executivo, legislativo, judiciário, os dois primeiros escolhidos em eleições diretas para esses cargos.

No caso de países federais, o nível macro subdividir-se-á em dois subníveis: macro-estadual, que é nível meso face ao federal; e macro federal. Mas o raciocínio é idêntico nos dois casos: construir um fluxo de comunicação sistemático entre todos os níveis e nos dois sentidos, para identificar os problemas aos vários níveis e procurar soluções que contribuam para a manutenção e qualidade de vida em todos os escalões da sociedade. Vereadores trocam informações com os cidadãos identificando problemas e construindo propostas de solução; os decisores regionais integram esses dados nas necessidades da região; deputados dialogam com os escalões micro e meso para construírem respostas articuladas para todas as regiões.

As tecnologias de comunicação e de análise e integração de dados existentes e em contínuo desenvolvimento nas sociedades atuais - nomeadamente a internet, por exemplo

com recurso a instrumentos como sistemas de IA avançados - são meios capazes de assegurar esta participação dos cidadãos, transformando as democracias complexas em democracias quase diretas. Uma democracia complexa terá em operação (a nível macro, meso e micro) modelos de coleta sistemática das preocupações, ideias e sugestões de seus cidadãos, analisando-as, pondo em prática de maneira apropriada as que forem úteis e informando os cidadãos sobre esse aproveitamento. Desta forma, a democracia torna-se tão direta quanto possível, sem perda da complexidade requerida. E os cidadãos irão aprendendo a distinguir o essencial do acessório, tornando-se cada vez mais cidadãos competentes.

Segunda condição: prática de um estilo de interação resolutivo, desenvolvendo a competência da discussão informada, em todos os debates

Adotar um estilo resolutivo nas suas interações com os outros, nomeadamente na discussão de problemas, é adotar as seguintes práticas:

- Estabelecer relações positivas e verdadeiras (o que exige evitar ataques e depreciação dos outros);
- Abertura de espírito, disposição para debater e analisar ideias diferentes e não apenas rejeitar e destruir essas ideias;
- Praticar e fomentar a prática da escuta ativa da, tentar compreender o que é dito e discuti-lo de forma positiva, aproveitando os pontos úteis;
- Fomentar a subida do nível de conhecimento nos debates, procurando encontrar ideias e soluções cientificamente fundamentadas, tanto quanto possível.

Estas atitudes têm como suporte a prática do estilo de comunicação resolutivo, o mais indicado para o debate informado das questões e claramente contrastante com o estilo competitivo tão extensamente praticado nos debates políticos¹⁸.

A prática do estilo resolutivo não é difícil: basta estar atento ao modo de interagir com os outros e ir substituindo as atitudes competitivas por atitudes resolutivas (*principalmente perguntas e reformulações, mas também de apoio e simpatia*), nas situações em que tal pareça razoável, que serão a maior parte. Se este trabalho for feito

¹⁸ Comunicação escassa; informações enganadoras; sensibilidade predominante para ameaças e diferenças; percepção dicotómica do outro: (bons / maus, sem matizes); desconfiança do interlocutor e exploração de seus pontos fracos; ideia de que os conflitos só se resolvem pela força.

de forma continuada, pensamos que ao fim de uns meses os deputados que o pratiquem terão conseguido integrar essas atitudes no seu estilo de interação e praticá-las mais ou menos de forma espontânea. A prática do estilo resolutivo é a condição necessária para que o debate dos problemas e a procura de soluções para eles seja movida pela busca de informação e não pelo desejo de fazer valer o ponto de vista de cada um. Ora, só num clima de busca das melhores soluções é possível que a diversidade das correntes de pensamento existentes na Assembleia enriqueça o debate e não enverede pela tomada de decisões que tenham como base a posição de poder, em vez da informação e do conhecimento do problema em causa. Decidir um assunto com recurso ao poder das maiorias só deve acontecer, se não for possível construir soluções escoradas pela informação objetiva dos problemas; e os deputados devem esforçar-se para que essa situação não aconteça habitualmente.

Terceira condição: analisar todas as questões e problemas em comissões específicas, para facilitar o debate informado

Nos trabalhos da assembleia legislativa, a prática do estilo resolutivo é mais fácil, se a análise de problemas e a procura de soluções for realizada em comissões parlamentares organizadas para os enfrentar e resolver. Por isso, o Modelo PARC recomenda que o debate aprofundado dos assuntos seja feito, em primeiro lugar, nessas comissões de análise: isso permite uma busca de informação mais eficiente, mais atenção a soluções técnico-científicas e menos peso de questões ideológicas, recurso mais fácil à assessoria de especialistas não vinculados ideologicamente, e uma procura mais aberta de soluções interdisciplinares a propor ao plenário. Devido a estas características, o PARC recomendaria que todos os problemas mais complexos fossem sempre tratados primeiro em comissões específicas, com natural participação de todas as correntes ideológicas, mas com número tão reduzido quanto possível de integrantes; e com acesso estabelecido a uma equipa de especialistas multidisciplinares, prontos a reunir com os membros da comissão, para equacionamento dos problemas e busca de soluções cientificamente escoradas.

Os deputados em plenário serão com isto incentivados a realizar debates mais informados e menos levemente polémicos, com menos contundência emocional, menos tentativas de impor pontos de vista pessoais e menos ataques e depreciação de

argumentos ou imagem dos divergentes. Sem dúvida, os debates tornar-se-iam mais próximos do que se espera numa sociedade do conhecimento e as decisões tornar-se-iam habitualmente mais escoradas na análise científica dos problemas. Sem dúvida, os debates tornar-se-ão mais próximos do que se espera numa sociedade do conhecimento e as decisões serão habitualmente mais escoradas na análise científica dos problemas.

Texto 3

Aprender a tomar decisões com base na informação e não no poder

A estrutura das decisões numa assembleia legislativa, organizada como se propôs acima, é relativamente complexa, pois inclui vários tipos comportamento; por isso, os debates e decisões precisam de se apoiar no modelo de interação resolutivo, mas também nos modelos que se propõem a seguir.

Para responder adequadamente a estes problemas, o decisor precisa de se apoiar em modelos decisórios adaptados ao tipo de situação e de problema a enfrentar. Os modelos assentam em teorias, que fornecem uma grelha de leitura e interpretação da realidade, neste caso, do comportamento da organização e do indivíduo humano, na sua qualidade de decisores. A grelha de leitura e interpretação que os modelos de decisão oferecem ao decisor propõe quatro parâmetros para essa leitura:

- A ideia de definição de um sentido, uma finalidade uma meta de valor a ser atingida com a decisão;
- A noção de que a decisão é um processo com uma lógica própria e atores concretos;
- A ideia de que as decisões desencadeiam mudanças, colocando a questão da viabilidade e vantagem dessas mudanças.

Há duas grandes teorias fundamentadoras dos modelos de decisão: uma **teoria da racionalidade perfeita**, na qual fomos educados desde o pensamento grego, desde o trabalho de Aristóteles, de cuja teoria lógica foi dito que explicita a lógica natural do espírito humano; a outra é uma **teoria das limitações da racionalidade**, na tomada de decisão, em que Herbert Simon (1965), mostra que o decisor humano pensa de forma lógica, mas tem um número limitado de informações e capacidades de processamento que limitam a sua racionalidade.

As teorias sobre decisão concretizam-se em diversos modelos de decisão, sendo dois os fundamentais:

- o modelo de otimização, também dito mono-racional ou de ator único;
- os modelos comportamentalistas (organizacional e político).

1. Modelo do ator único, modelo mono-racional ou de otimização

O modelo de ator único é o modelo cujos pressupostos são mais extensamente aceites, porque é aquele em que todos fomos educados. Ganhou praticamente a posição de teoria implícita no campo da decisão, sendo por isso muitas vezes utilizado quase automaticamente. Segundo esse modelo:

1. O homem é racional, a sua racionalidade é perfeita.
2. Não só conhece bem as suas preferências como elas são estáveis, enraizadas num pensamento e numa identidade firme, alicerçada em valores que perduram.
3. É possível concentrarmo-nos na análise exaustiva e rigorosa dos aspectos do problema, sem nos deixarmos influenciar pelo que é acessório ou por fatores emocionais que toldariam o nosso raciocínio.

Herbert Simon adverte, porém, que é impossível o decisor conhecer todas as alternativas de que dispõe ou todas as suas consequências; aliás, ao percorrer um caminho, não tem maneira de verificar ao certo se ele é a melhor alternativa. O que o indivíduo faz é calcular as consequências expectáveis com base em relações empíricas que conhece e em informações sobre a situação existente. Contenta-se em adquirir um nível satisfatório de informação, que lhe permite identificar o problema e algumas soluções alternativas. É por isso que as decisões são apenas satisfatórias e a otimização é uma ficção: elas são condicionadas pelas limitações cognitivas do decisor e pelas crenças, conflitos e jogos de poder dentro do sistema. Por isso o estudo da racionalidade das decisões é crucial e é necessário criar as condições favoráveis a uma decisão satisfatória.

Por isso, o modelo mono-racional tem algumas limitações significativas:

- Linearidade da análise, centrada nos aspectos cognitivos algorítmicos;
- Desatenção em relação aos fatores não cognitivos, que não são integrados no modelo;
- Desatenção em relação às limitações cognitivas, tanto no plano perceptivo de captação de informações, como na sua interpretação: ignora que há muitas informações que o decisor não consegue captar e que muitas vezes o seu significado pode ser distorcido, por influência de fatores emocionais e do contexto;
- Otimismo, confiança na capacidade da visão e de análise do decisor;
- Desatenção aos conflitos entre decisores, no pressuposto de que a racionalidade é a mesma em todos e todos a utilizam de igual modo.

2. Modelos Comportamentais de Decisão

Os modelos comportamentais de decisão têm como fundamento as teorias do comportamento humano, as quais estudam as limitações da abordagem racional do processo de decisão, e constituem, por isso, o que se designou de teoria da racionalidade limitada (Simon, 1960). São dois os modelos fundamentais derivados da teoria: o modelo organizacional e o modelo político de decisão.

O modelo organizacional e o modelo político da decisão têm os seguintes pressupostos essenciais:

- as decisões são tomadas em contexto socio-organizacional;
- a racionalidade do decisor é limitada por vários fatores, entre os quais os impostos pelo contexto da decisão;
- a organização é composta por subunidades, com procedimentos próprios e modos específicos de articulação entre si; estas unidades tendem a transformar problemas complexos nas decisões que já lhes são habituais, com soluções já experimentadas;
- busca-se a solução, até ser encontrada uma que seja aceitável, não se avançando mais na procura de outras eventualmente mais perfeitas.

Recomendações dos modelos, a seguir na decisão sobre problemas complexos

Tomando consciência das condições de decisão numa assembleia de deputados, com suas estruturas e processos políticos, podemos delinear um processo viável de decisão informada, com base nas seguintes recomendações do PARC (o quadro 8, apresenta as derivadas do modelo organizacional da decisão):

Quadro 8. Problemas criados pelos fatores do contexto e medidas a tomar

<p>Fatores pessoais, cognitivos</p>	<p>Problema Ilusão da otimização <i>versus</i> consciência da busca do satisfatório</p> <p>Medida a tomar Abandonar a ilusão da otimização, ganhar consciência de que chamamos otimização ao que na realidade é busca do satisfatório e agir em consequência. Treinar os processos perceptivos e de pesquisa da informação. Desenvolver a competência teórica</p>
<p>Fatores pessoais, afetivos</p>	<p>Problema Peso das emoções na decisão</p> <p>Medida a tomar Destacamento emocional, aumento da inteligência emocional na regulação dos comportamentos ligados à decisão.</p>
<p>Fatores organizacionais: Estruturas</p>	<p>Problema Peso das estruturas de poder e autoridade e dos procedimentos e normas sobre o processo decisório. Lentidão, repetição de atos e circuitos.</p> <p>Medida a tomar Aumento da flexibilidade de indivíduos e grupos; agilização dos processos grupais; descentralização e delegação de poderes de decisão</p>
<p>Fatores Organizacionais: Processos e Relações</p>	<p>Problema Modos de funcionamento, de processamento das informações e de articulação dos atores envolvidos na decisão.</p> <p>Medida a tomar Aumento da complexidade cognitivo e da mobilidade do sistema; aumento da agilidade, capacidade de previsão e de planeamento</p>

Fonte: Parreira (2017)

Recomendações derivadas do modelo político para decisões de grupo

O modelo político é o que mais diretamente oferece respostas para as decisões grupais, uma vez que estas resultam essencialmente de comportamentos relacionais, os quais estão no cerne da abordagem que o modelo faz da decisão (quadro 9):

Quadro 9. Atitudes na decisão em grupo

Posições grupais	Recomendações de atuação
<p>Primeira posição grupal Todos os membros partilham o mesmo quadro de referência e há convergência de ideias sobre as soluções para o problema. O risco principal é a síndrome² grupal por conformismo excessivo: o consenso não tem variedade interna suficiente, não aparecem alternativas, baixa o nível de exigência da qualidade da decisão, desenvolve-se a ilusão da invulnerabilidade, típica do síndrome grupal.</p>	<p>Evitar consensos prematuros. Evitar o síndrome grupal. Garantir o papel de advogado do diabo. Consultar especialistas de fora.</p>
<p>Segunda posição grupal Todos os membros partilham o mesmo quadro de referência, mas não há convergência de ideias sobre as soluções para o problema. Pode haver um processo de interação competitivo, com a redução excessiva da variedade (caíndo no síndrome grupal); ou um processo resolutivo de interação, valorizando a diversidade, aproveita a informação e gera alternativas de solução, mas geralmente dentro do quadro de referência.</p>	<p>Manter um estilo de interação resolutivo. Criar alternativas, desenvolver atitude de aceitação de divergências. Garantir tempo à análise e debate</p>
<p>Terceira posição grupal Os membros não partilham todos o mesmo quadro de referência e há convergência de ideias sobre as soluções para o problema. Há a variedade interna requerida e os processos de convergência necessários.. Interessa o controle das percepções (seletividade; ideias feitas, efeito de primeira impressão). Soluções potencialmente criativas.</p>	<p>Manter uma liderança participativa (Modelo Multiplex). Desenvolver competências de negociação..</p>
<p>Quarta posição grupal Os membros não partilham todos o mesmo quadro de referência e não há convergência de ideias sobre as soluções para o problema. Variedade interna além da requerida, dificuldade de integração, conflitos estruturais potenciais, divergência de objetivos, desintegração do grupo.</p>	<p>Manter um estilo de interação resolutivo. Garantir liderança participativa musculada (Modelo Multiplex). Desenvolver competências de negociação. Garantir tempo à análise e debate. O líder exerce o poder de decisão, quando tal se impõe.</p>

Fonte: Parreira (2017)

Questões para você refletir, caro leitor:

1. *Como avalia a proposta de manutenção da diversidade de todas as correntes políticas na assembleia legislativa? Considera que tem fundamento?*
2. *Considera aproveitável a proposta feita no texto sobre redução do número de integrantes da assembleia legislativa?*
3. *O que pensa da sugestão de usar as novas tecnologias para saber, sem viés ideológico, o que realmente os cidadãos pensam e sentem?*

Se quiser enviar as suas sugestões à nossa equipa, pode utilizar o email indicado no final do quarto encontro.

Referências

Corcoran, John (1981). "Ockham's Syllogistic Semantics", *Journal of Symbolic Logic*, **46**: 197–198.

Deutsch, M. (1973) *The Resolution of Conflict: Constructive and Destructive Processes*. Yale Univ. Press.

Parreira, A. (2010) *Liderança - A fórmula Multiplex*. Lisboa: Edições Sílabo

Porter, E.H. (1950) *An Introduction to Therapeutic Counseling*. Boston: Houghto Mills

Sherif, M. (1958). Superordinate goals in the reduction of intergroup conflict. *American Journal of Sociology*, *63*, 349–356. <https://doi.org/10.1086/222258>

Simon, H.A. (1960). *The New Science of Management Decision*. NY: Harper and Row.

The background features a dark silhouette of a human head in profile, facing left. The interior of the head and the surrounding space are filled with vibrant, swirling, and layered colors, including shades of orange, yellow, green, blue, and purple. The overall effect is one of dynamic energy and complex thought.

SEXTO ENCONTRO

Diálogos

Textos do Sexto Encontro
Para uma democracia complexa:
a procura de soluções para a
área socioeconômica

SEXTO ENCONTRO

O bem estar económico dos cidadãos é uma das dimensões da democracia complexa; a resolução de problemas existentes nessa área faz parte dos direitos dos cidadãos. Segundo os critérios do Modelo PARC, os líderes de uma democracia complexa devem apostar em edificar uma economia ao serviço de todos os cidadãos, a qual tem fundamentos diversos, de ordem científica e atitudinal, que até o Papa Francisco se preocupou em promover, através do grupo de peritos e interessados que tem debatido o tema, sob a sigla 'Economia de Francisco'.

Este foi o primeiro confronto entre nós, os convivas do quinto simpósio, já que nem todos se lembravam de que a definição de democracia complexa por nós delineada incluía a criação de uma economia ao serviço das pessoas e da sua qualidade de vida; “onde o cuidado substitui a indiferença e não deixa ninguém para trás; uma economia que reconhece e protege o trabalho decente e seguro para todo; em que as finanças sejam amigas e aliadas, e não adversárias da economia real e do trabalho”. Alguns convivas defenderam que a Economia e a política são coisas separadas, a Economia é uma ciência transversal a todos os regimes políticos, não é parte da democracia, tal como a Física e a Matemática, é independente dos regimes políticos.

Mas essas objeções não se mantiveram por muito tempo, a Filipa lembrou que alguns dos objetivos de desenvolvimento sustentável definidos pela ONU em 2015 e sucessivamente reiterados e aperfeiçoados dizem diretamente respeito à Economia e à governação que se pretende positiva. Ora justamente o que se definiu como democracia complexa inclui as reocupações e respostas positivas à dimensão económica da vida dos povos. O confronto, ligeiro apesar de tudo, terminou quando a Diana mostrou o pequeno quadro que elaborara com base nos objetivos de desenvolvimento propostos na Assembleia Geral da ONU e que o leitor pode ver já a seguir.

Quadro 10. Objetivos de desenvolvimento sustentável definidos na ONU

Objetivos	
1. Pobreza	Acabar com todas as formas de pobreza em toda a parte.
2. Alimentação	Acabar com a fome, atingir a segurança alimentar, promover uma agricultura sustentável.
3. Saúde	Assegurar vida saudável e bem estar para todos em todas as idades.
4. Educação	Garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, promover para todos oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.
8. Economia	Promover um crescimento económico firme, inclusivo e sustentável, e emprego produtivo e trabalho decente para todos.
10. Desigualdade	Reduzir a desigualdade dentro das nações e entre elas.
11. Habitação	Tornar as cidades e povoações inclusivas, seguras e sustentáveis.
12. Consumo	Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis.

Fonte: ONU, Agenda 2020/2030 - Objetivos de desenvolvimento sustentável, 2016)

Assim, para fundamentar cientificamente a reflexão sobre conceitos que são fundamentais na Economia, o nosso grupo começou por definir alguns postulados sobre o que deve ser a gestão económica do sistema político que é uma democracia complexa; guiados por esses postulados, prepararam os textos que o leitor pode explorar a seguir, como nós fizemos quando nos foram trazidos para debate.

- Postulado 1** *A economia tem de ser sustentável, para que a própria espécie humana também o seja.*
- Postulado 2** *Para a economia ser sustentável tem de cumprir as cinco dimensões da sustentabilidade: ambiental, social, económica, cultural e política.*
- Postulado 3** *Para a economia cumprir as cinco dimensões da sustentabilidade, os processos de criação e distribuição da riqueza nas sociedades têm de ser eficientemente regulados. Isso implica a análise e aperfeiçoamento das atitudes e relações de mercado, com base no conhecimento científico insito na cultura vivida numa democracia complexa.*
- Postulado 4** *Para criar um mecanismo de regulação eficiente, terão de ser estudados a natureza e comportamento dos diferentes bens e serviços; e complexidade das relações de mercado tem de ser adequadamente enfrentada, como recomenda DebraSatz (2010).*
- Postulado 5** *Uma organização da economia efetivamente orientada por estes postulados construirá uma forma de capitalismo que se poderá denominar de capitalismo social, cujo embrião se vislumbra nas chamadas sociais democracias e que será um componente fundamental do perfil das democracias complexas.*

Os textos preparados distribuíram-se por temas como: **tipos de mercado e sua regulação; a finalidade da economia à luz do conceito de qualidade de vida; e a economia circular como fator de sustentabilidade e anti-desperdício**, que o leitor pode explorar, julgamos que proveitosamente.

Texto 1

Como conseguir uma regulação inteligente dos mercados, respeitando os critérios da democracia complexa?

Na caracterização da democracia complexa, os seguintes critérios dizem diretamente respeito ao funcionamento da economia:

- Liberdade de expressão, de movimentos e atividades para todos os cidadãos, no âmbito das normas legais adotadas na sociedade;
- Decisões governativas orientadas para garantir um ambiente de tranquilidade e segurança, e o direito de todo o cidadão a ser tratado com respeito e cortesia pelos outros;
- Decisões governativas orientadas para construir e consolidar uma cultura de confiança entre todos os cidadãos e na relação com as autoridades;
- Direito a usufruir os bens que consiga obter por atividades exercidas com honestidade e respeito pelas leis instituídas na sociedade.

Os economistas clássicos ensinam-nos que o mercado molda o tipo de pessoas que somos e o modo como nos relacionamos com os outros. Eis uma observação que mostra quão importante é a perspectiva de Debra Satz (2010) sobre a equidade relacional, que tem como base o critério ‘cultura de confiança’, já lembrado acima. Segundo a autora, esta moldagem de nossas relações com os outros pode minar numa sociedade as condições necessárias para interagirem em pé de igualdade; e é óbvio que, nesse caso, se torna fundamental aumentar a racionalidade das relações de mercado, se tivermos a pretensão de construir sociedades verdadeiramente humanas. Para Debra Satz, o verdadeiro problema é o facto de certos mercados perpetuarem e agravarem desigualdades de conhecimento fundamental, de nível educativo, de relações sociais, etc., entre os seus intervenientes (Satz, 2010, p.10), o que dificulta a criação de uma cultura de confiança, e contraria manifestamente o objetivo aprovado pela ONU: ‘Reduzir a desigualdade dentro das nações e entre elas’. Satz torna muito claro que uma sociedade não é verdadeiramente democrática, se as suas crianças não acederem a serviços de saúde e educação suficientes para que na idade adulta possam estar em condições de participar, em relações de igualdade, em processos de deliberação coletivos, o que está de acordo com outro objetivo da ONU: ‘Garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa’. Considera estes efeitos extremamente perniciosos, já que impedem a satisfação das condições para terem uma vida ‘minimamente decente’ (Satz, ob. cit., p. 95)

A autora propõe um modelo de quatro parâmetros para avaliação da nocividade das condições de funcionamento de um mercado:

- a) Insuficiente noção do que está em jogo (*weak agency*, na expressão de Satz);
- b) Alta vulnerabilidade;
- c) Resultados extremamente nocivos para o indivíduo;
- d) Resultados extremamente nocivos para a sociedade.

Segundo Satz, um mercado deve ser considerado nocivo, se a sua cotação for alta em qualquer dos parâmetros. Vamos analisá-los de seguida, à luz desta hipótese, tendo em conta as críticas feitas por diversos autores a este modelo.

a) Debilidade do agente (*weak agency*): fraca noção do que está em jogo

Numa relação de mercado, em geral o vendedor tem um domínio razoável dos ganhos e perdas potenciais: as perdas são de certo modo mitigadas por continuar na posse do bem, caso não exista transação (excepto em bens rapidamente deterioráveis). No caso das empresas atuais, principalmente as tecnologicamente mais apetrechadas, esse conhecimento sobre ganhos e perdas potenciais, assim como a configuração do mercado, é muito superior ao dos potenciais compradores, os consumidores finais dos bens. Este desnível de conhecimento é usado como instrumento de poder na generalidade das relações comerciais, principalmente se os motivadores para isso (**R** e **S**¹⁹) forem os motores exclusivos do comportamento dos agentes (e são, na maior parte dos mercados atuais). Neste caso, nem são os consumidores os reguladores do preço de mercado dos bens ou serviços, são antes os competidores, com a eventual oferta de produtos alternativos ao alcance do consumidor.

Em consequência do que se afirma em a) sobre a condição de *agente débil*, a *liberdade de consentimento* do comprador fica relativamente reduzida e situa-se quase sempre no plano da consciência implícita, que quase nunca é objeto de análise racional. O resultado é as decisões de compra e venda, nestas circunstâncias, sofrerem tendencialmente de uma racionalidade bastante limitada, quando olhada pelo Paradigma da Complexidade. Esta limitação da racionalidade pode não ter grande importância no

¹⁹ Nas pp. 15-16, acima, pode rever a definição dos motivadores. Para estudos mais aprofundados sobre o tema, consulte-se Artur Parreira (2021): *A Fórmula da Motivação: Tecnologia da inteligência emocional e motivação em contextos empresariais, educacionais e políticos*. Rio de Janeiro: Edições Autografia.

comércio de bens não essenciais com elasticidade da preço/procura, dado que nesses casos a liberdade do comprador não será excessivamente cerceada (por encontrar substitutos ou poder facilmente prescindir desses bens). Por isso, Debra Satz defende que, mesmo no caso desta debilidade relacional do comprador, não se deve logo proibir essas relações mercantis: o resultado da proibição pode ser mais nocivo do que a debilidade evidenciada. Huub Brouwer, aliás, num artigo de análise ao livro de Satz (Brouwer, 2014), chamou a atenção para o facto de nem sempre a debilidade de conhecimento do comprador conduzir a resultados muito nocivos.

Onde esses estudos parecem mais urgentes é em relação aos bens que a longo prazo têm um peso importante no orçamento do comprador, como é o caso da habitação, da saúde e mesmo da educação (um bem essencial nas sociedades do conhecimento). No caso destes bens, não só a liberdade de consentimento do comprador pode ser extremamente reduzida, já que não tem facilidade em encontrar bens ou serviços alternativos satisfatórios nem pode recusar o bem, sem perdas graves para uma vida ‘minimamente decente’, segundo Debra Satz. Parece, portanto, razoável prosseguir na busca de soluções mais integrativas, e consequentemente mais inteligentes, de todos os fatores envolvidos, para o mercado desses bens e serviços. A definição de democracia complexa proposta neste trabalho (pp. 59bv c-60) e a observação de Debra Satz - “uma sociedade não é verdadeiramente democrática, se as suas crianças não acederem a serviços de saúde e educação suficientes para que na idade adulta possam estar em condições de participar, em relações de igualdade, em processos de deliberação coletivos” - movem-nos expressamente nesse sentido.

b) Alta vulnerabilidade

Debra Satz dá dois exemplos característicos de vulnerabilidade, independentemente de serem seguidos por resultados extremamente nocivos: a venda de ativos por pessoas obrigadas a vender seus bens a preços excessivamente baixos, por se verem numa situação de desespero; pessoas forçadas a trabalhar em condições de quase escravatura, por estarem em situação de extrema pobreza (por exemplo, imigrantes). Mas Classen (2012), numa revisão do texto de Satz, aponta que na prática tanto a debilidade racional como a vulnerabilidade do agente só tornam o mercado tóxico, quando conduzem a resultados extremamente nocivos. Por outro lado, sabe-se que nem sempre esses fatores geram resultados extremamente nocivos, como a própria Debra Satz reconhece nos

exemplos que cita, e que aliás a levam a defender que a mera proibição desses mercados não é necessariamente acertada, dados os resultados ainda mais perniciosos que pode gerar (mercados clandestinos, entrada na prostituição ou na criminalidade, por exemplo).

Os outros dois critérios: c) resultados extremamente nocivos para o indivíduo;

d) resultados extremamente nocivos para a sociedade.

Diversos os autores, como Classen (2012), consideram estas duas condições intrinsecamente ligadas às duas primeiras, defendendo que os efeitos nocivos do funcionamento de um mercado são o critério mais seguro para confirmar se esse mercado é humanamente tóxico; e a própria Debra Satz reconheceu que os dois primeiros fatores nem sempre conduzem a resultados tão nocivos que suportem a sua mera proibição. Convidam, por isso, a uma abordagem mais complexa do funcionamento do mercado, nomeadamente para verificar se esta primeira conclusão é válida; e em segundo lugar, saber se a ausência de regulação tornaria tóxicos praticamente todos os mercados, como afirma Fleurbaey (2011). Finalmente, já que a regulação do mercado não é de certeza uma panaceia, como acentua Brower (2014), será interessante investigar que tipo de regulação poderá libertar um mercado de seus efeitos nocivos, assegurando dessa forma a sua racionalidade e seu estatuto moral. É, pois, desejável, continua Brouwer, desenhar-se um critério que nos permita avaliar até que ponto a debilidade cognitiva do agente ou a sua vulnerabilidade extrema estão na raiz de resultados extremamente nocivos, quer para o indivíduo quer para a própria sociedade.

Esta argumentação coincide em larga escala com a perspectiva do Paradigma da Complexidade, que defende justamente a ideia de que o mercado é diverso, consoante o tipo de bens e serviços em jogo. Importa, por isso, estudar todos os fatores atuantes: os atores, o tipo de bens e serviços, o contexto socioeconómico e o alcance temporal das decisões tomadas no mercado em causa²⁰. E é neste ponto que uma das hipóteses do Modelo PARC para a racionalidade do funcionamento da economia de mercado coincide em dois pontos essenciais com a reflexão de Debra Satz: o primeiro é que o conceito de mercado não é unívoco, há mercados estruturalmente diversos e portanto com

²⁰ A Economia Comportamental é outra área de pesquisa atualmente em crescimento que também se preocupa em encontrar respostas para a complexidade dos processos económicos, propondo o estudo de variáveis do comportamento dos atores numa perspectiva muito próxima do PARC (National Academies, 2023).

necessidade de mecanismos de regulação diversificados; o segundo é a consciência de que há mercados com resultados extremamente nocivos, que impedem a satisfação dos interesses básicos do indivíduo, ou seja (são palavras da própria Debra Satz) o que é necessário para ter uma vida ‘minimamente decente’. No Modelo que nos guia, vida minimamente decente significa *qualidade de vida suficiente ou tipicamente humana*, um critério fundamental para a regulação da economia, definido no texto 2.

Texto 2

O construto ‘qualidade de vida’ como critério regulador da Economia

Medir a qualidade de vida é uma tarefa relativamente complexa, dadas as diversas perspectivas de abordagem da questão e as múltiplas dimensões do construto. Mas conseguir uma definição operacional é importante, na perspectiva do paradigma do raciocínio complexo: definido com clareza, o conceito de qualidade de vida pode ser o ponto de partida e a meta final de toda a economia, se a queremos humana²¹. Com efeito, serve de critério de racionalidade das soluções económicas, nomeadamente para a operação dos mercados, já que permite enquadrar as decisões tomadas e os resultados desse funcionamento em conceitos fundamentáveis científica e eticamente, como os de sustentabilidade social, equidade socioeconómica, equilíbrio nas posições de cidadania.

Esta orientação não impede a diversidade dos produtos, serviços ou toda a gama de eventos culturais e de entretenimento; mas limitará naturalmente o desperdício, as inutilidades e mesmo muitas futilidades mais ou menos irrelevantes, já que o motor da sua oferta não seria apenas a obtenção de lucro, e sim a sua complementaridade com a meta do bem estar humano. Pode, portanto, fundamentar a utilização do conceito de qualidade de vida como critério da racionalidade das atividades económicas, já que no plano científico é perfeitamente defensável que toda a organização económica humana deve ter como meta manter ou melhorar a qualidade de vida para todos os humanos.

Apresentam-se no quadro 11 as dimensões da qualidade de vida e os instrumentos com que se podem avaliar.

Quadro 11. Dimensões da qualidade de vida e instrumentos de estudo

Dimensões	Indicadores	Instrumentos
Política	Dados oficiais sobre as condições do contexto político e trabalho de pesquisa sobre o impacto das políticas.	Questionários de avaliação das práticas políticas
De saúde	Dados estatísticos sobre a saúde coletiva; Pesquisas sobre organização dos serviços e condições de acesso.	Questionário multidimensional de percepção da qualidade de vida (baseado no Questionário da OMS)
Económica	Em que ponto o sujeito se encontra nos indicadores económicos segundo os diversos estudos (Eurostat e similares.	Questionários do Eurostat e outros

²¹ O conceito de qualidade de vida é em certa medida equivalente ao conceito de bem comum, proposto no sec. XIX por sociólogos e economistas, como critério de construção da democracia, na esteira das propostas de Locke e sobre a questão do voto censitário. A sua vantagem reside. Em ser mais fácil de operacionalizar e, conseqüentemente, medir.

Continua Quadro 11

Habitacional	Características das habitações, nomeadamente em termos de contexto, mobilidade e conforto. Dados sobre condições de habitação.	Estudos de campo, entrevistas e questionários. .
Ambiental	Dimensão estética do contexto; ordenamento dos espaços; nível de poluição do ar, da água, lixo ambiente e ruído; tipo de vizinhança; segurança.	Questionários aplicados às pessoas sobre o tema; dados oficiais sobre os problemas ambientais.
Educacional	Facilidade de acesso aos vários níveis; auto-avaliação do currículo pessoal e do nível de satisfação pessoal com ele.	Questionários aplicados às pessoas sobre o tema; estatísticas oficiais.
Sociocultural	Oferta de atividades culturais, religiosas e outras expressões de espiritualidade; atividades desportivas e lúdicas em geral.	Pesquisa documental dos dados existentes Questionários sobre o tema
Pessoal	Apreciação que o sujeito faz da sua qualidade de vida e de sua saúde biopsicossocial. Os dados podem ser comparados com os do questionário da OMS sobre qualidade de vida da população.	Questionários de autoavaliação do sentimento de felicidade e satisfação com a vida. Questionário da OMS.

Fonte: os autores (2023).

A dimensão económica da qualidade de vida

Para uma definição relativamente precisa da qualidade de vida das pessoas, utilizam-se os indicadores económicos especificados em relatórios como o EU-SILC do Eurostat (2018) ou similares, por exemplo o do DIEESE (2024), que enuncia os itens essenciais e o salário mínimo necessário para uma vida de qualidade humana suficiente (em São Paulo, caixa 4) e o OPM (*Official Poverty Measure*), nos EUA (quadro 5). No caso do EU-SILC do Eurostat (quadro 12), as famílias com falta regular de 3 ou mais itens de privação material e com 2 ou mais incapacidades são incluídas na condição DECS (desigualdade económica severa), sendo a severidade dessa condição medida pelo número real de falhas e de incapacidades assinaladas.

Quadro 12. EU-SILC: itens de privação material e incapacidades (para cálculo da severidade de DECS)

Itens relativos a privação material
<ol style="list-style-type: none"> 1) Capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada e próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); 2) Capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, para todos os membros do agregado; 3) Capacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, 4) Capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; 5) Capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; 6) Capacidade para ter automóvel (ligeiro de passageiros ou misto). 7) Capacidade para ter máquina de lavar roupa; 8) Capacidade para ter televisão a cores; 9) Capacidade para ter telefone fixo ou telemóvel.
Incapacidades
<ol style="list-style-type: none"> 1) Incapacidade para substituir roupas desgastadas por roupas novas; 2) Incapacidade para ter dois pares de sapatos adequados; 3) Incapacidade para gastar uma pequena porção de dinheiro consigo mesmo(a) por semana; 4) Incapacidade para ter atividades de lazer de forma regular; 5) Incapacidade para se reunir com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês; 6) Incapacidade para ter uma ligação de internet; 7) Incapacidade para substituir mobília desgastada.

Fonte: Eurostat (2018)

A equipa do DIEESE calcula que, em 2022, o salário mínimo necessário para uma vida com qualidade humana suficiente, em S. Paulo, rondará os 6.500 reais (custo dos itens para uma vida tipicamente humana. Obviamente, o valor deste salário mínimo varia de acordo com o custo de vida de cada cidade, mas é mais elevado que o salário mínimo nacional (que na perspectiva do DIEESE é apenas um salário de sobrevivência).

Caixa 2. Itens requeridos para uma vida tipicamente humana (S. Paulo, Brasil)

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Habitação saudável 2. Alimentação suficiente 3. Acesso a cuidados de saúde fundamentais 4. Acesso à escolaridade oferecida 5. Manutenção de relações sociais positivas, não marginalização; 6. Acesso a eventos artísticos e divertimento 7. Segurança do meio ambiente onde se vive |
|---|

Fonte: DIEESE, 2022.

Nos EUA o Governo definiu uma Medida Oficial de Pobreza (OPM, *Official Poverty Measure*), mais tarde complementado com a Medida Suplementar de Pobreza

(SPM), tendo sido proposto um novo ajustamento em 2023 (PPM, *Principal Poverty Measure*) por uma equipa multidisciplinar sob a égide das *National Academies – Sciences, Engineering, Medicine* (quadro 5). Como no Brasil, também nos EUA a diversidade das situações implica definir os recursos financeiros de acordo com as diferenças regionais de custo de vida.

Quadro 13. Itens requeridos para uma vida tipicamente humana (EUA)

OPM	SPM	PPM
Alimentação	Alimentação	Alimentação
Vestuário	Vestuário	Vestuário
Abrigo	Abrigo (casa)	Abrigo; Habitação
	Telefone	Telefone
	Internet	Internet
		Saúde

Fonte: Ziliak, Mackie e Citro, (2023)

Estes indicadores permitem uma definição relativamente precisa do conceito de qualidade de vida tipicamente humana (ou minimamente decente, na expressão de Satz), o que o habilita como critério orientador e, quando apropriado, regulador de atividades económicas, nomeadamente o funcionamento dos mercados pertinentes.

Expresso em fórmulas, termos:

Caixa 3 – Qualidade de vida minimamente decente

QVminimamente decente=DECS-1 (em EU-SILC) ou DIEESE22, ou PPM, em que:

DECS: desigualdade económica severa, definida por 3 ou mais falhas materiais e 2 ou mais incapacidades na tabela EU-SILC do Eurostat, apresentada acima.

DIEESE22: as 7 condições enunciadas pelo DIEESE em 2022.

PPM: os 7 critérios definidos.

Há qualidade de vida minimamente decente, quando as pessoas estão livres da condição DECS (desigualdade económica severa medida na lista do Eurostat); ou cumprem suficientemente os 7 critérios definidos pelo DIEESE ou os critérios do PPM.

Fonte: os autores (2023)

Caixa 4 – Qualidade de vida, como critério de validação e racionalidade dos agentes Económicos

A manutenção e consolidação ou melhoria da qualidade de vida das pessoas e comunidades humanas é, para o Paradigma do Raciocínio Complexo, o critério decisório nuclear de toda a ação em Economia, desde a criação e introdução de inovações, à produção de bens e serviços e sua disponibilidade no mercado.

Perante este critério, pode colocar-se todo um conjunto de questões sobre a racionalidade das estruturas e processos económicos e a consequente atuação dos agentes nesses vários processos. São questões que nos podem guiar na elaboração de soluções exequíveis para problemas preocupantes das sociedades atuais. São exemplos notórios desse tipo de questões as que enfrentaremos a seguir:

- Tendo como critério a qualidade de vida acima definida, é inteligente procurar um crescimento contínuo da economia, por exemplo o crescimento do PIB? Ou será mais racional colocar um objetivo duplo:
 - a) Primeiro (essencial), manter o nível de qualidade existente;
 - b) Segundo (adicional), acrescentar bens que efetivamente melhorem a qualidade de vida no plano individual e coletivo, na condição de não criarem ameaças sustentabilidade do nível de qualidade existente.
- Em que medida é possível melhorar a qualidade de vida de uma população, sem a economia crescer em quantidade (crescimento do PIB, por exemplo)?
- Como resolver a questão da pobreza, nomeadamente aquela que se pode designar de inaceitável, seja ela proveniente de desigualdade injustificada, do funcionamento real dos processos económicos ou de outras particularidades humanas (etnia, género, condição física, ideologia, religião, etc.) utilizadas para fundamentar atitudes discriminatórias no plano económico?
- A qualidade de vida poderá ser utilizada como critério para regular o funcionamento dos mercados? Em que tipo de mercados e de que maneira? Haverá mercados que por sua natureza agridam expressamente o conceito de qualidade de vida, por exemplo, jogos a dinheiro, especulações financeiras, como se refere no texto de Debra Satz?
- Como este conceito pode ajudar a substituir a filosofia da maximização do lucro e a busca obsessiva de uma riqueza cada vez maior por uma visão de capitalismo social, como se propõe no postulado 5? Caminhar-se-á, assim, para uma organização da sociedade realmente mais avançada?

Texto 3

Qualidade de vida humana e crescimento da economia como meta

Tendo como critério a qualidade de vida acima definida, é inteligente procurar um crescimento contínuo da economia, por exemplo o crescimento do produto interno bruto (PIB)?

A resposta a esta questão evidencia o dilema que tem acompanhado o desenvolvimento da ciência económica - crescer em quantidade ou em qualidade?

A avaliação do crescimento da economia com base no PIB (quer pela ótica da despesa interna, quer pela da oferta quer pela do rendimento) privilegia inevitavelmente a visão quantitativa, já que não distingue nem a qualidade das despesas (úteis, supérfluas, nocivas, etc.) nem dos produtos (necessários, inúteis, perigosos, etc.) nem a aplicação dos rendimentos. É claro que esse crescimento quantitativo foi em geral acompanhado por melhorias qualitativas da vida das populações, o que sem dúvida atenuou o dramatismo do dilema, mas ao mesmo tempo obubilou aquela discrepância e a exigência do seu enfrentamento: melhores processos; menores custos de produtos e serviços, sem perda de qualidade; menor gasto energético para a mesma produção; melhoria dos produtos e serviços; melhoria do ambiente em termos de condições favoráveis à saúde, condições de mobilidade, qualidade estética; melhores condições de habitação para mais gente; quer dizer, melhores condições de vida para mais pessoas e famílias. Mas o crescimento quantitativo tem de ser analisado com cuidado, para descobrir se tem aspetos positivos e quais, e controlar quaisquer aspetos negativos que tenha, pois estes não conduzirão a melhorias reais da qualidade de vida, mas sim à sua redução a prazo menor ou maior. Consequentemente, é de se considerar que apostar no crescimento quantitativo da riqueza só é positivo, se for necessário para manter ou melhorar o nível de qualidade de vida e não se tornar uma ameaça à sustentabilidade desse nível no presente ou no futuro. Sem esta condição, qualquer crescimento quantitativo da riqueza deixa de ser racional, pois implica desperdício de recursos de matéria e energia.

O outro braço do dilema - a aposta na melhoria das dimensões qualitativas da qualidade de vida - não parece ter efeitos contraproducentes, porque tem como motor a subida de nível do conhecimento – melhores processos de organização, melhor uso dos recursos, decisões mais informadas e portanto mais inteligentes - com a natural preservação dos recursos de matéria e de energia e, portanto, com acrescida

sustentabilidade. As duas dimensões - qualitativa e quantitativa - podem ser integradas, nomeadamente na sua versão IDHAD (Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado pela Desigualdade), uma perspectiva que se conjuga com o Paradigma do Raciocínio Complexo, redefinindo a meta do crescimento numa base qualitativa:

- **primeiro, a manutenção do nível de QV existente;** em seguida, a procura da subida desse nível, essencialmente por melhoria dos processos e padrões de comportamento e só secundariamente pelo crescimento do produto económico;
- **todas as mudanças obedecerão ao princípio da sustentabilidade humana:** só serão postas em prática as medidas de crescimento que não ameacem dois objetivos essenciais: manter ou melhorar a qualidade total da existência humana em cada sociedade; assegurar a sustentabilidade do nosso contexto de suporte, tanto o próximo como o planetário global.

O crescimento do PIB passa, desta forma, da posição de objetivo a atingir para a de meio que pode contribuir para a melhoria das múltiplas facetas da qualidade da vida humana. Tratado como meio e não como fim, será objeto de uma análise fina, para se ver em que medida contribui para a melhoria da qualidade de vida e verificar se tem componentes ou facetas que ponham em risco essa qualidade no presente ou no futuro.

É com certeza uma análise complexa, mas podemos esboçar aqui alguns critérios que poderão aconselhar a rejeição de um crescimento apenas quantitativo do PIB: efeitos negativos sobre a poluição de água, terra e ar; substituição de produtos naturais por artificiais menos saudáveis, embora mais lucrativos; expansão do PIB com base em produtos nocivos ou inúteis para a qualidade de vida humana; fomento do consumo excessivo de produtos ou de serviços, criando hábitos de consumo desregulados, sem efeito na melhoria da da qualidade de vida das pessoas; substituição da produção local por produtos de indústrias globais, condenando os produtores e comerciantes locais à pobreza, etc.

Toda esta reflexão conduzirá a uma mudança conceitual que sem dúvida aparece como perfeitamente racional à luz do PARC, merecendo, por isso, ser estudada com a devida profundidade.

Texto 4

O critério da qualidade de vida e o lucro como objetivo

O lucro tem sido considerado um fator de motivação decisivo para a realização de todo um leque atividades de criação de bens e serviços. Mas é importante ter a noção de que o lucro não é um conceito unívoco, pode ser definido por vários ângulos e apresentar facetas diversas. É importante, por isso, esclarecer o conceito de lucro e seus impactos motivacionais, como já foi sugerido por Paul Mason, em entrevista à BBC News (2020) e defendido atualmente pelos intervenientes nos debates que sobre a Economia de Francisco, realizados no âmbito dos esforços do atual Papa para humanizar a economia. Para fundamentar cientificamente esta reflexão sobre conceitos que são fundamentais na Economia, será útil relembrar os postulados ligados aos paradigmas da sustentabilidade e do raciocínio complexo enunciados no início deste encontro, nomeadamente o postulado 4, onde se refere a distinção entre vários tipos de bens, nomeadamente alguns essenciais para a qualidade de vida humana, como são a habitação, saúde e inclusive a educação, fulcral nas sociedades complexas de hoje, como Debra Satz salientou.

De acordo com o Paradigma do Raciocínio Complexo (PARC) e o critério de ‘qualidade de vida minimamente decente’, os mercados de bens de categorias diversas podem ter de ser regulados por fatores específicos desses mercados, já que não se regem todos por normas iguais. É por isso desejável um estudo aprofundado dos vários tipos de mercado e suas especificidades, a fim de se construir uma teoria adequada do funcionamento de cada um. Esse conhecimento possibilitará a adoção de práticas reguladoras que assegurem relações comerciais efetivamente promotoras de uma melhor qualidade de vida para todos os agentes que atuam nesse mercado.

O conceito de lucro como motor do mercado e do esforço produtivo

Lucro é o ganho que assegura a sustentabilidade de funcionamento de um sistema produtivo e seus componentes e é definido como a *percentagem de ganho líquido por produto* (antes de impostos). O lucro económico é, portanto, o retorno ao proprietário do capital social, dinheiro ou títulos investidos no sistema produtivo, acrescido dos ganhos obtidos. Para facilitar, podemos utilizar uma fórmula de cálculo corrente.

As despesas fixas são aquelas que se repetem sistematicamente e que o negócio vai ter de pagar todo o mês. Exemplos dessas despesas são: o somatório dos salários de toda a equipa produtiva, o aluguel do ponto comercial, a definição do lucro a obter²², o gasto de energia e outros custos repetitivos, e finalmente os impostos automáticos ligados ao próprio ato de venda. Já as despesas variáveis são aquelas que mudam todos os meses, ou seja, não possuem um valor fixo. Exemplos delas podem ser: comissões da equipa de vendas, ações de marketing, publicidade e outros, variação de gastos com água, energia, e matéria-prima para produzir os produtos, etc.

Este conjunto de fatores tem como resultado a possibilidade de se encontrarem produtos similares com valores diferentes. Isso acontece, porque algumas empresas podem ter mais gastos fixos ou variáveis do que outras, ou então definirem para o produto uma margem de lucro maior ou menor. Portanto, além do seu papel motivador, o lucro é um dos fatores de definição do preço de um bem ou serviço (além dos ligados ao funcionamento do mercado).

Maximizar o lucro como objetivo do negócio

Muitos empresários consideram a obtenção de lucro máximo em cada negócio como um objetivo natural; mas agora temos a consciência de que a definição da margem de lucro é, pelo menos em parte, uma decisão do próprio produtor; e como a busca é um comportamento motivado, ou seja, é desencadeado por ativação de um ou mais motivadores, o primeiro passo é saber a que motivadores ele responde, para se responder com alguma precisão à questão da racionalidade da busca de lucro máximo.

Considerar o lucro máximo como objetivo do negócio conduz a uma definição de lucro baseada na *obtenção de vantagem sobre os outros intervenientes no negócio*. É um comportamento típico associado ao predomínio exclusivo do motivador **R**, e torna a relação comercial um quadro momentâneo de soma nula: quanto maior é a fatia de ganho de um, menor é a fatia de ganho do outro²³. Em que medida, então, a meta do lucro máximo será racional?

²² A definição do lucro a obter depende em parte da decisão do empresário.

²³ Embora as trocas comerciais não sejam totalmente um jogo de soma nula, devido ao valor subjetivo dos bens trocados, funcionam como tal, já que a componente subjetiva não altera a realidade, mas se integra nas variáveis *conhecimento do assunto e liberdade de consentimento*.

Se a meta do lucro máximo é baseada num motivador único, como parece ser o caso, com redução drástica do papel de todos os outros, pode considerar-se que isso é, só por si, tendencialmente desregulador²⁴, e portanto menos racional, pelo menos nas condições em que os outros motivadores devam ser também atuantes. Eliminar a ação desses motivadores distorce o significado motivacional das relações comerciais, contrariando o princípio de que ‘um bom negócio é o que é bom para ambas as partes’; é por isso que a negociação explícita ou implícita deve ser regulada, não pelo princípio do lucro máximo possível, mas pelo princípio da equidade razoável, mais abrangente e, por isso, mais equilibrador.

Uma relação totalmente competitiva de busca de vantagem é um comportamento que nas feiras do passado se verificou muito: o vendedor propunha um preço sem qualquer relação com os custos de produção e venda; se o comprador pagasse sem regatear, o vendedor tinha obtido um lucro máximo completamente arbitrário. O regateio do comprador chegava muitas vezes a fazer o vendedor aceitar um preço que não passava de um quarto do preço inicial pedido. Criosamente, este procedimento assegurava em certa medida a atenção aos vários motivadores em jogo. De facto, o próprio regateio fazia-os aparecer; além disso, mesmo que ambos os interlocutores fossem movidos pela obtenção do maior ganho possível, o relativo equilíbrio de poderes assegurava o papel da informação e dos outros motivadores. Como assegurar este equilíbrio no mundo atual, onde ambos os intervenientes estão até muito mais informados, e conseguir que o negócio assente num conhecimento mais seguro e assim se ajuste melhor aos interesses mútuos? É uma atitude que tornaria mais racionais as relações comerciais, principalmente as que envolvam bens essenciais, em que uma das partes pode estar na situação de *agente débil*. Podemos, pois, concluir que a meta do lucro máximo a obter com a venda de um produto é potencialmente desreguladora, se não for gerida adequadamente, o que sem dúvida reduzirá a sua racionalidade. A consequência lógica é procurar definir um conceito mais regulador, por exemplo o de *lucro justo* ou o de *equidade negocial*.

4.1. O conceito de lucro justo

O conceito de lucro justo é difícil de estabelecer com precisão, atendendo a que

²⁴ Focamos aqui o predomínio excessivo de **R** (na busca do lucro máximo); mas a desregulação pode acontecer com qualquer dos motivadores, se algum se tornar excessivamente dominante (por exemplo, o motivador **S** - medo de insegurança financeira - na motivação de atitudes de avareza).

não é fácil descobrir critérios de medição bem definidos. Mas podem encontrar-se para isso alguns suficientemente mensuráveis.

- a) Pode definir-se lucro justo como a ***margem de ganho necessária para repor sustentavelmente o investimento*** de recursos na produção e venda dos bens ou serviços produzidos.

Fundamentos endógenos tradicionais usados para fixar o preço de um bem ou serviço:

- **Custos de iniciativa (ci):** *investimento de arranque + custo financeiro do arranque (a distribuir por todos os bens a vender ou de serviços a prestar, durante o prazo de recuperação do investimento);*
- **Custos de produção e comercialização (cpc):** *recursos materiais e tempo/máquina + custo de recursos humanos (nível, quantidade, tempo) + planeamento de recursos e armazenamento de bens / reserva de serviços + custos de marketing e comercialização + custos de entrega do bem / prestação do serviço;*
- **Margem de ganho (l):** *valor para sustentar o sistema produtivo e a qualidade de vida do empresário que vende o produto ou serviço, de modo a recuperar o capital investido num prazo que não ameace a sustentabilidade económica do negócio (par – prazo aceitável de recuperação).*

Hipótese subjacente ao conceito de preço justo: *é tecnicamente possível, e tem Lógica do ponto de vista da Economia, calcular para cada bem ou serviço a margem de lucro a incluir na formação do preço, como a componente que assegura a sustentabilidade de um sistema produtivo.*

Esse cálculo pode ser expresso numa fórmula como a seguinte:

Caixa 5 – Uma fórmula para o preço justo

$$\frac{(ci+cpc)+l}{nuvpar} = pj \text{ (preço justo do bem ou serviço)}$$

em que **nuvpar** = número de unidades vendidas, em **prazo aceitável** de recuperação do capital investido.

Podemos supor que, num dado momento do tempo, que é o período de produção dos bens ou da preparação dos serviços, esta descrição dos fatores endógenos constitui fundamento racional para o estabelecimento do preço, antes do impacto das condições de mercado. Quando o preço pedido pelo vendedor está sujeito a negociação, significa que ele resulta de uma decisão do vendedor que o colocou acima do preço previsto pelo comprador. O preço justo passa a ser, nesse caso, o resultante de uma negociação que cumpra as condições enunciadas em **b)**, nomeadamente a definição pelo vendedor de uma margem de ganho que os dois - comprador e vendedor - aceitem livremente como justa. O racional desta definição, típica dos contextos de mercado, assenta na combinação de *conhecimento do assunto e liberdade de consentimento* dos dois interlocutores, como se explicita a seguir no texto 5.

Texto 5

A ‘mão invisível’ do mercado e a regulação do preço de bens e serviços

Como regular o impacto das condições de mercado sobre o preço de bens e serviços? Quais as verdadeiras causas da variação dos preços dos bens e serviços oferecidos num mercado? Qual é a racionalidade da variação de preços associada ao aumento ou diminuição da procura?

No processo de compra e venda, a ideia de lucro justo acima proposta tem como base racional o acordo de ambas as partes livremente estabelecido sobre o preço a praticar, no pressuposto das duas condições enunciadas: *liberdade de consentimento e conhecimento da questão*. A conjugação das duas condições é essencial como fundamento objetivo de racionalidade do conceito de lucro justo na fixação do preço: com efeito, ela tem como base o conhecimento do assunto e a liberdade do acordo estabelecido. Se uma das partes for deficitária em conhecimento ou não tiver liberdade para estabelecer o acordo, o resultado é menos racional, não apenas segundo Debra Satz (2010), mas também à luz do Paradigma do Raciocínio Complexo. Este é um pressuposto que nos leva a examinar a ideia da ‘mão invisível do mercado’, que Adam Smith (1776) acreditava exercer uma regulação natural, precisa e eficaz dos preços praticados. Mas a mão do mercado não é mais invisível hoje (Kochugovindan e Vriend, 1988): essa mão é o feixe de motivadores que movem o comportamento dos agentes no mercado; e desde Adam Smith tem sido suposto pelos estudiosos que os motivadores em ação conduzem os agentes a obter a máxima vantagem possível no processo de compra e venda. Sabemos hoje que essa motivação para obter a máxima vantagem possível é a conjugação de dois motivadores: **R** (busca de reconhecimento social, poder, posição superior) e **S** (busca de segurança no presente e no futuro), em contexto de incerteza quanto ao futuro. Mas estes motivadores são apenas dois do conjunto de seis que dinamizam o comportamento humano (Parreira, 2021)²⁵; é, por isso, razoável admitir que negócios diversos podem ser

²⁵ Adotamos aqui os seis motivadores propostos por Parreira (2021) em seu modelo MCA (Motivação Complexa da Ação); Parreira, por sua vez, adota o esquema de necessidades motivacionais de Maslow, embora com uma abordagem explicativa diferente. No modelo MCA, o número de motivadores é suficiente para explicar a dinamização da ação, porque resulta da interação de fatores *push* (os seis motorizadores internos) e fatores *pull* (os numerosos objetos de valência no contexto). Fatores *push* / fatores *pull* combinados explicam a enorme variedade de comportamentos humanos.

regidos por outro feixe de motivadores, já que os próprios bens e serviços funcionam de maneira diferente no mercado.

A nossa reflexão sobre esta matéria considerou significativas três categorias em que se inserem os bens e serviços mais habituais do mercado:

- a) Bens com elasticidade / preço, não essenciais para a qualidade de vida: perfumes, espetáculos, produtos de limpeza, etc.
- b) Bens inelásticos ao preço (ou com elasticidade negativa), não essenciais para a qualidade de vida: por exemplo artigos de luxo e indicadores de *status* social.
- c) Bens com elasticidade / preço, quando colocadas no mercado, essenciais para a qualidade de vida, como saúde, habitação, alimentos, educação.

Além desta distinção focada nos bens, importa investigar também se haverá fatores específicos condicionantes da elasticidade / preço ou se este comportamento dos bens no mercado é um comportamento sistémico do próprio mercado.

Bens não essenciais para a qualidade de vida, inelásticos ou com elasticidade/preço

O comportamento do preço de mercado de bens e serviços não essenciais, com elasticidade/preço ou inelásticos (referidos em a) e b)) pode ser governado pela racionalidade baseada na busca de vantagem, de acordo com a lei da oferta e da procura atualmente praticada nos mercados, porque não afetam significativamente a qualidade de vida das pessoas, e por isso não é provável conduzirem a resultados extremamente nocivos, nem no plano individual nem no coletivo. Mesmo neste caso, e apesar de esse tipo de regulação poder ser suficiente, o Paradigma da Complexidade incentivaria a procura de uma racionalidade alternativa: saber, por exemplo, se uma relação comercial movida por um feixe ampliado de motivadores não contribuiria mais eficazmente para a qualidade de vida global da sociedade, pois levaria a um equilíbrio motivacional mais amplo quer no vendedor quer no comprador. Um aumento imprevisto da procura que algum desses bens também induziria uma pressão motivacional no vendedor para o aproveitar para subir o preço; mas, se ele não for movido apenas por essa possibilidade, a pressão será atenuada principalmente pelos motivadores **P** (pertença, simpatia pelos outros) e **A** (auto-realização, ética e racionalidade). Na realidade, esta atitude já se encontra, em certa medida, em sociedades não inteiramente comandadas pelos circuitos comerciais globalizados (comunidades rurais e pequenas cidades). A concretização atual

desta atitude mais flexível e aberta a outras motivações poderia ser traduzida nestas fórmulas:

Caixa 6 - Perspectiva do PARC para regulação dos preços de bens elásticos à procura

<p>Momento 1 - preço de oferta na abertura do mercado = preço justo (definido acima. p.118. Momento 2 - Procura > oferta: bens já existentes mantêm preço; bens produzidos para responder à procura: fórmula do preço ajustada aos novos custos. Procura < oferta: o produtor só baixa preço se tiver interesse nisso (por exemplo, vender mais rápido); senão reduz a produção e vai-a escoando ao preço anteriormente fixado.</p>

Bens essenciais para a qualidade de vida

Este tipo de bens, entre os quais se destacam os alimentos, a habitação, a saúde. e mesmo a educação, que se tornou um bem essencial nas sociedades do conhecimento, constituem um mercado com características próprias, pelo facto mesmo da sua essencialidade. Com efeito, todos eles são componentes nucleares da qualidade de vida humana: por isso, o funcionamento dos mercados em que estão inseridos tem de ser objeto de um estudo suficientemente aprofundado, para se encontrar uma forma de regulação que evite decididamente resultados extremamente nocivos como ainda hoje se vêem muitas vezes. Neste projeto, analisamos essencialmente a questão da habitação e dos alimentos.

A sugestão será procurar um modelo mais complexo de regulação do mercado destes bens, já que, por serem essenciais para a qualidade de vida, requerem do mercado um funcionamento capaz de encontrar respostas sustentáveis para todos os atores que o operam. O fundamento dessa opção são as características específicas desses bens, que podem requerer um tipo próprio de regulação do seu mercado.

Alimentos

Os alimentos são bens essenciais para uma boa qualidade de vida; sabemos também que se trata de bens com elasticidade de preço face à procura. Sabemos, no entanto, que há uma grande variedade de dietas alimentares capazes de assegurar essa dimensão da qualidade de vida; e sabemos também que a adoção de dietas alimentares saudáveis não depende apenas da capacidade económica das pessoas, mas igualmente de vários outros fatores, por exemplo educacionais e culturais (embora a educação e a cultura dependam elas próprias, em parte, da condição económica das classes sociais). Mas o foco, neste texto, é essencialmente a dimensão económica da qualidade de vida, pelo que

essa será a dimensão aqui tratada, ainda que apontando apenas o principal problema deste mercado: o aumento de preço dos alimentos mais consumidos, devido à escassez da oferta ou aumento da procura, tem algum impacto na qualidade de vida das pessoas?

Não há dúvida que o preço dos produtos alimentares fundamentais (cereais, carne, leite e derivados, ovos, etc.) é elástico à oferta e à procura²⁶. Dessa forma, quanto maior for a escassez da oferta destes bens face à procura mais notório será o impacto sobre o consumo. A questão importante, neste caso, é o facto de esse impacto atingir principalmente as famílias situadas nos escalões mais baixos da distribuição dos rendimentos em cada sociedade. E a intensidade desse impacto é tanto mais perniciosa quanto mais baixa for a posição dessas famílias: a sua qualidade de vida sofrerá uma redução ditada pela sua posição na escala financeira, podendo chegar a níveis de perigo para a saúde de adultos e sobretudo crianças. É, com certeza uma problema que merece um estudo sério sobre modos de regulação desse mercado, nomeadamente como mexer na quantidade da oferta ou na orientação da procura para bens alternativos. O problema mais grave, porém, diz respeito aos escalões mais pobres da sociedade, principalmente os mais propensos a cair na condição de DECS²⁷. Este problema será, por isso, tratado mais pormenorizadamente nessa perspectiva no texto 7 (*O critério da qualidade de vida e o problema da desigualdade e da pobreza*, p.130); aqui limitar-nos-emos a lembrar os critérios de regulação derivados do PARC e sugeridos acima, na caixa 5, como sendo particularmente pertinentes na regulação do mercado de bens alimentares. São práticas que remetem para uma racionalidade alternativa da relação comercial, baseada num feixe ampliado de motivadores, com base conceitual no princípio clássico: ‘um bom negócio é o que é bom para ambas as partes’. Não só a construção de uma cultura em que caibam estes princípios parece possível nas sociedades do conhecimento, como na realidade já temos exemplos dessa atitude em sociedades não inteiramente comandadas pelo mercado globalizado (comunidades rurais e pequenas cidades).

²⁶ A invasão da Ucrânia pela Rússia e depois o ataque do Hamas a Israel e à guerra subsequente levou a uma perspectiva de escassez de oferta dos cereais e petróleo que teve impacto na subida de preços e falhas de abastecimento alimentar aos países mais pobres.

²⁷ A inclusão em DECS é definida pela tabela EU-SILC (pp.110-111); a severidade dessa condição indicada pelo número de itens de privação material e de incapacidades assinaladas.

Uma pequena conversa de intervalo

Todos os convivas deste simpósio têm a convicção plena de que a habitação é um dos tópicos chave para a qualidade de vida e que dificuldades nesta área para as pessoas são problemas cruciais em cuja resolução uma democracia complexa tem de se empenhar. Também neste ponto todos mantiveram a ideia de que para a adequada resolução deste problema é fundamental uma atitude científica de análise e busca de um modelo complexo de regulação do mercado de habitação, dada a especificidade deste mercado. Assim, a equipa que lançou mãos à obra de rever as principais linhas teóricas dos processos e elaborou este pequeno texto sobre a regulação do mercado habitacional, que colocou à nossa disposição para debate. Perdão, leitor, à nossa disposição mas também à sua, seja bem vindo ao debate.

Texto 6

Qualidade de vida e habitação: sugestões para habitação condigna para todos em cada município

A primeira ideia apresentada foi a de que seria essencial criar em cada município e nos municípios adjacentes (já que o município é o lugar onde a habitação se concretiza) um contexto cultural capaz de regular os processos deste mercado.

Como construir esse contexto?

- a) **Uma primeira ideia** é definir que a regulação da oferta e procura de habitação tem **como decisor principal o município**, pois cada município tem condições habitacionais próprias e bem diferenciadas. Todos sabemos que os problemas habitacionais são muito mais agudos nas grandes metrópoles e nas zonas de atração turística, ao passo que em municípios menores ou mais alheios ao fluxo turístico o problema não existe ou não tem gravidade comparável. Assim, situando o problema no município, o que se pedirá às instituições de governo central é que se articulem eficazmente com os municípios, para lhes dar o apoio que se revelar necessário, em termos jurídicos e de instrumentos de informação e de recursos financeiros e tecnológicos, para que possam intervir inteligentemente no mercado local de habitação.
- b) Assim, propõe-se que exista em cada município uma secretaria, com o pessoal especificamente preparado para gerir a área da habitação nas suas diversas facetas, com o objetivo essencial de construir conhecimento para boas decisões.
- c) **Responsabilidades da Secretaria de habitação do Município:**
 - **Registro atualizado das habitações em oferta:** tipologia, número de divisões, área interna; localização: preço.
 - Finalidade de cada unidade descrita: uso do dono; venda, aluguer para habitação permanente, aluguer passageiro; outros tópicos relevantes.
- d) **Caracterização sistemática, atualizada, dos indivíduos e famílias em busca de casa no município:**
 - Tipo de candidato;
 - Motivações para a procura de casa;
 - Tipo de casa procurada, lugar desejado e aceite no município;

- e) Estes dados seriam fornecidos pelos agentes imobiliários ou coletados pela própria secretaria, que os disponibilizaria para as pessoas que procurassem casa no município. Os interessados procurariam ver as possibilidades de negócio com as imobiliárias ou com os proprietários que ofereçam diretamente as casas. Manter-se-ia, no entanto, o apoio da secretaria municipal aos requerentes que o desejassem.
- f) **Planeamento dos tipos de habitações a criar e manter no município, de acordo com a procura potencial:**
- para famílias de baixa renda;
 - para classes médias;
 - para grupos especiais como estudantes e trabalhadores temporários;
 - para classes de renda elevada, que procurem habitação de aluguer;
 - para turistas mais ou menos ocasionais.
 - definição de normas claras relativas à finalidade e uso de cada tipo de habitação, com pesquisa de informação sistemática de boas práticas existentes no mercado nacional e de outros países.
- g) **Estabelecimento de acordos** com empresas de construção e potenciais proprietários para ajustamento do plano habitacional do município às necessidades da população permanente e flutuante.
- h) **Previsão e enfrentamento** de situações de crise e dos problemas criados, tanto na compra e venda como no aluguer .

Sugestões operacionais

- Venda

Monitorar em cada região, o preço de venda, procurando que não aumente de um ano para o outro mais que a inflação, dado tratar-se de um bem fundamental para a qualidade de vida.

Efeito perverso possível – pagamento oficial registado, com pagamento adicional oculto. O custo neste caso seria suportado pelo comprador, que ficaria com o prejuízo; mas o comprador tem maneira de negociar a questão sem cedências inaceitáveis, e, por outro lado, o Estado tem maneira de ir controlando estes comportamentos. De qualquer forma, a criação de uma cultura em que a adesão ao conceito de preço justo e às práticas

dele derivadas é fundamental na construção de um setor auto-regulado. Por isso, os agentes governativos teriam a criação dessa cultura como meta prioritária.

- **Empréstimo bancário para compra de habitação própria**

A habitação é um bem cujo valor requer um empréstimo bancário que a maioria das pessoas só consegue pagar ao longo da sua vida de trabalho (de 20 a 40 anos, ou seja de 240 a 480 prestações mensais). Ao longo de tanto tempo, é muito provável os juros dos empréstimos variarem, pelo efeito da inflação ou outros fatores. Se essa variação for de subida de juros, o tomador do empréstimo pode ver-se em situação aflitiva (mesmo que a percentagem de aumento não seja elevada, num empréstimo de grande volume pode chegar a aumentos incomportáveis para o salário do tomador). Qual a racionalidade do aumento de juros de um empréstimo de longo prazo? Não será mais racional manter o juro acordado no contrato de aceitação do empréstimo, uma vez que é praticamente impossível prever o comportamento dos juros no futuro?

Se analisarmos à luz do PARC a racionalidade do empréstimo, defini-lo-emos como um serviço prestado por um Banco, num dado momento do tempo, com os juros, que são o lucro do Banco sobre o empréstimo, definidos no contrato. Nesse momento, fica estabelecida a totalidade do capital emprestado e dos juros a receber pelo Banco, constituindo o somatório das prestações em que a soma total ficou dividida. À luz destes dados, não parece haver racionalidade em alterar o custo do empréstimo firmado em data anterior, a fazendo recair sobre ele alterações de juros aplicáveis a empréstimos contratados em datas posteriores. Seguir-se-ia, portanto, a prática do juro fixo, com a taxa definida para juros desse tipo de bem, cujo somatório constituiria o lucro da entidade bancária no empréstimo contratado pelo adquirente da habitação. Segundo o Modelo de Raciocínio Complexo, esta é uma racionalidade parcial, não atende à racionalidade conjunta dos intervenientes, que aponta o procedimento mais racional num empréstimo a tão longo prazo: a manutenção do juro acordado pelas duas partes, reduzindo significativamente a incerteza financeira. Pensamos que vale a pena refletir objetivamente no assunto e redesenhar este tipo de negociações à luz do que propõe o PARC.

Aluguer

Em todos os municípios há muitas pessoas que por diversos fatores preferem alugar casa em vez de comprar. Com o objetivo de salvaguardar a qualidade de vida da

população residente, o aluguer de habitações seria objeto de normas do tipo das que se apresentam a seguir (eventualmente já são aplicadas por governos socialmente empenhados).

Características do mercado de aluguer

- É um serviço de média/longa duração: por um lado, fica eventualmente sujeito ao impacto da inflação; o inquilino pode não ter aumento de receita ou ter aumento igual, superior ou inferior à inflação;
- À luz do modelo PARC, é razoável que o senhorio procure compensar a perda financeira resultante inflação, ajustando o preço pela inflação (se o seu objetivo for essencialmente proteger a sua receita, já que o aluguer funciona como um salário auferido mensalmente); ou redefinindo o aluguer acima da inflação, se isso for legal o seu objetivo for ganhar o mais que possa;
- É também é razoável que o inquilino procure proteger-se do impacto negativo da inflação, recorrendo às medidas que o podem proteger. Além do aumento de seus próprios rendimentos (aumento salarial, por exemplo, mas nem sempre real), a manutenção do valor do aluguer é uma das vias que pode propor, para minimizar os custos da inflação.

Neste ponto, abrem-se três tipos de soluções aos governantes:

- a) A primeira é deixar que as relações de mercado definam o valor do aluguer;
- b) A segunda é a definição legal do aumento, com base em dados da Economia: o valor da inflação, por exemplo, ou uma percentagem desse valor, para atender ao impacto dos bens deste mercado sobre a qualidade de vida do utilizador;
- c) A terceira é os dois intervenientes negociarem o valor do aluguer para o ano que entra, dentro das balizas legais estabelecidas.

Debra Satz mostrou que a primeira hipótese gera frequentemente a desregulação dos preços neste tipo de mercado e conduz a resultados extremamente nocivos para a qualidade de vida de segmentos significativos da população. Esta nocividade não acontece por acaso: se o mercado do aluguer de habitação funcionar com base no princípio subjacente à ideia de mão invisível de Adam Smith - *‘a busca simultânea do máximo ganho pelo vendedor e pelo comprador acaba por conduzir ao equilíbrio dos preços de mercado’* - essa ideia alimenta uma ilusão, pois o que realmente acontece é

largos segmentos da população se verem impossibilitados de resolver o problema da habitação, sem uma grave redução da sua qualidade de vida.

De acordo com o Modelo PARC, as duas primeiras hipóteses não são aconselháveis, porque a interferência direta no mercado conduz frequentemente a efeitos não controláveis, em geral desreguladores e muitas vezes perversos. Mas, se o governo quiser propor uma medida reguladora *a priori*, uma maneira de sustentar a sua racionalidade será elaborar uma fórmula que integre os interesses legítimos das duas partes, por exemplo o raciocínio expresso na caixa 7.

Caixa 7. Uma fórmula para regulação do aluguer de habitação

$$\% \text{ de aumento do aluguer} = \frac{\% \text{ de inflação} + \% \text{ de aumento salarial do inquilino}}{2}$$

Se o aumento da receita mensal do inquilino for 0%, o aumento do aluguer será apenas de 50% da inflação; em contrapartida, se o aumento de receitas do inquilino for superior à inflação, o aumento do aluguer será em maior ou menor escala superior à inflação. Neste caso, não conduz à redução da qualidade de vida de nenhuma das partes.

A vantagem de uma fórmula automática é poupar o esforço negocial; mas, para evitar conflitos, a sua racionalidade tem de ser maximamente visível. No entanto, mesmo nesse caso, de acordo com o modelo PARC, estas soluções não podem ser impostas, só adquirem racionalidade quando se tornam padrões de comportamento dos atores do mercado. O que os governantes têm a fazer é mostrar a racionalidade da solução em causa: *reduzir as perdas ao mínimo, no caso de o inquilino não ter aumento de receitas igual ou superior à inflação; e partilhar os benefícios no caso de aumento de receitas do inquilino acima da inflação.*

Qualquer destas hipóteses não pode pôr de parte, portanto, o ajustamento consensual do valor pelos dois contratantes, senhorio e inquilino, sob pena de criar distorções mais graves que as provocadas pelo aumento dos preços. Por isso, o Modelo PARC recomenda que todos os atores envolvidos participem na construção ds soluções; só assim se controlam os efeitos perversos de soluções aparentemente boas. Para este efeito, a secretaria de habitação dos municípios estaria sempre pronta a colaborar na procura de soluções, em conjugação com os envolvidos locais (proprietários, inquilinos,

habitantes temporários, etc.), assim como no recurso ao Governo, para obtenção de apoio tecnocientífico e económico-financeiro necessário à construção de respostas eficazes.

Medidas diretas para regulação do mercado

As medidas de intervenção no mercado são naturalmente arriscadas: elas exigem especialmente que o nível de conhecimento dos fatores em jogo seja tão elevado quanto o nível implicado no funcionamento desses fatores (postulado 4 do PARC, p 49). O Modelo aconselha medidas cuidadosamente pensadas e estudadas de acordo com as condições deste mercado, com a consciência de que os mercados são tão variáveis como as regiões e os municípios e que medidas universais homogéneas correm o risco de não terem a complexidade cognitiva suficiente para regular essa diversidade. Neste caso, a racionalidade tem de advir de uma diversidade cognitiva articulada e não da imposição de uma pretensa racionalidade universal. A partir desta reflexão inicial, atrevemo-nos a sugerir o seguinte quadro de medidas estruturais:

1. O locus das medidas de intervenção é o município

Como salientámos acima, o município é o quadro real do mercado de habitação: as medidas a tomar têm de se ajustar às condições desse mercado. Em alguns municípios, terá de haver intervenção dos órgãos governamentais para o mercado não se tornar nocivo, devido à sua incapacidade de regulação, como salientou Debra Satz; noutros municípios, essa intervenção não será provavelmente necessária.

2. Definir melhor a percentagem de renda a ser dedicada ao pagamento da habitação

Se mantivermos a qualidade de vida minimamente decente (ver p. 136-138) como critério mínimo de decisão, temos de reconhecer que a percentagem do custo do aluguer sobre a renda da família é tanto mais pesada quanto mais baixa for a renda. A igualdade percentual traduz-se em redução tanto mais forte de recursos para a qualidade de vida quanto menor for a renda familiar. O Modelo de Raciocínio Complexo recomendaria, conseqüentemente, que, da renda anual da classe média (19.409,30 a 28.737,40 euros, em Portugal, nos dados atuais do Instituto Nacional de Estatística) para baixo, a percentagem de esforço para o aluguer fosse redefinida de acordo com a renda da família. O quadro 14 apresenta sugestões (que naturalmente teriam de ser sujeitas a estudo, antes de aplicação).

Quadro 14. Classes económicas e percentagem de esforço da habitação (2023)

Classes económicas	Renda mensal	Percentagem de esforço
Classe A - renda ≥ 20 salários mínimos	15.200	Até 40%
Classe B - renda: 10 a 20 salários mínimos	7.600 -15.199	
Classe C - renda: 4 a 10 salários mínimos	3.400 - 7.599	Até 35%
Classe D - renda 2 a 4 salários mínimos	1520 – 3.399	Até 25%
Classe E - renda ≤ 2 salários mínimos	Renda ≤ 1520	Até 20%, decrescente 1% por cada 100 euros a menos na renda mensal

Fonte: os autores, com base no IBGE (Brasil) e INE (Portugal)

O quadro 14 permite visualizar a ideia de Debra Satz, de que há diferentes tipos de mercados, em que se destaca o mercado de habitação, quando o analisamos à luz do critério ‘*qualidade de vida*’. De acordo com a racionalidade proposta pelo paradigma da complexidade, a identificação de duas categorias de mercado tem diretamente a ver com o processo de regulação:

- há uma categoria de bens e potenciais utilizadores cujo mercado pode ser regulado pelas normas e comportamentos vigentes na economia de mercado com as normas hoje habituais: os bens acessíveis às pessoas das classes A, B, C²⁸;
- as normas e comportamentos vigentes nesse mercado conduzem inevitavelmente a uma escassez endémica de bens acessíveis às pessoas das classes D e E, agredindo assim drasticamente a sua qualidade de vida. Podemos, pois, considerar que essas normas são desreguladoras do mercado de habitação para essas pessoas, por conduzirem a efeitos nocivos importantes.

É crucial, portanto, criar novos processos de regulação desta faixa do mercado.

²⁸ Voltamos a salientar a propósito, que o Modelo PARC recomenda que se evite uma definição simplista, homogeneizante do mercado, mas se reconheça que há vários tipos de mercado e que os processos de regulação não são os mesmos em todos. Aplicar os processos reguladores de um mercado (por exemplo financeiro) a outro tipo de mercados pode conduzir a efeitos perversos, como desregulação catastrófica em transações nesses outros mercados. É crucial ter consciência de que a complexidade cognitiva das análises e decisões tem de se situar ao nível de complexidade do sistema em que se intervém.

3. Uma solução possível para a habitação acessível, indexada a esforço decrescente sobre a renda

- **Primeira ação:** manter atualizada a informação as necessidades de habitação no município, especialmente para as classes D e E (a cargo da Secretaria municipal de habitação)
- **Segunda ação:** conseguir um consórcio com os construtores do município ou outros que adiram a construir habitações que possam ser vendidas ou alugadas dentro do esforço financeiro sobre a renda dessas classes (delineado acima). As habitações devem obedecer a critérios suficientes de qualidade de vida: na construção, na divisão dos espaços internos e seu arranjo, na qualidade do entorno, nas acessibilidades e demais critérios para a qualidade do habitar. Evitar-se-á expressamente obedecer a quaisquer critérios de exclusão social.
- **Terceira ação:**
 - a) **garantias para a eficácia:** o Município e o Governo serão os garantes da sujeição dos preços aos percentuais de esforço definidos. São eles que podem assegurar essa oferta de habitações, uma vez que podem agir como proprietários, por exemplo através de uma Fundação, sem serem movidos pelo lucro, tanto na venda como no aluguer; podem assim, intervir como reguladores de aspetos do mercado que este não consegue regular sozinho sem os efeitos perversos acima assinalados. Em princípio, este tipo de intervenção não cria problemas ao funcionamento normal dos outros segmentos do mercado; pode ajudar a resolver os problemas num prazo não muito dilatado, começando pelos municípios mais problemáticos.
 - b) **Medidas imediatas:** se houver necessidade, tomam-se medidas de apoio financeiro imediato às famílias em risco, dentro das possibilidades financeiras do município e do governo (no capítulo seguinte, dedicado ao problema da pobreza inaceitável) enunciam-se medidas que podem ser úteis também na habitação.

Outra pequena conversa de intervalo

A desigualdade tem muitas formas e todas elas nos tocam; e neste encontro mais focado em questões de Economia, não podíamos ficar insensíveis a uma das facetas mais visíveis da desigualdade, a pobreza inaceitável, já próxima da pobreza extrema.

Os convivas que se ocuparam deste problema passaram em revista as várias dimensões da pobreza, ajudando-nos a discutir o assunto com alguma profundidade, aguardando que o texto seja igualmente motivador para leitores tão sensíveis ao problema da pobreza, como foram os convivas deste encontro.

Texto 7

O critério da qualidade de vida e o problema da desigualdade e da pobreza

1. Pobreza socialmente aceitável

Primeira categoria que podemos considerar ao abordarmos o tema da desigualdade económica. É uma categoria que inclui as famílias ou indivíduos que se consideram pobres eles próprios, sendo considerados assim também por quem os conhece, mas que não se incluem na categoria DECS²⁹, correspondendo, *grosso modo*, a pessoas da classe média baixa. A designação de pobreza socialmente aceitável significa que a condição se interpreta como diversidade e como problema individual, não um problema social, já que não produz sofrimento intenso consistente, e as carências económicas sofridas são em menor número que o definido como DECS. Interpretar esta condição como diversidade não impede, é claro, que se lute por uma sistemática melhoria da qualidade de vida para todos os que se encontram nela; embora não inaceitável, continua a ser indesejável.

2. Pobreza socialmente inaceitável

Considera-se que a pessoa está num nível de pobreza inaceitável, quando está prolongadamente incluída na categoria DECS (desigualdade económica severa).

A severidade da pobreza inaceitável (**sepi**) pode ser medida com base em três condições: tempo de inclusão em DECS, medido em meses (**tid**); número de itens de privação material (**priv**) e de incapacidades (**inc**), na tabela EU-SILC; grau de dificuldade em mudar a situação (**dif**), medido na escala:

<i>Extrema dificuldade</i>	<i>Muita dificuldade</i>	<i>Bastante dificuldade</i>	<i>Mediana dificuldade</i>	<i>Pouca dificuldade</i>	<i>Nenhuma dificuldade</i>
--------------------------------	------------------------------	---------------------------------	--------------------------------	------------------------------	--------------------------------

²⁹ A inclusão em DECS implica que a pessoa tem falta de 3 ou mais itens de privação material e 2 ou mais incapacidades, na tabela EU-SILC; a severidade dessa condição é medida pelo número real de falhas e de incapacidades assinaladas.

Caixa 7. Fórmula para cálculo da inaceitabilidade da pobreza

$$\text{Fórmula: } \text{sepi} = \frac{(\text{npriv} + \text{ninc} + \text{tid}) \times \text{dif}}{3}$$

em que $\text{tid} = \frac{\text{n meses}}{3}$; (um trimestre em DESC é já significativo); e $\text{dif} \geq 2,27$)³⁰

3. Pobreza socialmente insustentável

A pobreza torna-se insustentável, quando a percentagem de pessoas na situação de DECS bastante severo ($\text{DECS} \geq 0,93$) atinge um valor que impede o funcionamento eficiente de diversas áreas da sociedade (falhas sistemáticas nos serviços; desperdício humano, por desemprego ou processos de exclusão; saúde coletiva precária; conflitos sociais graves; criminalidade; insalubridade ambiental e outros indicadores de mal estar). A condição de insustentabilidade pode ser calculada com base numa fórmula que indica a percentagem da população nesse nível de pobreza:

Caixa 8. Fórmula para avaliar a insustentabilidade da pobreza

Pobreza insustentável: pessoas em SEPI $\geq 20\%$ da população

Uma outra maneira de calcular o nível de pobreza insustentável de uma sociedade é o índice de GINI (Schneider, 2021). Mas é um índice pouco discriminativo, pelo que é difícil derivar dele medidas concretas.

4. Uma questão pertinente: *a existência de algumas pessoas extremamente ricas numa sociedade pode ser um fator de desigualdade económica insustentável?*

Esta questão pode ter uma resposta em dois tempos:

Consolidar a consciência de que os recursos da sociedade são escassos: as sociedades humanas do passado eram sociedades com recursos visivelmente limitados; as atuais têm muito maior abundância de recursos, mas estes continuam a ser escassos, o que torna pertinente manter a questão: *Será que quanto maior for a concentração da*

³⁰ 2,27 é o valor de escala correspondente a *pouca dificuldade*, que indica o menor valor para definição da condição de pobreza inaceitável: $\frac{(3 + 2 + 1)}{3} \times 2,27 = 4,54$; e $\frac{(8 + 7 + 4)}{3} \times 9,25 = 58,58$, (ou seja, um valor quase 15 vezes superior, se esse nível de pobreza durasse um ano, algo humanamente insuportável).

riqueza produzida no menor número de cidadãos, maior será a desigualdade social, no plano económico, e maior a aproximação do ponto de insustentabilidade social da pobreza?

- **Primeira resposta:** a democracia complexa inclui, por definição, a busca de uma condição de qualidade de vida de minimamente decente para todos. Esta condição definitiva implica que a riqueza socialmente produzida não possa ser apropriada sem qualquer norma restritiva; ao contrário, uma democracia complexa deve assegurar que o nível de concentração dessa riqueza não impeça nenhuma camada da população de estar livre da pobreza inaceitável.
- **Segunda resposta:** para cumprir este desiderato, podem imaginar-se duas soluções concretas:
 - a) Através de impostos, definidos de vários modos, com a receita a ser utilizada para minimizar a pobreza;
 - b) Consolidar uma cultura de partilha em que os detentores de grande riqueza assumem, como comportamento de cidadania, a aplicação, negociada com o governo, de uma parte de seus ganhos em medidas eliminatórias da pobreza inaceitável, na sociedade. É uma perspectiva que parece a mais ajustada ao que propõe o Paradigma do Raciocínio Complexo.

A maior parte dos que se preocupam com este assunto, acredita que os detentores de grandes riquezas não têm a sensibilidade de usar parte de sua riqueza para retirar as pessoas da situação de DECS (desigualdade económica severa); pensam que só uma imposição política (impostos, por exemplo) os poderá forçar a disponibilizar alguma dessa riqueza.

Na perspectiva do Paradigma do Raciocínio Complexo, porém, a decisão de usar a sua riqueza para libertar pessoas da situação de pobreza inaceitável é uma atitude natural na cultura de uma democracia complexa, não deve precisar de ser imposta pelos governos. Na Bíblia (*Atos dos Apóstolos*, At 4,32-35), encontra-se um exemplo muito claro de que essa atitude é possível:

A multidão dos que haviam abraçado a fé tinha um só coração e uma só alma; ninguém chamava seu ao que lhe pertencia, mas tudo entre eles era comum. Não havia entre eles qualquer necessitado, porque todos os que possuíam terras ou casas vendiam-nas e traziam o produto das vendas, que depunham aos pés dos Apóstolos. Distribuía-se então a cada um conforme a sua necessidade.

Obviamente os contextos atuais são muito diferentes do vivido pelos primeiros cristãos; mas também hoje se têm visto atitudes similares da parte de alguns milionários, provavelmente só temos de descobrir que condições facilitarão atitudes equivalentes, adequadas aos contextos económicos de hoje: esse estudo definirá soluções ajustadas ao nosso tipo de organização socioeconómica, capazes de reduzir sistematicamente a pobreza inaceitável. Apresenta-se, a seguir, uma proposta (entre várias possíveis) com esse objetivo.

Sugestões para controle social da pobreza inaceitável e insustentável

1. Organizar equipas interdisciplinares (de universidades e empresas de consultores, por exemplo), para estudo do problema em cada região.
2. Determinar com exatidão os grupos de pessoas em desigualdade inaceitável; estudar os fatores complexos que em cada grupo induzem essa situação.
3. Criar um fundo de apoio alimentado pelas classes ricas e extremamente ricas, em cada sociedade (classes $+3\sigma$ e $+4\sigma$ da curva normal), para responder aos problemas das pessoas em desigualdade económica inaceitável, que são parte integrante da diversidade humana existente nas sociedades.
4. Esse fundo seria gerido por uma Fundação, administrada pelos intervenientes diretos do processo (governo e classes 3σ e $+4\sigma$; e representantes das pessoas em DECS), para gerir o fundo disponibilizado à Fundação e propor medidas de reintegração socioeconómica das pessoas em situação de pobreza inaceitável. O espaço das atividades da Fundação seria o do país, mas o seu foco seriam as situações existentes em cada município ou grupo de municípios formando um conjunto do mesmo tipo.
5. Neste sentido, a Fundação teria protocolos de colaboração com todas as organizações de ajuda (religiosas, sociais e culturais) que aceitassem colaborar na promoção de pessoas em pobreza inaceitável em cada município, apoiando a organização de seus próprios programas de ajuda e usando o seu conhecimento das situações para criar respostas mais eficazes.
6. A Fundação criaria programas diversos para incentivar estas pessoas e prepará-las para assumir trabalhos remunerados possíveis e assim receberem algum rendimento, aliviando, dessa forma, os gastos da Fundação com o problema. Além disso (o que ainda seria mais importante) o trabalho remunerado teria efeito

positivo na autoimagem e autoestima dessas pessoas, que eventualmente aprenderiam formas de se integrar autonomamente na sociedade.

7. As pessoas que não pudessem ser incluídas nestes programas de integração para o desempenho de cargos remunerados, continuariam a ser incluídas em programas de apoio sociopsicológico e cultural, que as fossem ajudando, no âmbito das suas capacidades, a construir vidas com significado pessoal e social positivo.
8. Estes programas fariam organicamente parte da sociedade, como resposta contra a desigualdade econômica inaceitável que atinja pessoas e grupos. Ao longo do tempo, os programas seriam ajustados, para ir dando resposta adequada às situações reais.

Soluções deste tipo não alteram o funcionamento da organização econômica, apenas o complementam e melhoram com a inclusão de novos membros, mais positivos do que seriam, se ficassem na situação de pobreza inaceitável. Têm como fundamento a convicção de que faz parte da natureza das sociedades do conhecimento apostar em medidas guiadas pelos seguintes critérios:

- Todos os cidadãos devem participar, nas devidas proporções, da riqueza criada.
- Todos os cidadãos devem participar, tão ativamente quanto forem capazes, no esforço de criação de riqueza da sociedade em que estão integrados.
- As soluções serão guiadas por critérios de racionalidade complexa e eficácia, com participação das partes envolvidas na gestão dos problemas e dos resultados.
- O objetivo global é conseguir retirar pessoas da situação de pobreza inaceitável, pela sua inclusão em grupos socialmente auto-sustentáveis, além de criar medidas para proteger uma qualidade de vida mínima aceitável para os que não consigam sair da sua condição de pobreza (é presumido que a pobreza inaceitável não é intencional, resulta de uma condição de incapacidade).
- O enfrentamento dos problemas sociais assenta sempre no estudo sistemático interdisciplinar, dos problemas, realizado pelos especialistas das áreas envolvidas e sua passagem à prática por governantes cientificamente atualizados.

Texto 8

Para o controle do desperdício, uma economia circular

Sabe-se que os maiores impactos sobre os processos de regulação natural do ambiente são da responsabilidade do funcionamento da Economia. A produção de bens essenciais para os humanos assenta em indústrias com o maior desses impactos resultantes da atividade económica: construção, transportes em geral, inclusive para distribuição dos produtos alimentares, a atividade agropecuária e pesqueira, as indústrias de produção de máquinas (carros, camiões, comboios, aviões, armas e veículos militares de todos os tipos). Em todas estas indústrias produtivas, a prática culturalmente aceite do desperdício é uma agressão extremamente violenta do ambiente.

Por isso, uma democracia complexa não pode alhear-se destes impactos e procurará ativamente encontrar soluções para o seu controle. Neste aspeto, o conceito que orientará as suas decisões, naturalmente na esfera política, será *o conceito de evitamento do desperdício e de aproveitamento de recursos*, para a proteção da qualidade de vida dos cidadãos.

Primeiro passo no controle do desperdício: identificar seus tipos e suas causas, a nível micro, meso e macro

A **nível micro**, o desperdício resulta de padrões de comportamento de indivíduos e famílias. Os principais tipos de desperdício verificam-se no uso excessivo da água (na higiene individual, na limpeza de áreas como cozinhas e banheiros, no descuido com torneiras abertas); no consumo de energia (em aparelhos elétricos, mal regulados, iluminação gastadora, etc.); em aparelhos que se descartam ainda capazes; em roupas que se deixam de se usar e simplesmente se inutilizam; e mesmo na alimentação, em que muitas vezes as sobras são jogadas no lixo, sem o cuidado de as aproveitar para quem passa necessidade.

A **nível meso**, que é essencialmente o nível das empresas produtoras, distribuidoras e vendedoras de bens e produtos de consumo, a questão do desperdício é mais complexa: pode ser desperdício de materiais, energia, tempo e informação; e tem múltiplas manifestações, atores variados, e diferentes áreas de inserção na Economia e na sociedade.

O desperdício de materiais ocorre principalmente nas atividades produtivas, desde a produção agrícola (inutilização de parte de uma colheita, para fazer subir o preço, por exemplo); indústria transformadora (exemplos: desperdício de materiais, por erros no processo de fabrico; inutilização de máquinas ainda utilizáveis, para fazer entrar novas no mercado); transportes (percursos de distribuição desnecessariamente longos; gasto excessivo de energias fósseis por erros na escolha do meio de transporte, por exemplo camião em vez de comboio); informação publicitária virada para incentivar o consumo desenfreado; incentivação de uma cultura de descarte, por exemplo; má organização do tempo de trabalho, desperdiçando tempo útil para a construção de vidas familiares mais saudáveis e mesmo para a invenção de novas soluções para uma melhor qualidade de vida. Desperdício de tempo por má distribuição dos espaços urbanos, levando a grande perda de tempo e a um cansaço excessivo das pessoas nas suas deslocações entre casa e trabalho³¹.

A nível macro, é visível um alto nível de desperdício de recursos financeiros, por más decisões políticas, devidas a ignorância, interesses obscuros, corrupção, conflitos de poderes. Mas além do desperdício financeiro (excepcionalmente gravoso, quando afeta áreas tão importantes como a saúde e a educação, fundamentais nas sociedades do conhecimento), há um desperdício extremamente perigoso para a qualidade de vida das pessoas e das sociedades: a perda do tempo oportuno para decisões de melhoria da vida das populações, nas várias dimensões que a compõem: saúde, educação, habitação, ambiente vital, relações interpessoais, desenvolvimento cultural, para citar apenas as mais importantes.

A grande questão: Como eliminar os padrões de desperdício em cada um dos níveis em que se verifiquem?

Para responder a esta questão, relembramos a recomendação nuclear do Paradigma do Raciocínio Complexo (PARC): *Para entender um sistema ou resolver um problem complexo, o decisor tem de se situar num nível de raciocínio de nível cognitivo igual ou superior ao do sistema ou problema.*

A localização das fontes de desperdício foi feita acima, ainda que da maneira sucinta que é natural num texto como este; apresentam-se a seguir algumas soluções que

³¹ A este propósito, lembramos o projeto ‘cidade dos 15 minutos’, que incentiva a transformação dos bairros urbanos em espaços percorriáveis até em 15 minutos, dotados dos equipamentos necessários à vida quotidiana, sem sair do bairro.

parecem razoavelmente eficientes, para cada um dos níveis de sociedade em que se observam.

A **nível micro**, o desperdício acontece essencialmente a nível do comportamento individual e coletivo. Para o reduzir de maneira significativa será necessário substituir os padrões de comportamento que o provocam. Atualmente, já se sabe agir com alguma eficácia sobre o comportamento humano, pelo que parece provável que se consiga motivar as pessoas, famílias e grupos a adotar comportamentos anti-desperdício, com os instrumentos de que as sociedades dispõem: **educação nas fases infantil e seguintes**, ativando motivadores nesse sentido; **publicidade adequada sobre as perdas de qualidade de vida a todos os níveis**, provocadas pela existência do **desperdício material** (*água e energia sobretudo*); **relacional** (*desperdício de bens que podem ajudar os outros; estragos no ambiente humano, criação de insegurança nas relações*); **informacional** (*fuga à escola, não aprendizagem, não qualificação e conseqüente empobrecimento*).

Complementarmente, uma publicidade sistemática, desde a escola e nos vários contextos de vida, mostraria a facilidade e a vantagem do comportamento anti-desperdício para uma melhor qualidade de vida em todos os planos. Um trabalho sistemático e conjugado contribuirá a médio prazo para a consolidação de uma cultura anti-desperdício espontânea.

A **nível meso**, as situações a enfrentar são mais complexas e os problemas de desperdício mais difíceis de resolver. Os problemas de desperdício na produção são diferentes de uma indústria para outra, embora em todas envolvam materiais e energia como as principais fontes de desperdício: ou por excessos evitáveis de utilização de materiais, ou por gasto energético excessivo com a manutenção de tecnologias antiquadas, ou por mero descuido humano. No caso da distribuição, o desperdício tem essencialmente a ver com o desenho da logística, manejo de cargas e desenho de trajetos. Consideramos, por isso, que a **causa principal do desperdício, neste nível, são os erros de gestão**. Corrigi-los implicará uma mudança de atitudes e de práticas, que por vezes encontrará barreiras difíceis de transpor e sempre demorará um tempo significativo.

Neste nível e também no **nível macro**, impõe-se o **desenvolvimento e consolidação de uma nova cultura de gestão dos processos económicos**, a qual, dada a dimensão do problema e a diversidade e quantidade de decisores envolvidos é difícil, já que suas motivações são muito diversas, embora tenham a velha raiz comum de buscar vantagens competitivas (ainda hoje observável em todas as economias do mundo). Esta

área de estudo começou pela referência a uma das propostas de mudança cultural; gostaríamos de a terminar com uma outra proposta, em si mesmo promissora, pois se alinha em menor ou maior escala com as recomendações do Paradigma da Complexidade: a adoção sistêmica do conceito de economia circular.

Traços fundamentais de uma economia circular

A economia circular tem, entre outros, o objetivo de minimizar o desperdício e promover a sustentabilidade, tentando valor a partir de elementos que na atual economia linear são considerados subprodutos inutilizáveis. Para isso, procura estender a vida útil dos recursos naturais e assim minimizar a dependência de novos materiais, além de reduzir os gastos de energia associados à criação integral de novos produtos. O tema ganhou relevo, com o lançamento do livro David W. Pearce e R. Kerry Turner “*Economics of Natural Resources*” em 1989. Nessa obra, ambientalistas e economistas citam o termo pela primeira vez, contrapondo-o ao modelo vigente de economia linear Geissdoerfer et al. (2016) definem assim a economia circular:

Um sistema regenerativo no qual a entrada de recursos e os resíduos, a emissão e o consumo de energia são minimizados pela desaceleração, fecho e rotação dos ciclos de materiais e de energia, através de ações de *design, manutenção, reparação remanufatura, recondicionamento, reutilização, e reciclagem.*

Como funciona a economia circular?

A economia circular visa prolongar a vida útil dos recursos, afastando tanto quanto possível o fim de sua vida útil, para se poder recuperar e reutilizar os materiais em novas aplicações. Percurso de um bem na economia circular:

1. Extração de materiais.
2. Transformação num produto.
3. Uso do produto.
4. Manutenção / reparação da mercadoria usada.
5. Reutilização do produto completo ou parte dos seus materiais.
6. Reciclagem ou tratamento dos materiais para descarte correto.

Segundo a Fundação Ellen Mac Arthur, o modelo de economia circular assenta em três princípios basilares:

- preservação e melhoria do capital natural;

- incentivos à obtenção de resultados positivos pelo sistema;
- redução do desperdício, por meio da manutenção, reparação e reaproveitamento dos recursos utilizados³².

A consciência destes dados facilitará o caminho para a implementação de processos económicos sustentáveis, nas sociedades do conhecimento.

Como implementar a economia circular nas atuais sociedades do conhecimento?

O caminho será colocar ao alcance dos atores envolvidos os instrumentos apropriados para esta revolução cultural nas atividades socioeconómicas:

- **Aos políticos** pede-se que saibam criar incentivos fiscais e outros (parcerias, apoio à segurança dos investimentos, colaboração na abertura de mercados e no acesso às matérias primas necessárias) para as empresas adotarem as práticas da economia circular, nomeadamente a manutenção dos produtos existentes (centros de reciclagem, reparação e troca para recolha do velho contra o novo, assumindo a empresa o processo), parcimónia no gasto de recursos e na escolha de recursos renováveis.
- **Aos empresários e gestores** incentivá-los a praticar uma cultura de sustentabilidade, não desperdício, preço justo, e uma prática continuamente melhorada do conceito de economia circular, com a consciência de que um lucro regulado e sustentável é muito mais valioso que a competição desenfreada pela obtenção do lucro máximo em cada negócio. Espera-se naturalmente que os empresários e gestores dêem o exemplo e não valorizem apenas a constelação de motivadores da competição - S, busca de segurança, e R, busca de vantagem, posição e poder - mas se guiem também pelos que fomentam a equidade, a ética, a proporcionalidade do ganho - P, desejo de proximidade e simpatia; C, curiosidade, desejo de aprender; A, desejo de autonomia, de equidade, de autenticidade), em todos os negócios em que estejam envolvidos.
- **Aos docentes e gestores educativos** desafiá-los a desenhar programas de educação que desde a primeira escolaridade até o ensino superior, ofereçam uma visão científica do mundo económico tão objetiva e multifacetada quanto

³² É de notar que as sociedades tradicionais sempre deram importância à manutenção de produtos e equipamentos, pelo que havia muitos artesãos e técnicos dedicados à reparação de instrumentos e sua manutenção. A Economia circular tem atitude semelhante, embora em contexto tecnológico diferente. .

possível; e que desenvolva paulatinamente as principais competências humanas, que se podem resumir no conceito de tripla competência que Katz (1974) considerou necessário possuir para poder ser caracterizado como pessoa competente).

O conhecimento científico das sociedades atuais dá-nos a capacidade de seguir por esta via, se os líderes políticos sociais e empresariais estiverem motivados para isso. E tendo em vista a extensão e profundidade do impacto que as inovações tecnológicas em curso terão sobre a organização das Economias, é um caminho pelo qual só teremos vantagem em enveredar sem demora, sem esquecer, no entanto, que não é o único; por isso, o paradigma do raciocínio complexo recomenda que se explorem sempre todos os caminhos que o possam complementar.

Caro leitor, quer debater com seus amigos as ideias fundamentais propostas no texto?

Em que medida são positivas? Quais chamaram mais a sua atenção?

- a) Este encontro inicia-se com a proposta de cinco postulados que considerámos guias importantes para o enfrentamento cientificamente sólido dos problemas da economia das complexas sociedades atuais.

Que pensa desses postulados como guias da ação no plano económico?

- b) No texto 2 propõe-se que o conceito de Qualidade de vida (obviamente definido com base em indicadores mensuráveis, como se mostra no texto), como critério de validação e racionalidade da ação dos agentes económicos.

Depois de ler e refletir sobre o texto, pensa que esse critério ajudaria a termos uma economia mais racional e sustentável para as pessoas em geral?

Ou terá razões para considerar que não conseguiria ter impacto positivo?

- c) Sugestões para redução sistemática da pobreza insustentável e inaceitável

Verifique com o que concorda, tem dúvidas ou discorda, no texto sobre a pobreza e desigualdade. Registe a sua opinião para depois a poder discutir com seus amigos (ou com a nossa equipa (contacto pelo site do ICT- Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação Sustentável Global).

Referências

- Alexander, Jeffrey (2006) *The civil sphere*, Oxford: OxfordUniversity Press.
- Brouwer, H. (2014) Discussing Why Some Things Should Not Be for Sale *Erasmus Student Journal of Philosophy, (ESJP)*, #6,
- Claassen, R. (2012) ‘Why Some Things Should Not Be For Sale: The Moral Limits of Markets, by Debra Satz’. In: *Business Ethics Quarterly* 22(3), 589-601.
- ONU, *Agenda 2020/2030 -Objetivos de desenvolvimento sustentável*, 2016), ONU, *Agenda 2020/2030 -Objetivos de desenvolvimento sustentável*, 2016),
- Debra Satz (2010), *Why Some Things Should Not Be for Sale? The Moral Limits of Markets*. Oxford: Oxford University Press,
- Fleurbaey, M. (2011)., Debra Satz’s *Why Some Things Should not Be for Sale. The Moral Limits of Markets* », *Æconomia*, 1-3 |, 467-471
- DIEESE, Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (2022) Santa Efigênia – São Paulo/SP
- European Commission (2000): *Conclusions of the conference Science and Governance in a Knowledge Society: The Challenge for Europe*. 16–17 October, Bruxelas <http://europa.eu.int/comm/governance/areas/group2/contribution_en.pdf> Eurostat (2022) European Commission.
- Katz, R.L. (1974), “Skills of an effective administrator”, *Harvard Business Review*, Vol.52 No. 5, pp. 90-102.
- Kochugovindan, S. e Vriend, J. N. (1998) Is the Study of Complex Adaptive Systems Going to Solve the Mystery of AdamSmith’s “Invisible Hand”? *The Independent Review*, v.III, n.1, 53-66.
- Mason, Paul, entrevista à BBCNews, (2020)
- Parreira, A.& Lorga da Silva ,A. (2021)The Complexity Paradigm: towards a Model for the Analysis od Social Systems and Problems. *Facta Universitatis, Series Economics and Organizations*, Vol. 18, N° 5, Belgrade University.
- Pearce, D. W. e Turner R. K. (1990) *Economics of Natural Resources*. John Hopkins University Press.
- Schneider, Michael (2021). The Discovery of the Gini Coefficient: Was the Lorenz Curve the Catalyst? *History of Political Economy*, 53 (1): 115–141 <https://doi.org/10.1215/00182702-8816637>
- Ziliak, Mackie, and Citro, /Eds.) (2023) *An Updated Measure of Poverty:(Re)Drawing the Line*. Washington: National Academies Press.

The background features a dark silhouette of a human head in profile, facing left. The interior of the head and the surrounding space are filled with vibrant, swirling patterns of orange, yellow, green, and purple, resembling a complex network or a dynamic system. The overall effect is one of depth and complexity.

SÉTIMO ENCONTRO

Diálogos

Textos do Sétimo Encontro

**À procura de soluções para a
área da saúde,
numa democracia complexa**

SÉTIMO ENCONTRO

O tema deste encontro prendeu a atenção emocional de toda a gente, havendo logo quem lembrou o desiderato expresso pela ONU nos seus objetivos de sustentabilidade e desenvolvimento (2015 / 2017) e exarados na agenda 2030: criar e manter um serviço de saúde que dê resposta de qualidade e prontidão suficientes a todos os cidadãos.

E também a Filipa veio logo acrescentar que um dos itens definitórios do que é uma democracia complexa também afirma que faz parte dos seus objetivos essenciais tomar decisões governativas orientadas para a garantia de serviços de saúde de boa qualidade a todos os cidadãos, em resposta as questões mais prementes:

- *qualidade e prontidão das respostas dos serviços de saúde para todos os cidadãos;*
- *adequada organização territorial do sistema de saúde e articulação eficaz de serviços públicos e privados;*
- *gestão integrativa dos colaboradores de várias especialidades e funções;*
- *fomentar e integrar os novos desenvolvimentos científicos e tecnológicos no domínio da saúde;*
- *resolver os problemas da sustentabilidade socioeconómica de um efetivo serviço nacional de saúde.*

Corroborando a intervenção da Filipa, Duarte salientou que a primeira recomendação da ONU tem diretamente a ver com a complexidade do problema da saúde e sua relação com outros domínios, também assinalados na Agenda da ONU já focados noutra encontro: ‘acabar com a fome e atingir a segurança alimentar’; ‘garantir água potável e serviços sanitários para todos’; ‘cidades e povoações inclusivas e seguras’.

Mas não ficámos por aqui, o Fernando introduziu no debate a ideia de que sociedades complexas, como sociedades do conhecimento, apostam decididamente na eficácia da gestão da saúde: boa organização territorial, articulação entre o público e o privado, e conjugação dos diferentes serviços e níveis de cuidado, para responderem eficazmente à diversidade das situações e idades.

Diana não ficou para trás nas recomendações lembradas a propósito das sociedades do conhecimento e referiu a importância de um esforço continuado na qualidade científico-tecnológica de todos os componentes do sistema de saúde, a

começar pelo nível de desempenho de todos os colaboradores, algo sobre o qual manifestou dúvidas (contestadas, com alguma acrimónia, pela doutorinha Cristina).

Um ponto em que houve acordo geral foi a convicção de que o serviço de saúde tem de ser abrangente, para servir eficazmente toda a população; e todos se dispuseram a pesquisar soluções para a garantir. Neste encontro inicial preparatório, o nosso anfitrião Duarte defendeu que a problemática da abrangência dos serviços de saúde teria de considerar quatro grandes grupos de soluções:

- 1. A saúde como um bem oferecido num mercado próprio, o mercado dos serviços de Saúde.*
- 2. O serviços de saúde como resposta do Estado a um direito dos cidadãos, portanto, como serviço público assegurado pelo Estado, e em que conseqüentemente o mercado para esses serviços não existe ou ocupa nichos muito reduzidos.*
- 3. O serviço de saúde do país articular de uma ou de outra forma, mas com eficácia, a prestação de cuidados por serviços públicos e privados, de modo a garantir que toda a população tenha acesso pronto a serviços de qualidade.*
- 4. O sistema de saúde do país ser constituído por dois subsistemas - público e privado que atuam em paralelo e de certo modo em competição, embora possa haver algumas tentativas pontuais de articular os seus serviços, através de protocolos de colaboração em algumas áreas ou atividades.*

Como já era habitual, a proposta de Duarte foi aceita sem embargos, e assim se deu início ao trabalho de organizar os textos para o nosso debate, que agora se colocam também à procura de soluções para a área da saúde nas sociedades do conhecimento.

Texto 1

Respostas atuais à problemática da saúde

Até ao sec. XIX, os desafios e problemas da saúde individual e coletiva foram enfrentados com respostas da sociedade civil, numa perspectiva individual ou com a criação de instituições de apoio social ligadas a igrejas, empresas ou organizações profissionais. No final do sec.XIX, em 1883, nasceu na Alemanha o modelo Bismarck, um sistema de saúde que visava genericamente todos os cidadãos e, por isso, se pode considerar a entrada da saúde no campo dos objetivos de governação. O Estado deixava de se alhear dos problemas de saúde dos cidadãos, e obrigava-se a intervir na área da saúde, que assim se tornava objeto da ação política. A partir desse momento, os sistemas de saúde passaram a ser concebidos como estruturas da sociedade, assentes em conceitos de saúde, por sua vez concretizado em modelos de resposta aos problemas. O quadro 15 mostra esses conceitos e modelos, que serão descritos a seguir.

Quadro 15 - Concepções da saúde humana e modelos de resposta

Concepções da saúde humana	Modelos de resposta
1. Os cuidados de saúde como objetos de consumo	A saúde como mercado
2. Os cuidados de saúde como direito das pessoas	a saúde como obrigação do Estado
3. Os cuidados de saúde como área nuclear para as pessoas e a sociedade	A saúde como componente essencial da qualidade de vida

Fonte: os autores (2024)

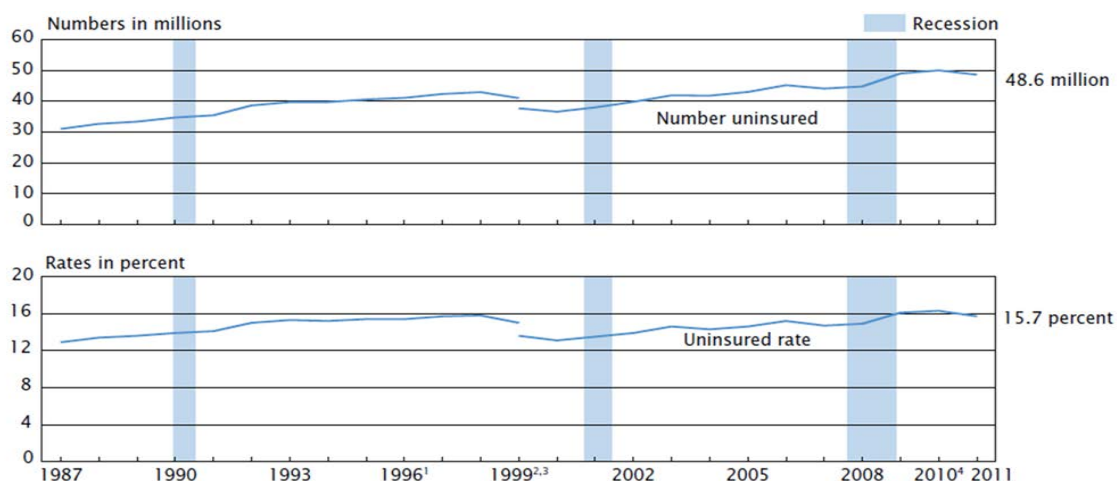
1. A saúde como bem oferecido no mercado

O sistema de saúde dos EUA é talvez o melhor exemplo de um mercado de serviços de saúde, apesar de ser manifesta a sua declaração de obediência a três princípios basilares: solidariedade, pluralismo e medicina liberal. Com base nestes princípios, cada cidadão é o responsável máximo pela sua saúde e o acesso aos serviços de saúde é essencialmente regulado pelos mecanismos de mercado.

Calcula-se que cerca de 75% da população dos EUA esteja coberta por algum plano de saúde privado; mas há grande variabilidade do tipo de serviços a que se tem acesso e cerca de 16% da população não tinha qualquer tipo de cobertura no início do sec. XXI (Conill, 2008); pode considerar-se que é um resultado natural da inequidade

intrínseca de um sistema do tipo do referido, em que a regulação está essencialmente confiada à lei do mercado (Medici, 2014). O gráfico 2 é elucidativo dessa opção.

Gráfico 2. Pessoas sem cobertura de saúde nos EUA



Fonte: Médici (2014)

Hoje tem-se cada vez mais a consciência de que a solução *mercado de saúde não estruturado*, numa perspectiva de liberalismo radical, está longe de cumprir o objetivo 3 do conjunto de objetivos de sustentabilidade e desenvolvimento propostos pela ONU (2015/2017): *Assegurar vida saudável e bem estar para todos em todas as idades*. Perante estes dados, os Democratas tentaram instituir uma modalidade de serviço orientada especificamente para servir esses segmentos populacionais (o famoso Obama Care).

Com essa medida, tentaram aproximar-se do objetivo natural na democracia complexa: *um sistema de saúde abrangente, visando servir de forma eficaz toda a população*. Mas as propostas do Obama Care, que visaram assegurar o acesso à saúde das populações menos favorecidas, contrariavam o sistema de mercado da saúde enraizado nos EUA e foram alvo de fortes críticas dos defensores da não intervenção do Estado em tudo o que funcione como mercado, acreditando que essa intervenção (embora movida por boas intenções) acaba sempre por ter efeitos perversos.

Mas os estudos e pesquisas de opinião revelam que a saúde é um tema dos mais importantes para as pessoas nos vários países; e mesmo partidos que defendem a ideia de que o mercado é um grande regulador dos processos económicos reconhecem que ele tem falhas óbvias quanto aos serviços de saúde, mostrando-se incapaz de assegurar os objetivos definidos no conceito de democracia complexa. É o caso do partido português Iniciativa Liberal, que afirma, nas suas linhas programáticas sobre a saúde: “O mercado

da saúde, só por si, não tem incentivo suficiente para garantir o acesso universal a cuidados de saúde e terá tendência a excluir e impedir o acesso de parte da população que deles mais necessita. Assim, para garantir o acesso universal efetivo aos cuidados de saúde, é necessário haver intervenção do Estado. O mercado e o setor social, por si só, não atingem este objetivo.”

2. A saúde como direito das pessoas e obrigação do Estado

Este sistema é baseado no acesso universal aos cuidados de saúde: todos os centros de saúde são públicos e é o Estado o encarregado da sua gestão. O modelo *Beveridge*, originário do Reino Unido e surgido na década de 1940, é o exemplo mais notório desta abordagem da saúde, concretizado no National Health System (NHS) inglês.

O NHS inglês

O NHS oferece uma cobertura universal de serviços de saúde, orientando-se pelos princípios de equidade e integralidade; não estão incluídos Serviços oftálmicos, dentários e de acesso a medicamentos. Por ter o princípio de cobertura universal, têm direito ao atendimento gratuito do NHS: residentes legais permanentes; refugiados; estudantes matriculados num curso de 15 horas semanais pelo menos e com visto de estudante válido por mais de seis meses, assim como seus familiares; pessoas com permissão de trabalho válida.

O acesso ao sistema faz-se por registo num centro de saúde na lista de um médico de atenção primária, cujo nome passa a constar no cartão de saúde do utente (*médico de cabeceira*, que tem acesso às suas informações de saúde). A seguir, tem-se acesso a cuidados especializados, por áreas de saúde (entre 100 e 200 mil habitantes cada uma), com um hospital geral, pelo menos, para emergências, internamentos e especialidades. Os profissionais são funcionários do NHS. O NHS conta ainda com hospitais e postos de pronto atendimento abertos 24h, nos quais não é necessário agendar consultas. Remédios e alguns serviços, como oftalmologia e odontologia são cobrados.

Existe uma articulação entre o setor público e o privado, o que possibilita alguns pacientes do NHS poderem ser tratados em instalações de saúde privadas visando aumentar assim a capacidade do NHS. No entanto, os hospitais do setor privado tendem a gerir apenas as operações de rotina, faltando unidades de cuidados intensivos de nível 3 (terapia intensiva); e as emergências podem obrigar à transferência de um paciente para um hospital do NHS.

De acordo com dados do Ipsos MORI, Social Research Institute, de 2013, sete entre dez adultos (69%) na Inglaterra afirmaram estar satisfeitos com o andamento atual do NHS, sendo estes os dados para os seguintes grupos:

- 74% dos homens e 65% das mulheres estão satisfeitos com a ação do NHS;
- 75% dos indivíduos acima de 65 anos, e 75% dos indivíduos entre 16 e 24 anos declararam-se satisfeitos; esse valor desce para 65% nos indivíduos com idade entre 35-45 anos;
- 72% dos pertencentes às classes D e E responderam que estavam satisfeitos com o NHS; esse número desceu para 64%, entre inquiridos das classes A e B.

O modelo de Beveridge é seguido na Europa por onze Estados, entre eles, Noruega, Suécia, Dinamarca, Itália, Portugal, Irlanda, Espanha, embora cada um deles com a sua configuração própria, mas com a gestão do sistema diretamente assumida pelo Governo.

3. A saúde como componente essencial da qualidade de vida individual e coletiva

O modelo *Bismarck* (criado na Alemanha em 1883) é um sistema de saúde que tem como base o facto de os cidadãos usufruírem dos cuidados de saúde essencialmente através de organizações privadas; para isso, tanto os empresários como os trabalhadores pagam taxas que vão diretamente para as empresas gestoras dos serviços médicos. Esses pagamentos são transferidos para “fundos”, que são entidades não governamentais reguladas por lei e que administram os recursos. Com os recursos, são contratados profissionais de saúde e equipamentos. É um sistema em que uma parte significativa dos centros de saúde são principalmente privados e onde há co-pagamentos para alguns dos benefícios de saúde, como transporte em ambulância, medicamentos ou cuidados hospitalares.

O seu financiamento é mantido por contribuições iguais tanto de patrões como de empregados. Enquanto isso, o Estado é responsável pelo financiamento do seguro aos trabalhadores desempregados. É um modelo seguido em países como a Alemanha, Bélgica, Suíça, França, Holanda, Áustria, Grécia, Luxemburgo, na Europa, assim como no Canadá, e Austrália,

Os sistemas de saúde de modelo Bismarck podem variar consideravelmente de um país para outro, dado que admitem uma grande variedade de intervenientes públicos

e privados em interação com os utentes e com o órgão de gestão estatal do sistema, combinando normas de atuação colaborativas e competitivas, com órgãos estatais e privados. Passamos em revista alguns exemplos.

Alemanha

Há uma combinação de seguros estatais e privados, sendo obrigatório a adesão a um deles. Todos os residentes, incluindo estrangeiros, têm o direito e o dever de estar assegurados. Os seguros estatais alemães exigem contribuições calculadas proporcionalmente à renda da pessoa: é o *Gesetzliche Krankenversicherung* (GKV), que cobre cerca de 90% da população alemã e se baseia no princípio da solidariedade: todas as pessoas seguradas por uma seguradora de saúde pública recebem a mesma assistência médica, independentemente da sua situação financeira. Isso é possível graças a um fundo comum, alimentado por contribuições baseadas na renda de cada um. Por lei, todos contribuem com 14,6% da sua renda bruta, sendo que metade deste valor (7,3%) é coberta pelo empregador e a outra pelo empregado. Assim, independentemente da seguradora pública escolhida, a contribuição será sempre a mesma.

Conforme ficamos mais velhos, maior tende a ser a contribuição para um seguro privado, enquanto o seguro público sempre custará o mesmo, independentemente da idade. Além disso, se você sair do plano de saúde público e quiser voltar mais tarde, pode ser bem complicado. Os residentes que desejam obter seguro público têm cerca de 110 empresas diferentes para escolher. Os diferentes planos de seguro de saúde variam em termos de cobertura, custos e condições específicas; como cada categoria tem suas próprias regras, e em muitos casos será preciso optar por um seguro de saúde privado, muitos alemães decidem manter-se em uma seguradora pública enquanto podem. Com efeito, os custos com o seguro privado a partir dos 60 anos podem chegar a milhares de euros, especialmente se problemas de saúde crônicos.

O custo de muitos medicamentos prescritos são amplamente cobertos pelo seguro de saúde estatal ou privado, ficando a cargo dos pacientes uma pequena taxa de coparticipação.

Acesso ao sistema e procedimentos

O acesso ao sistema de saúde começa com o *Hausarzt*, o médico de família, que atende as pessoas em primeiro lugar, em casos de emissão de atestados e casos leves de doença. Caso o médico julgue necessário, prescreve um *Überweisung* – receita de

encaminhamento para consulta de um especialista. Se for preciso comprar remédios, é sempre mais barato comprar com receita médica. Os planos de saúde tendem a cobrir todos os remédios para crianças e grande parte do valor dos remédios para adultos. As cirurgias – com exceção dos casos de urgência – dependem do encaminhamento do especialista ao hospital ideal ou ao hospital mais próximo, consoante o caso. Os internamentos tendem a ser cobertos pelo plano no caso dos privados, enquanto os planos públicos exigem um pagamento de cerca de 10€ por dia. Após uma cirurgia, se necessário, o paciente será encaminhado para uma *Reha*, que é uma instituição de reabilitação específica para diferentes tipos de procedimentos cirúrgicos. A estadia na *Reha* é geralmente coberta pelo plano e dura entre alguns dias ou semanas.

França

O sistema de saúde francês segue o mesmo modelo que o alemão, com as diferenças de configuração naturais de um contexto diferente:

- Seguro público, cuja principal fonte de financiamento é proveniente de contribuições ligadas ao trabalho;
- Atenção garantida por serviços públicos e privados; o Ministério da Saúde exerce o papel de regulador, sendo o pagamento dos serviços realizado pela *Securité Sociale*. - Os trabalhadores colaboram mensalmente com o fundo, através da *Assurance Maladie*, um seguro de saúde obrigatório para todos os residentes, descontado diretamente do salário. Os utentes têm liberdade para escolher o médico e instituição de preferência. Hospitais e clínicas públicas e privadas coexistem e o SHI cobre tratamentos nos dois setores.

A *Assurance Maladie* cobre cerca de 78% dos custos dos serviços médicos e hospitalares, incluindo odontologia e medicamentos; os 12 ou 13% restantes são cobertos por planos complementares (*Mutuelles*), geridos por associações mútuas sem fins lucrativos, em que a parcela a cargo do paciente tem o valor médio de 8% (uma boa parte da população tem esta forma de seguro complementar. Há isenções destes planos, conforme a situação de saúde (doenças crônicas de longa duração), tipo de tratamento (infertilidade, por exemplo) ou condição pessoal (crianças com deficiências, gestação, pensionistas, por exemplo).

A porta de entrada do sistema ocorra através dos consultórios de generalistas; até 2005 o acesso era livre, sem necessidade de referência nem limite de consultas, mas a

partir dessa data foi implantada a figura do *médècin traitant* (médico pessoal, médico de família) que deve passar a receita para consultas especializadas, sem a qual o reembolso é menor. Todo usuário com mais de 16 anos tem que escolher um médico (sem ser obrigatoriamente um generalista), que passa a ser responsável pela coordenação dos cuidados de saúde.

Outros sistemas de saúde dentro deste modelo são o do Canadá e o da Austrália, que por sua vez constituem concretizações específicas, com as suas naturais diferenças, do modelo bismarckiano.

O sistema de saúde do Canadá, por exemplo, é exclusivamente financiado pelo Estado, mas os governos provinciais podem estabelecer uma contribuição adicional para apoiar o financiamento dos serviços da sua região. No entanto, o não pagamento dessa taxa não impede que todos os residentes tenham acesso aos mesmos médicos e tratamentos, pois o Ato Fundacional do Sistema de Saúde desencoraja as taxas adicionais. O sistema é extremamente descentralizado, cada Província organiza os serviços como achar mais adequado, desde que siga as diretrizes nacionais. A maioria dos hospitais e clínicas não são propriedade pública e os médicos e demais pessoal não são funcionários públicos. Dentistas, fisioterapeutas, farmacêuticos, psicólogos e outros profissionais prestam cuidados de saúde ditos complementares, que, no entanto, são garantidos para grupos específicos (idosos, crianças, segmentos de baixa renda). Cada residente tem o seu médico de família de referência, que o atende e acompanha no plano da saúde; se for preciso, encaminha o paciente para especialistas, exames e outros procedimentos.

O sistema assemelha-se, portanto, a um grande plano de saúde com credenciamento universal do setor privado, financiado e regulado pelo governo.

Na Austrália, a base do sistema de saúde é o Medicare, que cobre parte ou a totalidade do custo dos cuidados de saúde (nem todos os serviços médicos são cobertos). O sistema ajuda cobrir os custos de parte ou todos os seguintes serviços:

- GP (clínico geral) ou especialista;
- testes e varreduras, como raios-x;
- a maioria das cirurgias e procedimentos realizados por médicos;
- exames oftalmológicos por optometristas.

Caso o paciente não possa ir até um consultório, ainda assim poderá realizar uma consulta com um profissional de saúde por videoconferência ou telefone. Este tipo de

serviço pode ter o seu custo incluído num sistema de faturação centralizada, não sendo necessário pagar diretamente o serviço, já que nesse sistema o pagamento integral do serviço é assegurado pelo Medicare. Se o profissional de saúde não estiver inscrito nesse programa, o utente terá de pagar a consulta e depois receber do Medicare a parte do pagamento coberta pelo Sistema.

O Programa de Benefícios Farmacêuticos (PBS) permite obter medicamentos a um preço mais baixo. No caso de ser possuidor de um cartão de saúde ou equivalente, o utente pode ainda obter descontos adicionais.

Os sistemas de saúde no Brasil e em Portugal

Os sistemas de saúde português e brasileiro incluem-se no modelo Beveridge, mas são constituídos por dois subsistemas - público e privado – que atuam em paralelo e, em certa medida, com uma cultura de competição, havendo tentativas pontuais de articular os seus serviços, através de protocolos de colaboração em algumas áreas de atividade.

O SUS – Sistema Unico de Saúde brasileiro

No Brasil, o sistema de assistência à saúde assenta em três pilares: o Sistema Único de Saúde (SUS), inteiramente financiado pelo impostos cobrados pelo Estado; o sistema de saúde suplementar, os planos e seguros privados; e o sistema de desembolso direto, em que o utente paga diretamente ao prestador do serviço. O SUS é um sistema federativo que possui a participação dos três níveis de governo: federal, dos Estados, incluindo o Distrito Federal e dos municípios.

A saúde suplementar compreende a operação de seguros ou planos de saúde. É chamada assim no Brasil porque aqui os planos de saúde fornecem às pessoas assistência à saúde de maneira suplementar já que o cidadão não perde o direito de atendimento pelo SUS, ao contratar um plano privado. Este tipo de organização tende a gerar um problema de competição entre o setor público e o privado, levando a vincular culturalmente a imagem do SUS à prestação de serviços para os grupos sociais sem suficiente poder aquisitivo (portanto de menor qualidade). Esta percepção é manifesta no estudo realizado para a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), onde se mostra que “ter um plano de saúde é o terceiro maior desejo de consumo no país”. É um dado que nos faz pensar se essa competição não terá um efeito desregulador: em vez de potenciar a

qualidade total dos serviços prestados, acaba por expressar e reforçar a desigualdade eventualmente existente no país.

O SNS português

O SNS português foi criado em 1979 e é "universal, geral e, tendo em conta as condições econômicas e sociais dos cidadãos, terá tendencial gratuidade" (revisão de 1989 da Constituição da República Portuguesa, que o define como um direito dos cidadãos). O sistema garante o acesso a todos os cidadãos nacionais ou estrangeiros que residam ou que se encontrem em Portugal, independentemente da sua condição econômica e social. Este acesso abrange todos os serviços de saúde (envolvendo todos os cuidados integrados), sem restrições, salvo as impostas pelo limite de recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis.

As atividades de saúde que integram o SNS dividem-se pela atenção primária (realizada em agrupamentos de centros de saúde), cuidados hospitalares (realizada em hospitais e centros hospitalares) e cuidados continuados e paliativos (realizados em unidades próprias ou no domicílio do paciente).

Como foi salientado, sistemas de saúde com a configuração do Brasileiro e do Português estão sujeitos a problemas de competição com os serviços de saúde privados, criando dificuldades de coordenação eficaz e aproveitamento sinérgico dos recursos. A competição público-privado talvez seja menos visível em Portugal que no Brasil, mas o seu efeito desregulador com certeza se fará sentir com maior ou menor intensidade, sempre que haja períodos de alguma crise.

As sugestões apresentadas nos textos seguintes são baseadas diretamente no Paradigma de Raciocínio Complexo (PARC), modelo conceitual orientador dos encontros constitutivos desta obra. Procuram aproveitar pontos positivos dos vários modelos existentes, para o esboço de um Serviço Nacional de Saúde, alinhado pelos princípios de uma democracia complexa.

- Do HNS inglês, e das versões sueca e dinamarquesa, a responsabilidade do Estado de assegurar um serviço abrangente, inclusivo e eficaz;
- Do sistema alemão e francês, a participação ativa dos cidadãos no financiamento do sistema de saúde, reforçando a sua condição de sócios parceiros do sistema;
- Dos sistemas de mercado, o alerta para as falhas emergentes de uma visão linear, menos complexa que a requerida pela solução do problema da saúde nas sociedades complexas atuais.

Texto 2

Princípios assentes no PARC, para um serviço de saúde universal e inclusivo

O que se apresenta a seguir é justamente um esboço de sistema de saúde baseado no Paradigma da Complexidade, defendido neste trabalho, aproveitando o contributo das experiências acima descritas, para delinear estruturas e processos que podem servir de fundamento conceitual à construção de um Serviço Nacional de Saúde com as características requeridas pelas democracias complexas da sociedade do conhecimento.

Será um sistema de saúde universal, proporcionando serviços a toda a população residente, sem discriminação, como é o caso de praticamente todos os sistemas de saúde acima descritos. Como estes Serviços Nacionais de Saúde (SNS), o Paradigma do Raciocínio Complexo defende que o SNS tem como objetivo servir toda a população, sem exclusão de ninguém, um critério próprio do conceito de democracia complexa. O sistema obdececrá, por isso, a um conjunto de princípios e opções práticas como as que a seguir se enunciam.

Primeiro princípio: um Serviço Nacional de Saúde universal e inclusivo

Para se definir como universal e inclusivo, o Sistema Nacional de Saúde tem de integrar e articular convenientemente as unidades de responsabilidade pública e as unidades privadas que existam ou se criem. Essa articulação pode ter modalidades diversas, como já se observa em vários países. Na Suécia, no Canadá e na França, por exemplo, coexistem serviços públicos e privados, entre os quais o utente pode optar, tendo acesso bonificado aos dois. No Reino Unido, o SNS (*NHS, National Health System*) cobre essencialmente todos os serviços, pelo que os planos privados são só complementares, oferecendo alguns serviços que não sejam cobertos pelo NHS.

Na perspectiva do PARC, a articulação entre a oferta pública e privada em saúde deve ser guiada pelas recomendações que se enraízam na configuração das democracias complexas (enunciadas acima, pp.59-61), porque uma articulação sinérgica de unidades de saúde públicas e privadas será um dos instrumentos fundamentais de um SNS universal e inclusivo.

As democracias complexas são essencialmente construídas pelos vários componentes da sociedade civil - e os órgãos estatais, são, nesta ótica, equivalentes aos

outros componentes da sociedade civil, já que também prestam serviços aos cidadãos. Nesta perspectiva, o governo das democracias complexas desenhará o SNS de modo a fomentar a articulação entre os serviços públicos e privados; o sistema de saúde nessas democracias tenderá a integrar as unidades privadas que aceitem fazer parte de um sistema de saúde universal e inclusivo, um efetivo SNS.

Ao integrarem-se no SNS, as unidades privadas de saúde não perdem o seu carácter de organizações privadas; simplesmente aceitam que *o SNS é o contexto em que operam e onde cumprem a missão a que se tiverem candidatado, com a sua natural autonomia, nas diferentes áreas da gestão*. Esta perspectiva implica que o SNS é um contexto nacional, ainda que dividido em regiões, no qual todas as unidades de saúde e seus serviços se integram, cada uma com a sua própria estrutura, cultura organizacional e processos de gestão e operação. Visualizado como contexto, o SNS apresenta a cada uma das unidades que nele se integram o que todos os contextos apresentam: desafios, ameaças e oportunidades, espaços de ação, tendências de futuro, processos de avaliação multiforme de cada unidade e seus componentes. Em contrapartida, cada unidade pode influenciar a configuração e o comportamento do contexto em maior ou menor escala, dependendo da sua capacidade interventiva.

No âmbito de sua autonomia organizacional, cada unidade integrada no SNS, seja pública ou privada, define os serviços que pretende prestar, no âmbito da região em que se situa e de sua articulação com as outras unidades do sistema de saúde:

- unidades de saúde de proximidade, com seus médicos de família e equipas de apoio técnico e administrativo;
- serviços preventivos, incluindo exames clínicos e outras atividades de diagnóstico;
- serviços de especialidade médica;
- internamentos, cirurgias e outros tratamentos de diferentes especialidades e vários níveis de complexidade.

A definição dos serviços a integrar no SNS será feita por contrato com os órgãos nacionais do SNS. De acordo com os vários tipos de serviços prestados e o volume de utentes a servir, cada unidade estabelece o seu orçamento anual e candidata-se a obter as

receitas do SNS³³, em negociação com os órgãos gestores do financiamento do SNS, em datas oficialmente fixadas. Este processo é válido tanto para unidades privadas como públicas, já que todas as unidades integradas no SNS obterão o essencial do seu financiamento do mesmo fundo de capitalização, explicado no segundo princípio³⁴. A única diferença entre público e privado, neste procedimento, reside no facto de as unidades públicas dependerem hierarquicamente da Direção Nacional do SNS, ao passo que as unidades privadas têm uma gestão independente, apenas regulamentada por um protocolo negociado.

Uma vez integrada no SNS, a unidade de saúde privada não pode desligar-se do sistema sem estarem razoavelmente assegurados os serviços que prestava. Para tanto, a fim de os serviços de saúde prestados no âmbito do SNS não terem falhas, os passos do eventual processo de desligamento serão atempadamente programados e negociados com os órgãos gestores do SNS. Parece-nos, todavia, que, na arquitetura de um sistema organizado sinergicamente, não haverá grande pressão para o desligamento de qualquer unidade.

³³ Pode haver diversas maneiras de gerir este acesso, cada sociedade estudará as suas; um pouco à frente dá-se um exemplo desse processo, compatível com o conceito de democracia complexa defendido no terceiro encontro.

³⁴ O contrato com as unidades privadas incluirá duas áreas distintas: capital investido em estrutura e equipamentos (que nas públicas estão a cargo do Estado); e custos operacionais, similares nos dois tipos de unidades. Os acionistas privados negociarão a compensação anual do capital investido (de acordo, por exemplo, com os princípios do lucro obtido com preço justo e discutido no encontro 6).

Texto 3

Segundo princípio: um financiamento consciente e personalizado, os cidadãos como sócios e parceiros

Os sistemas nacionais de saúde acima sumariamente descritos são em geral financiados com base na receita dos impostos coletados. No caso da França, o sistema de saúde é financiado, pelo menos parcialmente, pelos cidadãos, através de um imposto diretamente coletado em seus vencimentos, para o financiamento do serviço nacional de saúde francês.

Em Portugal, o SNS é financiado com base na receita dos impostos, como o brasileiro; mas é complementado por sistemas de saúde privados, substancialmente financiados pelas receitas obtidas através dos clientes que aderem a seus planos de saúde. Como no caso brasileiro, também em Portugal esta dualidade pode alimentar uma competição anti-sinérgica entre os dois componentes do SNS, pelo que terá de ser objeto de um esforço de articulação continuado, para encontrar as soluções mais eficazes para a saúde da população.

Na perspectiva delineada com base no PARC, o financiamento do SNS poderá guiar-se por um princípio que já nos vem do cristianismo primitivo e que o pensamento político mais preocupado com questões sociais costuma defender: *de cada um segundo a sua capacidade, para cada um segundo a sua necessidade*. É um princípio já praticado nos sistemas da França e Alemanha, e que tem cabimento no Paradigma da Complexidade, como vivência prática do seu postulado sobre o valor da diversidade: a sustentabilidade do sistema tem como base o contributo de todos os cidadãos, de acordo com as possibilidades de cada um, sendo o Estado o garante complementar dessa sustentabilidade.

O paradigma recomenda que a prática deste princípio tem de se conjugar com a ideia de que é importante que todos os cidadãos assumam a sua qualidade de sócios-parceiros do Serviço Nacional de Saúde, cabendo a cada um assegurar a parte que lhe cabe na sustentabilidade do sistema. O cidadão assume-se como parceiro responsável pelo sistema de saúde, com a consciência clara de que todos são usufrutuários, porque são coletivamente responsáveis pela sustentabilidade do sistema de saúde. E é saudável que

todos tenham plena consciência desse duplo papel, não aceitando a postura passiva de beneficiários de um sistema provido por um Estado que os ultrapassa e lhes dá a benesse de uma saúde gratuita. Porque uma democracia complexa é constituída por cidadãos competentes, conscientes e responsáveis por suas instituições

Como concretizar este princípio?

A concretização deste princípio pode ser feita à semelhança da prática francesa, descontar, por exemplo, no salário uma percentagem para financiamento da saúde; ou, em alternativa existir um plano de financiamento da saúde apresentado a todos os cidadãos, com as devidas explicações, de modo a incentivar as pessoas a inscrever-se (por exemplo, como se faz na Segurança Social), de acordo com o princípio incluído acima enunciado. Ao aceitar inscrever-se no plano nacional de saúde, cada cidadão (com seus dependentes) assume-se como parceiro responsável pelo sistema que assegura no campo da saúde a sua qualidade de vida e por isso merece racionalmente o contributo de todos, dentro das possibilidades de cada um. Competirá depois ao Estado conjugar e complementar os esforços de todos.

Obviamente, não ser obrigatória a inscrição no SNS pode ter como consequência que haja quem não se sinta motivado para participar no plano nacional de saúde; mas a vantagem de estar inscrito é tão visível que não se esperam obstáculos motivacionais intransponíveis em se manter a liberdade dos cidadãos nesta matéria. De qualquer forma, o objetivo deste processo é criar uma cultura em que cada cidadão se considere sócio responsável pelo Sistema Nacional de Saúde, consciente de que ele merece que sua sustentabilidade financeira esteja assegurada pelo contributo de todos, obviamente dentro das possibilidades de cada um, como acima ficou proposto. Nesta linha de pensamento, o quadro 16 apresenta um esboço do potencial contributo de cada categoria de cidadãos para a sustentabilidade económica do SNS³⁵

³⁵ Obviamente, os contributos financeiros sugeridos no quadro 13 são apenas sugestões: a sua definição prática teria de ser resultante de um estudo aprofundado das possibilidades, com aproveitamento da experiência de outros países.

Quadro 16. Contributo mensal das várias categorias de parceiros para um SNS sustentável

a) Pobreza extrema: rendimento \leq 1 salário mínimo: ao inscrever-se no plano nacional de saúde são informados que a sua contribuição é coberta pelo Estado, na base de 1% do salário mínimo (€8,2).		
b) 2 salários mínimos	- 2% do vencimento /mês	(€32,8)
c) 3-4 salários mínimos	- 3% do vencimento /mês	(€73,8 – €98,4)
d) 5-6 salários mínimos	- 4% do vencimento /mês	(€164 - €196,8)
e) 7-8 salários mínimos	- 5% do vencimento /mês	(€287 - €393,6)
f) Renda 9-10 salários mínimos	- 7% do vencimento /mês	(€516,6 - €574)
g) Renda \geq 11 salários mínimos	- 8% do vencimento /mês (\geq €721,6, até um máximo de €1180,8, correspondente a 8% de um salário igual a 18 salários mínimos)	
h) As receitas obtidas com as prestações mensais dos cidadãos serão creditadas à Direção Geral donSNS; a Direção Geral veiculará para as diferentes unidades do sistema um Orçamento anual negociado com cada uma, com base nos serviços prestados e número de utentes que atendem, no âmbito das normas definidas para o SNS. Com a gestão do orçamento obtido nesta negociação é da responsabilidade da unidade, esta pode definir o tipo de serviços que pode oferecer diferenciadamente a cada utente, desde que não prejudique os serviços médicos da unidade para os outros utentes. Esta rubrica pode, naturalmente ser objeto de regulamentação a fazer aprovar pelos órgãos de SNS		
i) O Estado complementar á o orçamento global do SNS, se se verificar que é necessário e economicamente fundamentado. Este tipo de intervenção será criteriosamente analisado, para prevenir desperdícios ou desregulação financeira.		
j) As verbas pagas pelos utentes ao plano nacional de saúde seriam deduzidas, para efeitos fiscais, do rendimento anual do sujeito, de modo a não serem duplamente taxadas.		

Fonte: os autores (2023)

Obviamente, os valores sugeridos no quadro são apenas indicativos; para sua implementação, teriam de ser objeto de um estudo aprofundado, que garantisse o seu ajustamento à realidade de cada sociedade e seu momento histórico, porque o que neste trabalho interessa é o princípio orientador das estruturas e processos. As concretizações do princípio podem ser diversas. Por isso, as verbas e procedimentos em jogo seriam geridas pela Administração Central e negociadas com as unidades de saúde, de acordo com os critérios objetivos que estejam na base da definição do orçamento de cada unidade.

Texto 4

Terceiro princípio: aposta na regionalização e na proximidade dos utentes

Um outro ponto importante numa perspectiva de análise complexa, será caracterizar os grupos da população, com base em critérios que permitam preparar os serviços para darem resposta eficaz às necessidades de cada grupo, com ajustamento dos recursos envolvidos. Caracterizar os vários grupos de utentes - idade, género, vulnerabilidades, tipo da habitação, alimentação e outras componentes do bem estar humano - será um meio eficaz para integrar na definição de saúde as várias dimensões de uma visão biopsicossocial da pessoa, avaliando sempre o contributo de cada uma e conjugando esforços com as outras áreas de intervenção, como a qualidade de vida urbana e rural, a salubridade do contexto e da habitação, a segurança e boa vizinhança, e mesmo proteção ambiental face a catástrofes como inundações ou fogos.

Uma caracterização apropriada dos utentes permitirá definir mais eficazmente a articulação do apoio de proximidade com os centros de especialidade, que podem ser chamados a prestar serviço aos utentes de cada Unidade de Saúde, evitando o desperdício de tempo e de recursos, incluindo humanos. Manter uma efetiva relação de proximidade com os utentes pode ter como base o médico de família e as equipas das Unidades Locais de Saúde, que proporcionarão aos utentes um acompanhamento médico de rotina, que constituirá o primeiro nível de prevenção médica ao serviço da saúde individual e coletiva. Este nível estará focado nas sintomatologias mais habituais nos vários grupos de utentes, para um primeiro diagnóstico, tratamento das afeções mais comuns e encaminhamento para unidades de escalão superior, quando tal for indicado. Nestes casos, o médico de família trataria do contacto para o atendimento do utente numa unidade especializada indicada para o caso, de modo a facilitar o tratamento do utente que dele tenha necessidade.

Os serviços de proximidade incluiriam, pela sua própria natureza, o apoio médico a questões de ginecologia, maternidade, pediatria, geriatria, e eventualmente outras condições próprias desses grupos de utentes do Centro de Saúde. Com os sistemas atuais de inteligência artificial, é relativamente fácil criar perfis de utentes bem definidos, de acordo com as variáveis acima indicadas e outras que sejam pertinentes, poupando muito do trabalho administrativo para isso e servindo mais prontamente o diagnóstico e o atendimento médico.

Uma outra condição essencialmente ligada à proximidade é a distribuição geográfica dos serviços, o que remete para a problemática da regionalização. A aposta na proximidade tem, por um lado, a ver com a facilidade de acesso ao sistema de saúde, ser atendido quando precisa, sem grandes entraves, o que implica, por outro lado, uma adequada distribuição dos centros de atendimento pelo território. Os exemplos de sistemas de saúde acima descritos encontraram várias maneiras de enfrentar este problema, que podem servir de orientação para uma solução mais ou menos eficaz.

No Reino Unido, o núcleo central do sistema de proximidade são os *General Practitioners* (GP), um tipo de postos de saúde existentes em todos os municípios. Nestes centros, um clínico geral acompanha e atende as pessoas neles registadas, e encaminha-as para os atendimentos especializados, quando necessário. Na Suécia, os utentes podem recorrer a hospitais e clínicas públicas e privadas, já que ambos prestam serviços, cobrando valores similares, com financiamento do governo e participação do paciente.

Em França, existe algo similar: os utentes têm liberdade para escolher o médico e instituição de preferência, hospitais e clínicas públicas ou privadas, e o SHI cobre a maioria dos serviços médicos e hospitalares, nos dois setores.

No Canadá, igualmente, todos os residentes têm acesso aos mesmos médicos e tratamentos, embora a maioria dos hospitais e clínicas não seja propriedade pública e os médicos e demais pessoal também não sejam funcionários públicos. No entanto, cada residente tem o seu um médico de família de referência, que o atende e acompanha e, se for preciso, o encaminha para especialistas, exames e outros procedimentos.

Em Portugal, são as Administrações Regionais de Saúde (ARS) - distribuídas pelas principais regiões do País, Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve - que têm por missão garantir à população o acesso aos cuidados de saúde de proximidade. Desdobram-se em ACES e estes, por sua vez, integram diversas unidades, já referidas acima aquando da descrição do SNS português.

O fundamental destas unidades de proximidade é a sua distribuição pelo território, de acordo com a população abrangida e sua distribuição geográfica. A quantidade de utentes abrangidos por cada unidade é função dos recursos médicos e apoios técnicos e administrativos existentes na unidade; a distribuição geográfica da população tem impacto direto na acessibilidade aos serviços. Com base nestes critérios (e outros adicionais próprios de cada caso), pode pensar-se numa distribuição do tipo:

- Unidades de saúde de proximidade, para contacto com o médico de família e outro profissionais do Centro: um por freguesia³⁶ ou grupo de freguesias, consoante a população abrangida e a sua dispersão geográfica;
- Hospitais com as especialidades mais comuns, localizados em cada distrito, ou na capital do distrito ou também noutras cidades, igualmente de acordo com os dois critérios enunciados;
- Hospitais com todas as especialidades ou com especialidades com especial exigência de meios científico-tecnológicos, localizados por região, também de acordo com a população a abranger. Obviamente, o conceito de região terá de ser bem definido, de acordo com a dimensão geográfica e população do país.

A regionalização dos serviços de saúde incluirá naturalmente a descentralização da gestão das unidades do SNS, guiada pelas práticas organizativas mais eficientes observadas nos sistemas empresariais modernos. A recomendação do PARC será de que cada unidade tenha uma gestão autónoma, como unidade empresarial completa, de acordo com a sua missão, embora integrada no Sistema de Saúde, de modo a salvaguardar as sinergias entre serviços e o controle do sistema no seu conjunto. Mas relembremos de novo que qualquer passagem destes princípios à sua aplicação prática terá de ser cuidadosamente estudada, uma vez que nenhum modelo teórico consegue prever todos os pormenores de sua aplicação. Na regionalização, aliás, terá de se considerar a utilização crescente das novas tecnologias já em uso ou com previsão de uso muito próximo: teleconsultas, telediagnósticos, esquemas comportamentais de prevenção, e outras inovações no campo da medicina preventiva e curativa.

³⁶ Freguesia é, em Portugal, a unidade administrativa em que o município se divide: cada município tem geralmente várias freguesias.

Texto 5

Quarto princípio: aposta na qualidade científica e técnica

A aposta na qualidade científica e técnica do Sistema de Saúde tem duas vertentes nucleares e interligadas:

- Melhoria das competências de todos os integrantes do SNS, nomeadamente o pessoal técnico - médicos, enfermeiros, investigadores - que são, naturalmente, a raiz de toda a qualidade científica e técnica do sistema³⁷.
- Criação de um Centro de investigação multidisciplinar, que terá a missão de propor, gerir e realizar projetos de pesquisa em saúde, guiados por uma abordagem científica interdisciplinar, como é próprio da ciência atual.

A melhoria das competências de todos os integrantes do SNS é um problema de gestão: em princípio, cada unidade do sistema tem autonomia de gestão do seu pessoal, naturalmente sem ruptura com a Administração do SNS, mas suficiente para não cair no emaranhado das malhas burocráticas. Conhecendo bem as motivações dos profissionais da saúde, os gestores de cada unidade do SNS procurarão fazer uma gestão de recursos humanos que atraia, selecione e mantenha no sistema profissionais motivados para um envolvimento na qualidade do serviço, além da mera remuneração.

O primeiro passo para isso, será oferecer um contexto de trabalho com os dois atratores motivacionais essenciais: um sistema de remuneração e um ambiente de trabalho que faça os colaboradores sentirem-se compensados (*fatores de higiene*, na terminologia de Herzberg, 1966); e um desenho de carreiras assente no desenvolvimento das suas competências e contribua para a sua realização profissional e humana (que Herzberg denominou *fatores motivadores*). Não cabe aqui entrar em pormenores deste tipo de gestão, mas entende-se que a gestão destas unidades requer uma elevada preparação, visão estratégica e dinamismo. A própria articulação com unidades privadas, no âmbito do SNS, pode ajudar a manter atualizados os processos de gestão das competências do sistema de saúde.

Manter um centro de investigação com elevado nível técnico e científico, é outra medida extremamente recomendável para que o Serviço Nacional de Saúde possa beneficiar dos resultados de projetos de pesquisa guiados por uma abordagem científica interdisciplinar da saúde. Este Centro pode ser essencialmente um Centro de Gestão do

³⁷ O conceito aqui expandido é o conceito de tripla competência de Robert Katz (1974): ser efetivamente competente significa unir a competência no plano técnico, no relacionamento interpessoal e na visão global dos problemas e suas múltiplas interações.

Conhecimento Científico, através do qual todos os técnicos de saúde ligados ao SNS serão convidados a acompanhar ou participar em projetos de pesquisa que despertem o seu interesse, sendo a sua participação definida com o responsável de cada projeto. Neste sentido, o Centro estabelecerá ligações com centros de pesquisa em saúde de universidades e institutos politécnicos, além de empresas, nomeadamente farmacêuticas e produtoras de instrumentos ou serviços para a área da saúde. Articular-se-á com as equipas científicas e técnicas das referidas instituições e empresas para realizar projetos de pesquisa vocacionados para a introdução de inovações positivas, nas diferentes áreas de atuação em saúde, desde novos medicamentos, procedimentos e mesmo inovações radicais ligadas à telemedicina e aos sistemas de IA e robóticos. A Direção Científica do Centro envidará todos os esforços possíveis para obter apoio financeiro para esses projetos, com base na sua avaliação científica, tecnológica e de utilidade prática.

Além da participação em projetos de pesquisa, o Centro manter-se-á atualizado em relação às inovações que vão sendo aplicadas na saúde em qualquer parte do mundo, procurando trazer para o SNS aquelas que se revelarem portadoras de melhorias aplicáveis. Para avaliação dessas inovações, o Centro de Investigação constituirá equipas que integrem pesquisadores e operacionais de unidades do SNS (públicas e privadas) de reconhecida competência.

O Centro de Investigação criará sistemas de avaliação do desempenho do sistema e suas unidades (públicas e privadas) para os três níveis de atuação: operativo (individual e de equipas); tático (setores, departamentos, especialidades); estratégico (unidades e o próprio sistema). Os critérios de avaliação serão conhecidos de todos, dentro do sistema, já que o processo avaliativo terá dois objetivos essenciais:

- Autoavaliação e melhoria do nível de competência para todos os intervenientes (que serão incentivados a rever o seu desempenho com seu próprio chefe, para eventual melhoria);
- Recolha de ideias para aperfeiçoamento do próprio sistema avaliativo.

Os resultados do processo de avaliação serão naturalmente uma das variáveis a ter em conta em decisões remuneratórias ou de progressão na carreira (de acordo com as regras vigentes); mas serão apenas uma das variáveis, já que o seu objetivo essencial é a melhoria do desempenho de todos e não a hierarquização de méritos. Mas, como se salientou noutros tópicos, todas as medidas a tomar nesta matéria terão de ser estudadas em profundidade, para que sejam ajustadas à realidade existente e alcancem resultados positivos.

Texto 6

Quinto princípio: aposta na prevenção

Diz o provérbio que ‘mais vale prevenir que remediar’; e se este provérbio se aplica à generalidade das situações humanas, no caso da saúde é hoje universalmente aceite como a atitude mais inteligente³⁸. Por isso, aquela outra máxima popular - ‘perdo o mal que me faz pelo bem que me sabe’, à espera de haver medicamentos ou procedimentos curativos - perde todo o sentido no campo da saúde. Num sistema de saúde abrangente, próprio das sociedades complexas atuais, que tendem a grandes passos tornar-se sociedades do conhecimento, a prevenção em saúde tem três vertentes bem explícitas:

- a vertente clínica, focada no acompanhamento próximo, exames clínicos de adequada frequência e medicação preventiva de disfunções orgânicas de tipo vário;
- a vertente comportamental, focada em desenvolver comportamentos que ajudem a manter o bom funcionamento presente e futuro de corpo e mente: exercício físico regular, dormir bem, alimentação saudável, hábitos de higiene, etc.;
- a vertente ambiental, focada em construir ambientes saudáveis, desde a habitação à qualidade do ar, evitamento de eventos agressivos como secas, inundações catastróficas e outras ameaças físicas, e ambientes humanos inseguros, estressantes ou de baixa qualidade relacional.

A primeira vertente – clínica tem como suporte o apoio do médico de família e globalmente do pessoal dos Centros de Saúde. Como questão especificamente médica, não cabe aqui descer a pormenores de aplicação; mas pela prática atual assentará principalmente em exames clínicos regulares e consultas médicas periódicas (provavelmente semestrais, ou mais apertads, se o médico de família achar indicado).

A segunda vertente - comportamental será apoiada por medidas várias, a começar pela informação dada aos utentes nos Centros de Saúde, mas também por breves sessões formativas se a equipa técnica do Centro considerar pertinente; depois, pela difusão sociocultural sobre temas de saúde comportamental, hoje muito proposta por técnicos de saúde nas várias redes sociais existentes em todas as sociedades.

³⁸ Um estudo em curso na UNL (Lisboa) sobre a generalização das vacinas, para prevenir a mortalidade associada nos adultos a doenças respiratórias, consideradas fator de encurtamento de vida útil, é exemplo de um esforço preventivo na linha do que aqui se sugere.

A **terceira vertente – ambiental** por fim, caracterizar-se-á pelas medidas tomadas em prol de ambientes preventivos de doenças de várias origens: infeções por mosquitos e outros vetores (como a gripe das aves, a doença das vacas loucas ou mesmo a falta de água potável); doenças respiratórias associadas à poluição atmosférica, sobretudo nas cidades; riscos de vida por excesso de calor e desidratação, principalmente em idosos; vulnerabilidades físicas e psicológicas ligadas à falta de habitação e consequente exposição à vida na rua; estresse acentuado ligado a problemas de organização dos tempos de trabalho, com acentuada falta de descanso e de tempo de vida pessoal. Tomar um conjunto de medidas concertado para enfrentar com eficácia os problemas acima enunciados será indubitavelmente um meio altamente eficaz para aumentar a capacidade preventiva do sistema de saúde e assim proteger melhor a saúde das populações.

Não temos dúvida de que estas sugestões são apenas um contributo para uma reflexão que sem dúvida precisa de ser aprofundada, a fim de chegar a conclusões que possam gerar práticas eficazes. O paradigma do raciocínio complexo pode ajudar a inventá-las.

Referências

Conill, E. M. (2008) Sistemas comparados de saúde. In: Campos et al. *Tratado de Saúde Coletiva*. HUCITEC/FIOCRUZ

Conill, E. M. (2021), Sistemas universais de saúde: o que a comparação com outros países nos informa? In: GEREMIA, D. S., and ALMEIDA, M. E., eds. *Saúde coletiva: políticas públicas em defesa do sistema universal de saúde* [online].

Chapecó: Editora UFFS pp. 84-106. ISBN: 978-65-86545-54-8. <https://doi.org/10.7476/9786586545562.0005>

Herzberg, F. (1966). *Work and Nature of Man*. Cleveland: World Publishing Company

Médici, A. C (2014) *Que será da saúde em 2014? O Caso da Europa e dos Estados Unidos*. IDISA- Instituto de Direito Sanitário Aplicado, Brasília

NICOLETTI, M. A. e FARIA, T. M. (2017) Análise comparativa dos sistemas de saúde brasileiro e britânico na atenção básica. *Infarma: Ciências Farmacêuticas*, 10.14450/2318-9312.v29.e4.a2017. pp313-327

T. M. dos, Soares, R. A. S., & Mendonça, A. V. M. (2016). Políticas e Sistemas de Saúde Ibero-americanos - uma análise comparada: Entrevista de Eleonor Minho Conill. *Tempus – Actas De Saúde Coletiva*, 10 (1), Pág. 09-15. <https://doi.org/10.18569/tempus.v10i1.1857>

Tanaka, O.Y. (2007) e Oliveira, V. E. Reforma(s) e Estruturação do Sistema de Saúde Britânico: lições para o SUS, *Saúde e Sociedade* v.16, n.1, p.7-17

The background features a dark silhouette of a human head in profile, facing left. The interior of the head and the surrounding space are filled with vibrant, swirling, and layered colors, including shades of orange, yellow, green, blue, and purple. The overall effect is dynamic and artistic, suggesting a complex, interconnected network of ideas or a digital landscape.

OITAVO ENCONTRO **Diálogos**

Textos do Oitavo Encontro

**Para uma democracia complexa:
à procura de soluções para a
área da educação e do futuro**

OITAVO ENCONTRO

As questões educacionais sempre fizeram parte das preocupações dos convivas reunidos nestes encontros cujo ambiente hospitaleiro, boa comida e uma paisagem soberba e repousante nem o próprio Platão desdenharia.

Aliás, a maior parte dos convivas está na carreira académica, em letras diversas sem dúvida, mas todas passíveis de se complementar no enfrentamento dos problemas. Além disso a velha amizade entre os convivas dá-lhes a excelente chave para abrir a porta das divergências e nos fazer entrar nos átrios da conjugação das ideias.

Foi assim que a temática da educação e o seu prometido papel de ferramenta do futuro foram alegremente atacados, e logo duas equipas se ofereceram para nos preparar os textos que seriam o suporte das nossas análises de grupo. Ainda por cima, o Dinis lembrou que os critérios do Modelo PARC apontam para a fecundidade de uma visão interdisciplinar e que decerto a educação do futuro a teria como base formativa nos seus diversos níveis. Mas nem este reforço seria necessário, todos sentíamos que as democracias complexas florescem nas sociedades do conhecimento e a educação é nestas um tema absolutamente nuclear.

Ah, a Diana também não se esqueceu de marcar presença neste começo, e trouxe para os olhos de todos o objetivo de sustentabilidade e desenvolvimento que na agenda da ONU foca este tema: ‘Garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, promover para todos oportunidades de aprendizagem ao longo da vida’.

*Duarte pediu à Irene que preparasse os cafés e lá megulhamos nós nas atividades que geraram os textos a seguir, **focados na procura de soluções para a área da educação e o futuro, nas democracias complexas.***

Esperamos que sejam igualmente interessantes para si, caro leitor.

Texto 1

As sociedades do conhecimento são sociedades aprendentes

A área da educação e da pesquisa científica não é fonte de tensões estruturais graves nas sociedades do conhecimento, até por ser uma área em que essas sociedades apostam. Não deixam, no entanto, de existir problemas que têm de se enfrentar, nomeadamente os que estão ligados ao desenvolvimento de atitudes próprias de uma sociedade complexa aprendente, como acentuou Kumpikaité (2007). Neste último estudo, focaremos a nossa atenção nas respostas que uma sociedade do conhecimento organizada como democracia complexa, precisa que o seu sistema educativo lhe dê. Para fornarmos uma ideia relativamente clara e precisa sobre o que será um sistema educativo capaz de dar essas respostas e preparar os cidadãos para um futuro que se avizinha a passos largos, passaremos em revista primeiro o conceito de sociedade aprendente e seus padrões de comportamento; em seguida, o que pode ser um sistema de ensino-aprendizagem multiforme articulado; finalmente as atitudes e processos de aprendizagem que nos podem preparar um futuro com qualidade de vida, afinal o critério último de avaliação do que procuramos construir.

O **primeiro postulado** que deve nortear a ação educativa nas complexas sociedades atuais é consolidar a consciência de que as sociedades do conhecimento são sociedades aprendentes. E são-no a todos os níveis, do individual ao institucional e coletivo:

- A partilha de conhecimento não é limitada pela proximidade geográfica nem pela diversidade social ou cultural, porque as tecnologias atuais oferecem muitas oportunidades de o buscar, arquivar e partilhar;
- A aquisição da competência pelos utilizadores é muito facilitada: em convergência com o valor dado à aprendizagem, a sociedade do conhecimento conduz à subida do nível cognitivo para a maior parte dos segmentos da população e a um mais amplo e sólido portfólio de competências, susceptíveis de ser aplicadas na prática social;
- A pesquisa e a aprendizagem são sistematicamente utilizadas para aumentar a componente informação e reduzir proporcionalmente as componentes matéria e energia, em todos os processos; consequentemente, o conhecimento de tipo científico tornou-se o capital mais importante nessas sociedades;

- A importância atribuída ao conhecimento científico³⁹ faz da pesquisa uma atividade nuclear e da inovação um valor cultural de grande peso. Mas nas economias atuais fortemente competitivas a inovação promovida tende a privilegiar as inovações tecnológicas focadas na lucratividade, em soluções operativas que as utilizam antes de mais para aumentar o domínio sobre os mercados e a consolidação de riqueza e poder.

Este viés no foco das inovações coloca em segundo plano, muitas vezes até no esquecimento, outras tecnologias, da área das Ciências Sociais e do Comportamento, e mesmo a Filosofia, focadas expressamente na melhoria do próprio potencial humano, em busca do desenvolvimento integral da pessoa e o aprimoramento das condições de vida da sociedade.

O **segundo postulado** recomenda que em toda a aprendizagem nas sociedades complexas se promova uma perspectiva multidisciplinar; e que a aplicação de qualquer ferramenta tecnológica à solução de problemas ou à produção de resultados obedeça a uma análise interdisciplinar. Só assim poderemos evitar que “a emenda seja pior que o soneto”, pelos efeitos perversos e destrutivos que acarrete para o ser humano. E o caminho desta perspectiva interdisciplinar é preparar os seres humanos para os desafios da complexidade do mundo atual e futuro, através de uma formação integral, que não se limite a preparar técnicos ultraespecializados numa só tecnologia, mas sim operadores humanos competentes e capazes de uma visão global e um raciocínio estratégico.

Tendo isto em atenção, os responsáveis pelas democracias complexas fomentarão os programas de pesquisa que aumentem o nosso conhecimento em toda a panóplia das ciências físicas, sociais e do comportamento, integrando as inovações técnicas e organizativas que forem surgindo, no âmbito desse conjunto de ciências, mas abrindo-o também à reflexão filosófica, em busca de um sentido cada vez mais humano, como lembrou o robô Jenkins, no romance de Clifford Simak: ao ser interrogado porque se

³⁹ Sabe-se que o conhecimento científico não é o único, existe em paralelo com outros cada um deles valorizado no contexto com que tem maior afinidade: *o conhecimento empírico, saber do senso comum; o conhecimento filosófico, a sabedoria das reflexões passadas e atuais quanto ao significado do existente e das nossas relações com ele; o conhecimento religioso, na sua vertente teológica ou na vertente mítica; o conhecimento estético, das artes, é o conhecimento do belo e das maneiras de o fazer aparecer; o conhecimento científico, assente no estudo metodologicamente orientado de áreas disciplinares com o seu rigor metodológico, seu nível de complexidade, e seus derivados de saber técnico (Marconi e Lakatos, 2003).*

dedicava tanto ao estudo dos filósofos, respondeu com a simplicidade infantil de quem quer entender as coisas: “é que eu desejo profundamente ser humano, e descobri que só posso ser humano, se estudar filosofia” (Clifford Simak, 1952).

O **segundo postulado** incita-nos, assim, a definir o problema nuclear da área da educação e do desenvolvimento humano, nas democracias complexas da sociedade do conhecimento:

Ajustar a resposta do ensino à necessidade de preparação das pessoas para um mundo de inovações tecnológicas no trabalho e na vida, e assim contribuir para salvaguardar o papel dos humanos numa economia extensamente assente em sistemas robóticos e de inteligência artificial; e atendendo a que se trata de sociedades de grande complexidade, a aprendizagem humana tem de se caracterizar pela diversidade e solidez das competências e atitudes adquiridas, e pela prática de uma análise científica interdisciplinar dos problemas enfrentados.

Texto 2

Como pôr em prática generalizada nas sociedades do conhecimento, um ensino inovador, eficaz para o futuro ?

As formas de aquisição de saber e competência que vão sendo postas em prática nas sociedades do conhecimento são extremamente variadas, seguem modalidades formativas diversificadas e obedecem a critérios de validação da aprendizagem muito diversos. Incluem-se nestas modalidades:

- inovações radicais, como a École 42⁴⁰, fundada pelo milionário francês Xavier Niel, para ajudar jovens a tornarem-se especialistas em IT e encontrarem emprego ou mesmo tornarem-se empresários eles próprios; cursos em plataformas online, sem contacto docente;
- programas de formação intra-empresa, orientados para competências muito específicas e contextualizadas;
- escolas *online*, em que o papel docente é apenas tutorial ou quase nulo, e o trabalho de aprendizagem está essencialmente a cargo de quem aprende;
- exploração de conhecimentos individualmente ou em grupo na internet;
- intervenções de influenciadores nas redes sociais.

Para se dotarem de um eixo articulador destas formas de aprendizagem, as democracias complexas têm, primeiro, de construir um sistema educativo cuja ação se oriente pelos dois postulados acima enunciados. Com base no primeiro postulado, o sistema educativo desenvolverá a capacidade de lidar com as várias modalidades de estudo e aprendizagem próprias das sociedades do conhecimento:

- estará pronto a acompanhar, sem preconceitos académicos, as suas atividades, a participar na avaliação objetiva de seus resultados, a fim de contribuir para

⁴⁰ O nome da Escola 42 foi escolhido com base na resposta à pergunta “qual é a questão última da vida?”, feita no romance *Guia do Mochileiro da Galáxia*, de Douglas Adams (). Trata-se de uma escola de programação, com tecnologia de ponta e currículo gamificado, na qual os estudantes aprendem essencialmente num trabalho de pares, em que não há a figura do professor, porque no dia a dia os estudantes são incentivados a tirar dúvidas e construir linhas de raciocínio entre si. A equipa pedagógica trabalha como curadora de conteúdos e construtora dos desafios que devem ser solucionados pelos alunos. Para aperfeiçoar competências na área das relações e do comportamento profissional, a Escola 42 oferece oficinas pedagógicas de empatia, comunicação não violenta e meditação, além de competências de resolução de problemas, criatividade, determinação e trabalho de equipa.

articular e validar as aprendizagens que através deles as pessoas conseguiram ao longo da vida;

- estará igualmente preparado para dialogar com os atores sociais e económicos, a fim de ter um registo seguro e tão completo quanto possível, das áreas e níveis de conhecimento a desenvolver prioritariamente, de modo a preparar cidadãos com as competências requeridas no presente e para construção do futuro;
- empenhar-se-a em obter o reconhecimento do seu papel de modelo de ação educativa, como exemplo vivo da prática de uma ação pedagógica que assegure, em todos os níveis de ensino - básico, médio, superior - a vivência da *aprendizagem experiencial*, a forma natural de aprendizagem nas sociedades do conhecimento.

Kolb (1984) demonstrou que a aprendizagem experiencial é o modo mais eficaz de aprendizagem de novos conhecimentos e competências. É ela que permite ao sujeito a verdadeira apropriação do saber conceitual, relacional e técnico, e sua passagem à prática. Porque a aprendizagem, como todo o comportamento, resulta da junção da percepção da competência a adquirir e da motivação para o adquirir; e é na aprendizagem experiencial que esta junção é mais clara e forte. Por isso, as instituições de ensino e seus professores têm de adotar as práticas pedagógicas que a asseguram: só assim se podem constituir como modelos e avalizadores dos processos de aprendizagem que proliferam em sociedades do conhecimento e que são, a seu modo, processos de aprendizagem experiencial, embora em geral não validados. Quais são, então, as características de um ensino conducente à aprendizagem experiencial defendida por Kolb?

O primeiro ponto a salientar é que, no processo de aprender, todo o novo conhecimento com que o sujeito se depara é confrontado com as referências que ele já tem e é testado face à experiência que elas lhe permitem vivenciar. Porque a aprendizagem é um processo de criação de conhecimento pela transformação das nossas experiências; e essa transformação resulta da transação entre a experiência subjetiva existente e a experiência vivida em que o novo conhecimento está incorporado. É na resolução deste choque de experiências que a aprendizagem acontece.

O segundo ponto a considerar é que aprender não é um processo meramente cognitivo: em maior ou menor escala, envolve todas as dimensões - cognitiva, emocional, operativa - do sujeito que aprende. É um processo holístico de adaptação à realidade que se capta por meio desse processo multidimensional da aprendizagem, no contexto mais ou menos complexo em que estamos inseridos. Assim, se quisermos levar alguém a

aprender, precisamos de ter em atenção todas as suas facetas e as facetas do seu contexto; ora os contextos das sociedades do conhecimento são naturalmente contextos de aprendizagem experiencial. Por isso, quanto melhor soubermos aproveitar as experiências desses contextos mais enriquecedora tornaremos a experiência aprendente dos estudantes⁴¹.

Coloca-se, então, uma questão decisiva: *como envolver os estudantes nesse processo de aprendizagem experiencial?*

Kolb considera que há quatro condições para isso, derivadas dos modelos científicos de aprendizagem de Piaget (1936; 1957; 1981), Dewey (1996), William James (1950), Pepper e Bruner (1986):

- **CE** – capacidade de entrar numa experiência concreta, de se envolver inteira e abertamente na experiência, sem a distorcer;
- **RO** – capacidade de observar e refletir, de analisar a experiência a partir de múltiplas perspectivas;
- **AC** - capacidade de conceitualização abstrata, de criar conceitos a partir da experiência concreta e das relações observadas entre diversos dados;
- **EA** - realizar experimentação ativa, ser capaz de passar à prática, de fazer o teste do conhecimento construído.

São estas quatro capacidades que fazem da aprendizagem experiencial o principal processo de adaptação humana, que não se confina ao ambiente escolar, mas ocorre em todos os ambientes humanos, da escola ao trabalho, dos laboratórios de pesquisa às relações interpessoais no espaço de qualquer supermercado: aprender é um processo ao longo de toda a vida.

Então a aposta de todas as instituições educativas terá de ser, antes de mais, tornarem-se contexto de experiências de aprendizagem positivas, na linha do que se mostra no quadro 17, que compara dois contextos e respetivas aprendizagens: com características contextuais facilitadoras de experiências positivas de aprendizagem (descrito na coluna da direita); com traços inibidores da aprendizagem experiencial positiva (explicitados na coluna da esquerda).

⁴¹ Lembramos aqui Paulo Freire, um dos mais lúcidos defensores desta atitude, em obras notáveis como: *Educação e mudança*. 30ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. *Pedagogia do Oprimido*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Quadro 17. Em busca do contexto facilitador da aprendizagem experiencial positiva

Contexto que tende a criar experiências de aprendizagem negativas		Contexto que tende a criar experiências de aprendizagem positivas
Que tipo de pessoas povoam o contexto?		
Pessoas dogmáticas, convencidas de que são donas da verdade		Pessoas com mente aberta, disposta ao debate de ideias divergentes das suas
Tendem a excluir aqueles de quem não gostam ou de quem discordam		Aceitam a diversidade, tendem a ser inclusivas, sem preconceitos
Pessoas que exibem autoridade, que procuram atitudes de aceitação conformista		Defendem o diálogo entre iguais, aceitam a divergência como potencialmente valiosa
Pessoas mais inclinadas a censurar que a aproveitar as propostas dos outros		Mais propensas a aceitar e procurar esclarecer que censurar
Pessoas predispostas a dar relevo aos aspetos negativos de qualquer situação		Pessoas predispostas a dar relevo aos aspetos positivos de qualquer situação
Pessoas sem motivação para aprender coisas novas		Pessoas muito motivadas para aprender coisas novas
Pessoas com medo de desagradar a quem parece importante		Pessoas educadas mas que afirmam frontalmente o que acham verdadeiro
Que informação circula no contexto?		
Pouca informação circulante, ausência de desafios intelectuais		Muita informação circulante, com muitos desafios intelectuais
Reduzida abertura cognitiva a outros contextos e visões do mundo		Grande abertura cognitiva a outros contextos e visões do mundo
Nível de interpretação dos factos: básico, simples, linear		Nível de interpretação dos factos: elevado, complexo, multifacetado
Análises e debates tendencialmente simplistas, carregados de atitudes emocionais e preconceitos		Análises e debates informados, com busca de dados objetivos sobre os problemas para soluções eficazes.
Relações interpessoais e sociais		
Interações interpessoais de fraca qualidade, superficiais		Interações interpessoais de grande qualidade, significativas
Interações interpessoais competitivas, não colaborativas		Interações interpessoais geralmente colaborativas, mesmo nos confrontos
Baixo nível de confiança na generalidade das relações		Nível de confiança elevado na generalidade das relações
Clima social conformista, de apatia		Clima de entusiasmo e alegria
Clima social de desânimo, sem confiança no futuro		Clima social ativo, dinâmico, empreendedor
Cautela excessiva nas interações, receio de desagradar		À vontade, relações descontraídas, educadas mas sem receios
Contexto físico		
Contexto físico desagradável e sem bem estar		Contexto físico agradável, criador de bem estar
Ambiente feio, sem qualidade estética		Ambiente bonito, com boa qualidade estética
Ambiente cansativo, em termos de mobilidade		Ambiente descontraído e com fácil mobilidade

Fonte: os autores

Como se sabe, nas sociedades atuais, os contextos de aprendizagem são múltiplos: temos primeiro a família, com o ambiente próximo que é o contexto e físico da habitação e o humano que é a vizinhança; em seguida o ambiente da primeira escola e amigos; depois o alargamento de horizontes humanos e físicos, com a diversificação das atividades e relações interpessoais e o contacto de modelos de pessoas e comportamentos variados; finalmente a entrada nos tempos, também muito variados, da vida adulta, desde o trabalho ao lazer.

Nestes contextos extremamente complexos, pela variedade de seus componentes e pela multiplicidade dos movimentos e dos atores que o integram, muito do conhecimento acedido nas modalidades de estudo e aprendizagem acima enunciadas pode ser mal assimilado ou erroneamente interpretado, sem que o estudioso tenha maneira de corrigir por si próprio essas falhas, com o devido rigor e prontidão. Porque uma condição é imprescindível, para usar a tecnologia de forma adequada: a aquisição da competência⁴² pelos utilizadores; e para isso, as instituições escolares e seu corpo docente, particularmente as instituições de ensino superior, precisam de adotar as atitudes criadoras de contextos facilitadores da aprendizagem experiencial. O quadro 18 mostra um esboço desses comportamentos e atitudes.

Quadro 18. Comportamentos do docente favoráveis à aprendizagem experiencial

Quem ensina põe de parte o modelo de ensino ‘de quem sabe para quem não sabe’: não se limita a ensinar o que cada disciplina contém, a procurar que o aluno fique a dominar esse conteúdo e a especializar-se nesse assunto.
Em vez disso, parte do contexto de vida de quem aprende, ajuda-o a entender os diferentes aspectos do problema em estudo, com base nas diversas disciplinas em jogo, e a aplicar o novo conhecimento aos contextos em que vive.
Utiliza métodos ativos no ensino, e técnicas pedagógicas avançadas mais capazes de estimular a aprendizagem; mas não se limita a isso; coloca o foco na visão interdisciplinar de temas e problemas, e procura levar o estudante a perceber a complexidade das coisas e como o saber conseguido pode gerar soluções sustentáveis para as pessoas e a sociedade.
Não dá excessivo relevo à autoridade de quem sabe nem tenta que os alunos vejam o professor como o modelo a copiar e cuja aprovação devem obter; dá mais valor a uma atitude igualitária, a ser capaz de se colocar em pé de igualdade e partilhar com seus alunos o esforço de aprendizagem. Consequentemente, estimula a autonomia dos alunos, dá-lhes liberdade para fazerem propostas e tentarem ser criativos; aceita com convicção o seu protagonismo nas aulas e trabalhos, no âmbito das normas existentes

⁴² O que é um cidadão competente e como os especialistas definem competência pode ser consultado acima na p. 32, qõnde se trata o conceito de cidadão competente.

Demonstra que *usar a tecnologia como instrumento de poder, para* vencer a competição que a vida nos impõe (a velha ideia de Darwin) é muito menos inteligente que *fazer dela um instrumento ao serviço da qualidade da nossa vida*, que é mais complexa que qualquer tecnologia específica.

Procura que os estudantes vivam a experiência de que a verdadeira meta do estudo é aprender a controlar o uso das tecnologias e não sermos controlados por elas; e fazer-lhes sentir que um clima social saudável é aquele em que todos são ajudados a atingir seus objetivos, esforçando-se para que sejam compatíveis com os do todo.

Vê a avaliação essencialmente como autoavaliação; o papel do professor é ajudar o aluno a ver com objetividade o nível que atingiu nas competências que se esforçou por adquirir. Mostra que a hierarquização dos alunos é algo secundário, ela só é necessária em processos de seleção.

Fonte: Adaptado de Parreira e Lorga da Silva (2016)

É claro que, para poder cumprir este objetivo, o sistema de ensino formal precisa de garantir o número suficiente de professores qualificados em todos os níveis de ensino, com preparação científica e pedagógica adequadas, com uma remuneração e carreira que os motivem para uma qualidade elevada e um alto desempenho. Serão professores cujo perfil não será mais o do professor que de vez em quando investiga, mas antes do investigador que ensina (Galego, 2018), ou, mais exatamente, o investigador que partilha a sua aprendizagem com a dos estudantes que querem aprender com ele. O quadro 19 mostra o perfil de competências requeridas para demonstrar na relação com os alunos as atitudes favoráveis a um processo positivo de aprendizagem experiencial.

É claro que, para poder cumprir este objetivo, o sistema de ensino formal precisa de garantir o número suficiente de professores qualificados em todos os níveis de ensino, com preparação científica e pedagógica adequadas, com uma remuneração e carreira que os motivem para uma qualidade elevada e um alto desempenho. Serão professores cujo perfil não será mais o do professor que de vez em quando investiga, mas antes do investigador que ensina (Galego, 2018), ou, mais exatamente, o investigador que partilha a sua aprendizagem com a dos estudantes que querem aprender com ele.

Consequentemente, o que a sociedade tem de fazer é articular com as instituições do sistema de ensino formal de todos os níveis, e principalmente as universidades, toda a produção social do conhecimento, sem portas fechadas ou poderes mal delimitados. E não é uma questão apenas do Governo, é de cultura: todas as instituições constitutivas do sistema de ensino têm de partilhar os critérios de qualidade da aprendizagem e aquisição de competências que a sociedade procura. Com efeito, toda a aprendizagem atual se apoia na investigação científica, realizada numa grande variedade de centros de investigação dos diversos ramos da ciência, focados em inovações científicas e tecnológicas, e suas

aplicações práticas. As instituições de ensino, nomeadamente as do ensino superior, participam neste esforço com seus centros de investigação, como a maneira mais eficiente de desenvolver nos cidadãos as competências que lhes permitirão responder ao desafio das inovações que proliferam no nosso presente e se perfilam num futuro que já bate à nossa porta.

Texto 3

O desafio das inovações que irão moldar o nosso futuro

As inovações que no passado revolucionaram os sistemas produtivos incidiram essencialmente em ferramentas e processos de produção de energia e de transformação da matéria. Sem que essas deixem hoje de ser importantes, assistimos atualmente à eclosão e desenvolvimento acelerado de sistemas baseados no processamento da informação e na ação inteligente sobre os recursos de energia, matéria e informação que costumamos utilizar. Esta mudança radical de foco tecnológico leva a que todos os dias surjam notícias de inovações em quase todos os campos da atividade humana, com destaque para as inovações no campo dos sistemas de Inteligência artificial (IA). Já não se trata de novos instrumentos que garantem mais rapidez, precisão e qualidade ao operador humano; trata-se de sistemas que fazem muito do que o operador humano está habituado a fazer. A desertificação do emprego humano é apenas um dos medos que hoje invadem os estudos sobre o destino dos que sustentam a sua vida pelo trabalho; um outro medo ainda maior é a possibilidade de chegar o momento de a espécie humana ser simplesmente substituída pelas ‘máquinas’, perdão, por sistemas mais inteligentes que nós.

Começando pelo trabalho pelas profissões humanas, especialistas de diferentes áreas científicas, reunidos no Fórum Econômico Mundial de 2016, chegaram à seguinte conclusão:

Quanto mais o raciocínio aplicável for linear, programável e previsível, numa atividade ou grupo de atividades, maior é a probabilidade de elas serem desempenhadas por sistemas de IA. Consequentemente, os humanos têm de estar preparados para modos de raciocinar e decidir complexos e não meramente lineares, para tomarem conta das atividades que requerem essas competências.

Essa era a visão em 2016; o que temos visto desde então é que as coisas não vão ficar por aí. Em 2019, o Forbes Technology Council enumera 13 áreas produtivas que serão rapidamente invadidas por sistemas de IA: a construção civil, a automação industrial e a distribuição, nomeadamente o retalho; a cibersegurança e o armazenamento de dados e processos; o cuidado de idosos e serviços de saúde, incluindo diagnósticos e saúde mental; o planeamento urbano, incluindo espaços, arquitetura e

mobilidade; a educação. E tudo leva a crer que a expansão destes sistemas vai acelerar a construção de uma economia fortemente baseada neles, o que será sem dúvida um desafio para o nosso modo de vida atual.

Numa entrevista que deu em 2023 sobre o que será o futuro, o administrador da Mercedes Benz imagina grandes mudanças positivas em todos os setores da sociedade:

- O programa Watson da IBM pode prestar aconselhamento legal (por enquanto em casos mais ou menos básicos) em poucos segundos, com uma precisão de 90%, enquanto os advogados humanos só atingem 70%. Consequências: menos advogados no futuro, só os especialistas se irão manter no mercado;
- Com os carros autônomos, não mais é preciso ter um carro: quando precisarmos, chamamos um carro por telefone; com a criação dos drones ou veículos autônomos, uma pizza, por exemplo, ou qualquer outra mercadoria poderá ser entregue em qualquer lugar;
- Por isso, os nossos filhos terão face ao carro próprio uma atitude muito diferente; como consequência, iremos ter menos 90-95% de carros em circulação, o que vai mudar drasticamente as cidades;
- A saúde sofrerá igualmente uma grande transformação: há empresas que irão construir um dispositivo médico (do tipo do "Tricorder" da série Star Trek), que funciona com o seu telefone e analisa 54 biomarcadores que irão identificar quase qualquer doença.
- Um robô, possivelmente, fará a triagem de uma pessoa em um hospital, de acordo com uma *check list* e o apoio de um banco de informações do usuário já cadastradas; haverá, também, robôs especializados em exames e cirurgias.
- Na educação, espera-se que 70% de todos os seres humanos possuirão um telefone inteligente: com base nele, todos terão acesso a uma educação mundial de alto nível;
- Com a evolução da realidade virtual, grande parte das rotinas de trabalho poderão ser realizadas em casa. Este avanço do *trabalho em casa* certamente reduzirá o espaço destas empresas a uma estrutura física mínima, muitas delas serão formadas por "pessoas em seus computadores" ligados em rede.
- Na agricultura, surgirão no futuro robôs agrícolas a preço acessível. Mesmo nos países atualmente menos desenvolvidos, os agricultores poderão tornar-se gestore da sua própria produção.

A entrevista mostra realmente uma visão mais ou menos catastrófica da mudança que atinge as sociedades atuais, uma mudança que ao entrevistado aparece como altamente positiva.

Mas a mudança pode não ser tão positiva

Kai-Fu Lee (2018), um dos grandes especialistas da IA, descreve as quatro ondas em que a IA está evoluindo e ocupando cada vez mais espaços: a IA de internet, a IA de negócios, a IA de percepção e finalmente, a IA autónoma. Cada uma delas utiliza o poder da IA de maneira diferente. As duas primeiras, diz Lee, já estão em nossa volta, remodelando os mundos digital e financeiro, de maneira subtil e progressiva. Sobre a IA de percepção, diz textualmente: “... está agora digitalizando nosso mundo físico, aprendendo a reconhecer nossos rostos, entender nossos pedidos e ‘ver’ o mundo ao nosso redor.”

A primeira onda, a IA da Internet, entra em nossa privacidade e controla os denominados “motores de recomendação”, passando a veicular, nos meios de comunicação que utilizamos, conteúdos cuidadosamente escolhidos para cada um. E isso leva as pessoas a passarem uma média de 74 minutos por dia nos aplicativos sugeridos, segundo pesquisas feitas pelos seus produtores.

A segunda onda, a IA de Negócios, aproveita os dados que fornecemos e são coletados por empresas como seguradoras, financeiras, hospitais, hotéis, etc. para alimentar novos algoritmos que selecionam dados importantes dos seus usuários. Nessa onda, entra a medicina virtual, com ações profiláticas e terapêuticas que substituirão parte do trabalho médico; o mesmo acontecerá no judiciário, dispensando trabalhos, hoje prestados pessoalmente. E no *American Express*, as decisões sobre produtos a criar para os vários segmentos de clientes passaram a ser geridas por sistemas IA, o que eliminou a discussão do assunto por gestores e suas equipes.

A terceira onda, a IA de Percepção, já está em franca penetração em todos os meios. Com essa nova onda, a IA consegue reconhecer e gravar imagens e sons, formando arquivos em que logo toda a humanidade estará catalogada. Com isso, a IA poderá fazer o que algumas vezes já vemos hoje: imagens de pessoas falando com o seu exato timbre de voz e mímica facial coerente, permitindo no futuro apresentar ofertas, feitas com a

voz de artistas ou de alguém influente, de artigos que já sabem ser da predileção do cliente.

A quarta onda será a da IA autônoma. Quando os sistemas de IA tiverem aprendido a ver e ouvir as pessoas, serão capazes de estabelecer parâmetros que as identificam, podem passar a definir comportamentos que correspondem às expectativas de cada pessoa. Esses novos robôs autônomos irão substituir, progressivamente, se nisso houver vantagem, operários e funcionários, proporcionando lucros bem maiores para os empresários que os possuem. Chegamos à conclusão que o desemprego massivo será a consequência desta evolução: as previsões indicam uma queda de mais de 50% dos empregos, em menos de 10 anos. Inclusive já existem instituições trabalhando em busca de soluções alternativas para o que poderá configurar uma catástrofe para toda a humanidade⁴³.

As previsões deste tipo costumam comprimir o tempo dos acontecimentos confundindo probabilidades e possibilidades, não avaliando de forma científica o ritmo de passagem do possível ao provável. Sem diminuir o interesse destas especulações, que afinal partem do mesmo fundamento de estudos assentes nos dados objetivos disponíveis, podem corrigir-se fantasias, introduzindo o tempo que os processos humanos demoram a consolidar resultados, e assim ajudando a preparar melhor o nosso futuro próximo. Isso é tido em conta em estudos como os que a seguir se apresentam.

Relatório *Jobs lost, jobs gained: Workforce transitions in a time of automation*

Este estudo, realizado pela McKinsey & Company em 2017, conclui que o mundo do trabalho vai sofrer uma grande mudança, com a automação de atividades resultante dos avanços tecnológicos em curso: o quadro 19 mostra tipos de trabalho que ficarão mais ou menos disponíveis para os humanos e as competências envolvidas.

⁴³ O conceito de catástrofe, na teoria de René Thom (1972), não significa necessariamente algo de desastroso, embora neste caso o possa ser. Significa essencialmente uma mudança de estado, que acontece de forma abrupta. René Thom visa criar modelos que a permitam prever e preparar respostas.

Quadro 19. Atividades mais e menos automatizáveis: competências em jogo⁴⁴

Atividades mais facilmente entregues a sistemas de IA	Atividades tendentes a ficar em mãos humanas pelas competências envolvidas	
Organização de crédito imobiliário	Jardineiros e cuidadores de Plantas em hortos	Flexibilidade de ação, resolver imprevistos criar laços com os outros; competências interpessoais e de comunicação
Assistência jurídica	Encanadores, reparação de problemas em casas	
Contabilidade	Cuidadores de crianças e idosos	
Preparar refeições rápidas (<i>fast food</i>) e com receitas-programa	Profissões da área de saúde, como médicos, enfermeiros e terapeutas em geral	Envolvem competências interpessoais e de comunicação, ajustamento de estratégia e tática e decisões complexas
Operação de máquinas	Gestão de pessoas e suas carreiras, assistentes sociais,	
Avaliações periciais	Empresários, gerentes e executivos nas várias indústrias	
Processamento de transações em <i>back-office</i> .		
	Especialista em segurança cibernética	Competências técnicas de nível elevado em IA; resolução de imprevistos, diálogo interdisciplinar
	Engenheiro de dados e em TI	
	Especialista em automação de processos de base IA	
	Especialista em robótica	

Fonte: os autores

Este quadro revela o papel decisivo de duas componentes fundamentais da nossa vida profissional, nas sociedades complexas de hoje: as atividades mais susceptíveis de se manter em mãos humanas, por diversas razões, desde vantagens de custo a exigências de resposta em que os humanos merecem mais confiança; e as competências que teremos de desenvolver, para nos mantermos nessas atividades.

O desafio das tecnologias de inteligência artificial e a Educação

Um outro estudo, realizado por uma equipa de investigadores ligados à UFF e ao ICT- Instituto de Ciência Tecnologia e Inovação Sustentável Global (Lehman, Parreira e Oliveira, 2021) mostra a percepção que uma amostra de professores têm das alterações que os sistemas de IA imporão às sociedades no futuro próximo e das competências que os professores precisam de desenvolver.

Alterações mais focadas:

⁴⁴ A study by the World Labor Organization (UN, 2023) highlights the conviction that AI will not end up greatly reducing future job opportunities. But it is advisable to maintain the attitude advocated in the film *Dune* (David Lynch, 1984): the best way for predictions and prophecies to be validated is to lay the foundations in the present so that the future conforms to them.

- *no modo de vida e na configuração das cidades;*
- *na redução substancial do emprego de rotina, mas alguma também do emprego*
- *na profissão docente, a redução do emprego é percebida como menor; mas a ideia de que os sistemas de IA irão ser muito usados em estudo autónomo pelos estudantes e de que vão alterar muito o perfil de competências do professor tiveram pontuações muito elevadas neste estudo.*

O quadro 20 mostra, em síntese comparativa, as competências identificadas como essenciais nos dois estudos referidos e num terceiro, divulgado pela Revista Forbes. Pode ver-se que os resultados são notoriamente coincidentes.

Quadro 20. Listagem das competências essenciais para o futuro, em três estudos

Competências identificadas no estudo de Parreira, Lehmann e Oliveira (2021)	Competências no estudo de McKinsey (2017)	Competências no estudo citado em Newsletter de Forbes (04.09.22)
Competências técnicas		
competências de pesquisa	Competências técnicas de alto nível	Curiosidade intelectual
Atualização dos saberes	Competências de aplicação digital nas diversas áreas	Adaptabilidade no trabalho na economia gig
	Computação científica	criatividade
	Competência de desenvolver sistemas de IA.	Criar marca e sustenta-la
Competências estratégicas		
Compreender a realidade	Competência estratégica	Saber gerir o tempo
Competências emocionais	Decisões complexas	Cuidar de si próprio física e mentalmente
Competências de liderança	Flexibilidade de ação	Competências de liderança
Competências de decisão	Resolver imprevistos	Decisões omplexas
Raciocínio complexo	Pensamento crítico	Pensamento crítico
		Inteligência emocional
Competências interpessoais		
Competências interpessoais	Competências interpessoais	Comunicação interpessoal ouvir e persuadir
Construir relações positivas e verdadeiras	Diálogo interdisciplinar	Trabalhar em equipa
Saber lidar com a diversidade de pessoas		Saber lidar com a diversidade
Gerir de forma inteligente divergências e conflitos.		Saber integrar as mudanças
Atitudes fundamentais		
Atitudes éticas		Ética integridade
Senso estético		

Fonte: os autores, com base nos textos citados

Os quadros anteriores revelam o papel decisivo que o sistema educacional das sociedades do conhecimento é chamado a desempenhar: não só haverá uma quantidade enorme de trabalhadores para quem a reciclagem profissional no meio da carreira será extremamente importante, como deverá responder a um desafio crítico para todos, mas principalmente para os jovens adultos: desenvolver ao longo da vida competências com foco no mercado e na necessidade de talentos capazes de responder aos desafios de adaptação e produtividade que se farão sentir.

O primeiro passo para responder a essa desafio será pôr em prática a ideia de que temos vantagem em aprender a trabalhar com os sistemas de IA, já que os estudos mostraram que equipas mistas de humanos e sistemas de IA conseguiram resultados melhores do que os obtidos por equipas só robóticas ou só humanas (KLUMPP, M., *et al.*, 2019; WOO e KUBOTA, 2016). E a própria DARPA (*Defense Advanced Research Projects Agency*) tem programas nesse sentido, além de procurar construir algoritmos que, além de se aproximarem dos modos de decidir humanos, facilitem a interação com os operadores humanos e respondam às suas preocupações (DARPA, 2023). Há, por isso, toda a vantagem em desenvolver nas pessoas as competências essenciais colocadas em relevo nos estudos acima citados: muitos estudiosos acreditam serem elas as mais favoráveis para que os humanos, possam realmente colocar os sistemas de IA ao serviço da humanidade.

Mas, além das competências enunciadas, um sistema educatquivo complexo terá de desenvolver uma atitude bem definida de enfrentamento de novas realidades, que vão surgindo muitas vezes de forma caótica, como Doyne Farmer (2024) salientou numa obra que é síntese de seus contributos sobre gestão da complexidade das economias atuais. É uma obra que segue as linhas mestras do Paradigma do Raciocínio Complexo, incluindo os conceitos da teoria do caos, para entender a complexidade das economias atuais, e com isso nos adaptarmos criativamente a essas economias. Farmer chama a atenção justamente para os efeitos perversos de uma teoria económica que ignora a interdisciplinaridade e por isso propõe soluções que esquecem variáveis pertencentes a outras áreas científicas, como a Psicologia e a Sociologia, adotando em vez disso abordagem de orientação monodisciplinar que conduz à incerteza de muitas previsões e a soluções carregadas de efeitos perversos, como Farmer salienta. Então o caminho a seguir é a procura de soluções de um nível mais ajustado à complexidade dos sistemas e dos problemas a resolver.

Para sermos capazes de situar as nossas decisões e soluções a esse nível, será importante aliarmos ao esforço educacional que acima apontámos a criação de uma cultura de confiança como a melhor forma de avançarmos com eficácia nas mudanças que enfrentamos.

Texto 4

Uma cultura de confiança e seu papel num mundo extensamente assente em sistemas de IA

A questão da confiança é nuclear no domínio das relações múltiplas e complexas que têm de ser estabelecidas na sociedade do conhecimento. Na primeira parte deste trabalho, foi defendida a ideia de que quanto mais uma sociedade assente o seu comportamento na informação, menos precisa de usar o instrinmento poder para se organizar e regular o comportamento dos cidadãos.

Isso significa que para sermos efetivamente cidadãos da sociedade do conhecimento, o primeiro passo é adquirirmos e desenvolvermos as competências enunciadas nos quadros de 19 e 20, que nos incitam a aumentar a nossa flexibilidade cognitiva, subir o nosso nível de conhecimento da realidade e de raciocínio interdisciplinar, regular as nossas emoções e agir com a objetividade maximamente enriquecida do paradigma do raciocínio complexo. Construir uma cultura de confiança será o eixo nuclear para o bom funcionamento destas sociedades e o contexto adequado para nós próprios nos tornarmos cidadãos competentes e enfrentarmos sem grande ansiedade o desafio de viver e trabalhar numa economia assente em sistemas de IA e robóticos.

Ante a expansão acelerada dos sistemas de IA e robóticos (e uma investigação realizada pela Microsoft e a rede LinkedIn revelou que 75% de trabalhadores já usa sistemas de IA no seu trabalho, mas evitam dizê-lo, com medo de serem despedidos), é essencial sermos capazes de optar por uma atitude adequada ao fenómeno da expansão dos sistemas de IA. E temos três atitudes alternativas:

- **Uma atitude de passividade**, à espera que a expansão desses sistemas não nos atinja, por qualquer medida milagrosa que alguém há-de tomar, não se sabe bem como; ou por se acreditar, com base em alguns estudos de que a percentagem dos empregos a serem entregues a sistemas de IA será reduzida. Tratar-se-ia, portanto, de um problema menor.
- **Uma atitude de luta** contra a invasão desses sistemas, tentando a todo o custo impedir a sua expansão nas atividades produtivas, à semelhança do que fizeram

os *luddistas*⁴⁵, no alvorecer da idade industrial: seria uma luta de trincheiras, uma guerra perdida, como a História mostrou em relação às do passado.

- **Uma atitude de investimento no esforço de entender o problema**, em suas várias dimensões, usando até a própria IA para agilizar os estudos necessários à descoberta de soluções mais inteligentes. É uma atitude que nos pede para desenvolvermos as competências enunciadas nos quadros 19 e 20, como o primeiro passo decisivo tomar; e no tocante à questão da confiança, construir uma cultura de confiança, como o suporte mais sólido para a escolha das atitudes e comportamentos adequados.

A confiança é um construto, com múltiplas formas que os autores têm colocado em relevo. Pode assumir múltiplas formas e resultar de diferentes situações: pode ser pública ou privada, sub ou sobre-estimada; pode traduzir um compromisso moral ou ser o resultado de um simples arranjo de circunstâncias ou conveniências; pode funcionar como um bem público, uma “riqueza escondida” (Halpern, 2010) ou, na sua ausência, constituir-se como um verdadeiro “imposto invisível” (Fukuyama, 1995). Aparece como potenciadora da cooperação e necessária à comunicação eficaz, passando a ser percebida como um «lubrificante» que facilita o caminho para operações eficientes (Arrow, 1974); e, ao aumentar a previsibilidade (Luhmaan, 1979; Williamson, 1993; Powell, 1996), reduz as complexidades muito mais rápida e economicamente do que outros modos de lidar com a vida organizacional e coletiva em geral.

Dada esta multiplicidade de facetas, os autores que se dedicaram ao estudo do tema esforçaram-se por definir as suas várias dimensões, tentando estabelecer a utilidade de cada uma em situações específicas. Nooteboom (1996) e O’Hara (2010) afirmam que toda a confiança tem uma base racional e emocional (enquanto ato de «fé»), já que o

Homem vive num ambiente de “incerteza radical”, um “ambiente de informação imperfeita ou «incompleta””. Propoem ainda que se diferenciem duas grandes dimensões: *trust* (atitude de confiança sentida) e *confidence* (*creditação*, nível de confiança calculado); e, perante uma certa tendência a fundir os dois termos, lembram o provérbio alemão - *Vertrauen ist gut, Sicherheit noch besser* (confiar é bom, ter a certeza é melhor),

⁴⁵ O Ludismo (ou luddismo) foi um movimento de trabalhadores ingleses do ramo de fiação e tecelagem, ativo nos primórdios da Revolução Industrial- Notabilizou-se pela destruição de máquinas como forma de protesto. O termo deriva de Ned Ludd, personagem fictícia, criada para difundir o movimento entre os trabalhadores. O ludismo não foi um fenómeno exclusivamente britânico, tendo sido registrados movimentos semelhantes na Bélgica, na Renânia e na Silésia.

para distinguirem o efeito dos estados cognitivos e emocionais do construto. Burt e Camerer (Ronald Burt, 1987; Colin Camerer, 1998) lembram também que uma coisa é a ‘cooperação forçada pelos fatores de contexto’ e outra a ‘cooperação fundada na confiança’. Yamagishi, Cook, e Watabe (1998) finalmente, reforçam a distinção entre ‘confiança’ e ‘segurança’, insistindo, com Nooteboom (2002) e Putnam (2001) na distinção entre ‘confiança nas competências’ e ‘confiança nas intenções’ de alguém, acreditando que é a junção das duas que realmente permite confiar em alguém.

Com base nestes autores, propomos-nos definir as duas modalidades que a confiança pode assumir numa relação individual ou organizacional:

- a) *A confiança como atitude, assente na expectativa emocional criada numa relação.*
- b) *A confiança como creditação ou credenciação*, com vários níveis de certeza, assentes na probabilidade avaliada de determinado comportamento;

O primeiro tipo de confiança é mais emocional e é essencialmente dicotómica (ou se tem ou se não tem), e nasce diretamente de experiências de relação, que por natureza são holísticas; o segundo é de ordem mais cognitiva e admite diversos níveis, mensuráveis, de segurança.

O construto *confiança* será uma ferramenta útil, se soubermos caracterizar o tipo de ator com o qual estamos estabelecendo uma relação:

- se um ator que pode ser definido como sujeito, com emoções, motivações e objetivos vinculados à construção de um destino pessoal, como nós, o modelo de interação adotado será o da *confiança como atitude*;
- se, em contrapartida, for ou um ator cujo comportamento é determinado por programas pré-estabelecidos, enfrentando rigorosamente, com base nesses programas, os problemas que a interação lhe coloca, o modelo a seguir será o da *confiança-creditação*.

O primeiro tipo de confiança (*alínea a*) - a confiança como atitude, assente numa relação intersubjetiva - é característico dos contextos interacionais humanos: é percebida como um todo: e que está ou não presente na cultura as interações acontecem. Na interação com sistemas de IA, este tipo de confiança só teria sentido, se o sistema IA tivesse uma identidade de sujeito, de pessoa, consciente de motivações e objetivos próprios, motores de um destino autoconstruído.

Mas os sistemas atualmente em acelerado aperfeiçoamento tecnológico e científico, que constituem a quarta onda de IA, na expressão de Kai-Fu Lee (2018), ou o superciclo tecnológico, na de Amy Webb (2024) não possuem ainda esta condição de sujeito; e não sabemos se algum dia construiremos sistemas desses. A nossa confiança neles é necessariamente do segundo tipo, pelo menos por enquanto: uma **confiança-creditação**, com dois níveis interligados: o **nível tecno-científico**, especificamente a cargo de especialistas; e o **nível do utilizador**, muito mais subjetiva, porque baseada na probabilidade de obter. É, por conseguinte, um tipo de confiança sempre mesurável e sujeita a revisões, com base nos resultados da medição.

A confiança do tipo **confiança-creditação** é, portanto, claramente a recomendada na interação com os sistemas de IA⁴⁶. E o nível da creditação a atribuir assenta nos dois pilares referidos:

- O primeiro pilar é a qualidade do algoritmo que elabora as respostas e define que problemas está preparado para resolver e em que contextos pode atuar com eficácia. É uma dimensão apenas avaliável por especialistas competentes, capazes de avaliar as estruturas e processos do sistema, por meio de testes específicos para isso.
- O segundo pilar tem como base o comportamento do sistema IA que é visível aos utilizadores. Embora seja uma crença bastante difundida de que máquinas não falham, ao contrário dos operadores humanos (*errare humanum est*)⁴⁷, a confiança em jogo continua a ser de creditação, porque a sua base é a avaliação dos resultados observados. Por isso, a solidez deste tipo de confiança tem sempre como pressuposto o recurso a especialistas em IA, para as avaliações técnicas que forem necessárias.

Este é o primeiro benefício de uma cultura de confiança bem informada e, consequentemente, apta a escolher o tipo de confiança para cada situação; mas não é único, os fatores que constroem a cultura de confiança também facilitam a aprendizagem

⁴⁶ Investigadores do *Centre for the Future of Intelligence*, Univ. Cambridge, alertaram para os problemas das interações com avatares de entes queridos falecidos, criados com recurso a estas tecnologias. „Esses avatares podem parecer aos familiares, principalmente crianças, como se a conversa fosse mesmo com o sujeito real. Os cientistas alertam para os perigos éticos e psicológicos desta confusão ontológica.

⁴⁷ Provérbio latino: errar é próprio do Homem.

e aperfeiçoamento das competências que asseguram a sustentabilidade de profissões importantes para a qualidade de vida dos humanos, numa economia profundamente apostada na utilização de sistemas de IA e robóticos.

Os passos já recomendados acima podem nos ajudar a lidar eficientemente com esse tipo de organização socioeconómica, na suposição de que a redução do trabalho humano não seja tão violenta como a receada por Harari (2018): chega a afirmar que os bebés de hoje entrarão para o reino dos inúteis na economia de amanhã. Supondo que Harari está enganado, então há vantagem em aprender a trabalhar com os sistemas de IA, pois já sabemos que equipas mistas de humanos e IA conseguem resultados melhores do que os obtidos por equipas só robóticas ou só humanas.

Mas, e se as coisas não correrem a nosso gosto e o emprego ficar mesmo reduzido a 20 ou 30% do que é hoje?

Não teremos outro remédio senão começar por ter bem presente o desiderato de Harari (2018), expresso nos seus escritos e entrevistas sobre o tema:

Para enfrentar as rupturas económicas e tecnológicas sem precedentes em curso neste século, é preciso desenvolver com o máximo de rapidez novos modelos económicos e sociais, guiados pelo princípio de proteger os humanos, não os empregos... O nosso foco deve ser a proteção das necessidades das pessoas, do seu bem estar e seu status social.

Esta é uma atitude que tem de fazer parte do núcleo da cultura vivida nas futuras sociedades do conhecimento. Ela será uma barreira necessária contra a divisão da Humanidade em duas grandes classes: a dos senhores, donos e administradores das futuras tecnologias, vivendo como deuses em suas cidades protegidas⁴⁸; e a dos servos, prisioneiros de suas vidas precárias, cheias de lacunas e problemas, e extensamente controladas pelos tais deuses. Para evitar a situação descrita em Zelazny, teremos de traduzir a proposta de Harari em ações interventivas capazes de a concretizar; e uma cultura de confiança é o fator decisivo para a concretização de ações decisivas nesse sentido, como as que a título de exemplo se esboçam a seguir, no sentido de alimentar um debate exploratório com os leitores e entre eles.

⁴⁸ Zelazny, R. (1967) *Lord of Light*, NY: Doubleday Publishers. Esta saga de ficção científica conta a história da colonização de um planeta distante, tendo a humanidade ficado dividida em dois grandes grupos: os humanos que tomaram conta de toda a ciência e tecnologia e se assumiram como deuses do panteão hindu, vivendo numa cidade celeste, por eles programada e protegida. Como esses deuses, iam controlando os simples humanos espalhados pelo planeta e impedindo evoluções do conhecimento que os pudessem ameaçar.

Sugestões para a qualidade de vida numa economia de baixo nível de emprego para humanos

Se, como Harari e outros temem, o volume do emprego se reduzisse a 20 ou 30% do que hoje existe, a quantidade de pessoas sem a possibilidade de acesso à riqueza através do emprego cresceria para números difíceis de imaginar. É por isso, premente refletir sobre os modos de enfrentar esse fenómeno, já que sabemos que o seu impacto sobre o nosso modo de viver será esmagador. E sabemos também que sempre mais vale prevenir do que remediar, porque será muito improvável conseguir remediar o que nos esmaga. Por isso, todas as sugestões são aceitáveis, mesmo quando não passam de pequenas aberturas para alívio de pesos que nos oprimem.

Uma primeira ação ação, preventiva, será analisar o contributo das várias facetas do trabalho para quem somos e da manutenção da nossa qualidade de vida: não só como meio de acesso à riqueza socialmente produzida, como fator aceitável de ocupação do tempo, de atribuição de significado à nossa vida, como contexto de relações pessoais, para nomear só as principais.

Por isso, não se pode pensar apenas em atribuição de uma renda uniforme de sobrevivência para as pessoas que ficarem fora do mercado de trabalho. Elon Musk afirmou no Vivattech Paris (Maio,2024) que:

Num cenário benigno, provavelmente nenhum de nós terá um emprego. Se quisermos trabalhar como ‘hobby’, pode ser, mas o que todos teremos, segundo ele, é um ‘alto rendimento universal’ com que podemos adquirir bens e serviços. O nosso grande problema será “*Se os computadores e os robôs conseguem fazer tudo nmelhor, então... Será que a minha vida tem um propósito?*”

Têm de se estudar as múltiplas condições criadas, para se conceberem intervenções à altura da complexidade dos problemas. **Uma segunda ação preventiva** será ampliar a opção de ir reduzindo o tempo de trabalho semanal humano, primeiro para a semana de quatro dias, como já se vai experimentando hoje, e depois ir estendendo a solução aos empregos em que será mais apropriada.

As sugestões apresentadas a seguir têm justamente a ver com a complexidade do problema.

Intervenções ligadas a despedimentos massivos, que fariam parte do panorama económico criado pela expansão dos sistemas IA e robóticos), gerando grandes volumes de trabalhadores no desemprego (designaremos estes de categoria 1):

3. **Primeira ação: a secretaria do Ministério do Trabalho que tiver a seu cargo os problemas de emprego** receberia das empresas que realizassem um despedimento coletivo os dados profissionais dos trabalhadores despedidos. Os dados sobre os trabalhadores seriam o mais completos possível: dados demográficos; habilitação escolar e qualificação profissional; razões pelas quais a empresa dispensou os trabalhadores; informação para o trabalhador contactar o Instituto do Ministério encarregado do emprego.

Os técnicos de gestão de recursos humanos e psicólogos do Instituto estudariam as medidas de apoio a implementar. Independentemente da variedade dessas medidas (e elas seriam estudadas para cada situação), há algumas que necessariamente fariam parte do pacote de apoio a estes trabalhadores:

- **O salário anteriormente ganho seria mantido**, mas passaria a ser definido como **salário-estudante**, dado que a sua manutenção estaria vinculada à frequência de programas formativos, especificamente desenhados para aquisição/desenvolvimento das competências que lhes permitiriam concorrer a um novo cargo em empresas à trabalhadores com essas novas competências.
- Aqueles que, devido à idade atingida ou outro fator permanente, não conseguissem ser reorientados, num prazo aceitável, entrariam para a **categoria de aposentado**, com pensão correspondente à que receberiam por tempo completo de serviço.
- Ninguém poderia ser incluído sem seu consentimento na **categoria de aposentado**.

2. **Segunda ação: Intervenção com pessoas adultas ainda nunca empregados ou só com trabalhos precários, ocasionais** (designados categoria 2)

- a) Integrariam esta categoria os jovens e os adultos que já tomaram a decisão de entrar para o mercado de trabalho, mas ainda não o conseguiram, continuam à procura e vão fazendo eventualmente trabalhos precários, ocasionais, sem contrato permanente.

- b) Estes candidatos a trabalho/emprego permanente seriam incentivados a entrar em contacto com o referido Instituto de Emprego para, em momento adequado, entrarem para a categoria de trabalhadores-estudantes.
- c) Entrando nesta categoria, receberiam o salário-estudante (de montante fixado pelo Ministério) e seriam integrados num programa formativo de um instituto público ou privado, aprovado pelos Ministérios do Trabalho e da Educação, até desenvolverem competências que lhes dariam acesso ao novo mercado de trabalho, como empregados ou como empreendedores.
- d) Os contactos que tenham com empregadores, nos anteriores trabalhos precários seriam mantidos e mesmo incentivados, como potencial porta de entrada para um mercado de trabalho mais sustentável.

A conjugação dessas situações com a condição de salário-estudante será naturalmente regulamentada e negociada com as instituições envolvidas.

- e) Também na categoria 2, o percurso de algumas pessoas pode desembocar, mais tarde ou mais cedo, na *categoria aposentados*, após decisão conjunta do interessado com o órgão competente do Ministério do trabalho e da Segurança Social. A remuneração dos aposentados deste grupo seria baseada em critérios tão próximos quanto possível dos seguidos nos da categoria 1. Repetimos, porém, que a entrada para a *condição de aposentado*, suportada pela Sociedade, seria sempre decidida depois de bem avaliada com os envolvidos (os órgãos do Ministério e o próprio interessado).
- f) A categoria de aposentado não impedirá em nenhuma circunstância que o aposentado realize trabalhos pagos ocasionais. Se o trabalho se transformar em emprego permanente, o Instituto de Emprego contactará o interessado, para explicar que, no imposto cobrado, a parte relativa ao emprego conseguido reverterá para capitalização do fundo garantidor da viabilidade das aposentadorias.

3. Terceira ação: Despertar empreendedores:

Nas sociedades do conhecimento do futuro, a aposta no surgimento de empreendedores é fundamental, porque os empreendedores estão na espinha dorsal da futura Economia. Os candidatos a empreendedores surgiriam

fundamentalmente nos trabalhadores-estudantes da categoria 2 , formando uma categoria própria, que podemos designar de **categoria 3**.

A diferença em relação aos seus colegas, estaria na frequência do tipo de programa formativo em que se inscreveriam: ***um programa de formação de empreendedores*** (também público ou privado e aprovado pelos dois Ministérios acima referidos).

Os programas de competências de empreendedor, a frequentar pelos candidatos, poderia ter algumas diferenças no currículo, mas o núcleo central de todos eles visaria desenvolver as competências mais necessárias ao êxito do empreendedor:

- *Curiosidade intelectual, atualização permanente de conhecimentos*
- *Criatividade, capacidade inventiva*
- *Pensamento crítico, raciocínio complexo* *Habilidades técnicas de alto nível, computação científica, capazes de desenvolver sistemas de IA*
- *Adaptação à economia GIG*
- *Resiliência, coragem, autonomia.*

Mas o sistema educativo não se confina à formação de técnicos capazes de responder à procura de talentos pelo mercado de trabalho; sua missão alarga-se à formação de cidadãos competentes, habituados a ver a realidade com base no paradigma do raciocínio complexo. E quem melhor que os jovens empreendedores poderá encarnar a ideia de cidadãos competentes, capazes de se tornarem os líderes evoluídos de um futuro focado na melhoria da qualidade de vida das sociedades humanas?

- *Seriam cidadãos fortemente motivados para um alto nível de desempenho em toda a sua atividade, mas com a consciência de que um alto nível de desempenho exigirá um alto nível de competência nas atividades em jogo;*
- *Teriam plena consciência de que a perspectiva da complexidade inclui uma atitude ética profunda: o empreendedor da sociedade do conhecimento assume-se como sujeito ético, a ética é um pilar da sua identidade, em todos os seus atos;*
- *Por isso estará sempre motivado pelo objetivo da sustentabilidade em todos os projetos, no âmbito de sua autonomia de ação e decisão.*

Podemos finalizar o texto com este tópico, a visão positiva de um empreendedorismo sustentável, alfobre de líderes para as sociedades do futuro.

Coda

As intervenções sugeridas são um passo a subir, na ladeira do debate quanto às medidas a tomar para concretizar o pedido de Harari: proteger os humanos, não o emprego. Pode ser o primeiro de muitos passos que dêem corpo às palavras de Antonio Machado Ruiz na sua obra *Cantares*: **“Caminante no hay camino, se hace camino al andar”**.


Mas nenhum trabalho que se aventure pela complexidade dos temas ou dos problemas se pode dar verdadeiramente por terminado. Na verdade, ele é apenas um caminho que se vai abrindo em conjunto, com mais ou menos acerto, sempre em busca, não de uma resposta final, mas de respostas que se possam ir somando, até uma realidade em que nos sintamos melhor, no plano individual e coletivo. Para o irmos encontrando, estamos convencidos de que são cruciais duas atitudes: aprender sempre, não nos deixarmos embriagar pela soberba de eventuais sucessos; e termos a humildade de quem está consciente de que nunca se abarca toda a complexidade do real. Só o vamos vislumbrando à medida que damos passos enraizados nos que já foram dados, como o lavrador que vai enxertando novos galhos, à espera de frutos que sejam um pouco mais saborosos. Poé isso, se estas reflexões derem a alguém um pequeno sabor de vida, a equipa que tem vindo a construí-las sentir-se-á realizada.

Referências

- Adams, Douglas (1979) *The Ultimate Hitchhiker's Guide to the Galaxy* N York: Del Rey Books
- Clifford Simak (1952) *City*. N. York: Gnome Press
- Amy Webb (2024) *Tech Trends Report: Technology Supercycle. What's that? Why could it obliterate your business? (Or save it?)*
- Arrow, K. (1984). *The limits of organisation*. New York: Norton.
- Bruner, J.S. (1986) *Actual Minds, Possible Worlds*. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard university press.
- Burt R. (1987). Social contagion and innovation: Cohesion *versus* structural equivalence. *American Journal of Sociology*, 92, 1287-1335.
- Camerer C. e Vaspsalainen, (1988). The economic efficiency of organizational culture. *Scientific Management Journal*, 9, 15-126.
- David Linch (1984) *Dune., filme de ficção científica*, baseado no romance de Frank Herbert (1965). *Duna*. São Paulo: Aleph.
- Dewey, John (1996), *The Collected Works of John Dewey, 1882–1953: The Electronic Edition*, Larry A. Hickman (ed.), Charlottesville, Va.: InteLex Corporation, *disponível online*.
- Evaldo D'Assumpção (2023), reflexão publicada na Vatican News de 19,08.23
- Farmer, J. Doyne (2024) *Making Sense of Chaos - A Better Economics for a Better World* Londres: Penguin Books.
- Fukuyama, F. (1996). *Confiança. Variação internacional de valores*, pp. 97-118. Lisboa: Gradiva-Publicações Lda.
- Galego, C. (2018). *Reconfiguração da profissão académica em Portugal e Espanha: do professor que investiga ao investigador que ensina*. Comunicação apresentada na II Conferência Internacional de Educação Comparada: *O Professor do Século XXI em perspetiva comparada: Transformações e Desafios para a construção de sociedades sustentáveis*, Universidade da Madeira, Portugal, de 29-31 de janeiro.
- Gomes, Elisabeth (2015). Gestão do conhecimento: definição conceitual, múltiplos usos e interpretações. In: *Jornada de Prospecção Tecnológica e Gestão do Conhecimento: tecnológica – uma tentativa de visão sistêmica*, 1, 2002, Disponível em: <http://www.cgee.org.br/arquivos/pro0202.pdf>. Acesso em: 09 abr de 2015.
- Halpern, D. (2010). *The hidden wealth of nations*. Cambridge: Polity Press.
- Harari, Y. Noah_ (2018) *21 Lessons for the 21st Century* Publisher: Spiegel & Grau,
- James, William (1950). *The Principles of Psychology*. New York: Dover

- Katz, R.L. (1974), “Skills of an effective administrator”, *Harvard Business Review*, Vol.52 No. 5, pp. 90-102.
- Kolb, D. (1984) *Experiential learning – Experience as the source of learning and development*. Englewood Cliffs, N. Jersey: Prentice Hall
- Klumpp, M. ; Hesenius, M.; Meyer, O.; Ruiner, C. & Gruhn, V. (2019) Production logistics and human-computer interaction: state-of-the-art, challenges and requirements for the future. *International Journal of Advanced Manufacturing Technologies*, [s. l.], v. 105, p. 3691-3709, 2019. <https://doi.org/10.1007/s00170-019-03785-0>
- Kumpikaitė, V. (2007) Human Resource Development in the Knowledge Society. *Ekonomika ir vadyba: aktualijos ir perspektyvos*. 2007. 2 (9). 122–127. Kaunas University of Technology.
- ILO (,ONU, 2023) Relatório sobre o futuro do emprego, face à expansão da IA.
- Lee, Kai-Fu (2018): *AI Super Powers – Cina, Silicon Valley and the new world order*. N.Y.; Houghton Mifflin Harcourt
- Parreira, A., Lehmann, L. & Oliveira, M. (2021) O desafio das tecnologias de inteligência artificial na Educação: percepção e avaliação dos professores. *Ensaio: Aval.Pol.Públ.Educ.*,Feb 22, 2021 pp 975-999 ISSN 0104-4036 <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362020002803115>
- Linch, David (1984) *Dune*, Universal Pictures (filme épico de ficção científica, baseado no romance *Dune* de Frank Herbert .
- Luhman, N. (1995). *Social systems*. Stanford: University Press.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. V. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas.
- Mckinsey Global Institute (2017, December 6). *Jobs Lost, Jobs Gained: Workforce Transitions in a Time of Automation*. MGI-Jobs-Lost-Jobs-Gained-Report-December-6-2017.pdf
- Misztal, Barbara (1996) *Trust in Modern Societies: The Search for the Bases of Social Order* Cambridge, Mass. : Polity Press.
- Morin, E. (1994), *La Complexité Humaine*, Paris: Flammarion
- Nooteboom, B. (1996). Trust, opportunism and governance. *Organization Studies*, 17(6), 985-1010.
- Nooteboom, B. (2002). *Trust: forms, foundations. Functions, failures and figures*. Cheltenham: Edward Elgar Publishers.
- O’Hara, K. (2010). *A general definition of trust*. Cambridge: Icon Bookse

- Parreira, A. e Lorga da Silva, A. (2016) Educação para a sociedade do conhecimento: Dois paradigmas pedagógicos em confronto. *Atas do Primeiro Congresso Internacional SPCE-SEC*, Lisboa 25-27 de janeiro.
- Parreira, A., Lehmann, L. & Oliveira, M. (2021) O desafio das tecnologias de inteligência artificial na Educação: percepção e avaliação dos professores. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, Feb 22, 2021 pp 975-999 ISSN 0104-4036
- Pepper, S. C. (1942) *World Hypotheses: A study in evidence*. Berkeley, California: University of California press.
- Piaget, J. (1936). *Origins of intelligence in the child*. London: Routledge & Kegan Paul
- _____ (1957). *Construction of reality in the child*. London: Routledge & Kegan Paul
- _____ (1981). *Intelligence and affectivity: Their relationship during child development*. (Trans & Ed TA Brown & CE Kaegi). Annual Reviews.
- Powell, Walter W., Koput, Kenneth W and Smith-Doerr Laurel (1996). Interorganizational Collaboration and the Locus of Innovation: Networks of Learning in Biotechnology, *Administrative Science Quarterly*, *Vol. 41, No. 1*, pp. 116-145.
- Putnam, R. (2001). Social Capital: Measurement and consequences. In *The contribution of human and social capital to sustained economic growth and well-being*. International Symposium Report, OECD / HRDC.
- Thom, René (1972) *Stabilité structurelle et morphogénèse. Essai d'une théorie générale des modèles*, W. A. Benjamin, Inc., Reading,
- Turner, Victor W. & Bruner, Edward M. (1986) *The Anthropology of Experience* Univ Illinois Press
- Williamson, O. E. (1996). Calculativeness, trust, and economic organization. *Journal of Law and Economics*, 34, 453- 502.
- Woo, Jinseok & Kubota, Naoyuki (2016), Human-Robot Interaction Design, Using Smart Device Based Robot Partner *International Journal of Artificial Life Research Volume 6 Issue 2*, pages 23-43, IGI Publishing Hershey, PA, USA,
- World Economic Forum *World Economic Forum 2023 Report* - ISBN-13: 978-2-940631-96-4 <https://www.weforum.org/reports/the-future-of-jobs->
- Yamagishi, T., Cook, K & Watabe, M. (1998). Uncertainty, trust and commitment formation in the United States and Japan. *The American Journal of Sociology*, 104 (1), 165-194.



Estamos em presença de uma obra que dialoga estrategicamente com vários ramos do conhecimento, em especial as temáticas contemporâneas emergentes nas Ciências Sociais e do Comportamento, nomeadamente a Ciência Política, sempre com o objetivo de apresentar alternativas exequíveis para o desenvolvimento sustentável das sociedades, tanto ao nível global quanto local.

Democrator foi o nome de autor escolhido pelo idealizador e mentor desta obra, Prof. Dr. Artur Parreira, Diretor do Centro de Pesquisas do Instituto de Ciência, Tecnologia e de Inovação Sustentável Global, para prestigiar a equipe, que de uma forma ou de outra, com ele dialogou na construção do projeto que deu origem à obra agora apresentada.

A obra apresenta-se como um conjunto de oito Encontros, cada um dos quais começa com um diálogo, “ao jeito de Platão”, como ligeira introdução ao tema de que o Encontro se ocupa e ao mesmo tempo como desafio ao leitor para participar na discussão do tema, qual conviva que ainda chega a tempo de colocar suas ideias, dúvidas e sugestões sobre o tema tratado.



Instituto de Ciência, Tecnologia e de Inovação Sustentável Global